

ROBERTO SALVIANI

“QUEM AMA CUIDA”. PARTICIPAÇÃO, MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DA ITAIPU BINACIONAL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima

Rio de janeiro
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ROBERTO SALVIANI

“QUEM AMA CUIDA”. PARTICIPAÇÃO, MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DA ITAIPU BINACIONAL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social

Rio de Janeiro, 26 de março de 2008.

Aprovada por:

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima

Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira

Prof.^a Dr.^a Lygia Sigaud

Prof. Dr. Aurélio Vianna da Cunha Lima junior

Prof. Dr. Henri Acselrad

Salviani, Roberto.

“Quem Ama Cuida.” Participação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: o Caso da Itaipu Binacional / Roberto Salviani. Rio de Janeiro, UFRJ / MN / PPGAS, 2008

xvi, 248 p., il.

Orientador: Antonio Carlos de Souza Lima

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Museu Nacional / Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Referências Bibliográficas: p. 237-248

1. Antropologia. 2. Antropologia da Política. 3. Desenvolvimento sustentável – Paraná – Itaipu Binacional I.Lima, Antonio Carlos de Souza II.Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pelo suporte financeiro concedido através de uma bolsa de doutorado.

Ao Professor Antonio Carlos de Souza Lima pelo suporte, conselhos e contínuo apoio demonstrado ao longo desse tempo.

Ao Professor João Pacheco de Oliveira e, novamente, ao Prof. Antonio Carlos de Souza Lima, coordenadores do *Laboratório de Pesquisa sobre Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento* - (LACED)/Setor de Etnologia – Dept. de Antropologia/Museu Nacional-UFRJ, e através dele, à Fundação Ford, pelos recursos, relativos ao Grant 100-1328, que possibilitaram realizar parte do meu trabalho de campo. A finalização desta tese se beneficiou também de recursos advindos do projeto *Políticas para a “Diversidade” e os Novos “Sujeitos de Direitos”*: estudos antropológicos das práticas, gêneros textuais e organizações de governo, coordenado pelos Professores Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ), Adriana de Resende Barreto Vianna (MN/UFRJ) e Eliane Cantarino O’dwyer (UFF), por meio do Convênio FINEP nº 01.06.0740.00 – REF: 2173/06 – Processo FUJB nº 12.867-8, nos quadros do *Laboratório de Pesquisa sobre Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento* - (LACED)/Setor de Etnologia – Dept. de Antropologia/Museu Nacional-UFRJ.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo apoio financeiro na pesquisa de campo, com recursos do PROEX/CAPES.

Aos demais professores do Museu Nacional, que sempre me apoiaram durante minha estadia nessa instituição.

Ao pessoal da secretaria, e em particular a Carla e Cristina da Biblioteca Francisca Keller, vai um sincero agradecimento por ter facilitado em todas as ocasiões o cumprimento de minhas tarefas.

Um agradecimento profundo endereço àqueles funcionários da Itaipu Binacional que, com sua disponibilidade e paciência, foram fundamentais para a realização do trabalho. Eles foram muitos e me perdoarão se não lhes agradeço individualmente.

À Itaipu Binacional, que permitiu minha presença em seus escritórios durante algum tempo.

A meus colegas, agradeço pela disponibilidade demonstrada nas discussões que muito contribuíram para tornar possível a realização deste trabalho.

Aos meus pais, que com sua presença aqui no Brasil, fizeram com que minha saudade fosse menor.

Enfim, à Maria Lucia Resende, vai um agradecimento especial pela paciência e disponibilidade demonstrada na leitura e na revisão deste trabalho. As eventuais falhas de clareza são, contudo, de minha inteira responsabilidade.

RESUMO

Ao longo dos últimos vinte anos assistimos a mudanças significativas no campo do desenvolvimento, principalmente nos discursos acerca dos objetivos e das modalidades do esforço desenvolvimentista. Estas mudanças são geralmente subsumidas no termo “sustentabilidade”, que veio indicar desde novos modelos de intervenção até a necessidade de afirmar-se de novos paradigmas civilizadores, por meio dos quais se busca realizar, principalmente, mudanças profundas nas relações homem/natureza, pautadas hoje em modelos de produção e consumo que são considerados responsáveis por terem causado problemas ambientais de alcance global. “Desenvolvimento sustentável”, termo controverso, e aberto a diferentes interpretações, é hoje indiscutivelmente a referência principal em todas as discussões relativas aos modelos econômicos e sociais – com destaque para a questão do uso dos recursos naturais – que o mundo precisa adotar para fazer frente à crise atual. A polissemia de significados em jogo na interpretação da “sustentabilidade” deixa espaço, contudo, para diferentes formulações, configurando um amplo campo de discussão sobre a definição de modelos e práticas necessários e suficientes para alcançá-la, disputando-se, ao mesmo tempo, a definição do próprio significado do termo. A “busca da sustentabilidade”, neste sentido, tornou-se, pelo menos em parte do mundo, o que poderia se definir com o termo de Marcell Mauss, um “fato social total”, que permeia boa parte das formulações acerca das relações econômicas, políticas, institucionais e sociais no mundo atual, constituindo-se em objeto de particular interesse para os antropólogos. A contribuição que pretendo fornecer ao campo dos estudos antropológicos é relativa à compreensão das modalidades com que a “busca da sustentabilidade” é formulada e levada a efeito por atores particulares num contexto específico, ou seja, os responsáveis pela Itaipu Binacional, autarquia governamental que atua no oeste do Paraná. Os resultados da etnografia mostram o laço profundo entre desenho dos modelos/práticas de intervenção e interesses variados de atores diferentes, desde o nível local e pessoal até o plano nacional. As experiências pretensamente “exemplares” de “desenvolvimento sustentável” da Itaipu Binacional são redimensionadas ao papel de instrumentos no campo da luta política, do interesse econômico e das disputas para a legitimação de determinados modelos de desenvolvimento, modelos estes cujas conseqüências foram a causa principal do surgimento das críticas que contribuíram para fazer da “busca da sustentabilidade” o eixo central dos discursos atuais sobre desenvolvimento.

ABSTRACT

During the last twenty years we have witnessed major changes in the development field, mostly regarding declared objectives and techniques. These changes are generally resumed in the use of the world 'sustainability,' whose meanings go from the individuation of new models of intervention, to the necessity to affirm new civilizing paradigms, through which provoke deep changes in the relation men/nature, based on production and consumption models which are deemed responsible for actual global environmental problems. 'Sustainable development,' controversial definition, opened to different interpretations, is undoubtedly today the main reference in all discussions about which social and economic models - with especial reference to the use of natural resources - the world needs to adopt to confront his actual crisis. The polissemic nature of 'sustainability,' leaves open the possibility to formulate the most different definitions of it, giving life to a large field of discussions about which models and practices are necessary and sufficient to reach 'sustainable' levels, discussions in which is disputed as well the same meaning of 'sustainability.' The 'search for sustainability,' has become, at least in part of the word, what we could define according to Marcell Mauss' formulation, a 'total social fact,' which actually permeate considerably the formulations about economic, political, institutional and social relations, becoming an interesting object for anthropologists. The contribution I would like to offer to the anthropological field studies is relative to the understanding of the ways in which the 'search for sustainability' is formulated and implemented by determinate actors in a specific context, Itaipu Binacional's staff and directors, a governmental autarky located in the west of Paraná state in Brazil. The ethnographic results show to exist deep links between the design and implementation of that development interventions and the multiple interests of different actors, in a range which goes from the local and the personal, to the national level, redimensioning the pretended 'exemplar' experience of Itaipu's 'sustainable development' model to a resource in the fields of political struggle and economic interest, and to the attempt to legitimate specific development models, the same models which consequences has been determinant for the appearance and mounting of the criticisms which contributed to make of the 'search for sustainability' the central articulating argument in today's discussions about development.

Índice

Outros Índices (Figuras, Fotos, Quadros, Tabelas)	X
Siglas	XII
Preâmbulo: Etnografias das sociedades modernas, lições de um percurso de pesquisa	1
Introdução	12
Capítulo 1: Desenvolvimento Sustentável: 35 anos	30
Capítulo 2: Itaipu Binacional, um “mega projeto de desenvolvimento”	42
2.1 Economia e política. As chaves de leitura de Itaipu	45
2.1.1 Energia e desenvolvimento.	46
2.1.2 Geopolítica e Itaipu	52
2.1.3 Oeste do Paraná	54
2.2 IB e Meio Ambiente	66
2.2.1 Itaipu Binacional, uma nova “missão”	75
Capítulo 3: Programa Cultivando Água boa (CÁB)	78
3.1 O CÁB por ele mesmo	83
3.2 Os “Projetos” do CÁB e sua uma auto-representação	93
3.2.1 Educação Ambiental	93
3.2.2 Gestão por Bacias - Cultivando Água Porá	97
3.2.3 “Produção de peixe em nossas águas”	103
3.2.4 Plantas medicinais	105
3.2.5 Ava-Guarani	106
3.2.6 Jovem Jardineiro	112
3.2.7 Coleta Solidária	116
Capítulo 4: O CÁB observado	124
4.1 “Gestão por bacias – Cultivando Água Porá”	134
4.1.1 A participação no “Programa 40 - Gestão por bacias”	135
4.2 “Educação Ambiental”: uma “utopia” multiplicadora	152
4.3 O “Projeto Coleta Solidária” em ação	172
4.3.1 A entrega de carrinhos: descrição de um evento	195
4.3.2 O projeto ECOLIXO	199
4.4 O “Projeto Agricultura Orgânica”	204
Capítulo 5: Discussão final	212
5.1 Política energética e questões socioambientais, algumas considerações	215

5.2 O discurso da IB sobre o CÁB	223
Conclusões	234
Referências	237

ANEXOS

ANEXO A – PROGRAMAS E AÇÕES CÁB 2004 – 2007

ANEXO B – PRIMEIRA PÁGINA JCAB Nº 1

ANEXO C – MAPA E QUADRO BPIII ÁREAS DE GESTÃO

ANEXO D – PARECER AUDITORIA “BDO TREVISAN” 2007

ANEXO E – “CARTA PACTO DAS ÁGUAS”

ANEXOS F1 & F2 – PROPAGANDA TURÍSTICA USINA DE ITAIPU

OUTROS ÍNDICES

FIGURAS

Figura 1. Municípios limieiros ao reservatório de Itaipu. Fonte: Itaipu Binacional	71
Figura 2. Brasil, estado do Paraná	79
Figura 3. Bacia do Paraná III	80
Figura 4. Estrutura da Diretoria de Coordenação da Itaipu Binacional 2004	82
Figura 5. Usina de Itaipu, panorâmica	124
Figura 6. Usina de Itaipu, Barreira de controle e Diretoria de Coordenação	125
Figura 7. Usina de Itaipu, Diretoria de Coordenação	126
Figura 8(1). FEA percurso rumo à sociedade sustentável	166
Figura 8(2). FEA percurso rumo à sociedade sustentável	167

FOTO

Foto 1. Sinal situado no começo do circuito turístico interno à usina	85
Foto 2. Barreira de controle na entrada da Usina de Itaipu	124
Foto 3. Entrada do prédio principal da Diretoria de Coordenação, IB	126
Foto 4. Suportes para realização da oficina do futuro	154
Foto 5. Realização “oficina”	155
Foto 6. Conversas e preenchimento dos papéis com os compromissos pessoais	155
Foto 7. Colocação dos compromissos no painel do “caminho adiante”	156
Foto 8. Esperanças e compromissos	156
Foto 9. Esperanças e compromissos	157
Foto 10. Participantes da oficina “Qualificação Social do/a Educador/a Ambiental Popular”, Refúgio Biológico Bela Vista, Foz do Iguaçu, 30 - 31 de maio de 2007	163
Foto 11. “Barracão” de Céu Azul. “Projeto Coleta Solidária”	189
Foto 12. “Barracão” de Céu Azul, interno	189
Foto 13. Entrega de carrinhos na cidade de Guaíra	192
Foto 14. Cerimônia de entrega de carrinhos em Cascavel	195
Foto 15. Palestra de “capacitação” em agricultura orgânica, Assentamento Ander, Diamante D'Oeste	208

QUADROS

Quadro 1. “Oficinas do Futuro – Caminho Adiante”	139
Quadro 2. Resultado das discussões realizadas durante o fórum no Seminário Conceitual do Educador Ambiental Popular	164
Quadro 3. “Mochila” do EAP-PAP4, resultados oficinas FEA-BPIII: <i>Qualificação EAP</i> , 2007	168
Quadro 4. Famílias atendidas pelo “Projeto Agricultura Orgânica”	207

TABELAS

Tabela 1. Royalties pagos pela Itaipu Binacional aos municípios limieiros no ano de 2007, população município em 2007 e média anual per-capita	71
Tabela 2. Percentual de royalties recebidos pelos municípios limieiros relativo à arrecadação anual	72
Tabela 3. Gastos relativos a programas socioambientais Itaipu Binacional anos 2002-2006	129

Tabela 4. Total de ações realizadas pela IB período 1988-2006	133
Tabela 5. Convênios “Programa 40” 2005-2006	144
Tabela 6(1). Orçamento “Programa 40” IB, 2007-2008	145
Tabela 6(2). Orçamento “Programa 40” IB, 2007-2008	146
Tabela 7. Relação percentual das áreas das microbacias com a superfície dos municípios e média da superfície das propriedades na área de atuação do CÁB	147
Tabela 8(1). Percentuais de despesas efetuadas e ações realizadas Convênios de 2005, “Programa 40”. Dados de 26 de março de 2007	148
Tabela 8(2). Percentuais de despesas efetuadas e ações realizadas. Convênios de 2005, “Programa 40”. Dados de 26 de março de 2007	149

SIGLAS

ACAMAR Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Cascavel

ADEAFI Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu

ADS Agência de Desenvolvimento Solidário

AMOP Associação dos Municípios do Oeste do Paraná

ANDE Administración Nacional de Electricidad do Paraguai

ANEEL Agência Nacional de Energia Elétrica

ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APROSMI Associação dos Produtores de Agricultura e Pecuária Orgânica de São Miguel do Iguaçu

ARAFOZ Associação de Recicladores Ambientais de Foz do Iguaçu

ATER Assistência Técnica e Extensão Rural

BNDE Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPIII Bacia Hidrográfica do Paraná III

CÁB Programa Cultivando Água Boa

CABIII Terceiro Encontro Cultivando Água Boa

CABIV Quarto Encontro Cultivando Água Boa

CAPA Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

CAOPA Central de Associações da Agropecuária Familiar do Oeste do Paraná

CCMA Conselho Consultivo de Meio Ambiente

CEFET-PR Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná

CEPAL Comissão Econômica da América Latina

CGEA/MEC Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação

CIMI Conselho Indigenista Missionário

CMBEU Comissão Mista Brasil Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico

CODEVEL Companhia de Desenvolvimento de Cascavel

COMASE Comitê Coordenador das Atividades do Meio Ambiente do Setor Elétrico

CONAMA Conselho de Meio Ambiente

COOAFI Cooperativa dos Agentes Ambientais de Foz do Iguaçu

COOPERAGE Cooperativa de Agentes Ambientais de Cascavel

COOTACAR Cooperativa dos Trabalhadores e Catadores de Materiais Recicláveis de Cascavel

CPTMR Centro de Processamento e Transferência de Materiais Recicláveis

CRAB Comissão Regional de Atingidos por Barragens

CREA Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná

DC.IB Diretoria de Coordenação da Itaipu Binacional

DEA/MMA Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente

DfID Departamento for International Development

DNAEE Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

EAP Educador Ambiental Popular

ECO-92 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92)

EIA/RIMA Estudos e Relatório de Impacto Ambiental

ELETROBRÁS Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Eletrosul Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil SA

Eletrosul Centrais Elétricas S.A

EMATER Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPE Empresa de Planejamento Energético

FAT Fundo de Assistência ao Trabalhador

FEA Programa de Formação de Educadores Ambientais

FIBRA Fundação Itaipu – BR de Assistência Social

FNM Fábrica Nacional de Motores

FUNAI Fundação Nacional do Índio

GATI Gestão Ambiental em Terras Indígenas

Gerasul Centrais Geradoras do Sul do Brasil SA

GERA/UFMT Núcleo de Estudos da Amazônia, Pantanal e Cerrado

GTME Grupo de Trabalho Missionário Evangélico

GTZ Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit

IB Itaipu Binacional

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBECC Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura

ICV Instituto Centro de Vida

ILIX Instituto Lixo e Cidadania

ISEB Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JCÁB Jornal Cultivando Água Boa

LACED Laboratório de Pesquisa em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento

MASTEL Movimento dos Agricultores Sem-Terra do litoral do Estado

MASTEN Movimento dos Agricultores Sem-Terra do norte do Estado

MASTES Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná

MASTRECO Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Centro-Oeste do Paraná

MASTRO Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC Ministério de Educação e Cultura

MMA Ministério do Meio Ambiente

MME Ministério de Minas e Energia

MNCR Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

NAI/UNEMAT Núcleo de Assuntos Indígenas da Universidade Estadual do Mato Grosso

NERU/UFMT Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos

OPAN Operação Amazônia Nativa

PADIC Programas de Apoio às Iniciativas Comunitárias

PAEG Programa de Ação Econômica do Governo

PAP Pesquisa Ação Participante

PASS Programa de Ação Social em Saneamento

PCA Plano de Controle Ambiental

PETROBRÁS Petróleo Brasileiro SA

PNUMA Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PRODEAGRO Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado do Mato Grosso

ProESQ Projetos Especiais de Qualificação

ProNEA Programa Nacional de Educação Ambiental

RIO 92 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

RVB Refúgio Biológico Bela Vista

SAF Secretaria da Agricultura Familiar

SANEPAR Companhia de Saneamento do Paraná

SEED Secretaria Estadual de Educação

SEDU Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República

SEPLAN Secretária de Planejamento do Estado de Mato Grosso

SUDERHSA Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental

TCU Tribunal de Contas da União

UFMT Universidade Federal de Mato Grosso

UFPR Universidade Federal do Paraná

UNEMAT Universidade Estadual do Mato Grosso

UNIOESTE Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UN-Habitat Programa das Nações Unidas Para os Assentamentos Humanos

UNIPAR Universidade Paranaense

USAID United States Agency for International Development

WCED Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

Preâmbulo: Etnografias das sociedades modernas, lições de um percurso de pesquisa

Os antropólogos há muito tempo deixaram de tratar unicamente das sociedades assim chamadas “tradicionais” para se ocuparem também do estudo dos fenômenos sociais próprios às sociedades modernas. Objetos como Estado-nação, movimentos sociais e religiosos, relações de trabalho, corporações e políticas de desenvolvimento passaram a fazer parte do horizonte dos estudos praticados por antropólogos. Estes interesses levaram os antropólogos a se confrontarem com realidades cuja abrangência e conformação amplificam problemas de várias naturezas para a pesquisa etnográfica, instrumento desenvolvido para a apreensão de realidades pensadas como circunscritas geográfica, demográfica e culturalmente. Tratar das circunstâncias, discussões e críticas dos modelos teóricos que marcaram esse percurso rumo à incorporação de novos objetos no campo da investigação dos antropólogos iria além das intenções que guiam a tentativa de análise apresentada em nossa exposição. A finalidade deste preâmbulo é relatar algumas questões ligadas às características das realidades sociais com as quais me defrontei no percurso que levou à realização do presente trabalho, e que são inscritas principalmente no horizonte das políticas e das práticas de “desenvolvimento”.

A questão principal diz respeito às relações de poder que perpassam o vínculo entre o pesquisador e os protagonistas das realidades que se pretende analisar. Ao lidar com as múltiplas instâncias que compõem cada “situação de desenvolvimento”,¹ o que dificulta mais o trabalho de pesquisa é a imagem que os atores constroem do próprio pesquisador. Na minha experiência, as resistências maiores à possibilidade de realizar, até praticamente, o trabalho de

¹ O conceito de situação histórica, proposto por Pacheco (1977, 1988), e devedor das formulações desenvolvidas pelos integrantes da Escola de Manchester, é idôneo, a nosso ver, para indicar o conjunto de relações, atores, discursos e práticas que constituíram, num dado momento histórico, o quadro dos fenômenos com os quais precisamos lidar para realizar a análise de determinados contextos. A “situação de desenvolvimento” é assim um instrumento heurístico que nos ajuda a delinear e a construir os limites dos fenômenos a serem considerados em nosso trabalho.

coleta de dados e observação de meus objetos de interesse vieram daqueles atores que detêm capitais simbólicos parecidos ou, pelo menos, concorrentes com o do pesquisador. Com certeza, aos olhos de acadêmicos, administradores e técnicos empenhados em atuar no campo das políticas e das práticas de desenvolvimento, o antropólogo não representa uma figura excepcional, e suas indagações correm o risco de ser vistas como ingerências no dia-a-dia de suas próprias práticas.²

Relativamente ao percurso do doutorado, minha primeira tentativa de observar os efeitos do desenho e da aplicação de práticas informadas pelas políticas de desenvolvimento foi realizada ao longo do ano de 2004, em Mato Grosso.³ Naquela ocasião pretendia

mapear o conjunto de atores e instituições que se encontram empenhados hoje em ações que dizem respeito aos povos indígenas, num contexto geográfico/administrativo específico e, conjuntamente, tentar entender os modos em que as relações travadas neste campo são mediadas pelas tradições de conhecimento dos atores e dos grupos envolvidos, e quais os efeitos delas sobre estas mesmas tradições (Salviani, 2004, p.2).

O primeiro passo para realizar a pesquisa foi entrar em contato com o coordenador do Núcleo de Assuntos Indígenas da Universidade Estadual do Mato Grosso (NAI/UNEMAT), responsável por coordenar as ações desta instituição nas questões relativas às atividades de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (GATI),⁴ que na época atuava como professor de história no Campus de Cáceres. Para facilitar a inserção no campo de pesquisa e oficializar as

² Com isto, não quero dizer que no caso das etnografias tradicionais, realizadas em situações em que o antropólogo não compartilha nenhum capital cultural e simbólico com os objetos de seu estudo, a ele seja automática e necessariamente atribuído um papel excepcional, ou reconhecido algum tipo de poder emanado da sua própria figura (marcada pela “diferença”), não obstante esta possa ser a impressão do pesquisador. Cf. as críticas de Gananath Obeyesekere (1997) ao trabalho de Marshall Sahlins (1981).

³ Salviani, 2004.

⁴ Estava interessado particularmente em poder acompanhar as atividades do projeto GATI – Xavante, o qual previa uma série de atividades para a gestão ambiental nas áreas indígenas Areões e Pimentel Barbosa, através da colaboração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do NAI/UNEMAT, de vários departamentos da UNEMAT e da ONG internacional The Nature Conservancy – TNC. As discussões acerca dos GATI eram estimuladas na UNEMAT pelas atividades de preparação dos “Diagnósticos Ambientais”, que representam a primeira fase de implementação do projeto. Cheguei a conversar com representantes da Reitoria, das Sub-Reitorias e de vários departamentos empenhados em discutir as possibilidades de atuação da UNEMAT junto a programas de Gestão Ambiental em Terras Indígenas.

atividades, foi discutida a possível realização de um Curso de Especialização e de um Curso de Extensão – organizados pela UNEMAT em colaboração com o Laboratório de Pesquisa em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento do Museu Nacional (LACED/MN) – em Etnodesenvolvimento e Gestão Ambiental. Além da formação de profissionais na área em questão, a realização destes cursos pretendia contribuir, por meio da colaboração de vários departamentos da UNEMAT, à criação de um fórum de discussão permanente e de intercâmbio de experiências entre profissionais de várias proveniências que atuam junto aos grupos indígenas, relativamente aos temas de “etnodesenvolvimento,” “desenvolvimento sustentável” e “gestão ambiental em áreas indígenas” do estado. Meu papel seria o de coordenar os cursos e gerir também a articulação com outras instâncias semelhantes no âmbito nacional e internacional.

Enquanto eram dados os passos necessários à realização da colaboração, com apresentação de projeto e discussões com departamentos da UNEMAT interessados em participar da organização dos cursos a serem instituídos, começava a realizar um *survey* para localizar documentação, interlocutores e situações que permitissem o desenvolvimento dos demais estágios da pesquisa. Foram contatados os integrantes da FUNAI de Cuiabá, os integrantes dos Programas de Apoio às Iniciativas Comunitárias (PADIC) do Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado do Mato Grosso (PRODEAGRO), na Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN), assim como outros técnicos que trabalharam no Projeto, sobretudo nas questões relativas à área indígena. Foram visitados os escritórios de várias ONGs que participaram do PADIC assessorando grupos indígenas, como a OPAN (ex “Operação Anchieta”, hoje “Operação Amazônia Nativa”) e Instituto Trópicos, e outras que participavam em vários níveis das ações junto aos grupos indígenas da região, como o Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Instituto Centro de Vida (ICV). Ulteriores contatos foram

estabelecidos com pessoal atuante no âmbito de institutos universitários, como a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Entre eles os coordenadores do Núcleo de Estudos da Amazônia, Pantanal e Cerrado (GERA/UFMT), do Museu Rondon/UFMT, do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU/UFMT), do Departamento de Antropologia da UFMT, e integrantes da UNEMAT do Campus de Tangará da Serra, que atuaram também na esfera do PADIC/PRODEAGRO.

Enquanto tudo parecia correr razoavelmente bem para a realização da pesquisa, acontecimentos fora do meu controle vieram impedir o desenrolar do trabalho. As primeiras dificuldades foram se apresentaram quando tentei me aproximar dos responsáveis pelo Curso de Licenciatura Específica para Professores Indígenas (melhor conhecido como 3º Grau Indígena), que opera no Campus da UNEMAT de Barra dos Bugres, onde encontrei notáveis resistências por parte do coordenador do curso.⁵ Ele tentou me persuadir a não visitar Barra dos Bugres, alegando que a carga de trabalho sua ou dos indígenas que freqüentavam o curso não permitiria o desenvolvimento da pesquisa.⁶

O que precipitou os eventos, contudo, foi a eleição da nova Reitoria da UNEMAT. Descobri, logo depois dela, que a chapa que ganhou tinha uma linha política oposta àquela das pessoas com as quais eu discutira as modalidades de colaboração. Os enfrentamentos internos à instituição causaram o afastamento do coordenador do NAI, o qual decidiu deixar temporariamente a universidade para cursar uma pós-graduação em outro estado, com o que sumiu repentinamente o interesse da UNEMAT em dar continuidade aos projetos que estávamos encaminhando. Além disso, tive que enfrentar uma campanha difamatória de “fofocas” operada por algumas figuras da UFMT, que foram fomentadas por uma ex-

⁵ Ele também professor de história da UNEMAT.

⁶ Depois de várias tentativas, obtendo sempre a mesma resposta, decidi deslocar-me também para Barra dos Bugres, onde me apresentei ao dito professor. Além de uma acolhida bastante fria, fui impedido de presenciar as atividades didáticas, segundo ele, porque minha presença poderia distrair os estudantes.

colaboradora do LACED,⁷ que atuava em Tangará da Serra; ela havia sido desligada deste Laboratório do qual também eu participo como pesquisador. De repente, configurou-se uma situação que impedia a continuação da pesquisa; suspeitas foram levantadas sobre os reais objetivos do meu interesse, moduladas nos termos da competição política, e muitas das “portas” que precisaria cruzar para realizar o trabalho foram se fechando.

Ao voltar para o Rio de Janeiro, fui procurado por um colega que, sabendo dos problemas que estava enfrentando, sugeriu-me realizar o trabalho a partir de outra experiência, ou seja, o *Projeto Avá-Guarani*, do Programa Cultivando Água Boa (CÁB), da Itaipu Binacional (IB).

O primeiro contato com a Diretoria de Coordenação da Itaipu aconteceu em junho de 2005, por meio de carta na qual eu exprimia meu interesse em realizar pesquisa sobre as atividades de cunho socioambiental da IB. Não houve resultados, como também as tentativas de contato telefônico com os responsáveis pela Diretoria de Coordenação (DCIB) para pedir notícias sobre o assunto. Voltei a endereçar outra carta, sempre à DCIB, em final de setembro do mesmo ano, em que reiterava meu interesse e pedia uma definição da possibilidade de poder levar a efeito o trabalho. Ao mesmo tempo, realizava um primeiro período de campo, ao longo dos meses de setembro e outubro de 2005, para conhecer a realidade local e tentar contatar diretamente os responsáveis da IB, conseguindo na ocasião acompanhar, em várias oportunidades, funcionários da IB encarregados de alguns dos projetos que constituíam o CÁB. Durante esta primeira experiência, decidi não limitar o trabalho às atividades do *Projeto Avá-Guarani*, achando demasiado interessante o Programa em seu conjunto, e também por motivos inerentes às diferentes atitudes, diante das minhas curiosidades, por parte de diversos funcionários da IB, os quais demonstraram disponibilidades variadas em apoiar a pesquisa.

⁷ Esta colaboração teve curta duração (quatro meses).

Finalmente, no começo de dezembro de 2005, recebi correspondência do diretor de Coordenação da IB, que me convidava a realizar uma reunião técnica para conhecer melhor os detalhes e a metodologia do projeto de pesquisa, com o fim de cumprir exigências internas referentes a encaminhamentos institucionais, disponibilizar informações, e poder fornecer apoio logístico e operacional ao pesquisador.

Em contatos ulteriores com funcionários da Diretoria de Coordenação, foi escolhido o período de abril de 2006 para uma viagem a Foz do Iguaçu, com o fim de definir conjuntamente os detalhes do trabalho. Ainda desta vez não foi possível encontrar nenhum dos responsáveis capazes de responder aos meus anseios quanto à definição do trabalho, e as atividades limitaram-se a acompanhar, em poucas oportunidades, alguns dos funcionários empenhados nos projetos socioambientais, aproveitando o tempo restante para pesquisas em arquivos e bibliotecas da cidade de Foz do Iguaçu.

Sempre sem receber notícias definitivas sobre a possibilidade de ter acesso a informações detalhadas sobre as ações do CÁB e da sua metodologia, voltei a Foz do Iguaçu no começo de novembro de 2006 para tentar novamente um contato com o diretor de coordenação e seguir os trabalhos do Terceiro Encontro Cultivando Água Boa (CABIII), realizado nesta cidade em final de novembro e começo de dezembro de 2006. Desta vez, meu pedido de realizar a reunião técnica requerida para poder dar continuidade às atividades de campo com a formal aceitação da IB não pôde ser aceito, alegando-se o fato de que, devido às eleições presidenciais realizadas naquele ano, havia incerteza sobre a permanência da atual Diretoria. Contudo, pude ter acesso, pela primeira vez, às instalações da Itaipu e a muitos dos seus funcionários, e participei de algumas reuniões internas relativas à preparação do evento (CABIII). Nesta e em outras ocasiões, enfrentei muitas limitações relativas à coleta de dados, devido à necessidade manifestada pelos funcionários da IB de receberem autorização de seus superiores para liberarem qualquer tipo de informação relativa ao CÁB.

Finalmente, decidiram esperar o mês de abril de 2007 para a definição da eventual colaboração, momento em que seria possível ter acesso ao diretor de coordenação ou a algum dos seus prepostos, hierarquicamente capacitados a avaliar meus pedidos e a dar respostas certas sobre a posição da IB em relação à pesquisa. De novo em Foz do Iguaçu no final de março de 2007, esperei um mês antes de a dita reunião ser realizada, à qual participaram vários dos responsáveis dos programas do CÁB. Finalmente foi dada a autorização para que eu me deslocasse pelas instalações da IB, onde estão localizados os escritórios da Diretoria de Coordenação, recolhesse algumas informações junto aos funcionários da IB, e pudesse acompanhá-los no desenvolvimento das atividades do programa. Os dois meses seguintes foram cheios de oportunidades para observar o CÁB em ação, tanto no que diz respeito à organização interna das atividades, quanto àquilo que concerne às relações com o público-alvo dessas intervenções. Devido principalmente ao pouco tempo à disposição, concentrei a atenção sobre os projetos *Coleta Solidária*, *Jovem Jardineiro*, e *Gestão por Micro-bacias*, tendo em vista o trabalho de organização realizado pela Diretoria de Coordenação e, em menor medida, as atividades de *Educação Ambiental*, fomento à “agricultura alternativa”, e o projeto *Avá-Guarani*.

Logo na primeira viagem a Foz do Iguaçu, me dei conta das dificuldades a enfrentar ao escolher este objeto de pesquisa. Em primeiro lugar, notei que a acessibilidade aos vários responsáveis por implementar o CÁB mudava ao se sair da escala hierárquica da Itaipu Binacional. Mais alto o cargo, mais difícil obter atenção e disponibilidade. Aos poucos, percebi que eram presentes, no interior da IB, grupos ligados a formações políticas diferentes. Estes grupos têm contornos definidos a partir das diferentes gestões da IB ao longo dos anos, as quais, ao serem empossadas, chamam para colaborar em cargos diretivos e de responsabilidade seus aliados políticos, conformando assim alianças internas mais ou menos homogêneas.

Ao perceber esta situação, tentei esclarecer em todas as oportunidades a minha posição apolítica, por temer que uma eventual atribuição neste sentido pudesse complicar a obtenção de informações. Para evitar as conseqüências negativas desta situação, procurei me aproximar de funcionários de diferentes orientações políticas, tentando ganhar sua confiança ao explicar quais eram os meus interesses em relação ao CÁP, reiterando minha posição externa com respeito ao panorama político brasileiro. Não obtive muito sucesso.

Descobri em seguida a existência de uma teoria a meu respeito, segundo a qual eu seria um “enviado do PFL”, cujo objetivo era “detonar o CÁP.” Se, de um lado, esta consideração levanta problemas para a realização da pesquisa, de outro, abre a possibilidade de considerar a implementação do CÁP à luz do horizonte da disputa política, cuja realização é devedora de interesses e cálculos que não estão presentes nos discursos oficiais. A existência da possibilidade de “detonar” o CÁP, pode ser considerada, então, como umas das circunstâncias que impediram a coleta dos dados mais “sensíveis”, ou seja, aqueles relativos à sua implementação e que dizem respeito à aplicação dos recursos financeiros. A IB gastou, somente em 2007, a cifra de US\$ 30.982.000 em “contribuições para a sociedade”, e US\$ 16.032.000 em “investimentos em Meio Ambiente”,⁸ A falta de transparência na aplicação da maior parte destes recursos indica a possibilidade de que tenham sido usados também para objetivos não diretamente dependentes daqueles indicados nos discursos oficiais.⁹

⁸ *Relatório de Sustentabilidade* Itaipu Binacional (2006, p.86). A Tabela com os gastos relativos aos campos social e ambiental para os anos de 2002 até 2006 pode ser consultada no capítulo 4.

⁹ De fato, boa parte deles é empregada numa obra de propaganda capilar. Além dos recursos utilizados para a realização dos inúmeros eventos, encontros, palestras, reuniões, em que o CÁP é constantemente apresentado ao público como modelo para as políticas públicas rumo à sustentabilidade, a IB trava alianças com órgãos da mídia e personalidades que detêm capital simbólico notável, reforçando assim sua imagem positiva perante a sociedade. Não obstante os cuidados com que a Diretoria da IB guarda estas informações, consegui achar provas documentais que, além das afirmações confidenciais fornecidas por funcionários da mesma IB, demonstram este *modus operandi*. A denúncia de comportamentos que poderiam ser considerados incorretos na aplicação destes recursos não faz parte dos interesses perseguidos por esta pesquisa. Contudo, tais informações precisam ser

Outras dificuldades relativas à realização de pesquisa etnográfica sobre as atividades da IB no campo socioambiental dizem respeito à sua abrangência. Por meio do CÁB, a IB ampliou o território em que vinha aplicando recursos em intervenções para a conservação e a recuperação dos recursos naturais para além dos 16 municípios limediros ao reservatório. Ao ampliar para todos os 29 municípios da Bacia Hidrográfica do Paraná III (BPIII) os limites de sua atuação, o território relativo passou de cerca de 7.000km² a quase 15.000km².

Enfim, tive que lidar com pequenos entraves, como a impossibilidade de encontrar documentos nos lugares onde deveriam ser achados, onde pudesse averiguar diretamente as ações da IB para com o meio ambiente anteriormente à implantação do CÁB; constantes descumprimentos de compromissos agendados e verdadeiras estratégias de evitação por parte sobretudo dos dirigentes, mas também dos funcionários, impediram, em determinadas ocasiões, o acompanhamento das práticas que pretendia observar.

Quais as lições destas experiências? Em primeiro lugar, denota-se a dificuldade de lidar com atores que, pelo menos idealmente, disputam com o antropólogo nos mesmos campos de poder, seja este o campo acadêmico, seja aquele das políticas públicas, motivo pelo qual a inserção do pesquisador corre sempre o risco de ser percebida como um “perigo”. Segundo, a possibilidade de construir quadros abrangentes dos efeitos e das ramificações das “situações de desenvolvimento” acima relatadas demandaria um trabalho a ser realizado por equipes de pesquisadores, cujo custo dificilmente seria contemplado em qualquer tipo de

forneidas, já que ajudam a perceber o jogo de interesses diferenciados; estes são modulados e perseguidos através de discursos e idéias que são referidos, de modo geral, como relativos ao ‘desenvolvimento sustentável’, além de contribuírem para a legitimação de determinadas visões a seu respeito. No primeiro capítulo, analisaremos a história do termo, mostrando como o potencial de oposição aos modelos político-econômicos dominantes, desde a raiz de sua formulação, foi dando lugar a uma concepção que procura eliminar as contradições entre crescimento econômico e conservação da capacidade regenerativa dos ecossistemas. Nesta visão, declara-se a necessidade de desenvolver soluções técnicas e comportamentos individuais para alcançar a sustentabilidade do planeta, evitando-se enfrentar as razões sociais da situação de degradação ambiental. O CÁB, como pretendemos demonstrar, contribui para a afirmação desta chave de leitura da sustentabilidade.

avaliação interna às mesmas realidades.¹⁰ Terceiro, a possibilidade de coletar dados “sensíveis”, ou seja, informações que põem em risco a integridade da imagem oficial, abrindo ao mesmo tempo o leque de leituras possíveis ao pesquisador, muitas vezes se apresenta por meio das oposições entre os interesses e os objetivos dos diferentes atores que participam de uma dada “situação de desenvolvimento”.

Ao entrar num determinado campo social, o etnógrafo pode representar aos olhos dos atores um perigo ou um recurso, um possível aliado ou um adversário em potencial, ou simplesmente uma perda de tempo. Quanto maior é o nível de fragmentação do campo social indagado, das divisões internas e dos interesses contrapostos, maior é a possibilidade de que os julgamentos sobre a presença do etnógrafo cubram todo o espectro, do negativo ao positivo. Estratégias serão moduladas para fazer com que o etnógrafo e o seu trabalho possam ser aproveitados, contribuindo assim para a imposição de interesses de grupo ou particulares por meio de relatos confidenciais, alusões, fofocas, assunções de autoridade e declarações oficiais. No caso de esta possibilidade ser excluída, dependendo da experiência que os atores têm da pessoa do etnógrafo e/ou dos objetivos da etnografia, outras estratégias serão articuladas para tentar limitar os possíveis problemas que se acredita sua presença possa representar. Em nenhum caso, o pesquisador pode esperar não influir diretamente nos tipos de dados que irá coletar. Estas considerações são válidas para todo o leque de situações sociais nas quais vai incidir o trabalho etnográfico, desde grupos que não compartilham com o

¹⁰ É verdade que dificilmente são previstos recursos destinados à avaliação, antropológica ou não, como parte da operacionalização de projetos e programas de desenvolvimento. O instrumento da avaliação é utilizado usualmente como intervenção no momento em que o projeto demonstra não estar realizando seus objetivos. Robertson observa que a colaboração dos antropólogos nos programas e nos projetos de desenvolvimento se dá usualmente depois de sua implementação: “anthropologists and sociologist [...] have been employed very largely as pathologists, picking over the corpses of defunct development enterprises and performing intricate structural-functional autopsies” (Robertson, 1984, p.294), cf. Salviani, 1997, p.29-34; 2002, p.9-15.

etnógrafo o mesmo horizonte cultural, como no caso de grupos indígenas,¹¹ até as situações em que os objetos etnográficos compartilham os mesmos pressupostos culturais.¹²

Não considero que estes entraves à pesquisa etnográfica, desta ou daquela “situação histórica”, a invalidem, mas sim que a validade e a utilidade dos achados, e a possibilidade de construir uma etnografia que dê conta da realidade, residam também na consciência dos papéis que são atribuídos ao pesquisador por parte dos “objetos” de seu interesse.

¹¹ Com o perigo de se ter a impressão da homogeneidade do grupo, construindo-o como “comunidade” e privando-se assim da possibilidade de observar as tensões e diferenças internas. Vários autores reconhecem que a construção da homogeneidade dos grupos sociais é realizada retoricamente, com bastante frequência, no campo do desenvolvimento (cf. Ferguson, 1990; Escobar, 1995; Peters, 1996; Mosse, 1997; Green, 2000), sobretudo quando se recorre às técnicas participativas (Woost 1997, p.229; Salviani, 2002). O risco maior é a imposição de idéias pre concebidas em face da realidade que se pretende pesquisar: “More generally, all utterances which have as their subject a collective noun – people, class, university, school, state, etc. – presuppose the existence of the group in question and conceal the same sort of metaphysical boot-strapping that was denounced in the ontological argument” (Bourdieu, 1985, p.215).

¹² Também a proximidade do etnógrafo ao universo cultural do próprio objeto de pesquisa pode representar um problema para a apreensão dos fenômenos que se pretende pesquisar. É possível pensar, por exemplo, no enorme exercício de reflexão e introspecção que seria necessário ao se querer realizar uma etnografia de um curso de pós-graduação em antropologia do qual participe o pesquisador.

Introdução

A meta do presente trabalho não é avaliar o CÁB à luz de seus objetivos, da metodologia empregada para alcançá-los, e dos resultados relativos. O interesse que guia a realização desta pesquisa é relativo a certa consideração dos fenômenos que se costumam reunir sob o rótulo de “desenvolvimento” e, nos últimos decênios, de “desenvolvimento sustentável”. Exatamente em relação a esta “mudança de paradigma,” em que modelos particulares de “desenvolvimento” foram abandonados, e novas preocupações e técnicas de intervenção ganharam lugar de destaque nas discussões e nos desenhos das atuais práticas relativas ao campo, é que penso ser preciso dirigir a atenção e tentar trazer a contribuição da análise do CÁB. Os objetivos principais são aqueles de fazer emergir eventuais continuidades e rupturas entre esses momentos diferentes da “aventura desenvolvimentista” e o de realizar uma leitura desta experiência particular, visando dar conta das incongruências que foram se revelando ao longo da pesquisa.

Procederei, então, ao mapeamento sumário das diferentes relações e contribuições dos antropólogos à discussão *no* e *do* campo do desenvolvimento, com o fim de esclarecer os pressupostos e os limites do meu olhar em relação ao CÁB. A evolução das preocupações e das discussões no campo dos estudos antropológicos em relação ao “desenvolvimento” corre paralela às mudanças que marcam os debates internos a ele referentes na segunda metade do século passado, e é devedora, sobretudo, da crescente importância atribuída aos fatores “sociais”, seja como limites à realização dos programas de desenvolvimento, seja como potenciais facilitadores dos mesmos. Seguirei aqui um percurso de reflexão já realizado parcialmente em outras ocasiões (Salviani 1997, 2002), e cuja relevância em relação ao empreendimento atual me parece especialmente significativa.

A mudança nas políticas desenvolvimentistas liderada por grandes agências governamentais e internacionais, como a United States Agency for International Development

(USAID) e o Banco Mundial,¹³ conseqüência do reconhecimento da necessidade de se prestar maior atenção aos fatores sociais que incidem na implementação das práticas desenvolvimentistas, influenciou a disciplina antropológica e intensificou as contribuições de antropólogos nas atividades de desenvolvimento (Hoben 1982). Autores como Lucy Mair (1984), Michael Cernea (1983; 1991) e Tayer Scudder (1999), entre outros, descrevem os antropólogos como os especialistas mais indicados – pelo conhecimento profundo das situações locais e das características culturais de grupos até então considerados marginais à realização dos programas de desenvolvimento – para oferecerem contribuições valiosas à compreensão de aspectos até então negligenciados, cuja consideração é necessária à melhoria da qualidade das intervenções.

Um número sempre maior de antropólogos foi chamado para fazer parte das agências de desenvolvimento (Stirrat 2000; Eyben 2000; Mehta 2001, p.194) e, ao mesmo tempo, aumentou drasticamente o número de profissionais desta área contratados na condição de consultores.¹⁴ Como conseqüência, ao longo dos anos 80, a “Development anthropology”, que podemos traduzir como “antropologia *para* o desenvolvimento”, ganhou uma consistência notável no campo dos estudos antropológicos (Henkel & Stirrat 2001, p.169).¹⁵ Esta antropologia ocupa-se da dimensão “nativa” dos contextos de desenvolvimento, tomando como objetos o “local”, o “grupo-alvo” e as relações entre as características socioculturais destes e as dimensões institucionais dos programas de desenvolvimento. Longe de representar um conjunto homogêneo, o campo da antropologia *para* o desenvolvimento, isto é, a

¹³ Cf. Salviani 2002; Capítulo 1, *ibi*.

¹⁴ A bibliografia dos trabalhos de antropólogos e sociólogos, publicados pelo Banco Mundial entre 1975 e 1993 (CERNEA 1994), mostra o aumento exponencial destas colaborações ao longo dos anos 80.

¹⁵ Existem diferenças na intensidade desta tendência. Henkel e Stirrat referem-se, sobretudo, ao panorama norte-americano. Sobre os limites da afirmação da assim chamada “antropologia aplicada” ver o célebre texto de Roger Bastide (1979).

antropologia aplicada¹⁶ às ações de mudança social induzida, apresenta no seu interior diferenças substanciais nas metodologias e nos objetivos. Tais diferenças derivam sobretudo de leituras, interpretações e posturas diferenciadas do campo das relações políticas, que usualmente vêm sendo subordinadas às relações econômicas. Assim, entre as propostas de aplicação das disciplinas sociológicas à área do desenvolvimento encontramos um conjunto variado de propostas que vão da “engenharia social” de Michael Cernea (1983, 1991) ao “Participatory Rural Appraisal” de Robert Chambers (1995) (Cf. Salviani, 2002).

Num período mais recente, tomou corpo na antropologia uma outra perspectiva que assumiu como objetos de indagação as idéias e as práticas daqueles que planejam e executam os projetos de desenvolvimento, ocupando-se em pesquisar a proveniência e os efeitos destas idéias e práticas. Henkel e Stirrat (2001, p.169) definem este campo como “antropologia *do* desenvolvimento”, cujo foco de atenção concentra-se na empresa do desenvolvimento *como* fenômeno social, resultado da conjunção de saberes e técnicas de dominação particulares, no contexto mais amplo das relações de poder que incidem nas imagens e nas configurações do mundo contemporâneo.

Uma parte destes trabalhos trata o “desenvolvimento” como campo de práticas discursivas e, valendo-se dos instrumentos de análise propostos por Foucault (1971), tenta entender as relações existentes na área do desenvolvimento entre “discursos” e “práticas”, e os efeitos de poder dos mesmos. Entre eles encontramos autores como Ferguson, que em uma “etnografia” de um projeto de desenvolvimento no Lesotho (1990) mostra os mecanismos discursivos através dos quais o Banco Mundial constrói a realidade em que pretende intervir. Assim, nos documentos do Banco Mundial, o Lesotho transforma-se de um reservatório de mão-de-obra – inserido num contexto econômico regional mais amplo e dominado pelas

¹⁶ As relações entre antropologia, aplicada e não, e desenvolvimento, são analisadas com mais detalhes em Salviani, 1997 e 2002.

políticas industriais sul-africanas – em uma “economia rural”, subdesenvolvida, caracterizada por tecnologias “tradicionais” de gestão dos recursos e sem conexões com o “mercado” internacional (*Ibidem*). Esta imagem, segundo propõe Ferguson, serve para justificar o tipo de intervenção que o Banco Mundial pode implementar, dependendo das próprias características institucionais, intervenções estas que têm como resultado o fortalecimento do controle estatal sobre o território e as atividades socioeconômicas de uma província rural do país. Em outro trabalho, Escobar (1995), inspirando-se no conhecido estudo de Said sobre Orientalismo (1978), apresenta o “discurso do desenvolvimento” como atividade de representação e construção do “outro” em categorias, como “terceiro mundo”, “ambiente”, “mulheres” e “camponeses”.

Também nesta segunda vertente de interesses antropológicos para com o campo do desenvolvimento, encontramos uma heterogeneidade de posições, como demonstram as críticas endereçadas a Ferguson, Escobar e outros (e. g. Sachs, 1992; Crush, 1995; Hobart, 1993), acusados de terem uma visão “monolítica” do conjunto de fenômenos que abordam. Os autores destas críticas (Grillo, 1997; Gardner, 1997; Gardner & Lewis, 2000) postulam que as formulações destes críticos radicais do desenvolvimento contribuem para a construção do “myth of development” (Grillo, 1997, p.20), obscurecendo, assim, a multiplicidade de processos, discursos e experiências que o constituem. Estas críticas, em nossa opinião, revelam leituras exageradamente rígidas dos trabalhos de Ferguson, Escobar e dos outros autores considerados, trazendo uma visão distorcida das construções e das imagens apresentadas pelos mesmos:

There is a tendency – illustrated, for example, by Hobart, Escobar and to a lesser degree Ferguson – to see development as a monolithic enterprise, heavily controlled from the top, convinced of the superiority of its own wisdom and impervious to local knowledge, or indeed common-sense experience, a single gaze or voice which is all powerful and beyond influence. This underpins what I would call the “myth of development” which pervades much critical writing in this field. It might also be called the *Development Dictionary* perspective, as echoed throughout the book of that

name (Sachs ed. 1992). The perspective is shared by Escobar, and to a lesser extent Ferguson and in a different way Hobart. Like most myths it is based on poor and partial history, betraying a lack of knowledge of both colonialism and decolonization, and throughout it reflects a surprising ethnocentrism: it is very much the view from North America. Ill-informed about the history of government, it has a Jacobinist conviction of the state's power to achieve miraculous things: the title of Ferguson's book, *The Anti-Politics Machine*, is an eloquent expression of this. It is also grounded in the "victim culture". Rather as those engaged in antiracist training sometimes argued that there are "racists" and the "victims of racism" (Donald and Rattansi eds. 1992; Gilroy 1993), the development myth proposes that there are "developers" and the "victims of development" (see the unfortunate souls portrayed on the dust-cover of Crush's edited collection, 1995). Escobar adds "resister of development", but there is not other way.

To think of *the* discourse of development is far too limiting. To that extent Hobart is correct to refer to "several co-existent discourses of development" (1993:12). But there is as much diversity *within* the community of "professional developers" (one of the part identified by Hobart), as between them and other stakeholders or "players" (in Hobart's account, "local people" and "national government"). Within development there is and has always been a multiplicity of voices, "a multiplicity of 'knowledges'" (Cohen 1993:32) [...] Despite what Hobart says about distancing himself from "romantic fantasies" about indigenous knowledge (1993:5), there is a real danger in assuming that ignorance is one-sided; that is, it is "we" who are only and always ignorant. The danger is that indigenous knowledge is seen as complete, accomplished, and hence static and unchanging. Neither side has a monopoly of knowledge or ignorance, neither party is impervious to argument (Grillo, 1997, p.20 *et seq.*).

Se, por um lado, é importante reconhecer a cacofonia de considerações, conceitualizações, práticas e modalidades que marcam a noção de "desenvolvimento", de outro, acusar os autores – que concentraram seus esforços em desvendar o caráter mitológico dos discursos que se referem ao "desenvolvimento" como justificativa e chave de interpretação da história – de compartilharem a responsabilidade da atribuição de inelutabilidade deste percurso para a humanidade como um todo parece pelo menos exagerado. Acredito que foi exatamente a denúncia do caráter "mitológico" do "discurso do desenvolvimento" que permitiu a formulação de elementos válidos de ruptura com as características e as pretensões de totalização do ideário desenvolvimentista (cf. Rist, 1999, cap. 2).

Além disso, acho particularmente profícuo recuperar o caráter "mitologizador" do "discurso do desenvolvimento" para confrontá-lo com as formulações hoje em uso ao se falar

de “desenvolvimento sustentável”. O CÁB, enquanto experiência que se auto-representa como “modelo” e resposta à necessidade de realizar um “novo paradigma civilizatório” e de desenvolvimento (Almeida Jr., 2000), oferece a possibilidade, acredito, de realizar esta comparação.

No entanto, se podemos concordar com Grillo quanto à idéia de que qualquer tipo ou sistema de conhecimento não é “complete, accomplished and hence static and unchanging”, devemos alertar para a necessidade de considerar o profundo laço existente entre conhecimento e poder. Assim, a atribuição de ignorância a nós, ocidentais, formulada por Hobart (1993), não pode ser considerada unicamente como uma postura “filosófica”, como Grillo a define, mas como um alerta para o fato de que a própria atribuição de ignorância é um ato político: “As Claude Alvares (1992b:230) points out, 'knowledge is power, but power is also knowledge. Power decides what is knowledge and what is not knowledge'“ (Crush 1995, p.6).

Algumas sugestões de Grillo revelam-se, contudo, valiosas, como a de operar análises e pesquisas *multi-sited*, que dêem conta da *multi vocality* dos fenômenos internos ao campo do desenvolvimento. Isto não pode ser feito, pensamos, sem desenvolver meios que permitam avaliar como esta *multi vocality* se traduz nas práticas do “development encounter”, ou seja, nos lugares de aplicação onde é indispensável dedicar uma extrema atenção à disjunção entre discursos e práticas, intenções declaradas e tácitas, e resultados historicamente dados.

Se, de um lado, podemos afirmar, a partir daquilo que apresentaremos sobre a implementação do CÁB, que existe tal disjunção entre discursos e práticas, objetivos e resultados, de outro, é necessário evidenciar que as dificuldades encontradas na sua implementação não foram até agora objeto de reflexão e que estamos em presença de mecanismos levados a efeito para mascarar este descompasso. A sua evidência invalidaria a imagem altamente positiva que a IB e seus representantes se esforçam por construir acerca do

Programa. Também é preciso entender qual é a necessidade de realizar tal operação, ou seja, desvendar as eventuais intenções e os objetivos não explicitados publicamente que justificam a celebração do Programa como modelo de um “novo paradigma” de “desenvolvimento sustentável”, *não obstante* os limites aqui evidenciados da sua operacionalização, limites dos quais parte dos responsáveis pela implementação do Programa parece ter consciência.

Para realizar estas tarefas, evidenciarei os elementos centrais em que se baseia o discurso de legitimação do CÁB. A partir desta individuação e da observação do seu uso, que se revela principalmente retórico, será possível realizar as ulteriores fases de análise e trazer à luz os interesses não imediatamente evidentes que estão em jogo na realização do Programa.

Muitos dos elementos e dos conceitos empregados para a construção da imagem positiva do CÁB têm sua origem nas críticas formuladas no interior dos movimentos de oposição aos modelos de desenvolvimento nacionais e internacionais, característicos das primeiras décadas da segunda metade do século passado. Estas críticas levantaram a conveniência de se prestar atenção ao “local” como lugar privilegiado de aplicação dos recursos; a necessidade de se operar para a conservação dos recursos naturais, visando possibilitar o seu aproveitamento em concomitância com sua regeneração; o envolvimento indispensável dos “beneficiários” na definição e na implementação das ações necessárias, com a conseqüente valorização dos conhecimentos destes grupos. Tais exigências são usualmente formuladas com o recurso aos termos “participação”, “empoderamento”, “sustentabilidade ecológica” e “conhecimentos locais”, e cada um deles adquire significados específicos segundo o contexto de sua formulação (Salviani, 2002). Entre estes termos, o de

“participação” constitui o fulcro central na atual retórica acerca do desenvolvimento e não só.¹⁷

A “participação” – cujo fomento constitui um dos objetivos principais no discurso de auto-representação do CÁB e, pretensamente, o instrumento principal de sua implementação – desenvolveu-se, ao longo da segunda metade do século passado, em um amplo leque de significados e de diferentes metodologias, hoje amplamente difundidas no campo do desenvolvimento, desde as grandes agências internacionais (como o Banco Mundial), e bilaterais (p. ex., DfID e GTZ), até as milhares de ONGs que atuam em níveis regional, nacional e local (Green, 2000, p.67).

Já presente na retórica do New Deal dos anos 30 (Eyben & Ladbury 1995, p.192), o termo “participação” apareceu nos anos 1950 em textos que discutiam as políticas de intervenção no interior das grandes agências internacionais (Stone, 1989, p.207; Rahnema, 1992; Peters, 1996). Ganhou novo espaço nos anos 70 como resultado da institucionalização das assim chamadas “New Directions”, nas quais se reconhecia a falência dos modelos de intervenção em beneficiar as partes mais pobres da população por meio daqueles “trickle down effects” que deveriam resultar das reformas econômicas e infra-estruturais que constituíam naquele tempo o fulcro das intervenções.

As novidades da ênfase atual sobre “participação” são representadas, sobretudo, pela reavaliação dos conhecimentos locais (Sillitoe, 1998) e pela produção de um número conspícuo de manuais (Peters, 1996, p.22). Estes pretendem fornecer instrumentos operativos para facilitar a participação das comunidades que são objeto das intervenções nas atividades de desenvolvimento, baseando-se naquilo que Green define como: “a particular philosophical

¹⁷ Basta considerar as experiências referidas como “gestão participativa”, no Brasil e no exterior, e as discussões acerca de formulações como “democracia participativa” para se dar conta do enorme alcance do uso do termo para além do campo do desenvolvimento. Assim, a “participação” tem a ver antes de tudo com as relações de poder.

construction of participation as leading to emancipatory empowerment of communities of poor people as participants in the development process” (2000, p.68).

Alguns autores notam que o reconhecimento da necessidade de atuar por meio da implementação de processos participativos baseia-se, muitas vezes, em uma concepção das comunidades a serem atingidas (com particular referência às “comunidades indígenas” e às populações assim chamadas “tradicionais”), unidades “tradicionalmente” homogêneas, indiferenciadas em seu próprio interior (Stone, 1989). Elas funcionam, para usar o termo durkheimiano, segundo regras de “solidariedade mecânica” (Green, 2000), e relacionam-se sempre positivamente (do ponto de vista do atual pensamento ecologista) com o ambiente natural em que vivem. Assim, as ações empreendidas pelos povos indígenas da Amazônia em defesa da própria autonomia, em lugar de serem analisadas como estratégias políticas, são atribuídas à natural predisposição ecologista derivada dos modos próprios de vida desses grupos (Fisher, 1994), e as causas da degradação dos recursos naturais no âmbito das comunidades rurais são consideradas uma consequência da dissolução de mecanismos institucionais tradicionais (Mosse, 1997).

Cabe ressaltar que a maioria das acepções do moderno conceito de “participação”¹⁸ subentende concepções e relações de “agência” e “conhecimento” particulares, e postulam uma relação causal entre participação e aquisição de poder, prevendo a necessidade de uma ação externa de conscientização para que os “pobres” consigam obter resultados efetivos em suas lutas para o próprio “empoderamento” (Green, 2000, p.68-70; Rahnema, 1992; Salviani, 2002).

¹⁸ Para uma visão das dificuldades que se encontram em querer definir univocamente a noção de “participação,” assim como a de “desenvolvimento”, ver Stone, 1989; Pigg, 1992; Sachs (em particular as contribuições de Esteve e Rahnema), 1992; Peters, 1996; Woost, 1997; Green, 2000.

Este modo de conceber as ligações entre a aceitação da utilidade dos conhecimentos locais e o “empoderamento” de quem os possui, ou da “participação” como possibilidades reais de autodeterminação mostra que as práticas participativas e as formulações acerca do “desenvolvimento sustentável” têm o efeito de reduzir fenômenos de caráter político-social a questões de natureza puramente “técnica.” A separação operada entre as situações às quais se tenta dar solução e os diferentes programas de desenvolvimento, e os acontecimentos e as relações sociais e políticas que as provocaram em primeiro lugar é uma tendência que pode ser encontrada também nas atuais discussões acerca da definição da “sustentabilidade” (cf. Foladori, 2007). Em parte por meio das técnicas participativas, o “novo paradigma de desenvolvimento” continua a revestir a função salientada por Ferguson (1990) de “anti-politics machine”.¹⁹

It is essential, however, to remember that participation is a political process involving contestation and conflict among different people with different interests and claims rather than a methodology or a set of facilitating techniques. To assume that participation is new, that it is absent from local communities, and that it needs to be taught, ignores the vigor of social associations that exists in most communities and, more critically, obscures the ways in which the latter are affected by national and international political processes. The tendency to separate participation from politics is just another reflection of the widespread tendency in development discourse and practice to bracket off politics. Yet participation or the lack of it is fundamentally a political process and only a political analysis can reveal what does or does not take place and why (Peters, 1996, p.22).

No caso do CÁB, a “participação” envolve uma função ulterior: ela serve para legitimar o Programa e demonstrar a sua validade. Nas falas oficiais, a “participação” da

¹⁹ Cf. Green, 2000; Stone, 1989; Fisher, 1997; Rahnema, 1992; Mosse, 1997; Peters, 1996; Pigg, 1992; Pottier, 1993, entre outros.

sociedade regional é continuamente citada como demonstração do sucesso do Programa. Contudo, os métodos para calculá-la abarcam vários sentidos de “participação”,²⁰ não explicitam os modos com que ela acontece, e englobam todos os tipos de coligação com qualquer uma das atividades do CÁP. Eles revelam operações que equacionam papéis absolutamente passivos em relação àquela participação consciente e entusiasta que a propaganda do CÁP reivindica como seu resultado, para não falar da efetiva influência dos “participantes” na determinação das intervenções.

O valor da participação é calculado por parâmetros unicamente quantitativos, sem nenhuma atenção ao efetivo valor desta ou daquela colaboração e do envolvimento nas atividades do Programa. O efeito de sucesso do CÁP é obtido por meio da apresentação de determinados “indicadores”, escolhidos por seus responsáveis no sentido da representação da efetividade do Programa. A importância atribuída a estes “indicadores” – parâmetros idôneos que demonstram a validade e o sucesso do Programa²¹ – fica evidente nas publicações do *Jornal Cultivando Água Boa (JCÁP)*,²² e em todas as muitas apresentações do Programa

²⁰ Para uma comparação entre diferentes noções de “participação” e alguns dos métodos mais difundidos para fomentá-la em projetos de desenvolvimentos, ver Salviani, 2002.

²¹ Cf. *Plano Empresarial 2004-2008, Planejamento Estratégico, Síntese*. Itaipu Binacional, mimeo. Neste documento, encontramos considerações acerca dos modelos idôneos de gestão da ação da IB, individuando no “Planejamento Estratégico Situacional” uma ferramenta alinhada com os objetivos e a nova “missão” da empresa, “missão” esta também elaborada no mesmo documento: “Para Matus O Planejamento Estratégico Situacional é um método e uma teoria de Planejamento Estratégico Público. Foi concebido para servir aos dirigentes políticos, no governo ou na oposição. Seus temas são os problemas públicos e é também aplicável a qualquer órgão cujo centro do jogo não seja exclusivamente o mercado, mas o jogo político, econômico e social. Ao conceber governo e planejamento como indissociáveis. Matus faz uma crítica ao planejamento tradicional, que tem dissociado esses dois atores – dirigentes e políticos. O autor afirma ser necessário um planejamento que não esteja a serviço somente de técnicos e economistas, mas que seja uma ferramenta do político” (ibidem:2). Os autores estão se referindo à obra de Carlos Matus Romo, cujo trabalho sobre planejamento estratégico de governo está entre os mais reconhecidos. Para uma avaliação do enfoque de Matus ao Planejamento das políticas governamentais, ver Azevedo 1992.

²² A partir de setembro de 2003, a IB iniciou a publicação de um jornal dedicado especificadamente às atividades do CÁP, sendo o nome do Programa o título da publicação, aqui referida como *Jornal CÁP* ou *JCÁP*. Inicialmente realizado em colaboração com a Assessoria de Comunicação Social da IB, assim permanecendo até final de 2005, passa a ser publicado diretamente pela DC.IB a partir do número 06 de janeiro de 2006, em concomitância com o segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e relativo remanejamento de atribuições no interior das Diretorias da IB.

realizadas em inúmeros eventos e conferências.²³ Se, de um lado, a construção de indicadores no campo das práticas do “desenvolvimento sustentável” é uma questão complicada,²⁴ englobando problemas de vários tipos – desde a necessidade de definir univocamente o que seja “desenvolvimento sustentável” e suas metas²⁵ até problemas relativos à comensurabilidade de valores de diferente natureza²⁶ – de outro, estas preocupações não fazem parte das formulações da IB em relação ao CÁP, e os indicadores da sua eficácia são de caráter puramente numérico e quantitativo.²⁷

A falta de qualquer oportunidade de avaliação e crítica sobre a validade das metodologias implementadas em relação aos objetivos do Programa é mimetizada pela contínua repetição das ações realizadas, uma espécie de “mantra” que reporta insistentemente seqüências numéricas de dados, apresentadas como evidência da eficácia do Programa. Evita-se, desse modo, avaliar a correspondência entre metas e objetivos, correspondência esta que nunca é discutida ou questionada. Além disso, na construção dos indicadores, assistimos a operações que são reveladoras da importância atribuída pelos responsáveis pelo Programa a esta sua representação, mas que apontam também certa confusão, para não dizer falta de honestidade, na definição dos elementos que podem ser levados como evidência do efetivo alcance do CÁP.

A par das operações retóricas que fazem corresponder o número de “carrinhos” entregues às associações de catadores e o efetivo “empoderamento” e os avanços dos mesmos

²³ Cf. Capítulo 3.

²⁴ Cf. Bellen, 2004, 2005; Silva Rabelo & Sales Lima, 2007.

²⁵ Cf. Hardi & Zdan, 1997.

²⁶ Van Bellen, 2005.

²⁷ Além da contínua celebração das “metas” atingidas, realizada em toda e qualquer oportunidade pelos dirigentes da IB, a busca da definição de indicadores idôneos para demonstrar a eficácia das ações da IB no campo socioambiental pode ser conferida nos Relatórios de Avaliação Estratégica, documentos em que as ações realizadas são avaliadas em relação aos objetivos estratégicos da empresa (*Avaliação Estratégica Anual 2004/2005* e *Avaliação Estratégica Anual 2005/2006*. Diretoria Geral, SPCE – Sistema de Planejamento e Controle Empresarial).

em termos de cidadania, assistimos também à manipulação de dados, uma verdadeira “multiplicação” dos resultados que permeia toda e qualquer auto-representação do CÁB. Alguns exemplos darão a idéia e a medida deste *modus operandi*. No cálculo dos participantes das atividades de conscientização, no âmbito daquela que é considerada a atividade principal do CÁB, o *Programa 40 – Gestão por bacias* (tratado nos capítulos 3 e 4), são somadas, por exemplo, todas as pessoas que participam de cada uma das três diferentes etapas desse processo. Assim, o dado resultante representa a triplicação do número efetivo de pessoas que fizeram parte do processo.

Quanto aos *Pactos das Águas*, eventos extremamente significativos na economia do Programa (ver capítulos 3 e 4), assistimos a operações de outro tipo, como o convite de escolas inteiras para a cerimônia, na qual os estudantes foram solicitados a assinar o livro de presença, e a construção de médias em cima de todas as diferentes solenidades realizadas na BPIII. O efeito é a possibilidade de reivindicar a homogeneidade do sucesso do Programa e demonstrar que ele está tendo plena aceitação em todas as realidades onde pretende se afirmar. No caso dos eventos de celebração dos resultados do CÁB realizados anualmente em Foz do Iguaçu,²⁸ as publicações da IB sobre o Programa reportam como “participantes” o número total das inscrições realizadas, seja por meio da Internet, seja por iniciativas da IB e das outras instituições que os organizaram. Em relação ao CABIII, enquanto são citados 2.300 participantes, aqueles que estiveram efetivamente presentes nesse acontecimento e retiraram o material correspondente foram 1.926.²⁹

²⁸ Entre o fim do ano de 2004 e o fim de 2007 foram realizados quatro encontros: o CABI, o CABII, o CABIII e o CABIV.

²⁹ Dos 1.748 que declararam na ficha de inscrição o pertencimento institucional ou a ocupação, os grupos maiores possíveis de serem discriminados são formados por: 250 funcionários de Prefeituras; 236 entre estudantes e professores universitários; 182 funcionários da IB (entre os quais 20 estudantes do *Projeto Jovem Jardineiro*); 159 entre estudantes e professores de escolas até o Ensino Médio; 136 catadores de lixo; 117 agricultores, dos quais 12 se identificaram como orgânicos ou pertencentes a associações de agricultores

Ainda no que diz respeito ao CABIII, durante a reunião com os responsáveis pelos diferentes programas visando à sua preparação, realizada na Usina de Itaipu dois dias antes de o evento ser realizado, foi calculado que durante os 11 pré-encontros nos diferentes municípios da BPIII, que aconteceram durante alguns dias de novembro de 2006, foram apresentadas cerca de 250 propostas que, levadas ao CABIII, deveriam ser discutidas nas diversas oficinas. Quando do discurso de apresentação dos resultados do Programa realizado pelo diretor de Coordenação no primeiro dia do evento, estas propostas já tinham alcançado o número de 500.³⁰

Além do uso de indicadores mais ou menos reais de “participação,” temos toda uma série de operações, sempre de natureza retórica, destinada à construção de uma determinada imagem do CÁB – apresentá-lo como “novidade”, por exemplo – e a referência a valores absolutos de “respeito” e “amor” à natureza em face de problemas ambientais de alcance global, que são instrumentais para demonstrar a legitimidade também “moral” das propostas que constituem o CÁB (cf. capítulo 3). A pretensa novidade do Programa como modelo de intervenção no território é redimensionada a algumas das ações empreendidas, sendo que em sua quase totalidade as atividades realizadas pelo CÁB já tinham sido pensadas, e em boa parte implementadas, antes do seu advento.

Uma das verdadeiras novidades, contudo, reside exatamente no modelo de auto-representação que veio caracterizar as intervenções da IB no campo socioambiental a partir de 2003, em que a atribuição de novidade tem um papel fundamental na estratégia de difusão e legitimação do Programa. De fato, é esta estratégia que tende a atribuir ao CÁB uma ruptura com as precedentes gerências da IB quanto à gestão ambiental e, em âmbito geral, uma

orgânicos; 68 participantes do curso FEA (ver capítulo 4); 66 moradores de microbacias e 43 funcionários do Parque Nacional do Iguaçu – IBAMA.

³⁰ Discurso proferido pelo diretor da Coordenação da IB em 30 de novembro de 2006, por ocasião do CABIII, (gravação). Os mesmos números constaram depois de todas as publicações da IB sobre o evento.

mudança de “paradigma” quanto à relação homem/natureza, que a IB pretende estar fomentando por meio do Programa. Este fato representa a principal novidade da atuação da IB na esfera regional e nacional e no campo das políticas de “desenvolvimento sustentável”.

A minha pesquisa, contudo, proporcionou uma série de dados que invalida boa parte das pretensões da IB com respeito à originalidade das ações implementadas, ao alcance efetivo do Programa, ou à validade dos instrumentos empregados para realizar os objetivos declarados do CÁB (cf. capítulo 4). Em mais de uma oportunidade, durante conversas informais,³¹ diferentes funcionários da IB se queixaram das metas pretendidas pelos dirigentes da Diretoria de Coordenação em relação ao envolvimento dos públicos-alvo nas atividades promovidas pelos projetos do CÁB. Nas falas desses agentes, as pretensões diziam respeito à ignorância dos dirigentes do Programa (ou seja, os dirigentes da IB e, em particular, da Diretoria de Coordenação) em relação às realidades em que os diferentes projetos atuam.

Mas pergunta-se:

- É possível admitir a existência desta ignorância?
- É possível não existir comunicação entre os agentes encarregados de atuarem no campo – que parecem ter consciência das realidades sociais e dos problemas relativos à realização dos objetivos pretendidos – e os responsáveis da gestão dos projetos (e da liberação dos recursos), cujo interesse parece se limitar à consecução das metas prepostas?

³¹ Não obstante a informalidade dessas conversas, tive a oportunidade de gravar a maioria delas.

- Admitindo-se a existência deste fluxo de informação, de baixo para cima, o que impede o repensar das intervenções com o fim de adaptá-las às realidades em que se pretende atuar?³²
- Do que dependem a insistência no cumprimento das metas, a manipulação operada na computação dos resultados e a ausência de qualquer tentativa de rever o desenho do Programa?

Quando tentei formular estas dúvidas para alguns dos informantes de quem havia conquistado certa confiança, as respostas que recebi, entre o divertido e o desiludido, apontavam para duas justificativas principais. De um lado, houve quem fizesse referência à “falta de tempo” e à quantidade de tarefas a serem realizadas para alcançar as metas como os fatores passíveis de dificultar qualquer tentativa de revisão do desenho do Programa. De outro, os comentários apontavam para a “complexidade” da situação política da região, os interesses políticos em jogo e a necessidade de se operar “diplomaticamente” para não comprometer os resultados alcançados.

Estas respostas fizeram surgir perguntas ulteriores, relativas às possíveis motivações que subentendem a obra de construção da legitimidade, parte integrante da implementação do CÁP desde o seu começo. Surge assim a precisão de se olhar o CÁP para além dos objetivos declarados e de sua valência específica enquanto prática de “desenvolvimento sustentável”, e procurar entender os efeitos da ação da IB nos panoramas regional e nacional, com o fim de trazer à luz interesses outros, que não são imediatamente evidentes e tampouco declarados, mas que estão em jogo na realização do Programa. Caberia então perguntar: quem efetivamente está ganhando e o que na implementação do CÁP? Quais interesses estão em

³² Nos documentos da IB, afirma-se que o CÁP é realizado por meio da metodologia PDCA (planejamento, execução, verificação e análise crítica e revisões), metodologia que deveria possibilitar e facilitar a eventual revisão de metas e metodologias (cf. IB - CÁP, 2004d).

jogo em nível local, regional e nacional? Em outras palavras, é preciso procurar os eventuais efeitos instrumentais (os “instrument-effects” de Ferguson, 1990) do Programa e, uma vez detectados, analisar que tipo de interesses eles satisfazem.

Ao longo do texto tentaremos mostrar como a IB utiliza-se seja de vultosos recursos financeiros e materiais, seja de seu capital político e simbólico na construção não só de ações e intervenções, mas também, e sobretudo, na tentativa de aglutinar instituições e pessoas em torno de suas iniciativas no campo socioambiental, “parceiros”, cuja “participação” se revela como um dos objetivos fundamentais e se traduz, de acordo com a retórica de seus responsáveis, na demonstração do sucesso do Programa. Segundo o modo com que as intervenções realizadas no território pela IB antes de 2003 foram formatadas e vêm sendo apresentadas como conjunto coerente de ações no campo do “desenvolvimento sustentável”, parece haver o esforço dos responsáveis da atual gestão da IB de afirmar, por meio do CÁB, a sua competência em definir os modelos a serem operacionalizados para se alcançar a “sustentabilidade”. Ou seja, seria a tentativa da IB de se apresentar como a detentora dos pressupostos éticos e morais, dos conhecimentos científicos e dos instrumentos técnicos, necessários e suficientes, para definir o que é “desenvolvimento sustentável” e o que deve ser feito para a sua realização.

No primeiro capítulo, trataremos do termo “desenvolvimento sustentável”, tecendo uma pequena história capaz de dar conta da posição hegemônica que conquistou no campo das políticas públicas para o desenvolvimento. O objeto do segundo capítulo é a história de Itaipu e do contexto regional em que veio a ser construída. Na parte final, olharemos brevemente para as ações realizadas pela IB em relação ao meio ambiente no período anterior à implementação do CÁB. No terceiro capítulo, apresentamos o *Programa Cultivando Água*

Boa,³³ aproveitando a sua imagem oficial retirada das publicações da IB. A exposição é organizada reportando-se aos discursos “nativos” sobre o Programa em ordem cronológica. A leitura pode resultar um pouco tediosa, com algumas repetições ao longo da exposição. Esta escolha tem a intenção de apresentar os rótulos discursivos que perpassam a imagem que vem sendo difundida pela IB sobre o CÁP e sobre ela mesma. O quarto capítulo relata parte dos resultados da pesquisa de campo e as reflexões sobre a metodologia do CÁP, confrontando-os com o que foi apresentado no capítulo 3 e trazendo dados e considerações que serão aproveitados na discussão final.

³³ O *Cultivando Água Boa* será referido de agora em diante como CÁP ou Programa.

Capítulo 1: Desenvolvimento Sustentável: 35 anos

Neste trabalho ocupo-me de um caso específico de operacionalização de práticas e conceitos que podem ser resumidos corriqueiramente no rótulo de *Desenvolvimento Sustentável*. Trata-se de um conjunto de atividades e discursos, práticas e falas acerca da gestão dos recursos naturais e do melhoramento das condições de vida em relação a um ambiente sócio-político-geográfico específico no oeste do estado do Paraná: o Programa Cultivando Água Boa (CÁB), uma iniciativa da Itaipu Binacional (IB).

As metodologias de implementação do CÁB apresentam-se como a aplicação de uma série de princípios que foram tomando corpo, a partir dos primeiros anos da década de 70, em nível mundial, quanto às formas de relacionamento entre modelos e práticas econômicos e as transformações sociais e do meio ambiente.

Assistimos nesses anos a mudanças notáveis nos discursos relativos ao desenvolvimento. Os efeitos perversos das políticas de industrialização do terceiro mundo – seja quanto ao aumento da poluição e ao uso incondicionado dos recursos naturais, seja em face da piora das condições econômicas dos países objeto de intervenção, e também do crescimento dos contingentes populacionais em condições marginais – levaram a modificar em parte aqueles que eram os focos e os objetivos das intervenções rumo ao desenvolvimento. A ênfase recaía na necessidade de atuar políticas que contribuíssem para uma maior redistribuição dos benefícios proporcionados pelo esforço desenvolvimentista:

The mainstream development paradigm was also changing in the late 1960s and early 1970s with the realization among many planners that after 20 years of attempts to recreate western-style urban industrial societies in agrarian, largely post-colonial dependent nations, a hard-core of countries remained desperately poor despite efforts to increase income and productivity. What is more, the gap between these “Least Developed Countries” (LDCs) and developed nations had actually widened. Within the LDCs the gap between large rural populations living in horrendous poverty and minuscule (often urban) elites had also widened markedly. To deal with this disappointing results, foreign aid organisations and governments in LDCs began to reorient development activities toward the rural poor in an attempt to improve their living conditions in the first instance, rather than rely on the “trickle down”

effects of investments in the industrial and urban sectors. A more equitable distribution of income access to resources was held to be not merely a morally desirable objective but also a necessary precondition for general economic growth. A recent review characterises the two perspectives as “the economic-growth-and-modernization era” of the 1950s and 1960s, when development was defined as growth in output per capita, and the “growth-with-equity period” from the early 1970s when development planners became more concerned with a fairer distribution of employment, income, nutrition, and health (Staatz and Eicher 1984:3). The shift in emphasis of American Foreign Assistance toward the rural poor, known as the “New Directions” of AID, was legislated by Congress during 1973 and 1975 (Horowitz & Painter 1986 p.2).

Em 1972, as Nações Unidas organizaram em Estocolmo a Conferência sobre Meio Ambiente Humano, na qual foram discutidas pela primeira vez, entre países industrializados e países “em desenvolvimento”, questões relativas ao meio ambiente e às políticas de desenvolvimento. As conclusões da conferência³⁴ levantaram a necessidade de se mudar o modelo de desenvolvimento econômico e de investir na melhoria das condições de vida das sempre maiores parcelas populacionais que viviam na miséria, por meio de intervenções endereçadas diretamente a elas, dando início a um percurso de estudos e discussões acerca das medidas a serem adotadas para se alcançarem resultados tangíveis.

Em 1982, por ocasião da Conferência Estocolmo + 10, realizada em Nairóbi, Quênia, foi instituída a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED), cujos trabalhos levaram, em 1986, à publicação do famoso Relatório “Our Common Future”, conhecido também como “Relatório Brundtland”, retirado do nome da ex-primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, que presidia a Comissão. Foi a partir deste Relatório que o termo “desenvolvimento sustentável” ganhou relevância mundial e, em poucos anos, transformou-se no objetivo principal das políticas de desenvolvimento. Desde então, os esforços concentraram-se em explorar os possíveis caminhos para alcançar os objetivos

³⁴ As discussões foram embasadas nos estudos realizados pelo assim chamado “Clube de Roma”, um grupo de estudiosos formado em 1968 e que havia publicado em 1972 o famoso relatório *Limits to Growth* (Meadows *et. al* 1972).

resumidos na definição proposta pela WCED: “Desenvolvimento sustentável é aquele que permite satisfazer as necessidades das gerações atuais sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações satisfazerem as suas”.

Conceito poliédrico, sujeito a diferentes interpretações, o “desenvolvimento sustentável” ganhou em poucos anos um lugar de absoluta preeminência no panorama mundial. Sua consagração definitiva veio com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 e conhecida como ECO-92 ou Rio 92. Naquela ocasião, à frente dos líderes de 102 países, mais os representantes de outros 73, foi assinada uma série de documentos que sintetizavam as preocupações em relação às questões ambientais. Os mais importantes e conhecidos são a Agenda 21, a Declaração de Princípios sobre Florestas, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas.³⁵

Contemporaneamente à ECO-92, realizava-se em Porto Alegre o Fórum Global, conhecido como Cúpula da Terra, que contou com a participação de mais de 10 mil representantes de movimentos sociais e ONGs, e que produziu a primeira minuta da “Carta da Terra,” outro documento planetário que foi proposto à Conferência, mas não conseguiu ser aprovado.

Em 1993, foi criada pelas Nações Unidas a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CSD), cuja tarefa era avaliar a implementação da Agenda 21. Com este fim, a CSD

³⁵ (Sitarz 1993). A Agenda 21 é um documento pragmático (de várias centenas de páginas divididas em 40 capítulos), na qual são apresentadas as medidas consideradas necessárias para alcançar a sustentabilidade das atividades humanas no planeta. A versão em português pode ser consultada no site do Ministério do Meio Ambiente, <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575> no endereço

organizou em 1997 a Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada no Cairo, Egito, em que foram dados passos para uma ulterior redação da “Carta da Terra”.³⁶

Não é nosso objetivo avaliar os avanços e os desencontros relativos aos objetivos declarados nesta série de documentos, nem realizar uma análise dos efeitos proporcionados pelos mesmos em termos de políticas ambientais e de combate à pobreza. O que nos interessa é apresentar a evolução das interpretações acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, como pano de fundo para um melhor entendimento dos referentes ideais e metodológicos que guiam a criação e a implementação do CÁB.

Na análise de David Carruthers, no curso dos últimos dois decênios, o termo veio a sofrer ajustes que levaram a um esvaziamento do componente crítico a respeito do modelo econômico dominante neoliberal, anulando as tensões entre crescimento econômico e conservação dos recursos à base da sua formulação:

Sustainable development now stands as the dominant discourse on the environment-development problematic! Because it promises to defuse longstanding tensions between environmental protection and economic growth, nearly everyone favors it, including individuals, firms, national and local governments, militaries, and the gamut of non-state actors. It has prompted so many business, government, academic, and nongovernmental publications and gatherings that it has been dubbed “the mantra that launched a thousand conferences.”³⁷ Accompanied by liberal democracy and free markets, sustainable development is now a pillar of contemporary universalism, embraced from the industrialized north, to the less-developed south, to the post-communist east. However, the sustainable development of today bears faint resemblance to its point of origin. The language of sustainability was once a discourse of resistance, fusing radical

³⁶ A “Carta da Terra” é um documento que visa estabelecer as bases éticas para a operacionalização dos princípios contidos na Agenda 21. Uma versão definitiva da “Carta da Terra” foi ratificada pela UNESCO em 2000, depois de todo um percurso de confronto e discussão em nível mundial. Foi o resultado dos esforços de duas ONGs internacionais, a Cruz Verde Internacional e o Conselho da Terra, apoiadas pelo governo holandês. Estes organizaram em 1995 um encontro na Holanda, onde foi proposta uma consulta mundial por um período de dois anos, a fim de se chegar a uma redação compartilhada do documento. A consulta foi promovida, a partir de 1997, pela recém-criada Comissão da Carta da Terra, levando à redação de um documento final sob a orientação de Steven Rockefeller, professor de filosofia da religião e da ética. Entre as publicações distribuídas pela IB, temos *A Carta da Terra. Valores e Princípios para um Futuro Sustentável*, realizada em 2004 pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente e da Itaipu Binacional.

³⁷ Dowie, 1995, p.235, citado pelo autor.

environmental consciousness with a critical rethinking of a failed development enterprise. It provoked challenging questions about scarcity and limits, affluence and poverty, global inequality, and the environmental viability of westernization. By today, sustainable development has been transformed, stripped of its critical content, and reconfigured for compatibility with the larger priorities of the post-Cold War era (Carruthers 2001, p.93).

O percurso de discussão acima esquematizado acerca das medidas a serem implementadas para alcançar a sustentabilidade levou a uma reformulação das definições relativas ao termo. A Agenda 21, no que concerne às relações entre sustentabilidade e modelos econômicos, omitiu as referências às limitações impostas em função da escassez dos recursos naturais, concentrando-se em medidas cujo objetivo é o desenvolvimento de metodologias idôneas para a diminuição da pobreza, considerada como a causa principal da degradação ambiental (*idem*, p.99; cf. Foladori 2002).

A ênfase sobre pobreza, contudo, não manteve seu lugar central nas formulações acerca do desenvolvimento sustentável, e o termo foi se esvaziando da carga crítica aos modelos de redistribuição econômica. A visão holística à base do conceito permitiu que viesse a ser apropriado como justificativa para os mais diferentes interesses (Redclift, 2006), levando ao esvaziamento de suas premissas. Mesmo aqueles que defendem uma concepção de “desenvolvimento sustentável” como subordinado à esfera puramente econômica, demonstram grande insatisfação com a evolução das discussões:

Yet even as sustainable development has become conventional wisdom over the past two decades, something has gone horribly wrong. Because the concept stresses the interconnection of everything, it has been vulnerable to distortion by woolly thinking and has become a magnet for special interest groups. Human rights watchdogs, large chemical companies, small island nations, green architects, and nuclear power plant operators have attached themselves to the fashionable notion only to subvert it for their own ends. Instead of bringing together nature, the economy, and social justice, sustainable development has spawned overspecialized and largely meaningless checklists and targets. Particularly harmful has been a series of consensus-driven UN summits that have yielded broad and incoherent documents and policies. Sustainable development, the compass that was designed to show the way to just and viable economics, now swings in all directions (Victor, 2006, p.91).

No campo das ciências econômicas, assistimos à formulação de princípios e modelos teóricos que procuram manter a legitimidade do modelo capitalista de produção e acumulação, sem que sua validade venha a ser abalada pela anunciada exaustão das fontes primárias de recursos. A formulação mais conhecida foi colocada por Robert Solow e John Hartwick, os quais afirmaram que a diminuição e o eventual desaparecimento dos recursos naturais não significam necessariamente a não-possibilidade das gerações futuras de satisfazerem às próprias necessidades, caso o processo permita a criação de capital manufaturado suficiente para substituir os recursos naturais (Solow, 1974, 1986, 1993, 1994; Hartwick, 1977, 1978):

a sustainable path for economy is.... not necessarily one that conserve every single thing or any single thing. It is one that replaces whatever it takes from its inherited natural and produced endowment (Solow, 1994, p.25).

Entre as muitas críticas a esta formulação, que pretendia demonstrar a possibilidade de continuar operando com a noção de “abertura” do sistema capitalista de produção, acumulação e consumo, formuladas a partir do campo dos estudos econômicos, citamos as de C. S. Hollings sobre a “elasticidade” (*resilience*) dos sistemas naturais, segundo as quais a sustentabilidade é relativa aos limites de extração e alteração dos estoques de materiais, além dos quais o sistema perde a capacidade de se reproduzir (1986). Ou seja, para Hollings, a destruição ou a exaustão de espécies e recursos naturais é admissível até que isto não incida na capacidade do sistema, no que tange ao seu complexo, de se regenerar. Os avanços neste sentido levaram à formulação, no campo das disciplinas econômicas, de modelos teóricos que se opunham de modo contundente às pretensões de Robert Solow, cujos seguidores foram alvo de críticas articuladas, sobretudo, pelos proponentes de uma variante dos estudos econômicos, a economia ecológica (e.g Daly, 1996; cf. Cavalcanti, C., 2004). Ao deixar o Banco Mundial em 1994, Herman Daly declarava:

Muita gente boa trabalha no Banco Mundial e, usualmente, o fazem com muita competência e dureza, talvez até dureza demais. Entretanto, uma administração de cima para baixo, mal orientada por uma visão não-realista do desenvolvimento, como se esse fosse uma generalização do superconsumo dos países do Norte para as massas do Sul, que se multiplicam rapidamente, tem levado a muitos fracassos externos, econômicos e ecológicos. A culpa desta visão não-realista do desenvolvimento deve ser atribuída tanto aos economistas teóricos nas universidades quanto aos economistas “praticantes” no Banco Mundial (*Agir Azul*, n.10, 1995).

A economia ecológica, com o fim de repensar a relação entre economia e meio ambiente, incorporou critérios advindos de outras disciplinas, ou seja, da ecologia (biologia) e da física. A ecologia forneceu o enfoque holístico sobre os sistemas naturais, permitindo considerar os processos econômicos como parte de outros mais amplos e de fluxos de matérias e energias, recusando a idéia da economia neoclássica que vê os processos econômicos como circuitos monetários fechados, reformulando assim as conexões entre natureza e economia. A incorporação das leis da termodinâmica permitiu aos economistas ecológicos demonstrar que os processos econômicos são sempre entrópicos, têm graus de eficiência termodinâmica variada para cuja consideração é necessário avaliar tanto os recursos naturais empregados na produção, quanto os produtos do processo produtivo, entre os quais, os impactos dos resíduos gerados. Para Heman Daly, um dos maiores porta-vozes desta visão do *embedding* dos processos econômicos a sistemas de outra ordem, os termos “desenvolvimento”, entendido como crescimento econômico mundial, e “sustentabilidade” não são compatíveis (Daly, 2004).

As discussões acerca do que seria “desenvolvimento sustentável” e dos modos para alcançá-lo mostram a propriedade polissêmica do termo. As interpretações que foram se acumulando nos últimos dois decênios apresentam visões diferentes e até conflituosas. A definição dada pelo Relatório Brundtland – “[...] development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs” – deixa em aberto questões de várias ordens. Em primeiro lugar, a das “necessidades”,

consideradas não como satisfação dos pressupostos básicos à sobrevivência, mas como advindas de horizontes culturais diferentes, seja sincronicamente entre as várias sociedades, seja diacronicamente com respeito aos arranjos societários do futuro, são certamente diferentes, não esquecendo a contribuição dos próprios modelos de desenvolvimento praticados na sua formação. Em segundo lugar, a “sustentabilidade” pode ser interpretada não só em relação à conservação, substituição e reposição dos recursos sobre os quais se apóia a capacidade produtiva, mas também como a necessidade de alimentar e assegurar a manutenção dos níveis de crescimento econômico protagonizados nas últimas décadas, sobretudo pelos países “em via de desenvolvimento”. Segundo esta visão, não se pode escapar do fato de que a satisfação das “necessidades” de alguns significa a impossibilidade por parte de outros de alcançarem as próprias, especialmente se o objetivo do desenvolvimento reside na “globalização” dos modelos produtivos e de consumo dos países ocidentais:

Human alteration of Earth is substantial and growing. Between one-third and one-half of the land surface has been transformed by human action; the carbon dioxide concentration in the atmosphere has increased by nearly 30 percent since the beginning of the Industrial Revolution; more atmospheric nitrogen is fixed by humanity than by all natural terrestrial sources combined; more than half of all accessible surface fresh water is put to use by humanity; and about one-quarter of the bird species on Earth have been driven to extinction. By these and other standards, it is clear that we live on a human-dominated planet (Vitousek, 1997, p.494).

Nascidas de considerações acerca do estado dos ecossistemas, as discussões em torno do “desenvolvimento sustentável”, ao alcançarem lugar de destaque no cenário mundial, foram aos poucos englobando chaves de leitura que as reconduziram ao âmbito das linhas de pensamento dominantes da economia neoclássica (Redclift, 2006, p.72).

Os avanços em vários campos, tecnológicos, científicos e sociais tiveram grande influência no desenrolar das discussões acerca de objetivos e instrumentos para se alcançar a sustentabilidade. A engenharia genética e os progressos na busca de fontes renováveis e não-poluentes de energia, assim como a revolução no campo das comunicações e os efeitos dos

processos de globalização de modelos econômicos e conceituais, contribuíram em grande medida para mudar as imagens e as propostas de solução para os problemas derivados das relações homem / natureza e das várias realidades sociais inter e infranacionais.

O acento posto pelo relatório Brundtland sobre “necessidades” foi aos poucos cedendo lugar a formulações acerca dos “direitos”, seja humanos, seja dos outros componentes do ecossistema global, endereçando as discussões para questões de poder, equidade e redistribuição. A Conferência Rio 92 tinha como objetivo encontrar caminhos comuns e compartilhados para a operacionalização do conceito, ou seja, modelos de gestão em nível mundial regional e local que assegurassem alcançar o desenvolvimento sustentável. Devido às muitas e diferentes interpretações acerca do termo, a busca de soluções compartilhadas contribuiu para dar crédito a uma visão passível de ser apoiada pelo maior número de países possível, e que conjugasse a conservação dos recursos naturais – uma preocupação advinda, sobretudo, do “primeiro mundo” – com a necessidade de possibilitar o crescimento econômico, uma exigência especialmente dos países “em via de desenvolvimento”, os mesmos onde se encontra a maioria desses recursos naturais.

A solução principal foi individuada na necessidade de mudar modelos comportamentais de consumo e a relação com o meio ambiente, e encontrar soluções “técnicas” para a conservação e a recuperação do que vinha sendo definido como *capital natural*, ou seja, um claro sinal do reconhecimento da necessidade de abrir os modelos econômicos para a consideração das bases materiais e limitadas de sua operacionalização, mas também para a formulação da possibilidade de encontrar nesses mesmos modelos a indicação do caminho a ser trilhado rumo ao “desenvolvimento sustentável” (Foladori, 2002).

Claramente, o campo de discussão acerca do conceito de “desenvolvimento sustentável” não está limitado à esfera econômica ou ecológica. Representantes de muitas outras disciplinas entraram com força no debate. No campo do direito, multiplicaram-se as

discussões acerca dos mecanismos de contribuição para a operacionalização dos princípios de conservação e uso dos recursos naturais, que englobam questões relativas aos direitos de propriedade destes mesmos recursos. Nesta ótica, vieram a ser consideradas também questões de ordem social, sobretudo em relação às populações cuja integridade sociocultural e econômica depende diretamente da conservação de *habitats* específicos, como grupos indígenas e populações tradicionais. Precisamos lembrar ainda que o impulso à discussão veio de movimentos que contestavam o modelo civilizador dominante, principalmente como consequência do reconhecimento de que as promessas de justiça social e afluência econômica das doutrinas econômicas do pós-guerra, baseadas na idéia de progresso, vinham sendo sistematicamente descumpridas. Este fato leva à marginalização sempre maior dos países periféricos, assim como ao aumento da pobreza de muitos e da acumulação de capital nas mãos de elites sempre mais reduzidas.

Não é nossa pretensão apresentar o espectro das inúmeras formulações, teorias, idéias, propostas e críticas que foram e estão sendo vociferadas na luta pela definição da sustentabilidade. O objetivo deste trabalho é indagar acerca de uma instância de operacionalização de princípios específicos, técnicas e discursos que pertencem a estes horizontes discursivos, e que pretendem oferecer caminhos possíveis para superar a crise de falta de sustentabilidade do mundo atual.

Contudo, antes de me dedicar a esta tarefa, é necessário definir minimamente as diferentes interpretações e chaves de leitura da (in)sustentabilidade ecológica, e o peso relativo que estas vêm assumindo na formatação de possíveis soluções.

Segundo Guillermo Foladori, assistimos a uma piora progressiva dos indicadores de bem-estar do planeta (2007, p.20-21). O autor menciona o aumento nos níveis do CO₂; a desertificação, a deflorestação; a extinção de espécies naturais e o esgotamento das reservas hídricas; o crescimento das diferenças nas expectativas de vida e na desigualdade econômica;

as centenas de milhões de pessoa na Índia que não têm segurança alimentar; a migração de centenas de milhões de chineses do campo para a cidade; a migração de dezenas de milhões de pessoas da África subsahariana; o aumento exponencial dos doentes de AIDS; os milhões de mortos pela malária e pela tuberculose. As causas desta situação são percebidas segundo óticas diferentes, que o autor agrupa em três eixos principais:

Existen tres principales corrientes de opinión sobre las causas de esta situación. La más difundida es la técnica. Tecnologías ineficientes y sucias han degradado el ambiente. Son necesarias tecnologías eficientes y procesos limpios.³⁸ También tiene popularidad la consumista. El comportamiento consumista agota los recursos y genera residuos. Es necesaria una reducción en el consumo de los ricos.³⁹ En todos los organismos internacionales la pobreza es un aspecto central de las causas del deterioro ambiental. Los pobres son considerados causa y consecuencia de la degradación ambiental. Lo primero porque la falta de capital los lleva a degradar los recursos disponibles; lo segundo porque son obligados a vivir en los lugares más degradados. Pero este tema, aunque fundamental, está subsumido en los anteriores, ya que la alternativa propuesta es la participación y el empoderamiento para que los pobres consigan superar sus limitaciones de capital y acceder a tecnologías más eficientes y manejos más amigables de los recursos naturales (WCED, 1987; World Bank, 2001a; Foladori, 2002).⁴⁰ En la mayoría de los casos las interpretaciones técnica y consumista se combinan junto a la preocupación por erradicar la pobreza, como en los organismos internacionales sobre el desarrollo sustentable (DS). La tercera interpretación tiene menos acogida y es la clasista. Para ésta, las relaciones sociales de producción capitalista son responsables de la degradación de la sociedad y su medio ambiente.⁴¹ Según se adopte una o otra posición, las alternativas políticas serán diferentes: confianza en la ciencia y tecnología, confianza en el convencimiento personal, movilización de trabajadores y pobres, respectivamente (*ibidem*, p.21-2).

Como foi dito, ao tentarmos construir a etnografia de alguns dos componentes do CÁP e de seu modelo de atuação, não pretendemos avaliar os seus eventuais acertos ou as suas falhas. O que nos interessa é indagar, usando como prisma as diferentes visões das causas e as

³⁸ El World Business Council for Sustainable Development es un ejemplo de esta posición. Véase, por ejemplo, Dow/American Academy in Berlin/Tomorrow Magazine/WBCSD (2002). Nota no texto citado.

³⁹ Un claro ejemplo de esta posición puede leerse en el informe del Worldwatch Institute (2004). Nota no texto citado.

⁴⁰ Véase, por ejemplo (WBI's) (2001), World Bank Institute's Sustainable Development Learning Program en: <http://www.worldbank.org/wbi/sustainabledevelopment/>. Nota no texto citado.

⁴¹ Buena parte de las interpretaciones marxistas sustentan esta posición (O'Connor, 1998; Burkett, 1999; Foster, 2000). Nota no texto citado.

propostas de solução relativas esquematizadas por Foladori (“técnica”, “consumista” e “classista”), como são construídos os discursos sobre desenvolvimento sustentável à base do *modus operandi* do Programa e as relações entre discursos, desenho das intervenções e das ações executadas. Isto nos permitirá analisar a experiência do CÁB como uma particular instância de práticas sociopolíticas realizadas a partir do rótulo geral de “desenvolvimento sustentável”, mas que adquirem valências específicas num determinado panorama regional.

Para ter um quadro completo de todas as situações em que o CÁB vem atuando, seria necessário acompanhar o dia-a-dia de centenas de pessoas, entidades, instituições, empresas e administrações que exercem atividade em um território de milhares de quilômetros quadrados. Longe da possibilidade de realizar esta tarefa, acompanhei somente algumas das ações realizadas pelo Programa, apresentadas aqui como uma espécie de “estudo de caso”. Contudo, acho que elas fornecem dados suficientes para fazer a análise de tal empreendimento, objeto deste trabalho.

Antes de tratar do CÁB, é preciso, todavia descortinar um pouco da história da IB, cuja construção e operacionalização redesenhou mapas, demografias e relações sociais, provocando uma “verdadeira revolução” num canto pacato do oeste paranaense dos anos 70.

Capítulo 2: Itaipu Binacional, um “mega projeto de desenvolvimento”⁴²

Ao começar a tentativa de desvendar o que é a IB, o que mais chama a atenção ao primeiro impacto é o tamanho superlativo de tudo o que tem a ver com esta realidade: desde o seu projeto até a sua realização, desde os “impactos” sobre a sociedade e o meio ambiente até a quantidade de energia produzida. De fato, obra gigantesca, “maior do mundo”, a Hidroelétrica de Itaipu continua a se orgulhar de comparações com as centenas de estádios, como o Maracanã, que poderiam ser construídos com o concreto empregado na sua realização, ou as centenas de torres Eiffel a serem erguidas com os metais aí utilizados.⁴³ Os números, as quantidades e os tamanhos sem iguais sempre foram os eixos descritivos de Itaipu, e de qualquer modo poderia se dizer que fazem parte também dos motivos que levaram à sua construção.

Pelos investimentos (e dívidas) fabulosos, pelo número exorbitante de trabalhadores e pela quantidade excepcional de materiais empregados na sua realização (reportados mais à frente neste texto), pelo peso na economia regional através de pagamento de *royalties* e outras iniciativas, e também pelo regime jurídico especial que faz dela uma “caixa preta” aos olhares alheios, a IB sempre se distinguiu por ser uma ilha à parte no panorama regional e nacional (Catta, 2003). Desta relação política, procuramos sinais ao percorrer as leituras que nos ajudam a traçar a história da IB. De fato, o que caracteriza principalmente o CÁB, nas falas de seus responsáveis, é a capacidade de instaurar um “novo modo” de se conectar com as

⁴² Utilizei o trabalho de Ivone Teresinha Carletto de Lima (2006) sobre Itaipu para organizar esta primeira parte da exposição acerca dos precedentes históricos da construção de Itaipu e da constituição da IB. A análise ali desenvolvida e a bibliografia trabalhada cobrem o campo de disputas que foi originado pelo aproveitamento das Sete Quedas e a construção de Itaipu, além de fornecer um quadro dos contextos históricos em que estas disputas se originaram e se desenvolveram. Ivone T. C. de Lima é professora da Universidade Tecnológica Federal de Medianeira, e apresentou este trabalho para a obtenção do grau de Doutor em História na Universidade Federal Fluminense – UFF em 2004. O trabalho foi publicado em 2006 pela Editora Germânica com o apoio da Itaipu Binacional.

⁴³ Ver anexo F1 (folder turístico em inglês “Usina de Itaipu”, s/d) e F2 (p.14 de publicação promocional para fomento ao turismo, Itaipu Binacional, s/d).

instituições, as pessoas e o meio ambiente, aí se situando a IB, por meio do Programa, como a facilitadora e a responsável por essa nova relação. Em função disso, a IB pode contar com diferentes tipos de “capitais”: 1. capital financeiro, que usa para organizar e gerenciar o Programa, parte do qual é repassada a órgãos e a pessoas que colaboram com o CÁB através de convênios e consultorias; 2. capital “técnico patrimonial”, na forma de homens e infraestrutura, e os relativos custos de manutenção, que podem ser disponibilizados na realização das atividades do CÁB; 3. capital simbólico, ligado ao “prestígio” da IB, que lhe permite, entre outras coisas, canalizar recursos além dos próprios em atividades ligadas ao Programa.

A construção e a operação de Itaipu, ao longo de seus mais de trinta anos de existência, representaram muitas coisas. Marcaram, pelos menos simbolicamente, a entrada oficial do Brasil na era do progresso. Influenciaram também a mudança de equilíbrios políticos no continente sul-americano, já que a Ata das Águas, estipulada em 1966, e o Tratado de Itaipu, em 1973, determinaram a escolha de Strossner em relação às alianças com os mais poderosos países vizinhos, Brasil e Argentina.

A construção da usina no lugar que ficou conhecido como Itaipu e a criação do reservatório no trecho até Guaíra, respondiam a às escolhas relativas a duas ordens de interesses: o econômico – relativo às políticas de industrialização do país e ao pleno aproveitamento da capacidade geradora daquele trecho do Rio Paraná – e o geopolítico, com a finalidade de resolver questões diplomáticas e, ao mesmo tempo, subtrair o Paraguai da influência da Argentina, num desenho político internacional subsumido à conjuntura internacional do momento. Entretanto, o tamanho da obra foi se constituindo como um objetivo em si mesmo, capaz de justificar os esforços e os sacrifícios necessários para alcançá-lo. O caráter simbólico que assumia em face do mundo, como era repetido à exaustão no período da sua construção pelas mídias e pelas autoridades, enchia de orgulho os cidadãos do Brasil, país que ia construir a “Maior Usina do Mundo”. O registro “Mega” é o que

caracteriza a imagem, o simbolismo futurista de Itaipu e das líricas à grandeza do engenho humano e à magnificência das forças da natureza, que o homem teve de dobrar a seu serviço.

Além de representar a concretização dos esforços modernistas de desenvolvimento, concentrados no crescimento econômico e industrial (Esteva, 1992), a construção de Itaipu marca outros momentos importantes da história do Brasil. A luta contra as práticas de desapropriação usadas para adquirir a área do reservatório foi o começo da organização de movimentos que ainda hoje são os mais reconhecidos e atuantes no país. Foi desta experiência de luta que nasceu o MASTRO⁴⁴ em Medianeira – que depois veio a integrar o MST,⁴⁵ fundado em Cascavel – ainda em tempos de ditadura, num Brasil que tentava achar seu lugar entre as potências econômicas mundiais.

Outras experiências ocasionadas pela construção de Itaipu surgiram no campo das práticas de conservação do meio ambiente. O Itaipu Binacional desde cedo tinha previsto um plano para limitar as perdas causadas com a subida as águas do reservatório, efetuando estudos e coletas de exemplares da flora e da fauna, antes do fechamento das comportas e da cheia do lago, com o fim de conter os efeitos causados ao ambiente pela implantação da usina, e tentar evitar assim a descaracterização da flora e da fauna. Outros objetivos do empenho que seria desde então praticado pela IB em relação ao meio ambiente diziam respeito à qualidade da água do lago de Itaipu, visando substituir, ao desfrutar dos potenciais econômicos da pesca e do turismo,⁴⁶ a capacidade produtiva das terras perdidas com a inundação. O objetivo principal estava ligado à durabilidade da usina. Era pretensão “atenuar algumas conseqüências negativas do empreendimento, enfatizar e aperfeiçoar, gradativamente, os benefícios e outros

⁴⁴ Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná

⁴⁵ Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Os primeiros atos da formação deste movimento são reportados, segundo Mazarollo (2003), mais à frente neste capítulo. Ver também Alcântara, 2002.

⁴⁶ De fato, atenção e incentivos ainda hoje são dedicados ao desenvolvimento do turismo ligado à prática da pesca desportiva.

aproveitamentos que o reservatório trará à região” (Itaipu Binacional, *Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente 1975*, apud Mazzarollo, 2003, p.180).

Itaipu é, com certeza, um acontecimento relevante na história recente do Brasil, mas é sobretudo importante no desenvolvimento do território do oeste paranaense. Percorrer, ainda que breve e superficialmente, a história da implantação da IB nos ajuda a compreender as relações hoje existentes da própria Itaipu com este território e a sociedade que ali vive.

2.1 Economia e política. As chaves de leitura de Itaipu

Como dito, a realização da hidroelétrica de Itaipu é devedora especialmente de duas ordens de interesses. Quanto à primeira ordem, temos a busca do progresso e as políticas de modernização do país, que almejavam desenvolver o Brasil como potência industrial.⁴⁷ A segunda ordem de interesses dizia respeito a questões diplomáticas e de relacionamentos com os demais países do continente americano.

Assinado em 1973, o “Tratado de Itaipu” define uma virada nos relacionamentos entre Brasil, Paraguai e Argentina. O General Costa Cavalcanti, que ficou à frente da IB do começo de construção da usina até o fim da ditadura militar, em 1984, afirmou em 1975 que a realização da Usina Hidroelétrica de Itaipu era mais um assunto relacionado, naquele momento, ao quadro político do Brasil e do Paraguai: “Como ponto de partida, situa-se o surgimento de um fim de natureza predominantemente política no quadro das relações internacionais” (Cavalcanti, J. C., 1975, p.56).

Percorreremos rapidamente estes dois planos até a assinatura do Tratado de Itaipu, em 1973.

⁴⁷ As primeiras tentativas de superar a “vocação agrícola” do Brasil surgiram já na década de 1920, com o incentivo do governo ao surgimento de grandes empresas (Fausto, 1998, p.288).

2.1.1 Energia e desenvolvimento

No Brasil, podemos datar o surgimento do interesse econômico relativo ao setor elétrico nas últimas décadas do século XIX, com as primeiras demonstrações públicas de iluminação, ou seja, o experimento de Edson e a estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II, no Rio de Janeiro (Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1988, p. 29-30). Em 1899 foi constituída em Toronto, Canadá, a São Paulo Tramway, Light and Power (Light), que passou a atuar na cidade de São Paulo e depois no Rio de Janeiro, monopolizando o transporte coletivo e a produção e a distribuição para a capital paulista da eletricidade produzida pela hidroelétrica de Parnaíba, inaugurada em 1901 (Lamarão, 1997, p.207-208).

Com a primeira guerra mundial, o setor elétrico recebeu o impulso derivado do crescimento do preço e da escassez de outras fontes de energia, como o carvão e a lenha, chegando em 1930 a ser um setor imprescindível para o desenvolvimento da economia, sobretudo do setor industrial. Entretanto, o mercado brasileiro de energia elétrica tinha sido ocupado por concessionárias estrangeiras. Com a chegada em 1927 da American Foreign & Power, que comprou a Companhia Brasileira de Energia Elétrica e constituiu a Empresas Elétricas Brasileiras, houve uma divisão do mercado entre esta e a Light. Enquanto a Light ficava com o eixo Rio-São Paulo, a Empresas Elétricas Brasileiras atuava no restante do país. Em 1930, toda a base produtiva da indústria brasileira, o setor energético, estava de posse de empresas estrangeiras (Lima, J. L., 1995).

Os historiadores indicam a década de 1930 como um momento de reajuste nos equilíbrios de poder no Brasil, quando o Estado assumiria o papel de motor da difusão da idéia de progresso e do desenvolvimento econômico,⁴⁸ escrevendo a palavra fim à era

⁴⁸ P.ex. Draibe, 1985, p.83.

ruralista (Mendonça, 1997), e apontando para o pólo urbano-industrial como eixo futuro dos esforços de crescimento econômico (Mendonça, 1988, p.13).

As transformações ocorridas ao longo da década de 1930 beneficiaram, sobretudo, o setor empresarial industrial que, a partir de 1937, passou a apoiar a atuação de um Estado forte à frente do processo de desenvolvimento do país (*ibidem*, p.20).

A época getulista concretizou a entrada do Estado nos setores mais importantes da economia através da nacionalização de muitas atividades. A Carta Constitucional de 1937, promulgada por Getúlio Vargas, previa um percurso de nacionalização progressiva de recursos e setores importantes da economia, entre os quais, as minas e as quedas d'água. Com isto exigiu a participação de acionistas brasileiros em bancos e seguradoras atuantes no Brasil, e fixou um termo para a nacionalização das empresas estrangeiras, à exceção das companhias elétricas, não tendo a empresa brasileira condições de absorvê-las.

Como consequência também da crise de 1929, o Estado veio a assumir o papel de articulador do processo industrial, situando-se como incentivador e coordenador do crescimento econômico do país, sendo responsável pela ampla difusão da ideologia do progresso que se espalhava na sociedade. Para Guido Mantega, assistimos nesse período a afirmação de uma ideologia desenvolvimentista e intervencionista que tinha ganhado vários setores da sociedade civil e tinha representação na burocracia estatal do regime do Estado Novo (1990, p.48).

As políticas de expansão econômica que marcaram a época anterior à década de 50, em um período às vezes chamado de “industrialização restrita”, foram vistos por Sonia Draibe como o impulso principal na direção do amadurecimento do projeto de industrialização pesada do país (1985, p.16).

A ideologia desenvolvimentista, apoiada na idéia de um Estado forte e intervencionista, que tinha um projeto para o país caracterizado pela busca do progresso

industrializado, ganhou ulterior força no segundo governo de Getúlio Vargas. No entanto, tinha sido realizada uma tentativa de “neutralização da ação intervencionista estatal no domínio econômico” (*ibidem*, p.139-41), que se opôs ao processo centralizador. Contudo, no começo da década de 1950, as áreas econômicas estratégicas ainda estavam sob o controle e a supervisão do Estado.

Novos atores entravam no campo de disputa da ideologia desenvolvimentista. Um desses, a Comissão Econômica da América Latina (CEPAL), instituída pela Assembléia Geral da ONU em 1947, influenciou o campo brasileiro de disputa. Para a CEPAL, o desenvolvimentismo “é o projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e decidido apoio estatal” (Bielschowsky, 1996, p.33).

Ao universalizar as condições de crescimento, o desenvolvimentismo da CEPAL abria caminho para se pensá-lo legitimamente como um objetivo a ser perseguido autonomamente, favorecendo as tendências nacionalistas já fortes na ideologia desenvolvimentista de parte das classes dirigentes.

Contudo, foi por meio do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado em 1955, e que tinha uma perspectiva teórica diferente da CEPAL – considerava a história do ponto de vista socioevolucionista, como um caminho entre estados diferentes de progresso⁴⁹ – que se consolidaram as idéias nacional-desenvolvimentistas que pretendiam romper com o passado colonial e a situação de “subdesenvolvimento” do país rumo a um futuro de grande potência capitalista.

A ênfase sobre o desenvolvimento industrial, que as políticas econômicas buscaram concretizar naqueles anos, trouxe o problema do abastecimento energético. O fornecimento de

⁴⁹ Mantega, 1990 p.58.

energia elétrica foi considerado pelo grupo misto BNDE-CEPAL,⁵⁰ juntamente com os transportes, como pontos de estrangulamento do crescimento econômico do Brasil (Mantega, 1990, p.71).

Por meio do Plano Geral de Desenvolvimento Econômico e Social, o segundo governo Vargas apontava para a industrialização e a participação ativa do Estado no processo de desenvolvimento do país. O Estado voltou a ter um papel dominante em vários setores da economia, com a criação de empresas mistas, como a Petrobras, a Fábrica Nacional de Motores (FNM), a Álcalis – e o projeto para a instituição da Eletrobrás – das quais o Estado era o maior acionista (*ibidem*, p.72).

O governo de Juscelino Kubitschek, apesar de apresentar uma ruptura notável com a política econômica anterior, perseguia um desenvolvimento milagroso para o Brasil. O lema da sua política econômica era “cinquenta anos em cinco”, com Brasília como símbolo deste Brasil novo que deveria emergir do cumprimento do Plano de Metas de Kubitschek. Guido Mantega aponta este Plano como o coroamento da política traçada pela Comissão Mista Brasil Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico (CMBEU)⁵¹ e pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL, sendo as áreas de intervenção, individuadas por tais grupos, perseguidas pelo Plano de Metas. O diferencial maior da política econômica do governo Kubitschek foi a abertura da economia para o capital internacional, favorecendo os investimentos internacionais e, desta forma, permitindo a entrada no país de grandes empresas, como as casas montadoras Ford, General Motors e Volkswagen, que estabeleceram filiais no Brasil durante aquele período. Os primeiros cinco pontos do Plano de Metas tratavam da energia, com o investimento previsto

⁵⁰ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi instituído por Getúlio Vargas em 1952, para agir como fonte financiadora para o processo de aceleração e diversificação industrial.

⁵¹ Criada em 1949, a CMBEU foi responsável por projetos e investimentos em infra-estrutura, sendo também responsável pela criação do BNDE.

de 43,4% do total dos recursos. A primeira das metas era relativa à produção de energia elétrica, com a previsão do dobro da produção até 1965, objetivo que foi quase alcançado.⁵²

Para atingir as metas do Plano em relação à produção de energia elétrica, Juscelino Kubitschek instituiu o Ministério de Minas e Energias em fevereiro de 1961, e fez aprovar no Congresso a criação da Eletrobrás, em 25 de abril do mesmo ano. O Ministério incorporou o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, criado por Getúlio Vargas em 1939, e o Departamento das Águas do Ministério da Agricultura.

A causa da crise posterior ao governo de Juscelino Kubitschek foi, na opinião de Celso Lafer, uma consequência do fato de que “o sucesso econômico do Programa de Metas provocou o esgotamento das soluções administrativas vinculadas tanto ao processo de substituição de importações quanto ao máximo uso das virtualidades dos padrões populistas de conciliação” (2002, p.187-8).

O pacto social baseava-se num discurso propagado pelo aparelho estatal sobre progresso.

percebe-se que o discurso da modernização e do desenvolvimento foi difundido até tomar conta da consciência e inconsciência das pessoas, como se fosse mágica. É a magia do sonho, a expectativa de melhores condições de vida, de que esse progresso atingisse a vida de cada brasileiro. Era a utopia do desenvolvimento que se engajava a produzir efeitos psicológicos na população que acompanhava, de longe, os efeitos do progresso. Essa ideologia procurava despertar o sentimento patriótico e o orgulho de pertencer a uma pátria como o Brasil (De Lima 2006, p.62).

A frustração das expectativas criadas pela propaganda nacional-desenvolvimentista teve papel no crescimento de movimentos populares que reivindicavam reformas, como a agrária, e um menor movimento de capitais para o exterior, enquanto os setores da direita buscavam imobilizar ações nesse sentido. Mas o imobilismo do período, para Emir Sader, “não era apenas resultado de um equilíbrio de forças e da implantação do Parlamentarismo,

⁵² Lafer, 2002, p.119. A produção que em 1955 era de 3.550.000 KW, chegou no final de 1965 a 7.412.400 KW, pouco abaixo da meta fixada de 8.000.000 KW.

mas também da estagnação industrial e das tensões sociais que o Brasil vivia” (1992, p.13-15), em outras palavras, um clima de desconfiança que impedia os investimentos e era reforçado pela forte subida da inflação.

O Plano Trienal, proposto pelo governo de João Goulart, não recebeu apoio suficiente para se concretizar. A idéia da necessidade de uma revolução propalada pela direita brasileira concretizou-se no Golpe de 1964. Contudo, do ponto de vista econômico, o golpe “não representou nenhuma mudança radical, sendo responsável pelo aprimoramento e consolidação do modelo implantado desde 1955” (Mendonça & Fontes, 1996, p.21). Com o objetivo de restabelecer a ordem social no Brasil, retomar a expansão econômica e acabar com a inflação, o Regime Militar assumiu a direção do país.

Depois de um breve período de recessão, a partir de 1967 e até 1973, a economia brasileira viveu uma fase de crescimento em ritmos intensos – época conhecida como “milagre econômico” – com o setor elétrico entre os mais ativos. O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) previa medidas para a redução do déficit público, reduzindo salários e contraindo crédito privado.

O Brasil volta a ser um lugar procurado pelos investidores internacionais, aos quais o Estado oferecia tratamentos favoráveis. O PAEG, segundo Boris Fausto, alcançou seus objetivos por meio do sacrifício de parte da sociedade, sacrifício não voluntário, mas imposto pelo regime através da supressão de direitos adquiridos (1998, p.470-72), atitude que, segundo Celso Furtado, caracterizava o “modelo brasileiro”:

a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Assim, a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter anti-social tende a estimular (Furtado, 1981, p.109).

No entanto, as obras de engenharia hidráulica de grande porte tinham alcançado um progresso notável. Furnas, uma das maiores hidroelétricas da época, começou a sua produção

em 1963. Foi nesses anos que se concretizou a construção de Itaipu. Contudo, as motivações que levaram à escolha deste projeto foram de ordem mais política do que econômica.

2.1.2 Geopolítica e Itaipu

Os primeiros estudos relativos ao aproveitamento das Sete Quedas são do começo da década de 1950, intensificando-se nos primeiros anos de 1960 (De Lima 2006, p.114-137). Foi exatamente um desses estudos, o encomendado em 1962 pelo governo de Jânio Quadros ao Escritório Octávio Marcondes Ferraz, que desencadeou uma série de eventos que levaram à escolha de construir Itaipu e criar a IB. O estudo propunha o desvio do rio Paraná, em território brasileiro, acima dos saltos das Sete Quedas, com várias possibilidades de aproveitamento da força hidráulica, que se estimava poder fornecer até 10.000MW. O projeto previa ainda possibilitar a navegação construindo nos Saltos um sistema de comportas além de uma “escada”, ou seja, um canal que permitisse à fauna do rio o trânsito entre os diferentes trechos.

O projeto de Marcondes Ferraz esbarrou numa firme oposição do Paraguai ao aproveitamento do potencial hidrelétrico das Sete Quedas, a não ser através de um consórcio. As Sete Quedas tinham sido motivo de disputa diplomática desde o século XVIII,⁵³ e a escolha da construção de Itaipu em consórcio com o Paraguai, com a decisão de submergir as quedas, mais que motivações técnicas dependeu da busca de solução para problemas geopolíticos com o país vizinho.

Os direitos fluviais foram o campo de confronto, sobretudo, entre Brasil e Argentina. O rio Paraná faz parte da Bacia do Prata – um sistema hidrográfico composto pelos rios Paraguai, Paraná e Uruguai e seus afluentes – que pertence a cinco países: Brasil, Bolívia,

⁵³ Ver De Lima, 2006, p.150 *et seq.*; Debernardi, 1996; Coutrim, 1999.

Argentina, Paraguai e Uruguai. A regulamentação do uso da água da Bacia do Prata foi objeto de grandes preocupações e movimentações diplomáticas que, já em tempo de ditadura militar, levaram à assinatura da *Ata das Cataratas*, ou *Ata de Iguazu*, em 1966, na qual o Brasil se comprometia a não desenvolver unilateralmente o aproveitamento dos recursos do rio Paraná no trecho de fronteira com o Paraguai. No começo de 1967 foi composta a “Comissão Mista Técnica Brasileira-Paraguaia” com a tarefa de estudar as possibilidades de aproveitamento econômico do rio Paraná, desde Guairá e as Sete Quedas até a Foz do Iguazu; com este fim, a Comissão deu mandato a um consórcio internacional.

As opções da Comissão, depois de avaliar várias possibilidades, concentraram-se nas soluções consideradas de menor custo e maior benefício, tendo em vista desfrutar de toda a força disponível no trecho do rio Paraná compartilhado entre os dois países por meio da construção de uma única obra, o que baratearia as despesas de construção e a manutenção das instalações.⁵⁴ A proposta de Itaipu⁵⁵ como o lugar mais idôneo para o estabelecimento da represa, e a indicação da necessidade de se represar o rio a uma quota alta,⁵⁶ aproveitando-se, assim, plenamente a força disponível, foram as sugestões levadas à apreciação dos governos brasileiro e paraguaio, pelo Comitê Executivo da Comissão, em janeiro de 1973. Em abril do mesmo ano os dois governos assinaram o acordo binacional para a construção da Hidroelétrica. Os trabalhos da comissão bilateral e a assinatura do Tratado não contribuíram para a distensão da tensão entre Brasil e Argentina, configurando, ao contrário, um clima de hostilidade e desconfiança, como testemunha Osny Pereira (1974, p.117). A questão do aproveitamento do rio Paraná continuava agitando os ânimos; desde 1972 o Brasil e a Argentina enfrentavam-se no campo jurídico internacional em relação aos direitos fluviais.

⁵⁴ Itaipu Binacional. Comitê Executivo. *Relatório da Comissão Mista Brasileira-Paraguaia*, 1973

⁵⁵ Itaipu, que significa em guarani “pedra que canta”, é uma pequena ilha no centro do Rio Paraná, localizada no lugar onde seria construída a barragem.

⁵⁶ A “quota” refere-se à altura relativa sobre o nível do mar.

A construção de Itaipu foi considerada uma catástrofe para a Argentina, cujas preocupações foram resumidas em um artigo da *Revista Crises*, publicado em Buenos Aires em 1975.⁵⁷ Além de alertar sobre as ameaças que a estrutura representaria, devido às suas dimensões gigantescas, o artigo sugeria medidas para inviabilizar o trabalho de Itaipu através da elevação da quota da usina hidrelétrica de Corpus até 130, o que teria submergido as turbinas de Itaipu, prefigurando uma verdadeira guerra da água. Mas, além das divergências, Brasil e Argentina tinham interesses em comum, assim como Argentina e Paraguai, para o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná.⁵⁸

Em meio às polêmicas com o vizinho, Brasil e Paraguai percorriam os caminhos diplomáticos para a concretização da construção da barragem. Assinado o Tratado de Itaipu, as disputas pelo aproveitamento do rio Paraná continuaram; no entanto, tinham se iniciado os passos para a concretização da obra. Em 17 de maio de 1974 foi constituída a Itaipu Binacional como empresa internacional, uma verdadeira autarquia fora do alcance do controle de organismos fiscalizadores da União. O único controle previsto era o repasse à ELETROBRÁS e à ANDE⁵⁹ do “relatório anual, o Balanço Geral e a demonstração de Conta de Resultados do exercício anterior”.⁶⁰

2.2.3 Oeste do Paraná

A construção de Itaipu significou mudanças notáveis no panorama regional do oeste paranaense. Não pretendo reconstruir a história desta região e tampouco a de Foz do Iguaçu

⁵⁷ “ITAIPU: la bomba hídrica brasileña”. *Revista Crisis*, Buenos Aires, dez 1975, p.9.

⁵⁸ Em 1979, Brasil, Paraguai e Argentina assinaram o “Acordo Tripartite”, que estabeleceu parâmetros de uso dos recursos hidráulicos no trecho do rio Paraná, desde Sete Quedas até a foz do rio da Prata. O Acordo Tripartite regulou os níveis do rio e as variações permitidas para os diferentes empreendimentos hidrelétricos na bacia comum aos três países.

⁵⁹ O Tratado de Itaipu, Artigo III, parágrafo 1, designa a Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRÁS) e a Administración Nacional de Electricidad do Paraguai (ANDE) como partes constituintes da Itaipu Binacional

⁶⁰ Estatuto de Itaipu, (Anexo “A” do Tratado de Itaipu), artigo 26, par. 1.

nas décadas posteriores à de 1970. Meu objetivo é encontrar na leitura dos textos que se ocupam desta tarefa fatos e atitudes que concorreram para conformar a relação entre a IB e o contexto regional.

Desde a chegada da imigração européia no século XVIII até a ocupação proporcionada pela *Marcha para o Oeste* no Estado Novo, o Oeste paranaense foi lugar de atividades extrativistas, cujos produtos principais eram a erva-mate e a madeira. Estes empreendimentos eram as *Obrages*, praticadas por argentinos, que se aproveitavam da mão-de-obra guarani e mestiça, fazendo uso de notável brutalidade no trato com esses trabalhadores (Wachowicz, 1987). Nas décadas de 1930, 40 e 50, o fluxo migratório, favorecido pelas políticas de ocupação territorial e protagonizado por rio-grandenses, catarinenses, paulistas e paranaenses, espalhou-se pelo oeste paranaense, com a consolidação de uma economia agroextrativista baseada na policultura.

Nas décadas da reforma tecnológica da agricultura dos anos 60 e 70, quando houve uma expansão das monoculturas, responsável por uma ulterior mudança no panorama regional, os programas de incentivo à ocupação do território do estado tinham tido bons efeitos: “A partir da década de 1960 o Paraná pode ser considerado um estado territorialmente ocupado” (Wachowicz, 1992).

Alguns autores enfrentaram recentemente a questão do impacto da construção da IB com o olhar crítico do historiador (e.g. Catta 2003; De Lima 2006; Germani 2003), evidenciando alguns aspectos das modalidades de implantação da usina os quais queremos ressaltar. 1. a atividade de propaganda que a própria IB, com o suporte das autoridades e da mídia, organizou para promover o empreendimento, toda ela centrada na magnitude da obra e no caminho rumo ao progresso que esta representava para o país; 2. a capacidade de influir sobre as políticas regionais e locais, sendo ao mesmo tempo uma outra realidade, independente das políticas locais, cujo poder estava pautado, sobretudo, na imensa quantidade

de recursos por ela administrada e no respaldo das elites do governo central, do qual viria a ser instrumento de ingerência direta em nível local. Isto se une à descrição dada por estes e outros autores de Itaipu ser um mundo em si mesmo no panorama regional. Uma “comunidade” que a propaganda populista do governo militar definia como a “Família Itaipu” – imagem que perdurou no tempo⁶¹ – e que os que tiveram que enfrentar as injustiças por ela perpetradas, à época das expropriações, a chamavam de “República de Itaipu” (cf. Germani, 2003).

Não obstante o poder que para ela derivava do apoio incondicional das administrações públicas locais como consequência da Lei de Segurança Nacional,⁶² e não obstante uma campanha vigorosa das mídias e as contínuas declarações das autoridades sobre a grandeza e a importância da obra para o Brasil e suas “maravilhas”, a IB teve que enfrentar uma oposição popular, que foi apoiada por um conjunto de forças que lutou em prol de um tratamento justo para os desapropriados, mas que se fundou na firme vontade de um bom número destes mesmos desapropriados de reclamar seu direito em face da IB.

O movimento “Justiça e Terra” faz parte dos capítulos iniciais da história de grandes movimentos sociais no Brasil. Os acontecimentos daquela época são narrados por Juvêncio Mazzarollo no seu livro *A taipa da injustiça*.⁶³ Encontramos na época, enfrentando a IB, personagens do mundo político, do mundo religioso cristão, sindicalistas, jornalistas e outros.

⁶¹ Este nome foi usado no primeiro número do *Informativo Itaipu Binacional*, de 25 de julho de 1986 (cf. Catta, 2003, p.57 *et seq.*) e ainda continua a ser usado sobretudo em relação às atividades da Fundação Itaipu – BR de Assistência Social (FIBRA) (cf. <http://www2.itaipu.gov.br/fibra/index.asp>).

⁶² Lei de Segurança Nacional de março de 1967. Traduzia a doutrina de Segurança Nacional que guiou o país após o golpe de 1964. Entre as medidas, tinha-se a nomeação direta dos prefeitos dos municípios da faixa de fronteira, por parte do governo central.

⁶³ Juvêncio Mazzarollo, jornalista e redator do *Jornal Nosso Tempo*, que batalhava em prol dos desapropriados, foi preso durante as últimas fases do movimento, em 1982, e só foi solto em 1984, sendo conhecido como “o último preso político do Brasil”. Atualmente, é o jornalista responsável pela redação e a edição do *Jornal Cultivando Água Boa*, colaborar com a IB neste sentido desde 2004.

Uma imagem trazida pela memória do bispo Olívio Aurélio Fazza,⁶⁴ quando da tentativa dos desapropriados de chegarem até o centro executivo da Itaipu, em 17 de março de 1982, nos ajuda a visualizar a ordem do conflito e parte das alianças aí operantes:

Queriam chegar até o escritório de Itaipu. E o Exército não deixou. Se colocou na frente deles com arames. Então não podiam enfrentar o Exército e a guarda de Itaipu. Eu ia junto, na frente, com o Padre Valentim, o Pastor Fuchs, o Juvêncio Mazzarollo e representantes da CPT (De Lima, 2006, p.394).

Começava naquele dia a ocupação de um cruzamento da rodovia, que ficou conhecido como “trevo da vergonha”, por um acampamento que durou 54 dias, até que boa parte dos pedidos dos desapropriados fosse aceita pela IB. Um pequeno incidente mostra na época a força da IB adiante da administração local. O acampamento pediu à prefeitura o abastecimento hídrico, e a mesma se recusou a fornecê-lo. A notícia provocou um movimento de solidariedade na região, onde os moradores abriram as próprias casas aos acampados, disponibilizaram fontes de provisionamento hídrico. Depois desses acontecimentos, a prefeitura de Foz concordou com o abastecimento hídrico ao “trevo da vergonha” (Germani, 2003, p.149).

Outra parte do testemunho de Dom Olívio Aurélio Fazza, referente ao episódio acima mencionado, nos ajuda a entender os pontos de força do movimento, que ainda no regime ditatorial conseguiu impor boa parte de suas reivindicações.

A água sabe, fizeram um pedido à Prefeitura de Foz do Iguaçu. A princípio estava negando, mas acabou concedendo porque, embora a previsão para mudar o regime de prefeitos nomeados, não havia ainda democracia. Ainda era o Regime da Ditadura Militar. Então a Prefeitura tava naquela dureza, mas acabou cedendo, porque estava assim, chamando muita atenção. Tinha família com crianças e precisavam mandar depois, assim caminhões com pipas com água. Mas não era, não resolvia propriamente o assunto, o problema. Então famílias que moravam por ali concordaram em, pelo menos

⁶⁴ Na época dos fatos aqui narrados, Dom Olívio era bispo de Foz do Iguaçu.

as mães com crianças, fossem nas casas deles tomar banho e dar banho nas crianças, essas coisas assim (De Lima, 2006, p.394).⁶⁵

No entanto, a obra ia em frente segundo o planejado, com exceção das despesas que estavam saindo bem além do inicialmente previsto.⁶⁶ Em 1980 foi solicitada a instalação de uma CPI para investigar as aplicações financeiras e as atividades técnicas de Itaipu. Segundo o parlamentar autor do pedido de instalação, “a binacional já havia consumido 9,9 bilhões de dólares e até o final da obra deveriam ser aplicados 15 bilhões. Não havia fiscalização para utilização destes valores, sendo essa uma situação *sui generis* que não possuía nenhum dispositivo de controle na Legislação Federal” (De Lima, 2006, p.280).

Aproximavam-se os tempos do fim da obra e do abastecimento do reservatório. Conjuntamente, chegava ao fim o tempo de milhares de trabalhadores, que eram dispensados à medida que a obra se concretizava no seu desenho final. Com a Itaipu, tinha acabado a era dos grandes empreendimentos hidrelétricos, e os barrageiros, acostumados a ficar quatro, cinco anos em cada lugar antes de continuar a sua andança em busca de novas oportunidades,⁶⁷ encontravam-se, depois de 14 anos de permanência na mesma obra, sem um lugar para viver a sua aventura.

Durante o tempo da construção de Itaipu foram sendo abandonados os projetos de grande porte.⁶⁸ O forte crescimento da dívida externa, que ocorreu nos anos após a crise do petróleo, em 1974, obrigou o governo a diminuir a corrida rumo ao progresso a golpes de obras faraônicas e, no começo dos anos 80, a situação econômica do país degenerou, com a

⁶⁵ O bispo alude às medidas previstas pela Lei de Segurança Nacional sobre a eleição dos prefeitos da faixa de fronteira.

⁶⁶ Não há muita concordância entre as várias fontes sobre o custo total da obra; as estimativas vão de 10,2 bilhões, até 17 bilhões de dólares (cf. Catta, 2003, p.69). Isto depende do estatuto jurídico especial da IB, pelo qual, ainda hoje, ela é livre para escolher se divulga ou não as questões particulares da própria administração.

⁶⁷ Cf. Ribeiro, 1992.

⁶⁸ No começo da década de 1990 o único projeto de barragem de grande porte em fase de realização era Itá, no Alto Uruguai, com potência prevista de 1.600 MW (Bacile Pinheiro & Séva, 2006).

inflação ficando descontrolada, atingindo mais de 100% ao ano, em 1980, e 233% ao ano, em 1984, este último ano em que se iniciava a produção da primeira turbina de Itaipu.

Foi nesse cenário recessivo que o movimento de desapropriados alcançou o seu auge e, através de ações concretas, mobilização, apoio de vários componentes sociais, religiosos, sindicalistas e intelectuais, conseguiu fazer a Itaipu Binacional ceder e aceitar boa parte dos seus pedidos.

Mas o “preço justo”, mote com que nasceu o movimento, era expressão só de uma parte dos atingidos por Itaipu, aqueles que estavam de posse dos títulos legais da terra e, por isso, capacitados a receber o ressarcimento. Todos os outros não tinham o que pedir como preço justo:

Na primeira etapa da mobilização dos desapropriados – a do *Projeto Arca de Noé* – a palavra de ordem, o cerne da reivindicação era *Preço Justo!*; bandeira que só contemplava quem tinha propriedade a ser indenizada. Depois, numa segunda etapa, vendo que o preço justo não era pago e que havia uma legião de pessoas que não receberiam nem preço justo nem preço injusto, porque não eram proprietárias, a mobilização adotou outra bandeira: *Justiça e Terra*. Ou seja, em vez de indenização em dinheiro, troca de terra por terra para quem era proprietário, e terra também para quem não era proprietário.

Estava ali, no Movimento Justiça e Terra, do qual nasceu o MASTRO, um dos embriões do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST) (Mazzarollo, 2003, p.146).

O MASTRO conseguiu em poucos meses atingir as 6.000 pessoas cadastradas⁶⁹ e, junto com outros movimentos que iam se formando no país, deu vida ao MST.⁷⁰ Podemos

⁶⁹ Mazzarollo (2003) fornece os seguintes dados: a primeira assembléia de 2 de setembro de 1981 reuniu representantes de 15 grupos, em torno de 600 pessoas. A segunda, no dia 30 do mesmo mês, reuniu representantes de 21 grupos, com 1.800 pessoas. Essas assembléias foram realizadas em S. Miguel do Iguaçu, onde o secretário local do Sindicato dos Trabalhadores Rurais fazia parte da coordenação do movimento, que foi eleita na segunda assembléia. Esta personagem, que viria depois ser o presidente do MASTRO, é desde 2005 funcionário da IB. Trabalha na área da agricultura familiar.

⁷⁰ Logo após a formação do MASTRO, surgiram outros movimentos localizados nas demais regiões do Paraná e em outros estados, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Esses grupos, que iam formando uma rede em todo o território paranaense, foram o MASTRECO - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Centro-Oeste do Paraná; o MASTES - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná; o MASTEL, do litoral do estado, e o MASTEN, do norte do estado. A coordenação entre os movimentos era organizada por uma

argumentar que o fim da mobilização do movimento Justiça e Terra, com a aceitação por parte da IB de muitos dos pedidos relativos às desapropriações, mesmo não resolvendo os problemas da maioria dos atingidos pela subida das águas do reservatório, ou seja, aqueles que não tinham a posse de títulos de propriedade, mostrou caminhos que poderiam ser trilhados para se enfrentar o poder da época, representado pelo governo central ditatorial, em busca do reconhecimento do direito a terra. O exemplo das vitórias que a organização e a ação comum tinham proporcionado ao movimento Justiça e Terra, a descoberta de aliados valiosos para lutar junto e a situação crítica da economia concorreram para a aglutinação de grande número de famílias, dando vida, aos poucos, ao maior movimento social do Brasil.

Com o fim do movimento Justiça e Terra, algumas questões relativas a terra ainda ficaram para ser resolvidas, sobretudo com respeito a grupos de índios Guarani-Ñandeva que ocupavam parte do território invadido pelo reservatório, cuja situação ainda hoje tem caráter “emergencial”.⁷¹

Em 1991, a Itaipu Binacional já desenvolvera 18 anos de atividades na região, configurando relações históricas com os vários componentes sociopolíticos regionais. A população de Foz havia crescido, no entanto, em velocidade assustadora.⁷² Luiz Catta assinala uma população de 23.050 habitantes em 1973 (2003:51); Mazzarollo (2003:33) fala de um aumento de 35.000 para 140.000 no período em que foi executada a obra (de 1975 a 1982); um artigo publicado na *Revista Painel* de Foz do Iguaçu, em junho de 1978, estimava que a cidade crescera de 34.000 para 130.000 nos últimos três anos. Catta reporta, enfim, o dado de

Comissão Executiva Estadual, formada pelos representantes das suas respectivas comissões coordenadoras (MST, 1986).

⁷¹ Entre as ações de cunho socioambiental, a IB mantém um Programa de apoio às comunidades Guarani que se encontram na área do reservatório e de que falaremos mais à frente.

⁷² O IBGE reporta 21.626 habitantes em 1970 (IBGE, *VIII recenseamento Geral – 1970*, Vol. 1 Tomo XIX); 100.577 em 1980 (IBGE, *IX Recenseamento Geral do Brasil 1980*, Vol. 1 Tomo 3, n. 18); 190.123 em 1991 (IBGE, *Censo Demográfico 1991*). Em 2006, a população de Foz do Iguaçu estimada pelo IBGE é de 309.113 (<http://www.ibge.gov.br>).

190.175 habitantes para o ano de 1991 (2003:132), ano este em que a usina começava a produzir com 18 turbinas.

O trabalho de Luiz Eduardo Catta⁷³ (2003) deixa perceber nitidamente o processo que revolucionou Foz do Iguaçu e fez dela a cidade violenta e individualista de hoje. A cidade veio a ser o destino final e a arena onde eram disputadas comida e moradia pelo exército de atraídos e rejeitados, e por aqueles que foram depois regurgitados pela Itaipu Binacional. A obra de construção da usina chegou a ocupar simultaneamente até 40.000 empregados, boa parte dos quais já tinha deixado a usina logo depois da época do abastecimento do reservatório, em 1982.

Luiz Eduardo Catta mostra a criminalização por parte da mídia e das classes dirigentes desta população marginalizada, deste contingente humano que foi buscar a esperança junto à Itaipu e acabou, no cotidiano, à procura de expedientes para fugir do desespero da pobreza. Mostra também as medidas da administração municipal para relegar estes moradores da cidade à periferia, e o modo (criminoso) em que as forças de segurança operavam junto à população (2003, p.143 *et seq.*).

Ao mesmo tempo em que o crescimento desordenado e repentino da população transformava a cidade, tinha se desenvolvido outra cidade em Foz do Iguaçu, construída pela Itaipu para abrigar os trabalhadores da usina, com 4.750 casas em cada um dos dois países. Do lado brasileiro, as construções foram divididas em três Vilas, A, B e C. A Vila B era destinada aos diretores e chefes; a Vila A hospedava o pessoal de cargos técnicos; na Vila C moravam os peões. Nesses bairros, a vida era regulada pelos ritmos de trabalho na obra, e por uma estrutura de atendimento e serviços de elevada qualidade à população, como escolas, hospital, correio, bancos, estruturas de lazer (com algumas exceções na Vila C, onde os

⁷³ Luiz E. Catta é professor de história da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Foz do Iguaçu.

serviços e a qualidade das moradias eram bem inferiores aos das outras duas Vilas). Havia também um esquema de segurança. O isolamento e as boas condições de vida em relação ao resto da cidade faziam dessas Vilas um lugar alheio ao resto de Foz do Iguaçu, reforçando a imagem tida pelos regionais de a IB ser “coisa à parte”.

Inegavelmente, uma presença marcante na cidade. Mas não foi só no nível das obras que Itaipu marcou sua presença em Foz do Iguaçu. Sua representatividade política na região e sua onipresença em toda a sociedade local tornaram-se quase um referencial para todos os passos a serem dados pelo Poder Público Municipal e pelos empresários dali (Catta, 2003, p.97).

O poder de Itaipu é um dos assuntos principais levantados pela análise histórica: o poder “disciplinador” do canteiro de obras (De Lima, 2006), suas regras e sua organização, o poder de uma imagem que era constantemente proposta como megamaterialização do progresso, símbolo da capacidade e do orgulho nacional (De Lima, 2006; Catta, 2003; Germani, 2003), mas também em um nível mais ligado à administração do território: “o poder representado por Itaipu no âmbito da cidade e região, e sua utilização como “degrau” político para muitos que a ela estavam ligados” (Catta, 2003, p.59).

Como observa Ivone de Lima,

Itaipu possuía o respaldo do governo que era o organismo personificado do poder. Agia em seu nome, como um tentáculo, pois se caracterizou numa instituição que assumira a forma regional e concreta. Poder esse que intervém materialmente, atingindo a realidade concreta dos indivíduos (De Lima, 2006, p.251-2).

Em Foz do Iguaçu, como nos demais centros do oeste do Paraná, o poder de articulação da IB, capaz de impor certo imaginário centrado nos temas do progresso e do orgulho nacional como justificativa e exaltação das mudanças que iam ocorrendo naquela faixa de fronteira, concretizou-se com a colaboração da mídia, das escolas e da propaganda oficial emitida pelo poder público (Catta, 2003, p.36).

Todos os organismos ligados à política econômica defendida pelo regime militar e que se beneficiaram com ela, em todos os âmbitos, nacional, estadual, e regional, teceram louvores à grande construção. Agências de

Turismo, cartórios, agências bancárias, o comércio, o mercado imobiliário e, sem dúvida, o mercado paraguaio, que passou a ser uma extensão do Brasileiro. (De Lima, 2006, p. 257).

Era uma operação publicitária de grande porte, voltada ao trabalhador da obra, aos habitantes da região, ou à sociedade nacional:

O esquema de propaganda da grande obra funcionava como um chamariz para promover o orgulho de se trabalhar naquela que seria a maior hidrelétrica do mundo. Jornais e revistas conhecidos propagavam a grandiosidade de Itaipu e a feliz vida que viviam os felizardos que nela trabalhavam (*ibidem*, p.238).

As visitas ao canteiro de obras por parte de autoridades, que se seguiam em grande número, eram motivo de orgulho para os trabalhadores (*ibidem*, p.242). A forte afluência de visitantes fazia parte das estratégias da própria IB para favorecer a aceitação da obra pela população da região.

A maioria dos visitantes era de convidados da própria Binacional, que possuía um esquema de propaganda na região e levava a população para conhecer de perto as obras. Os próprios visitantes passaram a ser divulgadores do símbolo do progresso e de sua importância (*ibidem*, p.257).

O discurso ideológico, com a ênfase típica do período dada ao “mito do desenvolvimento” e do “progresso”, falava de uma Itaipu sem igual, do orgulho e da importância de participar na edificação de uma obra que marcava um momento fundamental na história do país.

Os Homens de Itaipu, através da idéia de progresso, de Brasil potência, de grandiosidade e de desenvolvimento, incutiram nos trabalhadores, através dos vários meios, a ideologia deles. Os ideólogos são encarregados de transformar as ilusões da classe dominante em representações coletivas. Em Itaipu isso é perceptível, pois desde os cargos mais elevados às funções inferiores, percebe-se a representação coletiva da idéia de progresso e de patriotismo (De Lima 2006, p.251).

Os dados evidenciados pela propaganda falam de quantidades extraordinárias de ferro, aço e concreto, de montanhas de terra movimentadas, da capacidade de vazão do vertedouro, e das maravilhas que Itaipu significava para o desenvolvimento da região. A grandiosidade, o

apelo às dimensões e às quantidades extraordinárias de uma obra do engenho humano compõem ainda hoje o núcleo do discurso com que atua a propaganda da usina.⁷⁴

Ivone de Lima observa:

O material produzido pela Itaipu possui uma conotação fortemente ideológica, representando o poder de um regime autoritário que não necessitou da opinião dos brasileiros para ser construída, mas que serviu de propaganda para justificar seus atos. A utilização de manobras como essa serviu para a legitimação do poder e para a afirmação de sua ideologia. (*ibidem*, p.298).

Na visão de Catta, os auxílios principais no campo da imprensa vieram

principalmente através dos jornais mais conservadores, de revistas como *O Cruzeiro* e *Manchete*, televisão como *Rede Globo*, cujos canais eram abertos para políticos e militares, que em tom ufanista, esparramaram loas à grandiosidade da “maior hidrelétrica do mundo” (Catta, 2003, p.61).

Com o objetivo de

angariar as simpatias do povo, utilizou-se da imprensa a fim de veicular, à exaustão, os benefícios por ela buscados e que refletiria na qualidade de vida da população brasileira e paraguaia e no crescimento da economia (*ibidem*, p.67).

Em 13 de outubro de 1982, o fechamento das comportas provocou a cheia do reservatório em pouco mais de 14 dias. Não obstante a crise econômica do país e as somas gastas até então na obra, os financiamentos para a continuação dos trabalhos nunca foram interrompidos. Ainda faltava tempo para a usina começar a gerar energia, o que aconteceria gradativamente e somente a partir de 1984. No entanto, Itaipu era uma realidade não somente no panorama geográfico da região, mas também no campo político:

Nesse imenso contexto que se descortinara a partir da execução daquele empreendimento, dois aspectos se imbricavam para compor o quadro de poder representado pela Itaipu que a alçava a um posto de onipotência e onipresença no cenário brasileiro e guarani. O que podia ser facilmente detectado no cotidiano de sua atuação naquela fronteira: as grandes somas

⁷⁴ Cf. o Vídeo Institucional, disponível em <http://www.itaipu.gov.br/?q=node/434>, e os anexos F1 e F2.

monetárias investidas na Obra e o poder político que ela representava e que dela emanava (*ibidem*, p.67).

Vemos como a IB foi ocupar um papel estratégico no que concerne a questões locais de ordem social e política. Como Catta afirma, com o fim da ditadura militar e a passagem à administração democrática do Estado, a IB continuava a ser um centro irradiador de poder e palco político. Na opinião deste autor, o Diretor Geral que mais se aproveitou dos instrumentos disponibilizados pelo cargo que ocupava foi Nei Aminthas de Barros Braga, que substituiu em 1985 José Costa Cavalcanti, responsável pela construção e pela operacionalização das primeiras turbinas da hidrelétrica.⁷⁵

O Diretor-Geral, que aparecia em todos os acontecimentos importantes ligados à vida de Itaipu, ajudou a disseminar entre seus trabalhadores, e toda a coletividade, a visão de que a empresa, com toda sua magnitude e grandiosidade, guardava sob suas asas todos aqueles que a ela estivessem ligados, abençoando-os e protegendo-os dos perigos da sociedade externa a ela, recheada de violência, de miséria e de incompreensões. [...] Seu poder irradiava-se pela sociedade, para milhares de pessoas vinculados a ela direta ou indiretamente [...] Ciente desse poder, Nei Braga utilizava-se de todo espaço que os meios de comunicação nacional e internacional lhe punham à disposição, bem como através de discursos proferidos em diversos e constantes eventos dos quais participava continuamente reforçando, propagando e infiltrando nos poros de toda a coletividade [esta visão]. Dentre as muitas e constantes ações que tinham por intenção fixar no imaginário coletivo a presença sempre “participante”, a onipresença de Itaipu em todos os segmentos da sociedade, como que ordenando os destinos dos setores que direta ou indiretamente estavam a ela ligados, Nei Braga utilizava como estratégia o constante aparecimento em público, seja na recepção de personalidades políticas e militares de vários países do mundo, seja nas solenidades oficiais em Foz do Iguaçu e região, ou em eventos culturais e esportivos patrocinados pela empresa.

Em todas [as ocasiões] o mesmo discurso de enaltecimento da fraternidade entre Brasil e Paraguai na construção da maior hidrelétrica do mundo e a necessidade de um crescimento conjunto desses “países irmãos”, o “progresso” representado pela usina (Catta, 2003, p.73-4).

⁷⁵ As seguintes personagens ocuparam o cargo de Diretor Geral da IB (lado brasileiro): José Costa Cavalcanti (1974 – maio 1985); Nei Aminthas de Barros Braga (maio 1985 – julho 1990); Fernando Xavier Ferreira (julho 1990 – dezembro 1991); Jorge Nacli Neto (dezembro 1991 – abril 1993); Francisco Luiz Sibut Gomide (abril 1993 – setembro 1995); Euclide Girolamo Scalco (setembro 1995 – junho 1998); Altino Ventura Filho (junho 1998 – outubro 1998, interino); Euclide Girolamo Scalco (outubro 1998 – março 2002); Antonio José Correa Ribas (março 2002 – janeiro 2003); Jorge Miguel Samek (janeiro 2003 – atual diretor).

Os impactos gerados pela construção da usina foram objetos de estudos e de intervenções específicas. Se, de um lado, a IB tentou minimizar as conseqüências sociais de sua implementação, sem dedicar muita atenção ao destino das populações atingidas, a questão ambiental recebeu desde o começo da obra atenção particular. As medidas implementadas para limitar os danos ambientais eram objeto de planos articulados de intervenção e constituem os antecedentes do CÁB.⁷⁶

2.2 IB e Meio Ambiente

As mudanças ambientais ocasionadas pela criação do reservatório foram de enorme amplitude. Ao inundar mais de 1.300 quilômetros quadrados de terras ao longo dos 170 quilômetros do rio Paraná que dividem Guaíra de Foz do Iguaçu, o reservatório vinha mudar completamente o panorama daquela zona de fronteira. De todas as perdas, a que foi mais sentida no Brasil, sobretudo naquele canto do Paraná, foi com certeza o desaparecimento das Sete Quedas. Como nota Ivone de Lima, as hidroelétricas, não obstante os danos ambientais causados pela inundação de imensas áreas de território e as demais mudanças relativas à sua implantação e funcionamento, até os anos 70 não eram consideradas como negativas em relação ao meio ambiente, por produzirem energia limpa e barata (De Lima 2006, p.328). No caso de Itaipu, os protestos concentraram-se especialmente na perda de um tesouro da natureza, e mina de ouro do turismo guairense: as quedas com a maior vazão de água do mundo. Espetáculo que disputava com as Cataratas de Iguaçu o temor e a admiração que

⁷⁶ Temos notícias de pelo menos três desses “planos”, um de 1975, ano em que iniciou a obra; um de 1982, ano da cheia do reservatório; e outro de 2000. Ao procurar por eles na biblioteca da Itaipu, não pude achar nenhum deles, nem informações acerca da sua localização. Tampouco pude encontrá-los em outros locais. A impossibilidade de levantar estas e outras informações foi um dos entraves com os quais me defrontei ao longo da pesquisa, e que foram relatados no preâmbulo deste trabalho.

incutiam ao visitante, o desaparecimento das Sete Quedas foi considerado a perda maior causada pela construção de Itaipu (Mazzarollo, 2003, p.177).

Na propaganda oficial, o desaparecimento das quedas era o preço que o Brasil tinha que pagar para o progresso industrial e econômico,⁷⁷ e a magnitude das quedas era confrontada com a imensidade da obra, como para compensar a perda da majestade de espetáculos criados pela natureza com a grandiosidade da obra e do engenho humano.

Os guairenses, sobretudo os que viviam do turismo ocasionado pelas quedas e os que faziam da pesca sua atividade principal, foram os mais atingidos pela cheia do reservatório. A Câmara dos Vereadores de Guairá, em 1981, deu ao então diretor da IB, General Costa Cavalcanti, o título de “pessoa não grata a Guairá” pelas declarações por ele feitas acerca das Sete Quedas, como dizer que elas eram improdutivas e, de qualquer jeito, patrimônio do Brasil e não dos guairenses, os quais não podiam pretender, por isso, nenhuma compensação (De Lima 2006, p.321-2).

Do ponto de vista da economia regional, na visão da IB, o lago criado pelo represamento do rio Paraná era o cerne do futuro econômico da região, podendo propiciar atividades como a pesca e o turismo, além de fornecer energia barata e abundante para o desenvolvimento industrial do Paraná:

Além de promover maior integração regional, representa um grande potencial para o desenvolvimento sócio-econômico da região, por sua capacidade para geração de energia elétrica e pelas múltiplas possibilidades de aproveitamento de suas águas para a navegação, a pesca, o abastecimento de águas às cidades ribeirinhas, o uso para projetos agropecuários, a recreação, o turismo e outros. (IB *Plano Diretor do Reservatório de Itaipu* 1982, *apud* De Lima, 2006, p.330).⁷⁸

⁷⁷ A propaganda concentrava a fantasia e o acento na faceta “técnica” da obra e no seu simbolismo, enquanto no que dizia respeito à política internacional, limitava-se à menção, sempre repetida pelas autoridades em todas as oportunidades oficiais, do laço de fraternidade que Itaipu significava entre Brasil e Paraguai.

⁷⁸ A citação do Plano Diretor feita acima, assim como as demais informações aqui reportadas acerca deste documento foram extraídas de Ivone de Lima (2006). Como já foi dito, não consegui encontrar o Plano, mas

O Plano era extremamente detalhado, prevendo

inúmeros projetos dentre o quais estão: Perfil Técnico Ambiental, Ações Ambientais, Desenvolvimento Regional, Ecomuseu, Centro de Educação Ambiental do Iguaçu (CEAI), Centro de Estudo e Pesquisa (CEPA), Saúde (através da vigilância Sanitária e Epidemiológica), Saneamento Ambiental, Água Domiciliar (avaliação e recuperação), Projetos Sociais Comunitários ou Econômicos Privados, Manejo de Microbacias, Abastecimento Comunitário, Sedimentometria, Refúgios Biológicos, Reflorestamento, Paisagismo, viveiros, Pesquisa florestal, Monitoramento faunístico, Criadouro de Animais Silvestres, Veterinária e Laboratório de Investigação da Fauna Silvestre (De Lima 2006, p.330).

Anteriormente contempladas no *Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente*, criado em 1975 (cf. Mazzarollo, 2003, p.180), as medidas para reduzir no ambiente o impacto do reservatório começaram com uma série de estudos, atividade que foi desenvolvida de 1976 a 1981 (*ibidem*).⁷⁹

Houve também levantamentos arqueológicos que sinalizaram a existência de 210 sítios só na parte do Reservatório em território brasileiro.

As ações para salvar a fauna do local foram, segundo várias testemunhas, insuficientes e precárias. A IB organizou a Operação *Mymba-Kuera* (termo guarani que significa “todos os animais”, traduzido corriqueiramente na literatura como “pega bicho”) com o objetivo de capturar os animais do local e transferi-los para os lugares que tinham sido predispostos ao acolhimento na região.⁸⁰ Apesar de começar a atuar desde 1978, no momento da cheia do reservatório, a Operação tinha recolhido apenas 600 exemplares da fauna local. Nos 14 dias que foram suficientes para encher o reservatório, os poucos homens e os meios precários à disposição não puderam evitar a catástrofe:

pude averiguar as informações reportadas por Ivone de Lima através de colóquios e entrevistas abertas com funcionários que trabalharam no setor do meio ambiente desde a década de 1980.

⁷⁹ “Esse Plano [o *Plano Diretor para o Reservatório de Itaipu*, de 1982. N.d.A.] demonstra estudos realizados sobre o meio ambiente físico, estudos climáticos, inventários florestais, paisagismo, inventário faunístico, estudos ictiológicos, meio ambiente social, estudos arqueológicos, acordos sanitários e documentários” (De Lima, 2006, p.329).

⁸⁰ Ao redor do reservatório estão situadas duas reservas florestais e quatro refúgios biológicos, dois dos quais no lado brasileiro, mais um de caráter “binacional” perto de Guaíra.

Itaipu não tinha solução técnica para tornar mais lento o enchimento do reservatório. Assim, 200 homens em 17 lanchas e helicópteros não puderam evitar que o grande lago se transformasse num imenso cemitério. Ao final da Operação Mymbua-Kuera, inexplicavelmente encerrada poucos dias após o enchimento da represa, as equipes haviam capturado cerca de 11.000 animais na margem brasileira e cerca de 10.000 na margem paraguaia – números aparentemente expressivos, mas que se reduzem a nada quando se considera que, para cada animal salvo, pelo menos outros 50 foram vitimados por incompetência e falta de meios de salvamento (Mazzarollo, 2003 p.181).

Desde a criação do reservatório, as atividades da IB concentraram-se no reflorestamento da faixa de proteção, entre a quota 220 e a quota 225; na coleta de dados sobre sedimentação e eutrofização do reservatório; em pesquisas sobre os efeitos para a flora e a fauna regional; em intervenções para a diminuição do assoreamento; na busca de fontes de renda alternativas para os habitantes da região lindeira ao lago, como a pesca e o turismo. Na época, a IB desenvolvia todas essas atividades de forma autônoma, fosse através de seus próprios funcionários e departamentos, fosse contratando empresas privadas e universidades, mas mantendo sempre certa ligação com as administrações locais; estas, contudo, não tinham voz para decidir sobre as intervenções a serem efetuadas. Em 1991, a Lei nº 8.001 de 13 de março, conhecida como Lei dos Royalties, regulamentou o ressarcimento que a Itaipu Binacional devia, em função da determinação da Constituição de 1988, para os municípios atingidos e outros órgãos.⁸¹

Os municípios que foram afetados diretamente pelo reservatório, ou seja, aqueles que perderam porções de território que ficaram submergidas, passaram a receber quantias em proporção às perdas territoriais, quantias estas que em alguns casos eram até maiores do que a arrecadação total do município e, em outros, não faziam grande diferença no balanço da administração municipal. Entretanto, limitações estavam previstas pela Lei 8.001 relativas à

⁸¹ Eram estes: o estado do Paraná, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal, o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Ministério de Minas e Energia e o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

aplicação dos recursos advindos dos *royalties*. O artigo 24 de dita lei determina que os valores recebidos deste modo deverão ser aplicados unicamente em obras de tratamento e abastecimento de água, irrigação, energia, pavimentação de rodovias, saneamento básico e proteção ao meio ambiente. O objetivo da lei é o “desenvolvimento local integrado” da área lindeira ao reservatório.



1. Mundo Novo – Ms
2. Guaíra – Pr
3. Terra Roxa – Pr
4. Mercedes – Pr
5. Mal. Cândido Rondon – Pr
6. Pato Bragado – Pr
7. Entre Rios do Oeste – Pr
8. São José das Palmeiras – Pr
9. Santa Helena – Pr
10. Diamante do Oeste – Pr
11. Missal – Pr
12. Itaipulândia – Pr
13. Medianeira – Pr
14. São Miguel do Iguaçu – Pr
15. Santa Terezinha de Itaipu
16. Foz do Iguaçu – Pr

Figura 1: Municípios lindeiros ao reservatório de Itaipu. Fonte: Itaipu Binacional

Tabela 1. *Royalties* pagos pela Itaipu Binacional aos municípios lindeiros no ano de 2007, população do município em 2007 e média anual *per capita*. Valores expressos em Reais

Município	<i>Royalties</i> 2007	População 2007	<i>Per capita</i> 2007
Diamante do Oeste	823.652,04	4.944	166,60
Entre Rios do Oeste	4.821.735,25	3.842	1.255,01
Foz do Iguaçu	29.581.125,90	311.336	95,01
Guaíra	7.475.887,99	28.683	260,64
Itaipulândia	26.340.743,94	8.581	3.069,66
Marechal C. Rondon	8.213.071,22	44.562	184,31
Medianeira	170.006,47	38.397	4,43
Mercedes	2.831.487,08	4.713	600,78
Missal	5.872.551,10	10.412	564,02
Mundo Novo	2.155.857,92	15.968	135,01
Pato Bragado	6.898.452,22	4.631	1.489,62
Sta Helena	38.655.954,06	22.794	1.695,88
Sta. Terezinha de Itaipu	6.140.750,97	19.552	314,07
São José das Palmeiras	284.321,17	3.873	73,41
São Miguel do Iguaçu	13.323.524,35	25.341	525,77
Terra Roxa	231.560,54	16.208	14,29

Fontes: IBGE, ANEEL, elaboração nossa

Tabela 2. Percentual de *royalties* percebido pelos municípios lindeiros relativos à arrecadação anual. Os dados são do ano de 2005, valores expressos em Reais

Município	Total Receita Município 2005	Royalties 2005	% Royalties/Receita
Diamante do Oeste	Não comunicado	887.823,83	
Entre Rios do Oeste	11.096.600,99	5.197.402,82	46,84%
Foz do Iguaçu	302.704.016,16	31.885.829,34	10,53%
Guaíra	29.760.349,58	8.058.344,01	17,08%
Itaipulândia	39.733.039,33	28.392.985,08	71,46%
Marechal Cdo. Rondon	47.785.641,66	8.852.962,13	18,53%
Medianeira	28.427.235,57	183.251,89	0,64%
Mercedes	8.880.480,07	3.052.091,87	34,37%
Missal	16.025.895,48	6.330.089,09	39,50%
Mundo Novo	16.144.267,02	2.323.823,57	14,39%
Pato Bragado	13.311.381,88	7.435.919,48	55,86%
Sta Helena	63.531.897,72	41.667.689,00	65,59%
Sta. Terezinha de Itaipu	24.297.891,41	6.619.184,75	17,24%
São José das Palmeiras	5.195.912,27	306.472,99	5,90%
São Miguel do Iguaçu	38.214.090,90	14.361.577,22	37,58%
Terra Roxa	15.256.509,30	249.601,72	1,64%

Fontes: IBGE ANEEL, elaboração nossa

A Tabela 1 mostra que existem diferenças notáveis no peso relativo dos *royalties* entre um e outro município. Em Itaipulândia, o percentual *per capita* proveniente dos *royalties* em 2007 foi de R\$ 3.069,66, enquanto em Medianeira, atingia R\$ 4,4. A Tabela 2 apresenta o peso relativo dos *royalties* em relação às receitas totais dos municípios no ano de 2005, evidenciando ainda mais o seu peso que, em alguns casos, equivale a mais do dobro da restante arrecadação dos municípios.

A IB, a partir de 1993, além dos *royalties*, começou a repassar para as prefeituras os recursos destinados às obras de manutenção do reservatório a serem efetuadas no território dos respectivos municípios, como a formação de curvas de nível, a reestruturação de estradas, a recomposição da mata ciliar das minas e dos rios da região. Através de convênios assinados com cada uma das 16 prefeituras lindeiras ao reservatório, a Itaipu estabelecia quais intervenções praticar e o montante financeiro necessário para as mesmas, ficando com a prefeitura a efetivação da obra.

Como vimos, as ações previstas em área ambiental, no Plano Diretor do Reservatório de 1982, eram múltiplas e relativas a áreas diferentes. Nem todos os planos de intervenção previstos foram realizados desde o começo. Muitas intervenções, sobretudo as que eram

previstas para atuar no plano socioeconômico, demoraram a ser implementadas. Os primeiros trabalhos neste sentido foram feitos no campo da pesca e do turismo. Segundo Fátima Toniolo,

A pesca tornou-se uma alternativa de renda para muitos trabalhadores que, após serem indenizados pela Itaipu Binacional, buscaram pela pesca, a permanência no município. Segundo a COLÔNIA DE PESCADORES DE SANTA HELENA (Z-20), 85% dos pescadores existentes no Município começaram na atividade após a formação do lago (1982).

Conforme Machado (2002), após a formação do lago, a categoria de pescadores passou a ser formada principalmente por indivíduos indenizados que não quiseram ir embora de seu Município, por outros que o dinheiro recebido não foi o suficiente para uma mudança de vida ou ainda, em pequena parte dos casos, por indivíduos que receberam suas indenizações muito tempo depois de terem suas terras alagadas (2004, p.47).

Este forte aumento da população, que procurava fontes alternativas de renda como a pesca, deve-se principalmente ao deslocamento dos expropriados. Se cruzarmos os dados fornecidos por Ivone de Lima sobre o percentual do fluxo migratório dos expropriados que ficaram no Paraná, ou seja, 86,29% (2006, p.342), com o percentual dos que foram para o oeste do Paraná, isto é, 89% (*ibidem*, p.343), veremos que, em sua grande maioria, quase 77% dos expropriados ficaram perto dos lugares de proveniência. A IB mantém desde 2000 o *Programa Pescador-Aqüicultor*, que veio a ser englobado pelo CÁB em 2003. O seu objetivo principal é o desenvolvimento da criação de peixe em cativeiro e/ou a transformação industrial do pescado para o comércio.

Desde o ano anterior, 1999, a IB mantinha o *Programa de Apoio ao Plantio Direto*. Foi com ele – relatou um funcionário da IB – que a empresa começou a mudar suas atitudes em relação à região circundante. A nova atividade, ao tentar convencer as pessoas a diversificarem a produção, a fim de se evitar o uso excessivo de agrotóxicos e produtos químicos, precisava da construção de relacionamentos de confiança mútua entre o produtor e os agentes do programa. Nascia, então, um novo desafio para a Superintendência de Meio Ambiente da IB.

Em 1999 entrou o plantio direto, nós técnicos tivemos mudança até de atitude, de você trabalhar mudança produtiva, planejar ciclo de produção, usar menos agrotóxico, através da rotação da agricultura. [...] tive mudança de visão. Daí, em 2001, entramos com este projeto de culturas alternativas, aí tive outra [...] uma visão diferenciada que quer entrar na agricultura com a universidade. Claro que até hoje não temos muita coisa, ou seja, nós temos muita coisa, não temos muita coisa no sentido que poderia ter mais (Gerente Programa 40 – Gestão por bacias, entrevista 11/06/2007, Foz do Iguaçu).

A “mudança de visão” mencionada por este agente refere-se às conseqüências da modificação do paradigma desenvolvimentista dominante, que começou a ocorrer a partir da década de 1970. O Brasil, desde a ECO-92, acatou oficialmente os desafios e se comprometeu com a idéia de uma gestão sustentável dos recursos naturais. Como pudemos perceber nas palavras do funcionário acima citado, a mudança da Itaipu no que diz respeito aos cuidados com o meio ambiente, em especial quanto à postura de programas que atendessem às comunidades que ocupavam territórios adjacentes ao lago, tinha começado já nos últimos anos do século XX. Muitos dos instrumentos, das práticas e das idéias aplicadas pelo CÁB a partir de 2003 são derivados de atividades que foram sendo desenvolvidas aos poucos pela IB, desde a sua implantação, no campo do meio ambiente. O pagamento dos *royalties* e a passagem às prefeituras, no começo dos anos 90, de parte dos recursos a serem usados em intervenções para proteger o reservatório, as sucessivas práticas dos convênios, os programas socioeconômicos para atingir objetivos estratégicos na área ambiental realizados a partir de 99, foram pontos de uma mudança de relação da IB com o território. A IB ia se “abrindo” à região, mas com reservas, sempre mantendo a característica de “caixa preta”, não permitindo a possibilidade de ser exercido um controle externo sobre a sua administração.

2.2.1 Itaipu Binacional, uma nova “missão”

Foi com a administração de Jorge Samek,⁸² a partir de 2003, já sob o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva no Governo Federal, que a IB passou a atuar mais sistematicamente na região. À Missão Institucional da IB são integrados os princípios de responsabilidade social e ambiental: “Gerar energia elétrica de qualidade, com responsabilidade social e ambiental, impulsionando o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico, sustentável no Brasil e no Paraguai”.⁸³

A direção da IB definiu nove objetivos estratégicos; quatro deles dizem respeito ao campo de atuação do CÁB:

⁸² Natural de Foz do Iguaçu, Jorge Samek é engenheiro agrônomo, título obtido em 1978 pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, onde foi presidente do Centro Acadêmico do Setor de Ciências Agrárias, UFPR, Curitiba, de 1976 a 1977. Afiliado ao MDB de 1974 a 1981, em 81 inscreveu-se ao PMDB, onde foi presidente do Conselho de Ética de 1985 a 1988. Em 1990, migrou para o PT, onde foi Membro do Diretório Nacional de 1998 a 1999 e de 2002 a 2004. Trabalhou na Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB) do Paraná, de 1978 a 1980, depois foi chefe regional do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Paraná (ITCF), em União da Vitória, de 1980 a 1981, e em Paranaguá, de 1981 a 1982. Voltou em 1983 à Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná como chefe de gabinete, cargo que ocupou até 1985, para assumir, naquele ano, a Secretaria até 1988. Em 1994, disputou as eleições para o governo do Paraná, sendo o terceiro mais votado. Elegeu-se vereador de Curitiba por quatro mandatos, no período de 1988 a 2000. Em outubro de 2002, elegeu-se deputado federal. Não foi empossado por ter renunciado ao mandato em 21 de janeiro de 2003, a fim de assumir o cargo de diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional.

Na Câmara Municipal de Curitiba, participou da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização; da Comissão de Urbanismo e Obras Públicas; da Comissão Especial de Enchentes, e presidiu a Comissão Especial para Revisar Plano Diretor da Cidade de Curitiba; foi relator da CPI das Invasões de Lotes Urbanos em Curitiba, da CPI do Narcotráfico e da CPI Transporte Coletivo.

Outros cargos ocupados foram: membro do Conselho da Cia. de Fomento Econômico do Paraná, 1983-1985; membro do Conselho da Cia. Paranaense de Silos e Armazéns, 1983-1985; membro (1983-1985) e presidente (1986-1988) do Conselho das Centrais de Abastecimento do Paraná S/A (CEASA); membro do Conselho de Urbanização de Curitiba, 1989-1991, 1992-1994, 1994-1996, 1997-1998, 1999-2000 e 2001-2002; membro do Conselho COHAB/CTBA, Curitiba, PR, 1992-1993.

De 1979 a 1980 foi vice-presidente da Associação Engenheiros Agrônomos do Paraná, União da Vitória e seu presidente de 1980 a 1981. Foi diretor da Associação dos Meninos e Meninas de Rua de Curitiba (ASSOMA) de 1987 a 1988; diretor da Escola de Educação Especial de Curitiba de 1989 a 1992 e diretor da Associação Amigos do Hospital das Clínicas do Paraná de 1997 a 2002.

Publicou *A Curitiba do terceiro milênio*. (Comp.). Curitiba: Palavra, 1996; *Curitiba entre o mito e a realidade*. (Comp.). Curitiba: Clichepar, 1999; e *Projetos de lei: uma vida, muitas histórias*. (Comp.). Curitiba [s.n.], 2002. Enfim, participou de missões oficiais: Encontro Nacional de Secretários de Agricultura, São Paulo (SP), 1986, e Curitiba (PR), 1987. Criou a Associação Brasileira de Dirigentes da CEASA, Curitiba (PR), 1986; Encontro Brasil/Cuba, Havana, 1997. Intercâmbio Curitiba/Orlando, EUA, 1998; Missão Oficial à FAO, Roma, Itália, 1999.

⁸³ http://www.itaipu.gov.br/index.php?q=node/321&foto=perfil_missao.jpg

Objetivo Estratégico 5 - Conhecimento público e institucional da empresa

Ampliar o conhecimento público e institucional da empresa sobre suas ações e sobre a singularidade de sua natureza jurídica e estrutura administrativa.

Objetivo Estratégico 6 - Qualidade de vida na região

Contribuir para a melhoria de qualidade de vida da população regional, fortalecendo as políticas públicas, com referência no IDH e nas Metas do Milênio.

Objetivo Estratégico 7 - Meio ambiente

Preservar, conservar e recuperar o meio ambiente da região, de forma integrada com os municípios e demais atores, consolidando a gestão por bacia hidrográfica.

Objetivo Estratégico 8 - Potencial turístico e tecnológico

Aproveitar efetivamente o potencial turístico e tecnológico de Itaipu e região, na perspectiva de geração de renda e oportunidades para a comunidade, constituindo-se ainda como um pólo irradiador de conhecimento e integração da América do Sul (*Plano Empresarial 2004-2008, Planejamento Estratégico, Síntese*. Itaipu Binacional, mimeo.).

O instrumento escolhido para honrar esta missão foi a criação de um Programa para a gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico da região, que agrupava programas e ações do Plano Operacional ligados à realização dos objetivos acima (o conjunto destes programas e das ações que os compõem encontra-se no anexo A).

A obra de difusão do Programa constitui uma das principais atividades dos seus responsáveis e é realizada por meio de inúmeros eventos, palestras, convênios etc., entre os quais a publicação, aproximadamente três vezes por ano, de um jornal de distribuição gratuita dedicado a apresentar metodologia, objetivos e avanços do CÁB, o *Jornal Cultivando Água Boa* (JCÁB). A sua publicação veio inaugurar uma nova etapa no que concerne à comunicação com a sociedade regional e nacional e a difusão das atividades da IB. Ela faz parte de uma estratégia comunicativa mais abrangente que determinou, depois do advento do CÁB, a multiplicação de notícias na imprensa local e nacional das atividades da IB no campo socioambiental.

O JCÁB é realizado principalmente por integrantes da Diretoria de Coordenação da IB, a mesma responsável pela implementação da quase totalidade das ações e dos projetos que compõem o CÁB. Através do JCÁB, a IB persegue claramente o objetivo de demonstrar a validade do Programa, sua abrangência e seu sucesso e, conseqüentemente, a legitimidade de

suas iniciativas. Isto explica o fato de que esteja ausente desta publicação qualquer crítica ou dúvida sobre a validade das ações e das metodologias empregadas. Não é possível, então, considerar o JCÁB um instrumento puramente informativo das atividades da IB no campo socioambiental. Ao contrário, o jornal representa uma das atividades do CÁB, o que torna necessário levá-lo ao centro das preocupações analíticas, considerando-o como parte integrante do esforço realizado pela IB na implementação do Programa.

Abrem-se, assim, possíveis leituras do que ali se escreve sobre aquilo que não diz somente respeito à eventual efetividade das ações realizadas, ou seja, considerações de caráter técnico sobre a capacidade do CÁB de realizar seus objetivos. O que se lê nos obriga a perguntar sobre a validade do CÁB e da tentativa de fazer dele um “modelo” das políticas públicas a serem perseguidas rumo ao “desenvolvimento sustentável”. As respostas não podem se limitar a considerar o Programa como simples realização de competências técnicas sobre o território e a questão socioambiental.

A partir destas considerações, escolhi apresentar no próximo capítulo as atividades que compõem o CÁB, e o faço através da imagem que os principais responsáveis por sua implementação constroem, ou seja, pela descrição das atividades fornecida pelo JCÁB e por outros documentos da IB sobre o Programa. De um lado, esta exposição fornece o pano de fundo para confrontar a visão oficial do CÁB com os achados da pesquisa de campo, que serão apresentados no capítulo 4; de outro, delinea desde já a imagem das estratégias e dos rótulos discursivos usados na obra de difusão do Programa, aos quais voltaremos na discussão final.

Capítulo 3: Cultivando Água Boa

A tarefa de realizar de forma prática este objetivo foi confiada ao diretor de Coordenação da IB, Nelton Friedrich,⁸⁴ chamado por Jorge Samek para concretizar os desafios que a nova missão da IB apresentava em nível regional. Segundo o que foi afirmado por Friedrich, depois de uma análise das ações empreendidas até então pela IB nos campos social e ambiental, feita ao longo dos primeiros meses de 2003,⁸⁵ a IB inaugurou o CÁB em junho do mesmo ano, realizando, na ocasião, em Foz do Iguaçu, o “Primeiro Encontro Cultivando Água Boa”. Seu desenho é relativo a uma série de ações e intervenções para alcançar os objetivos da nova missão da IB, com a perspectiva de envolver a sociedade regional na tarefa de melhorar as condições ambientais do reservatório e de sua bacia hidrográfica, a Bacia Hidrográfica do Paraná III (BPIII).

⁸⁴ Nelton Friedrich, formado em direito pela PUC de Curitiba, começou sua carreira política logo depois da formatura com a candidatura a prefeito da cidade de Toledo, PR, pelo PMDB, sem ser eleito. Em 1982, foi eleito Deputado Federal e, em 1986, Candidato Federal à Constituinte. Apresentou-se em 1990, já no PSDB, às eleições para Deputado Federal, mas não foi eleito. No mesmo ano foi trabalhar na Fundação Alberto Pasqualini, onde atuou como executivo e depois como presidente. De 1993 até 1994 trabalhou na Secretaria Especial da Prefeitura de Curitiba e, em 1998, disputou as eleições ao governo do estado na qualidade de vice-governador da chapa de Roberto Requião. De novo não eleito, voltou a atuar na Fundação Alberto Pasqualini até ser chamado, em 2003, por Jorge Samek para assumir o cargo de diretor de Coordenação da Itaipu Binacional, época em que ocupava o cargo de presidente estadual do PDT. Logo após a retirada do apoio do PDT ao governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em fins de 2003, Friedrich deixou o PDT para não renunciar ao cargo na IB. Em abril de 2006, não aceitou assumir o lugar de suplente da Câmara dos Deputados, estando então filiado ao PV.

⁸⁵ JCÁB, novembro 2003, p 2.



Figura 2. Brasil, estado do Paraná

Aos funcionários e aos departamentos que se ocupavam de realizar as ações no campo ambiental, e que continuaram desenvolvendo mais ou menos o mesmo tipo de atividade com a implantação do CÁP, foram se juntando outros, a partir de 2003, aos quais a Direção de Coordenação confiava tarefas na gestão e na organização das atividades do CÁP.

Enfim, escolheu-se o modelo de gestão dos projetos, chamado “matricial”,⁸⁶ para agilizar as relações no interior da Diretoria de Coordenação (DC.IB) e na coordenação entre os projetos, objetivos difíceis de se realizarem na estrutura piramidal e fortemente burocrática da IB, herança do tempo de sua criação sob o regime militar. Na DC.IB,⁸⁷ principal responsável pela realização das ações que compõem o CÁP, trabalham cerca de 150 funcionários, coadjuvados por aproximadamente 80 estagiários. A DC é chefiada pelo diretor de Coordenação, que conta com duas áreas de assessoria: a Assessoria de Planejamento e Coordenação (PC.CD) e a de Assistência (AS.CD), com nove funcionários cada uma. A estrutura hierárquica piramidal da DC abarca duas Superintendências: a de Gestão Ambiental (MA.CD) (com três funcionários) e a de Obras e Desenvolvimento (OD.CD) (com quatro funcionários), e cada uma delas se desdobra em dois departamentos.

A MA.CD compreende o Departamento de Reservatório e Áreas Protegidas (MAR.CD) (um funcionário/gerente) e o Departamento de Proteção Ambiental (MAP.CD) (dois funcionários), enquanto a OD.CD subdivide-se em Departamento de Obras e

⁸⁶ A gestão matricial nasceu e desenvolveu-se no campo empresarial para facilitar a comunicação entre diversos departamentos na execução de projetos específicos. Prevê a formação de grupos de trabalhos, com a participação de integrantes das diferentes áreas da empresa, visando coordenar as ações nos diversos níveis de gestão em relação a objetivos e projetos. Começou a ser empregada pela Philips logo depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Este tipo de atuação recebeu muitas críticas (cf. Ghoshal & Ballet, 1999). Um dos seus efeitos de gestão é a multiplicação de reuniões. Muitos dos funcionários da IB queixaram-se ao longo da pesquisa sobre a perda de tempo e energia diante dos poucos resultados atingidos por meio deste tipo de gestão. Como afirma Rob Enderle: “The most common thing that matrix management does is increase the number of pointless meetings turning employees' lives into a series of seemingly endless get-togethers often without agendas or action items that simply seem to serve as gripe fests focused on those who didn't show up” (<http://www.technewsworld.com/story/44890.html>).

⁸⁷ Os números aqui fornecidos referem-se ao ano de 2004; as siglas são as usadas na estrutura hierárquica da IB. Ver Fig. 3.

Manutenção (ODM.CD) (três funcionários) e Departamento de Interação Regional (ODR.CD) (dois funcionários). Descendo na pirâmide da estrutura da CD encontramos em cada Departamento uma ulterior subdivisão em duas Divisões: fazem parte do MAR.CD a Divisão de Reservatório (MARR.CD) (com 10 funcionários) e a Divisão de Áreas Protegidas (com 30 funcionários). O MAP.CD compreende a Divisão de Educação Ambiental (MAPE.CD) (com 10 funcionários) e a Divisão de Ação Ambiental (MAPA.CD) (com 20 funcionários). O ODM.CD subdivide-se na Divisão de Estrutura e Manutenção (ODMI.CD) (com 10 funcionários) e na Divisão de Serviços (ODMS.CD) (com 16 funcionários). Por fim, compõem a ODR.CD a Divisão de Estudos (ODRE.CD) (com 13 funcionários) e a Divisão de Apoio Operacional (ODRA.CD) (com três funcionários).



Figura 4. Estrutura da Diretoria de Coordenação da Itaipu Binacional 2004

A maioria dos programas e das ações que compõem o que se costuma chamar de CÁB⁸⁸ é de responsabilidade principalmente do MAP.CD e do MAR.CD, com um aporte substancial de parte dos subordinados à OD.CD. O Anexo A reporta à estrutura dos programas e das ações consideradas pela DC.IB como de cunho socioambiental e constituintes do CÁB nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007.

Para gerir o CÁB, a estrutura piramidal da Diretoria de Coordenação, com suas Assessorias, Superintendências, Departamentos e Divisões, adotou metodologias específicas de gestão definidas como “democráticas” e “participativas”, redefiniu os papéis dos vários componentes, e chamou para colaborar pessoas que de algum modo atuavam na região no campo socioambiental ou político. Além disso, dedicou ao Programa uma publicação periódica, que é parte integrante das estratégias dos seus proponentes e através da qual nós começaremos a conhecer o CÁB.

3.1 O CÁB por ele mesmo

A primeira parte deste capítulo relata o CÁB como ele é apresentado nas publicações relativas ao primeiro período de sua implementação (quatro números do JCÁB) até o número especial dedicado a celebrar um ano de suas atividades (JCÁB set. 2003). Trata-se do período de ajuste das atividades do CÁB, no qual o Programa vem sendo estruturado nos moldes em que se encontra atualmente.

Depois desta exposição, trataremos dos vários projetos de forma particular, acompanhando sua evolução a partir das demais edições do JCÁB e de outras publicações da

⁸⁸ A sigla CÁB, apesar de pertencer a um dos programas de atuação socioambiental da IB, o Programa número 40, é usada para se referir nas comunicações da empresa a um conjunto de 18 Programas e suas relativas ações, apresentados como constitutivos do CÁB.

IB. As fontes principais serão as publicações específicas da IB sobre as ações do CÁB, ou que tratam relativamente da questão da responsabilidade socioambiental.⁸⁹

Apresentamos seguir amplos trechos de artigos e serviços publicados principalmente no JCÁB. Queremos fornecer ao leitor os elementos para que possa avaliar e analisar o(s) discurso(s) empregado(s) na obra de difusão do Programa. Uma vez apresentado o CÁB, aprofundaremos algumas das ações e dos programas que o compõem, sempre a partir da leitura de seu órgão de difusão principal.

Esta apresentação, talvez um pouco cansativa, se faz necessária para que se possa entender os mecanismos de construção do discurso socioambiental e as estratégias de auto-representação utilizadas pelos responsáveis do CÁB. O recurso constante à quantificação, ou seja, a contínua apresentação de dados numéricos como evidência dos efeitos e dos resultados do Programa, tem um papel principal na retórica de sua celebração. Como ressaltou um dos funcionários de forma confidencial para o pesquisador, existe uma confusão entre “metas” e “objetivos” declarados do Programa, confusão que não permite uma avaliação crítica da idoneidade das metas a serem alcançadas com respeito aos objetivos do Programa. Voltaremos a esta distinção quando falarmos do *Projeto Coleta Solidária*, mostrando a confusão aí detectada entre ações pontuais (entrega de material, formação de associações) e objetivos gerais (“cidadania,” “participação,” “empoderamento”).

⁸⁹ Os dados a seguir são extraídos de documentos internos da Diretoria de Coordenação e das principais publicações da IB sobre as ações socioambientais executadas por ela: *Jornal Cultivando Água Boa (JCÁB)* set. 2003; *CÁB Projeto Piloto Sub-Bacia do Rio São Francisco Verdadeiro* 2004; *JCÁB* jan. 2004; *JCÁB* ago. 2004; *JCÁB* set. 2004; *JCÁB* jan. 2005; *JCÁB* jun. 2005; *JCÁB* jan. 2006; *JCÁB* jun. 2006; *JCÁB* nov. 2006; *JCÁB* fev. 2007; *JCÁB* jun. 2007; *JCÁB* out. 2007; *CÁB primeira edição*; *CÁB segunda edição*; *Saberes e Cuidados em Diálogo. Memória do Encontro de Especialistas em Educação Ambiental da Bacia do Prata 29-31 ago. 2006*; *Revista Energia Total*. IB 2007; *Balanco social 2003*; *Relatório de Sustentabilidade 2004*; *Relatório de Sustentabilidade 2005*; *Relatório de Sustentabilidade 2006*. Ao procurar outras fontes de avaliação ou simples descrição do CÁB na imprensa local e nacional, ou na Internet, pude constatar que a quase totalidade dos artigos em jornais e revistas que tratam do CÁB foram produzidos e repassados aos órgãos da imprensa pela Assessoria de Comunicação Social da própria Itaipu. Isso explica em parte a ausência de qualquer consideração crítica às realizações do programa.

O primeiro número do JCÁB, publicado em setembro de 2003, anunciou o começo das atividades do Programa CÁB, com o título da primeira página: “ITAIPU LANÇA MEGAPROGRAMA AMBIENTAL” (ver anexo B). Ao ler as matérias das edições do JCÁB, ou escutando os discursos proferidos pelos representantes da atual gestão da IB em inúmeras ocasiões, alguns aspectos do CÁB ressaltam mais que outros: 1. o fato de que seja uma iniciativa “pioneira”, “revolucionária”, “nova fase”, caminho certo rumo à “nova civilização”, 2. o seu caráter “superlativo”, “maior”, “mega”, alinhado com o rótulo discursivo que tem caracterizado a comunicação social da IB desde o começo, e que tem um peso notável na atual divulgação da usina também como meta turística – o CÁB compartilha a “grandiosidade” da Hidroelétrica de Itaipu.



Foto 1. Sinal situado no começo do circuito turístico interno à usina

No primeiro número do JCÁB, são apresentadas a justificativa, a metodologia do Programa e as etapas propostas para a sua realização e execução (JCÁB, set. 2003). As motivações principais de sua implementação são apresentadas em modalidades diferentes, por personagens responsáveis pela sua formulação e implementação, cada um portador de títulos e interesses próprios. Na contribuição do diretor de Coordenação (*ibidem*, p.5-6), as

justificativas de sua formulação enfatizam objetivos de caráter abrangente, com vista às políticas nacionais sobre gestão dos recursos naturais. Dois breves trechos extraídos das duas páginas do jornal onde são apresentadas suas considerações, fornecem um quadro dos objetivos que os formuladores do CÁB pretendiam alcançar já naquele momento inicial:

Esse programa não deve ser localizado apenas na região, mas deve ser um projeto de país. Assim como cultivamos a terra, devemos cultivar a água, porque tudo está relacionado com ela: a flora, a fauna, os seres humanos, a vida [...] porque não existe vida sem água. Então, Cultivando Água Boa não é um slogan, uma palavra de efeito. É um conceito de valor, uma atitude e um processo, e dentro de poucos meses chegaremos a uns 60 projetos relacionados a esse (*ibidem*, p.5-6).

O projeto vai atrair sem dúvida consciências esclarecidas, construir uma massa crítica, envolver a comunidade e despertar a cidadania. Em seguida será possível esparramar esse exemplo para o país, de forma que possamos compreender que a água é hoje uma questão de cidadania, uma questão de responsabilidade pessoal, familiar e social. É também uma questão de atitude perante a vida, para dar um basta a esse processo de degradação ambiental (*ibidem*, p.6).

Na apresentação das características específicas de funcionamento do Programa, formuladas numa das últimas páginas deste número do jornal, a necessidade de sua atuação baseia-se, sobretudo, em considerações relativas aos passivos ambientais encontrados na área do reservatório, que geram dois tipos de fenômenos “significativos”: o da sedimentação e o da eutrofização. As causas destes fenômenos são identificadas nos

meios de produção e hábitos culturais e sociais, que ocorrem também nas bacias hidrográficas, onde as águas nascem e fluem, antes de se acumularem [...] A Itaipu Binacional reconhece como fundamental modificar os meios de produção que geram poluição, porém, reconhece também que faltam recursos e orientação técnica para que os co-usuários possam realizar essas mudanças. Diante disto, o principal objetivo do programa Cultivando Água Boa é o de facilitar o encontro dos co-usuários das 13 sub-bacias que formam a Bacia Hidrográfica Paraná III, em Unidades Gestoras Autônomas, para que ali, num ambiente de compartilhamento de responsabilidades, possam planejar, receber orientações e formatar projetos de ações ambientais corretivas, para serem encaminhadas a instituições financiadoras (*ibidem*).⁹⁰

⁹⁰ O artigo é assinado pelo engenheiro-agrônomo Cícero Bley Jr., um dos vários funcionários da IB que foram chamados a trabalhar na empresa como assessor de um dos diretores da IB brasileira, a partir da gestão de Jorge Samek, e que teve um papel principal ao estruturar o programa na época de sua implantação.

Em um quadro ao lado destas considerações encontramos propostas para as “Etapas para a execução do projeto”, divididas em 12 pontos:

- 1 – Convocação dos representantes dos co-usuários, instituições públicas como SEAB, SEMA, IAP, EMATER, IAPAR, SUDERHSA, IBAMA⁹¹ e Prefeituras, assim como a iniciativa privada, como frigoríficos, integradoras, associações de criadores de suínos, de produtores de leite, sindicatos rurais, ONG’s, escritórios de planejamento e outras, para apresentação do formato inicial, objetivos metas do projeto.
- 2 – Formação de um comitê gestor por projeto
- 3 – Planejamento das ações com identificação de pontos críticos de poluições ocorrentes na sub-bacia, começando pelos pontos de poluição difusa, meio rural, atividades agrícolas, suinocultura e produção de leite e de fontes poluidoras pontuais, localizadas nos meios urbanos.
- 4 – Definição dos papéis de cada um no comitê gestor.
- 5 – Elaboração de um projeto piloto com duração até 31 de dezembro de 2003, para coleta de informações sobre a eficiência das ações corretivas aplicadas sobre os passivos ambientais e demonstração de resultados, econômicos e ambientais.
- 6 – Formação de convênios e contratos entre Itaipu Binacional e parceiros.
- 7 – Formação de Unidade Gestora Autônoma, da sua Coordenação Executiva e Coordenação Técnica.
- 8 – Elaboração de cadastro sócio-econômico-ambiental georreferenciado da sub-bacia do São Francisco Verdadeiro.
- 9 – Elaboração de levantamento técnico nas propriedades rurais que formam os pontos críticos identificados que funcionarão como unidades de demonstração do projeto.
- 10 – Findas estas etapas, os Comitês Gestores de sub-bacias elaborarão os seus respectivos projetos.
- 11 – O plano de ações não deve inibir iniciativas da sociedade para o desenvolvimento de projetos que visam “adotar” microbacias hidrográficas, mesmo antes da instalação dos comitês de sub-bacias.
- 12 – Várias fontes de financiamento se mostraram antecipadamente interessadas no projeto, como a Agência Nacional da Água, o Ministério de Ciência e Tecnologia e outras instituições federais.” (*ibidem*)

O restante da publicação se constitui de artigos sobre a situação ambiental e a necessidade de reverter o processo de degradação dos recursos naturais do planeta – artigos que resumem as intervenções realizadas por vários atores durante o Primeiro Encontro

⁹¹ Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA; Instituto Ambiental do Paraná - IAP; Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-PR (a sigla EMATER corresponde também à “Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural”. É costume omitir a especificação estadual.); Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR; Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Cultivando Água Boa⁹² – e da apresentação de algumas das ações nas quais se concentrou o CÁB em seu começo, como a pesca no reservatório da usina e o fomento da agricultura orgânica (p.8, 9), intervenções para a preservação de espécies naturais (p.14-5), e o envolvimento das comunidades que ocupam o território de influência da IB (p.12, 16).

O segundo número do jornal, publicado no começo de 2004, apresenta uma relação dos subprogramas do CÁB (*JCÁB*, jan. 2004, p.4-5), com o título “Gestão participativa envolve comunidades e entidades”. Os subprogramas, superando as previsões do diretor de Coordenação proferidas no número precedente do jornal, alcançaram o número de 71 entre projetos e subprojetos, os quais nós chamaremos aqui de atividades. Elas são apresentadas e divididas em quatro tipos diferentes (“Planejamento”, 17 atividades; “Execução”, 7 atividades; “Tecnologia”, 35 atividades; “Monitoramento”, 12 atividades).

No primeiro tipo de atividades são mencionados cinco projetos e subprojetos: 1. São Francisco Verdadeiro (nenhum subprojeto); 2. Microbacias Lajeado Xaxim e Rio Sabiá (nenhum subprojeto); 3. Educação ambiental e responsabilidade social (8 subprojetos); 4. Saneamento (nenhum subprojeto); 5. Informação e avaliação territorial (4 subprojetos).

Os projetos mencionados como pertencentes à segunda tipologia não têm subprojetos e são: 1. Canal da Piracema (obras); 2. Jardim Botânico; 3. Paisagismo/recuperação de áreas degradadas; 4. Comunidade Ava-Guarani; 5. Corredor da biodiversidade; 6. Complexo turístico; 7. Infra-estrutura.

O terceiro grupo, que inclui cerca da metade das atividades apresentadas compreende:

1. Plantas medicinais (6 subprojetos); 2. Pesca (10 subprojetos); 3. Agricultura orgânica (6

⁹² Reportamos a seguir os títulos de cada artigo junto com as personalidades autoras das intervenções aí relatadas: “Itaipu revoluciona com “Cultivando Água Boa”” (Jorge Samek, p. 3); “Crise mundial da água já começou, diz frei Boff” (Leonardo Boff, p. 4); “Jornalista alerta para os riscos à vida no planeta” (Washington Novaes, p. 5); “O Paraná é pioneiro em preservação da água” (Roberto Requião, p. 10); “Unesco recomenda novo padrão de comportamento” (Bernardo Brumer, p. 11)

subprojetos); 4. Manejo conservacionista de água e solo (4 subprojetos); 5. Apicultura (4 subprojetos).

Por fim, na tipologia “Monitoramento” estão presentes: 1. Monitoramento e avaliação ambiental do reservatório e da bacia hidrográfica de influência da Itaipu (6 subprojetos); e 2. Laboratório ambiental (4 subprojetos). Na organização interna da DC.IB, relativamente à gestão do programa em 2004, estas atividades são inseridas em alguns dos 19 programas que são considerados pela IB como parte do empenho da empresa no campo social e ambiental.

Estes programas são

- Programa: 10 Imagem institucional comunicação social
- Programa: 11 Turismo nota 10
- Programa: 19 Gestão de desenvolvimento e desempenho por competência
- Programa: 28 Dimensionamento e renovação do Quadro
- Programa: 36 Reservatório e áreas protegidas
- Programa: 37 Produção de peixe em nossas águas
- Programa: 38 Educação ambiental
- Programa: 39 Biodiversidade nosso patrimônio
- Programa: 40 Gestão por bacias - Cultivando Água Porá
- Programa: 41 Gestão Estratégica da Diretoria de Coordenação
- Programa: 42 Infra-estrutura eficiente
- Programa: 43 Prospecção de recursos para Itaipu
- Programa: 44 Gestão da informação e processos da DC.IB
- Programa: 45 Desenvolvimento regional sustentável
- Programa: 46 Saneamento na região
- Programa: 47 Saúde na fronteira
- Programa: 48 Educação e sustentabilidade social e regional
- Programa: 49 Mexilhão Dourado - ações ambientais
- Programa: 50 Monitoramento e avaliação ambiental

Como podemos ver, os programas considerados como pertencentes à área de gestão das ações socioambientais compreendem também iniciativas não diretamente relacionadas com a implementação de ações ligadas estritamente às atividades desenvolvidas pelo CÁB,

mas também às mudanças internas na estrutura de gestão da DC.IB (programas 19, 28, 41, 42 e 43), como a comunicação ao público sobre o próprio Programa (programa 10), e à resolução de problemas de natureza biológica que interessam exclusivamente à funcionalidade das instalações da usina (programa 50).⁹³

As principais atividades que são reportadas à evolução do CÁB pelo jornal do Programa (JCÁB, jan. 2004) são a assinatura dos convênios para a implementação dos projetos-piloto do rio São Francisco Verdadeiro e das microbacias dos rios Xaxim e Sabiá nos municípios de Matelândia e Céu Azul (*ibidem*, p.6-7); as atividades de difusão e “conscientização” do Programa (*ibidem*, p.8-9, 11, 13); as ações relacionadas ao programa de pesca (*ibidem*, p.12), à agricultura orgânica e às plantas medicinais (*ibidem*, p.14-16) e a alguns projetos de cunho mais social, como o Ava-Guarani (*ibidem*, p.11) e uma breve menção ao projeto *Jovem Jardineiro*⁹⁴ (*ibidem*, p.15).

A partir da metade de 2004, o Programa começou a assumir uma forma definitiva, seja quanto à estratégia e à metodologia de atuação, seja quanto à área de abrangência. Queremos dizer que a partir de meados deste ano estão se estruturando modalidades e áreas de atuação do CÁB que o caracterizam, o que pudemos constatar até o momento de conclusão de nossa pesquisa, em 2007.

No número subsequente do jornal, datado de agosto de 2004, encontramos artigos dedicados às atividades principais em que se concentra atualmente o Programa. Ao lado dos projetos específicos, notamos a obra de difusão do Programa no território da BPIII, a busca de parcerias com as instituições locais laicas e religiosas, e a obra de divulgação regional,

⁹³ No Anexo A são apresentados os vários programas, as ações relativas e os responsáveis pelas mesmas, assim como estão formuladas em documentos internos da DC.IB de 2004 até 2007.

⁹⁴ Trata-se de poucas linhas sobre o *Projeto Jovem Jardineiro*, do qual falaremos mais adiante, com um comentário a seu respeito e uma foto sua que ocupa metade da página do jornal.

nacional e internacional. Destacam-se o “Pacto das Águas”,⁹⁵ realizado pelas comunidades das microbacias dos rios Xaxim e Sabiá, a participação da IB na Campanha da Fraternidade, a participação em convênios internacionais, a entrega dos primeiros equipamentos e obras em vários dos subprojetos, a assinatura de convênios com órgãos municipais, estaduais e federais, e as atividades de conscientização e educação ambiental, sobretudo com a distribuição de prêmios por meio de concursos e a formação de “educadores ambientais”.⁹⁶

Esta obra de consolidação confirma-se com a publicação, um mês depois, de um número especial do JCÁB, que celebra um ano de atividades do Programa, no qual as ações e as atividades desenvolvidas são apresentadas mais detalhadamente (JCÁB, set. 2004). A publicação tinha como objetivo principal, acreditamos, fornecer uma base de apresentação do CÁB por ocasião do II Encontro Cultivando Água Boa, realizado no mesmo mês de setembro de 2004, em Foz do Iguaçu. As primeiras duas páginas apresentam as justificativas para a existência/necessidade do CÁB, e celebram-no como uma ruptura com as atuações precedentes no campo socioambiental, não só da IB, mas como um todo no país.

Um artigo do diretor de Coordenação, com o título “A Celebração da Vida”, abre o jornal. Seu trecho inicial diz:

Desde janeiro de 2003, quando a atual diretoria assumiu, tendo à frente o diretor geral Jorge Samek, a Itaipu Binacional vive **nova fase**, em sintonia com a visão do governo de mudanças progressistas do Presidente Inácio Lula

⁹⁵ A celebração dos “pactos das águas” faz parte das atividades de “capacitação” e “participação” que estão entre as mais valorizadas da metodologia de atuação do CÁB – cerimônia oficial que conta com a participação de autoridades locais e da IB, de representantes e integrantes das comunidades diretamente interessadas nos convênios assinados entre IB e Prefeituras, e da indústria e comércio local. Na única oportunidade que pudemos acompanhar um desses eventos, realizado em 20 de junho de 2007 na cidade de Santa Terezinha de Itaipu, participaram dele também os alunos de uma escola secundária situada nas proximidades do local da cerimônia, que interrompeu as aulas na ocasião, contribuindo para pelo menos dobrar o número de participantes.

⁹⁶ A formação da figura do “educador ambiental” vem sendo implementada a partir de estratégia específica do Governo Federal, através do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Esta atividade formativa é parte integrante do trabalho do CÁB e de sua metodologia de atuação. Trataremos em outra parte do trabalho de modalidades, perspectivas e resultados do esforço educativo realizado por meio de atividades específicas do Programa.

da Silva, que cobra da empresa a responsabilidade socioambiental, a solidariedade entre as pessoas e das pessoas com a natureza..

Por parte da Diretoria de Coordenação, o cumprimento dessa missão está expresso no Programa Cultivando Água Boa, com seus 70 projetos e subprojetos que, além de multiplicarem as ações socioambientais da empresa, estende-as para além dos seus domínios e dos municípios lindeiros, para atingir toda a Bacia do Paraná III, importante tributária do Reservatório da Usina (JCÁB, set. 2004, p.2).

Segue, no centro das duas páginas iniciais (p.2, 3), um artigo intitulado “Um Novo Tempo. Na Itaipu Binacional a mudança acontece,” com a descrição da situação ambiental da Bacia do Paraná III (BPIII), da mudança da missão da IB e do alcance territorial ampliado de suas ações. Na coluna ao lado direito da terceira página, um quadro intitulado “Cultivando Água Boa”, que de novo ressalta a responsabilidade da atual Diretoria de Coordenação pela formulação do Programa, ilustra os objetivos da publicação⁹⁷ e descreve “Um novo modelo de gestão” representado pelo Programa:

O Cultivando Água Boa é uma proposta inspirada na concepção de políticas públicas para ações conjuntas por meio de parcerias entre Itaipu e instituições federais, estaduais e municipais e a sociedade, com o objetivo de encaminhar as mudanças que a nação exige, num processo eminentemente participativo e compartilhado entre os mais diversos atores.

O programa não é da Itaipu, e sim deve ser um grande pacto da região, em torno de seu presente e seu futuro, um pacto pela água e pelo solo – pela vida (*ibidem*, p.3).

Vamos agora conhecer alguns dos projetos e das ações que encontram mais espaço nas publicações da IB sobre o CÁB, sempre através da auto-representação fornecida por seus propositores e explicitada no JCÁB.

⁹⁷ “Nesta publicação, a Diretoria de Coordenação da Itaipu apresenta um balanço das ações desenvolvidas desde a implantação do Cultivando Água Boa, reafirma seus propósitos e indica quanto o programam tem a realizar para alcançar seus objetivos” (JCÁB, set. 2004, p.3).

3.2 Os “Projetos” do CAB na visao “nativa”

3.2.1 Educaao Ambiental

A novidade principal que caracteriza a implementaao do CAB, em relaao as atividades desenvolvidas nas gestoes anteriores a 2003, e a introduao e a relativa enfase dada as aoes definidas como pertencentes ao campo da educaao ambiental.

No JCAB de setembro de 2004, amplo espao e dedicado a apresentaao dessas atividades num artigo intitulado “Educaao ambiental. A construao sustentavel pela conscientizaao e aao”, cuja introduao afirma:

Na formulaao do Cultivando gua Boa ganhou destaque a Educaao Ambiental – processo pelo qual as pessoas e a coletividade constroem valores, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas a conservaao do meio ambiente, agora proposta no apenas para os municpios lindeiros, mas para todos os 29 que fazem parte da Bacia do Paran III (*ibidem*, p.4).

O programa de educaao ambiental desdobra-se em diferentes iniciativas que podem se constituir em projetos especficos, ou integrar a atuaao de outras atividades. Aqueles citados nesta publicaao so, em ordem de apresentaao: “Rede ‘Linha Ecolgica’”, “Educaao em microbacias”, o “Projeto *Jovem Jardineiro*”, o “Ecomuseu: resgate histrico”, e os prmios “Educaao Ambiental” e “Cultivando gua Boa”.

A “Rede Linha Ecolgica” desenvolve atividades de educaao ambiental em parceria com a IB e o Conselho de Desenvolvimento dos Municpios Lindeiros, do qual depende do oramento, a Associaao dos Municpios do Oeste do Paran (AMOP) e as prefeituras municipais. A rede  formada por um grupo de 90 funcionrios pertencentes as prefeituras dos 29 municpios da BPIII que atendem a uma srie de atividades de formaao:

A participaao nos encontros de formaao tem possibilitado ao grupo uma visao sistmica da questo socioambiental tanto em nvel local quanto regional, estadual e nacional, uma reavaliaao de conceitos e a construao de uma inovadora visao da rede, que ressalta a importancia do trabalho participativo e da construao coletiva.

Em 2004, a Linha Ecológica concentrou suas ações na difusão do conhecimento e incentivo à agricultura orgânica, que é sustentável e saudável, em contraposição à convencional, que é insustentável porque nociva à saúde do meio ambiente, do produtor e do consumidor de alimentos.

Em três módulos, ou etapas, o programa oferece o Curso Básico de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, com 36 horas/aula e participação de 377 professores de 318 escolas dos 29 municípios da BPIII. Aos participantes foram entregues 90.000 exemplares da cartilha “Mundo Orgânico” para distribuição aos estudantes e trabalho em sala de aula e fora dela. Também promoveu cerca de 300 apresentações da peça teatral “A Matita – uma aventura orgânica” (*ibidem*).⁹⁸

Entre as outras ações e iniciativas realizadas sob o rótulo de Educação Ambiental, são citadas as atividades realizadas pelo Ecomuseu, estrutura pertencente à IB e localizada nas proximidades da entrada da usina, e os concursos e prêmios “Educação Ambiental” e “Cultivando Água Boa”, sendo o primeiro endereçado aos estudantes das escolas públicas da BPIII e o segundo aos do Ensino Superior.

Sempre no mesmo número do JCÁB é ilustrada a metodologia de “educação ambiental” que visa envolver as comunidades das microbacias nas ações do Programa. Trata-se de um percurso de sensibilização levado a efeito por meio de atividades específicas. Reportaremos a seguir a descrição das mesmas assim como apresentada nesse número do *Jornal Cultivando Água Boa*:

A implementação do projeto-piloto inclui e enfatiza a educação ambiental como fator determinante de uma nova cultura, baseada na ética do cuidado e da solidariedade, no relacionamento do homem com a natureza e seu semelhante. É onde entra o trabalho da equipe de Educação Ambiental da Itaipu Binacional, com a realização das chamadas “Oficinas do Futuro”.

A Oficina desencadeia um processo educacional nas comunidades de cada microbacia, aguçando a sensibilidade e a compreensão das pessoas sobre os problemas ambientais e a necessidade do compromisso individual e coletivo na construção do desenvolvimento sustentável.

A Oficina do Futuro é desenvolvida em três módulos:

- 1. Muro das Lamentações – A comunidade é chamada a identificar e a lamentar a degradação ambiental do lugar onde vive;

⁹⁸ A grafia “EducAção” é voluntária, querendo representar modalidades específicas de atuação que norteiam esta atividade. O princípio da EducAção é “Educar-para-a-ção”.

- 2. *Árvore da Esperança* – Orientada pelos educadores ambientais, a comunidade aponta soluções para os problemas levantados;
- 3. *Agenda 21 do Pedaco* – A comunidade aponta e assume as ações necessárias para que a *Árvore da Esperança* viva.

Nas microbacias do Xaxim e Sabiá foram realizadas dez oficinas, pelas quais passaram 406 pessoas que, na agenda de seu pedaço, apontaram as ações mais prementes: conservação do solo, adequação de estradas, plantio de mata ciliar, adequação de benfeitorias existentes nas propriedades, instalação de abastecedouros comunitários, proteção das nascentes e tratamento de esgoto industrial pelas empresas que o produzem. Em julho, as Oficinas do Futuro começaram nas microbacias do Arajuçaba, Curvado e Arroio Fundo, no município de Marechal Cândido Rondon, e estão em andamento.

No encerramento da Oficina do Futuro a comunidade celebra o Pacto das Águas, pelo que assumem o compromisso de levar adiante uma luta permanente de cuidado com a natureza.

O primeiro foi celebrado nas comunidades de Alto Xaxim (Céu Azul), Baixo Xaxim e São Luiz (Céu Azul e Matelândia), Tomé de Souza (Matelândia), São Roque (Matelândia) e linha Votória (Medianeira), das microbacias do Xaxim e Sabiá, em 25 de junho de 2004, mas chegará a todas as microbacias da BPIII.

Na celebração do pacto, cada comunidade lançará, como fizeram as comunidades do Xaxim e Sabiá, a “Carta do Pacto das Águas”, dirigida às instituições que integram o Comitê Gestor da microbacia, autoridades, candidatos a prefeito e vereador, formadores de opinião, escolas, universidades, meios de comunicação, igreja, ONGs etc., com o objetivo de conseguir ampla mobilização pela causa ambiental.

O pacto significa, ainda, que a conclusão da oficina antes de ser um encerramento, é começo de uma luta perene de proteção, de cuidado com a natureza. É o que explica a grafia “Educação”, utilizada pelo Programa de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, da Itaipu Binacional e seus parceiros: Educa-se para a ação (*ibidem*).

As atividades das Oficinas são realizadas em duas reuniões entre a(s) comunidade(s) de moradores da microbacia e um ou dois representantes do setor de Educação Ambiental da IB. Forneceremos mais adiante uma descrição de uma dessas reuniões, além de mais detalhes levantados pelo pesquisador em conversas e entrevistas com os funcionários da IB.

O “Pacto das Águas” é a solenidade realizada para demonstrar a vontade de todos de se empenharem nas ações do CÁP e agirem de modo a promover a sustentabilidade e também para a assinatura dos convênios entre IB e Prefeitura. Além das falas das autoridades e da

assinatura dos convênios e das “Cartas”, prevê a representação da “Mística da Carta da Terra”.⁹⁹ Citamos a seguir a descrição fornecida no JCÁB de janeiro de 2006:

Na solenidade de abertura dos Pactos das águas, um momento especialmente tocante é a celebração da Mística da Carta da Terra, uma alegoria dos quatro princípios que esse documento planetário estabelece para a construção de um futuro sustentável. Ao som da música “Cio da Terra”, de Milton Nascimento, enquanto os atores entram no salão, é lido este trecho do preâmbulo da Carta da Terra [...].

Faz-se então o chamamento à reflexão e ao compromisso com os quatro grandes princípios da Carta:

1º princípio: Respeitar e cuidar da comunidade de vida. Diante de um mapa do Globo Terrestre, os atores exibem um prato de terra, balões de ar, velas acesas e jarra de água, ilustrando a narrativa: O Planeta Terra, também conhecido como Planeta Água, neste ato representado pelo Globo Terrestre, é a nossa casa, o nosso grande lar. Nele encontramos os quatro elementos fundamentais e essenciais à vida:

Terra – conhecimento e compromisso com a dimensão de humanidade e universalidade; **AR** – cultura, espaço da singularidade e pluralidade; **Fogo** – paixão pelo conhecimento, força para sustentar as lutas, formação; **Água** – cidadania.

“E por falar de água e cidadania, vem a pergunta: até quando falaremos de preservação como se fosse responsabilidade só dos outros? Este é o nosso desafio”

2º princípio: integridade ecológica. Neste momento, diante de símbolo da reciclagem, são proclamadas exigências de conservação e preservação ambiental:

- Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.
- As folhas e os galhos, quando em decomposição, transformam-se em húmus, enriquecendo e fertilizando o solo.
- Embalagens de agrotóxicos, por exemplo, quando recicladas, podem ser transformadas em cano condutor. Dessa forma estaremos preservando e conservando o ambiente. Por isso, reduza, recicle, reaproveite. Reduza o consumo de materiais, compre só o necessário e não desperdice. Recicle, separa tudo e que puder ser reciclado. Reaproveite sempre que puder o que não usa mais

3º Princípio: justiça social e econômica. Palavras-chave da Carta da Terra são proclamadas e ilustradas por imagens: justiça social e econômica – erradicação da pobreza – imperativo ético, social e ambiental – ar puro – água boa – terra para todos – sustentabilidade – educação – saúde – igualdade – solidariedade – não à discriminação.

⁹⁹ A realização da “mística” faz parte de um conjunto de idéias e princípios que foram extraídos do ideário de movimentos populares, como o MST, movimento este que ao longo de sua formação e atuação absorveu elementos do pensamento cristão, em razão do aporte dado por organizações religiosas, como a Comissão Pastoral da Terra. Cf. Alcântara, 2002; Alencar chaves, 2001.

4º Princípio: Democracia, não violência e paz. Atores entram com armas de brinquedo e as jogam numa caixa com a inscrição “não à violência”, em obediência à convocação “Vamos nos desarmar, dizer não à violência. Vamos nos tornar pessoas livres e melhores”. Outros atores se apresentam com pombas à mão e as soltam como símbolos da liberdade e da paz, enquanto ecoam palavras de paz e amor: “Vamos cultivar a paz! Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e a totalidade maior da qual somos parte.”

E a celebração se encerra com a convocação final da Carta da Terra: Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência em face da vida, por um compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, pela rápida luta pela justiça, pela paz e pela alegre celebração da vida (JCÁB, jan. 2006, p.18-9).

Como foi dito, essas atividades fazem parte do conjunto de ações realizadas no âmbito do *Programa 40*, cujas características serão expostas a seguir.

3.2.2 Gestão por Bacias - Cultivando Água Porá

O cerne do CÁB, juntamente com as atividades de Educação Ambiental que são inseridas em todos os seus projetos, é o *Programa 40*, que leva o nome de “Gestão por Bacias - Cultivando Água Porá”, e ao qual é dedicado amplo espaço nas publicações da IB relativas ao CÁB.

O *Programa 40* prevê ações de conservação de solo, recomposição de mata ciliar, instalação de abastecedouros comunitários, adequação de instalações agropecuárias, coleta e destinação final de resíduos orgânicos e embalagens de agrotóxicos, capacitação de técnicos e produtores em sistema de plantio direto, elaboração de estudos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e levantamento e diagnóstico da situação da bacia de Itaipu.

Num primeiro momento, as ações realizadas por este programa limitam-se a “experiências-piloto” realizadas em microbacias situadas ao longo do rio São Francisco Verdadeiro. Foi a partir da realização do segundo encontro CÁB (CABII), em setembro de 2004, que a IB começou a obra de difusão da metodologia de gestão de microbacia hidrográfica no restante da BPIII. Um técnico da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), chamado a integrar a Diretoria de Coordenação da Itaipu na gestão de Jorge Samek, ocupando o cargo de gerente executivo do CÁB, foi encarregado de coordenar a

missão de implementar as propostas do Programa junto às administrações municipais da BPIII empossadas em janeiro de 2005.

Quatro páginas do JCÁB de junho de 2005 foram dedicadas a descrever as atividades realizadas pela Itaipu para a difusão da metodologia de “adoção de microbacias” no território da BPIII. O título desta seção do JCÁB era: “Adoção de microbacias tem total adesão dos municípios. Compromisso é de zerar passivos ambientais na região e construir a sustentabilidade mediante ampla parceria com as comunidades” (*ibidem*, p.7). Um amplo mapa mostra de forma evidente as microbacias selecionadas para começarem os trabalhos em cada município. Um quadro na página 9 expõe as ações previstas em 31 microbacias (uma em cada município da BPIII, com Toledo e Cascavel adotando duas), num total de 2.081 propriedades e uma extensão de 64.109,81ha.¹⁰⁰ As ações propostas concernem em parte ao território comum das microbacias, objeto das intervenções, e em parte às propriedades particulares: “mata ciliar a recompor – 2.009,39ha; cerca a implantar – 629.820m; estradas a adequar – 312.5km; abastecedouros a instalar – 55; distribuidores de dejetos a fornecer – 46” (JCÁB, jun. 2005, p.9).

Ao lado das atividades aqui citadas que compõem o *Programa 40* da Itaipu, é importante ressaltar os esforços para o envolvimento da Itaipu nas realidades administrativas locais, ou seja, as prefeituras das comunidades locais que ocupam os territórios das microbacias, os órgãos públicos, associações, empresas, universidades e eventuais ONGs chamados pela Itaipu para unir esforços e ajudar a implantar nos vários municípios outros projetos pertencentes ao CÁB (*ibidem*, p.8). Vejamos agora algumas passagens relativas à

¹⁰⁰ As informações aqui fornecidas não correspondem às reportadas na Tabela 7 do capítulo 4. As informações apresentadas naquela Tabela foram reconstruídas a partir de dados constantes dos mapas relativos às microbacias dos municípios da BPIII, onde foi executado o *Programa 40*, elaboradas pela Itaipu Binacional; neles se destaca uma superfície total de 50.729há, o que corresponde a 2.498 propriedades.

obra de difusão, à organização da gestão e às metodologias de envolvimento dos vários componentes sociais da BPIII:

O primeiro passo consistiu na escolha da microbacia a ser trabalhada em cada município, e ela recaiu sempre naquela que fornece água para abastecimento da população. Estabeleceu-se então um roteiro de reuniões em cada um dos 29 municípios, com participação dos técnicos da Itaipu, do prefeito e vice-prefeito, seus secretários e chefes de departamentos, dirigentes de órgãos públicos estaduais e federais, lideranças comunitárias e empresariais e a comunidade.

Nessas reuniões, o diretor de Coordenação Nelton Friedrich e os técnicos da Itaipu têm feito uma exposição dos 70 projetos e subprojetos do Cultivando Água Boa, para que cada município faça suas escolhas quanto às ações de seu interesse, de acordo com sua realidade e disponibilidade. [...]

COMITÊ GESTOR. Os diagnósticos e os projetos executivos apontam o que é preciso fazer e quanto vai custar, dentro do que dispõem a legislação e a melhor política ambiental. A partir daí, um comitê gestor decide quem vai fazer, como vai ser feito e quem vai pagar.

Para isso, em cada microbacia é formado o Comitê gestor integrado por representantes da Itaipu, dos diversos organismos municipais, estaduais, e federais com presença na região, cooperativas e outras empresas, sindicatos e entidades sociais diversas, universidades, escolas, agricultores, na mais ampla participação possível. Após a exposição dos programas e projetos do Cultivando Água Boa, as autoridades, lideranças e a comunidade ficam com a tarefa de examinar as propostas, fazer suas escolhas sobre quais implantar, de acordo com suas necessidades – afinal, as ações serão executadas mediante convênios que rateiam seus custos entre os parceiros

SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO. Nesse processo tem importância decisiva a sensibilização, a conscientização, o convencimento das pessoas e comunidades quanto à necessidade e à importância das ações propostas. Por isso, a Itaipu reúne autoridades, lideranças, os proprietários rurais das margens direita e esquerda da microbacia, expõe o programa e mostra que não está aí para multar, expulsar, inviabilizar a propriedade, e sim para viabilizá-la, sem imposições, numa manifestação democrática com total participação comunidade [Sic.], de modo que nenhuma dúvida permaneça. Em todos os lugares percorridos as propostas têm tido cem por cento de adesão, seja nas ações coletivas, seja nas individuais, relacionadas a propriedades específicas. Os proprietários percebem que esta é a maneira de viabilizar sua propriedade, torná-la mais produtiva e sustentável, obtendo assim inclusive o benefício do licenciamento ambiental, necessário ao desenvolvimento das atividades agropecuárias sem transtornos. É uma oportunidade privilegiada para agricultores e pecuaristas adequarem suas propriedades e instalações à legislação e às práticas ambientalmente corretas, neste movimento de solidariedade e cooperação em que ninguém fica sozinho com seus problemas (*ibidem*).

O sucesso do processo de implementação do *Programa 40* nos municípios da BPIII é ressaltado no número seguinte do JCÁB (jan. 2006) onde, na segunda página, o diretor de Coordenação afirma que:

O atual momento do programa Cultivando Água Boa é de grande e decisiva afirmação, na medida em que, definitivamente, deixa de ser uma proposta só da Itaipu e se internaliza na vasta comunidade dos 29 municípios da Bacia do Paraná III, constituindo-se em missão de todos, e na medida em que passa a ser um imenso campo de ação ao invés de mero discurso bem elaborado.

O avanço se dá pela cada vez mais ampla e precisa percepção dos problemas socioambientais que a região apresenta, pela clareza com que se vêem as soluções e, sobretudo, pela determinação em implementá-las.

Tal postura fica evidente no grau de mobilização e envolvimento de todos os setores sociais nas celebrações do Pacto das Águas, município por município, em que é definida a Agenda 21 do Pedago, ou seja, o conjunto de ações assumidas pelas comunidades para consertar os estragos e aliviar os sofrimentos impostos ao meio ambiente ao longo do tempo, e para construir a sustentabilidade do lugar onde vivem, sabendo que não estão sozinhas nesta luta.

Construímos com sucesso as celebrações dos pactos e as assinaturas dos convênios entre a Itaipu, as prefeituras dos 29 municípios e demais parceiros na agenda. Cada evento reuniu, em média, mais de 600 pessoas. Ao final do processo, pois, mais de 15 mil pessoas terão sido tocadas, profundamente, pela mensagem de vida do Cultivando Água Boa. Trata-se, sem dúvida, de uma mobilização ambientalista sem precedentes e sem paralelo no Paraná e provavelmente no Brasil.

A grandeza do programa se evidencia, ainda, no volume de ações e recursos (mais de R\$ 11 milhões) envolvidos, só para a construção da sustentabilidade de uma microbacia por município, num período de 12 meses. Isoladamente, instituição alguma teria condições de realizar e bancar um programa tão vasto e revolucionário. Mas a parceria que une Itaipu, prefeituras e comunidades torna o programa viável e o fardo, leve (JCÁB, jan. 2006, p.2).

O “Pacto das Águas” é um dos momentos principais e o mais valorizado pela direção da DC.IB , apontado como a demonstração da ampla aceitação do CÁB pela sociedade como um todo. Veremos agora como se constitui o processo que leva a formalizar os acordos entre Itaipu e prefeituras, por meio da assinatura de convênios, para a realização das obras de saneamento e proteção ambiental, o que acontece formalmente numa solenidade realizada com a presença de vários atores.¹⁰¹

Antes, descreveremos brevemente a estrutura gerencial e executiva do *Programa 40* referido ao ano de 2007. O coordenador e responsável pela maioria das ações realizadas no *Programa 40*, assim como o seu gerente, são funcionários da Itaipu há muitos anos, e o

¹⁰¹ Como veremos no capítulo seguinte, toda esta solenidade não corresponde à certeza de que tais “Pactos” sejam respeitados. De fato, uma vez realizado o evento, as tarefas a serem executadas são de competência da Prefeitura, e a fiscalização acontece por conta de um funcionário da IB.

mesmo pode se dizer dos técnicos, responsáveis por acompanhar a realização das atividades acordadas nos convênios com as prefeituras. O território da BPIII é dividido em seis Áreas de Gestão, cada uma delas com dois técnicos que cuidam do acompanhamento das atividades, enquanto na área FI, que compreende Foz do Iguaçu, São Miguel e Santa Terezinha de Itaipu, atua um único funcionário da IB.¹⁰²

O programa conta com mais um técnico na função de apoio, e outros dois, ex-prefeitos de municípios da região nas gestões concluídas em 2004, chamados para trabalhar com a Diretoria de Coordenação da IB a partir da gestão atual. Eles se ocupam de várias tarefas, principalmente da organização das atividades que culminam nos “Pactos”, e das relações entre prefeituras e Diretoria de Coordenação da IB.

As reuniões que levaram à difusão do *Programa 40* na BPIII incluíram, principalmente, o então gerente executivo do CÁB e estes últimos dois técnicos citados, na segunda metade de 2005, em uma rodada de encontros com os representantes das prefeituras da BPIII. Em colaboração com os prefeitos dos diferentes municípios e seus auxiliares, foram escolhidas as microbacias objetos de intervenção, e constituídos os “comitês gestores”,¹⁰³ aos quais caberia a responsabilidade de fiscalizar as ações a serem executadas. Uma vez escolhidas as áreas, um ou dois funcionários da Itaipu, usualmente os que coadjuvavam o gerente executivo do CÁB na obra de difusão do programa, e/ou outros da área de Educação Ambiental apresentaram o projeto de gestão da microbacia à(s) comunidade(s) de moradores. Aproveitou-se, para isto, a oportunidade oferecida pela função religiosa dominical, na qual a

¹⁰² Durante o período do campo, este funcionário estava com problemas de saúde e não atuava mais como responsável da área em questão. No anexo C, encontra-se o mapa com a divisão das diferentes áreas de competência, e o quadro com a relação dos grupos de municípios pelos quais cada técnico é responsável.

¹⁰³ A formação de “comitês gestores”, em relação à gestão de recursos hídricos e naturais específicos e localizados, é uma política levada à frente pelo atual governo brasileiro em todo o país, juntamente com o estabelecimento de cobrança para o aproveitamento dos recursos hídricos. Para uma avaliação desta política em nível nacional, ver Abers & Dino Jorge (2005) e Abers & Keck (2006). Sobre as experiências de Minas Gerais, ver Cardoso (2003). Para uma avaliação das relações internas aos comitês em São Paulo, ver Jacobi & Monteiro, 2006.

maioria dos membros das comunidades rurais se encontrava. O funcionário foi apresentado à comunidade pelo padre, ilustrou os objetivos do CÁB, as atividades a serem realizadas no território, e agendou as etapas que abarcam a participação direta dos integrantes das comunidades de moradores da microbacia.

Estas etapas consistem nas reuniões denominadas “oficinas do futuro”, nas quais os participantes são informados sobre as corretas atitudes para com o meio ambiente e a natureza, com ênfase no cuidado dos recursos hídricos; são chamados à autocrítica com respeito à sua relação com a natureza, e a sugerir medidas para melhorar a situação da microbacia. A metodologia “participativa” desses encontros consta da descrição das atividades de Educação Ambiental acima fornecida. Concluídas as “oficinas”, tudo está pronto para a realização do “Pacto das Águas”, no qual os convênios entre IB e Prefeitura são assinados formalmente; eventuais materiais, como ferramentas para a distribuição de adubo orgânico e abastecedouros de água, são entregues pela IB às prefeituras; e a “Carta dos Pactos das Águas” é assinada pelas autoridades e pelos integrantes da comunidade local ali presentes.

A “celebração” dos pactos é um dos momentos mais valorizados nas publicações do CÁB, e sua realização representa, nas falas oficiais dos integrantes da DC.IB .IB, a prova da capacidade do Programa de mudar as atitudes sociais para com o meio ambiente. Como foi atestado anteriormente, no começo de 2006, as atividades aqui descritas e os relativos convênios tinham sido realizados em todos os 29 municípios da BPIII.

Cinco páginas dos JCÁB de janeiro 2006, novembro 2006 e fevereiro 2007, reportam as (mesmas) fotos desses eventos com o título “Pactos das Águas em imagens inesquecíveis”, e o comentário:

Nas quatro páginas que seguem, as comunidades que celebraram o Pacto das Águas vêem seus rostos, seus gestos, suas artes, em comoventes demonstrações de adesão, amor e entusiasmo, quando abraçam como sua, de cada pessoa e grupo, a causa ambiental do lugar onde vivem. Essas pessoas, esses grupos incorporam uma nova e admirável dimensão de vida e irão promover uma profunda, edificante transformação em si mesmas e em seu

ambiente. Neste passeio pelas imagens, podem reviver o privilégio dos momentos inesquecíveis das celebrações que marcaram o **início de um novo tempo** na exuberante comunidade de vida da abençoada Bacia Hidrográfica do Paraná III. De agora em diante, como nunca, com certeza, estarão todas e todos **CULTIVANDO ÁGUA BOA!** (JCÁB, jan. 2006, p.13 *et seq.*; JCÁB, nov. 2006, p.12 *et seq.*; JCÁB, fev. 2007, p.18 *et seq.*; ênfase no original).

Uma funcionária da IB afirmou que O “Pacto da Água”, seu cerimonial e os conceitos ali representados foram adaptados de uma idéia da psicóloga e antropóloga estadunidense Susan Andrew, fundadora e coordenadora do Parque Ecológico Visão do Futuro, em Porangaba, interior de São Paulo (JCÁB, set. 2003, p.16).¹⁰⁴ Voltaremos a considerar as dinâmicas das atividades acima expostas no próximo capítulo.

3.2.3 “Produção de peixe em nossas águas”

Outro programa, cuja implementação começou na gestão anterior à atual, e que foi desde o começo um dos destaques do CÁB, é aquele relativo às atividades de piscicultura, ao qual são dedicadas duas páginas do JCÁB de setembro de 2004 (18-19).¹⁰⁵ Neste número, o projeto é mencionado como o primeiro a receber o apoio de entidades externas. Trata-se do convênio estipulado com o Ministério da Pesca, assinado por ocasião do Seminário de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura em Reservatórios da Região Sul, realizado em Porto Alegre nos dias 23 a 25 de agosto de 2004, em que

o ministro Fritsch e o diretor Nelton assinaram convênio entre a Itaipu e aquele Ministério para o desenvolvimento da piscicultura e pesca no Reservatório da Itaipu e na BPIII. O convênio envolve recursos da ordem de R\$ 718.000,00, sendo R\$ 542.000,00 destinados pelo Ministério e R\$ 177.690,00 pela Itaipu.

¹⁰⁴ O Parque abriga uma comunidade que procura o equilíbrio com os outros e a natureza segundo princípios inspirados no budismo, pratica a agricultura orgânica e o artesanato, auto-sustentando-se alimentar e economicamente também através do turismo. Um dia na comunidade permite participar das atividades de grupo na busca do equilíbrio orgânico e psicofísico, e almoçar com os produtos orgânicos ali produzidos, pela quantia, em abril de 2004, de R\$ 40 (quarenta reais). (http://viagemeturismo.abril.ig.com.br/multimedia/videos/index_vtnatv.shtml - consultado em outubro de 2007).

¹⁰⁵ Já os números precedentes do jornal reservavam amplo espaço a estas atividades (vide JCÁB, setembro 2003, p.8-9; janeiro 2004, p.12; agosto 2004, p.8).

É o primeiro convênio em que a Itaipu capta recursos externos para o desenvolvimento de seus projetos ambientais (*ibidem*, p.18).

As ações previstas são: a “Adequação de pontos de pesca”; a pesquisa para individualizar “Espécies alternativas” para a criação em tanques-rede; a “Piscicultura em tanques-terra”; o projeto “pescador aquícultor”, que visa introduzir a criação em tanques-rede entre as atividades dos pescadores profissionais da área do reservatório; o “Plano de manejo” que tem como objetivo individualizar técnicas para agregar valor ao pescado e reduzir a atuação de intermediários; o “Monitoramento da pesca” profissional e amadora no Reservatório (respectivamente 600 e 3.500 pescadores cadastrados); a “Marcação de peixe” para o controle da passagem e distribuição do peixe ao longo do rio Paraná, em colaboração com outras usinas; e o “Canal da Piracema”, obra que permite a migração dos peixes para além da barragem do reservatório.

As atividades do projeto foram objeto de alguns trabalhos acadêmicos (Lazzaretti *et al.*, 2004; Coltro *et al.*, 2005). Um deles (Coltro *et al.*, 2005) afirma haver 206 pescadores envolvidos nas atividades do projeto, em face de um total de 1.850 que se dedicam à atividade pesqueira na região. Não acompanhei as atividades desenvolvidas pelos técnicos responsáveis de implementar o projeto, com os quais tivemos poucas oportunidades de falar. Numa dessas ocasiões, recolhi as dúvidas de um deles acerca da possibilidade de se abrirem circuitos comerciais com os produtos das atividades de piscicultura, devido à qualidade e ao sabor dos peixes que, ao serem nutridos principalmente com ração comercial fornecida pela IB, não satisfaziam o gosto dos regionais.

Em outra oportunidade, acompanhei um dos técnicos em visita à área indígena de Ocoí, onde foram instalados 40 tanques-rede geridos pelos indígenas. Muitas das conversas travadas naquela ocasião entre o técnico e os indígenas tinham como objetivo convencer estes últimos a não retirarem o peixes dos tanques antes do fim do período de engorda, o que teria

prejudicado a possibilidade de maximizar os resultados e posto em sério risco a continuação do projeto.

3.2.4 “Projeto Plantas medicinais”

Outro projeto é aquele relativo à difusão do uso de plantas medicinais na região. Entre seus objetivos principais está a divulgação do uso de produtos naturais medicamentosos na alimentação diária e nas práticas médicas. As motivações para a sua implementação são apresentadas na introdução a um artigo do JCÁB de setembro de 2004:

Quase 30% das mortes no Brasil são causadas pela intoxicação por medicamentos, na maioria dos casos, consequência da automedicação. Farmácias, às vezes influenciadas por interesses de laboratórios farmacêuticos, tendem a praticar a chamada “empurroterapia”, deteriorando o bem-estar de milhões de brasileiros, quando deveriam ser os primeiros a estar promovendo a saúde (*ibidem*, p.20).

Duas páginas deste número do JCÁB (20-21) são a ele dedicadas. Paralelo ao incentivo do uso de plantas para o tratamento da saúde, o projeto pretende agir para a “Manutenção da biodiversidade”. Sua estratégia prevê a instalação de “hortas medicinais” em cada um dos municípios em que atua o CÁB e a organização de cursos de capacitação em fitoterápicos para profissionais da área da saúde. O texto relata pesquisa realizada em alguns dos municípios da BPIII com entrevista à população sobre o uso de plantas medicinais para o tratamento de patologias comuns.¹⁰⁶ Uma breve menção fala da existência do projeto desde 1996 e que “agora, com a concepção do Cultivando Água Boa, o projeto se estende pela Bacia do Paraná III e município de Mundo Novo (MS)” (*ibidem*).

¹⁰⁶ “Realizados em parceria com 33 pesquisadores, da UFPR, CEFET, UNIPAR e Colégio Agrícola, os diagnósticos ouviram 2.254 cidadãos, em um conjunto de cerca de 1 milhão de pessoas” (*Ibidem*, p. 21). As instituições citadas são a Universidade Paranaense (UNIPAR), a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR)

A atividade principal, desenvolvida no viveiro do Refúgio Biológico Bela Vista da Itaipu, é a produção de mudas de plantas medicinais, com 6 mil exemplares distribuídos, até o momento desta publicação, entre escolas e municípios. No JCÁB de setembro de 2004, menciona-se também a futura implantação, em cada município, de um “curso de capacitação em fitoterápicos para médicos, dentistas, enfermeiros e outros profissionais da saúde, seguindo com o processo de envolvimento de mais agentes da comunidade”; também a obtenção por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) da indicação de Foz do Iguaçu para realizar o “2º Mercofito, oficina sobre fitoterapia do Mercosul, em 2005” (*ibidem*, p.21). As atividades didáticas realizadas até o fim de 2007, segundo o que consta do resumo do “Relatório Final do IV encontro Cultivando Água Boa”, foram uma oficina para profissionais da área da saúde (174 pertencentes a 5 municípios), e um “Curso para Merendeiras Escolares”, com duração de três dias, do qual participaram 260 merendeiras de 13 municípios da BPIII.

Outro projeto que recebe particular atenção do CÁB é relativo a alguns dos grupos indígenas de etnia Guarani localizados no território da BPIII. As ações dizem respeito aos grupos que foram se conformando a partir da situação da área indígena de Ocoi, localizada às margens do reservatório da usina.¹⁰⁷

3.2.5 “Projeto Ava-Guarani”

O *Projeto Avá-Guarani* diz respeito ao conjunto de ações realizadas pela IB junto a alguns grupos guarani presentes na BPIII.

Com a cheia do Reservatório em 1982, algumas famílias guarani que, não obstante as pressões recebidas para abandonar a área, tinham permanecido até então na “comunidade do

¹⁰⁷ A história e a atual situação dos grupos aqui referidos e de outros que ocupam áreas no município de Guaíra são tratadas detalhadamente por Rubens Thomaz de Almeida (2006).

Jacutinga”, foram deslocadas para uma área de 251ha no município de São Miguel de Iguçu, à beira do atual reservatório, escolhida por FUNAI, INCRA e Itaipu, e denominada Ocoí.

Desde esse momento, os indígenas ali assentados lutaram reivindicando o direito a uma área de terra correspondente àquela anteriormente ocupada, e agora coberta pelas águas. Esta luta teve resultados concretos finalmente em 1997, quando a IB comprou uma área de 1.744ha no município de Diamante d’Oeste e destinou-a à comunidade indígena, que a renomeou de Tekoha Añetete.

Hoje em dia, vivem na área de Ocoí cerca de 600 indivíduos, e no Tekohá Añetete, um grupo de 230 Guarani.

Devido a pressões de outro grupo de famílias cuja residência nas duas áreas precedentes ficou inviabilizada, principalmente por manter relações conflituosas com os seus principais ocupantes, e que tinha tomado porções de terra no município de Diamante D’Oeste, a FUNAI adquiriu, em fevereiro de 2007, uma área de 242ha neste mesmo município, adjacente a Tekoha Añetete. Para ali se mudaram as famílias que tinham deixado a área de Ocoí, mas sem encontrar colocação em Tekoha Añetete. A área, denominada de Tekoha Itamarã, abrigava no momento da pesquisa cerca de 20 famílias nucleares, num total aproximado de 100 indivíduos.

As ações de apoio às comunidades indígenas das três áreas mencionadas se diferenciam devido às diversas situações de cada grupo. Enquanto na área de Tekoha Añetete as atividades de organização e apoio à produção agropecuária são as de maior alcance, na área de Ocoí realizam-se intervenções voltadas para a sobrevivência dessa população – em face do número de ocupantes em relação à pequena dimensão da área e à escassez de solo para cultivo – através do fornecimento de suporte alimentar, serviços de água e eletricidade e construção de moradias.

O JCÁB de janeiro de 2004 menciona o fornecimento de reforço à alimentação do grupo e de suplementação alimentar para 50 crianças da área de Ocoí – realizado em parceria com a prefeitura de São Miguel de Iguaçu e a Pastoral da Criança – as quais se encontravam “em estado grave de subnutrição. Indiretamente mães e irmãos das crianças atendidas são beneficiados. Em apenas três meses, a recuperação chega a 100%” (JCÁB, jan. 2004, p.11).

O JCÁB de agosto de 2004 traz a notícia da solenidade de entrega das primeiras 20 moradias aos Guarani de Ocoí, cuja arquitetura foi pensada tendo em vista os hábitos culturais deste grupo:

[...] “A moradia tem um valor extraordinário para qualquer sociedade. Antes de fazer o projeto da casa, nós fizemos pesquisa sobre a arquitetura avá-guarani. Os dois caciques e uma arquiteta visitaram aldeias no Rio Grande do Sul, para observar onde existem casas que se identificam com a sua cultura. Depois de reunir os elementos foram feitas as discussões no comitê gestor e chegou-se a uma casa de madeira que tem até mesmo uma parte de chão batido, para preservar os costumes indígenas”, explicou Nelton Friedrich (*ibidem*, p.13).

O evento da entrega, ressalta a publicação mencionada, teve a participação,

além dos representantes da Itaipu [o Diretor Geral Brasileiro Jorge Samek, e o Diretor de Coordenação Nelton Friedrich, N.d.A.], o presidente do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios limieiros e prefeito de Diamante d’Oeste, Gilmar Eugênio Secco; o vice-presidente e prefeito de Medianeira Luiz Suzuki; a secretária do Conselho, Ursula Kaiser; o prefeito de São Miguel de Iguaçu Armando Polita; o presidente da Associação Comercial de São Miguel, Daniel Burigo; e os caciques das tribos Ocoy, Simão Vilialba; e Tekoha Añetete, Antônio Costa. Participaram também da mesa de honra os prefeitos de Itaipulândia, Miguel Bayerle, e de Santa Terezinha de Itaipu, Cláudio Eberhart (*ibidem*).

No número especial de setembro de 2004, na página dedicada ao projeto Ava-Guarani, são citados objetivos e instrumentos para alcançá-los:

Hoje, portanto, existem duas comunidades indígenas às quais Itaipu presta apoio, promovendo o resgate e o fortalecimento da cultura e tradição guarani, e buscando a auto-sustentabilidade para que possam manter-se sem dependência de terceiros. Para isso, presta apoio técnico em agricultura orgânica, apicultura, bovinocultura de leite, suinocultura, criação de pequenos animais e incentivo ao artesanato (JCÁB, set. 2004, p.9).

A entrega oficial das primeiras moradias (20 em Ocoí e 20 em Añetete) por ocasião das celebrações do Dia do Índio, e as ações de apoio às comunidades são reportadas em artigo do JCÁB de junho de 2005, no qual se afirma a elevação da qualidade de vida dos integrantes desses grupos indígenas como resultado da atividade da Itaipu: “Desde 2003, quando foi criado o programa Cultivando Água Boa, as comunidades indígenas vêm apresentando expressivos avanços na consolidação de seu modo de vida e na elevação de seu índice de desenvolvimento humano” (JCÁB, junho de 2005, p.36).

Ulteriores notícias sobre o andamento do projeto encontram-se no JCÁB de junho de 2006. O número de moradias entregue até aquele momento somava 30 unidades para cada uma das áreas de Ocoí (onde a Cohapar tinha construído outras 30 até então) e para Añetete (que tinha recebido mais 26 pela Cohapar). Os gastos com as duas áreas são reportados numa Tabela, assim como as diferentes ações realizadas no campo da alimentação, piscicultura, saúde, nutrição infantil, agricultura, educação e pecuária, com a descrição das realizações em cada uma delas.

Outras informações sobre a auto-representação do projeto podem ser encontradas nos informes internos da Diretoria de Coordenação. Apresentaremos a seguir a estrutura destes informes preparados para expor as atividades do projeto em eventos e manifestações, e para outros tipos de relatórios realizados pela IB em relação às ações no campo socioambiental.

Nos informes do *Projeto Indígena Ava-Guarani* do CÁB, costuma estar presente um breve resumo das relações da Itaipu com este grupo indígena, e neles fica constatado que no momento do traslado, em 1982, estavam presentes na área 13 famílias, num total de 71 pessoas. Reporta-se a um quadro ilustrando o número dos componentes dos 13 grupos familiares, especificando os homens, as mulheres e as crianças de cada um. Depois do quadro,

o histórico apresenta as ações de apoio que a IB realizou junto a esses Guarani. Registramos a seguir a primeira parte de um desses informes, elaborado no mês de abril de 2007:¹⁰⁸

1987 – Início de apoio técnico e financeiro pela Itaipu à comunidade do Ocoy em São Miguel do Iguazu – PR.

Ações desenvolvidas:

- Preparo do solo para plantio – Itaipu.
- Plantio e fornecimento de sementes de variedades de cereais – FUNAI/Comunidade Indígena/Itaipu.

1991 – Início da discussão sobre a nova área a ser adquirida, atendendo à reivindicação indígena.

1995 – Apoio técnico e financeiro à comunidade do Ocoy em São Miguel do Iguazu – PR.

Ações desenvolvidas:

- Instalação de 15km de rede de água potável – Itaipu/Prefeitura/Sanepar/Copel.
- Plantio e fornecimento de sementes de variedades de cereais – FUNAI/Comunidade Indígena/Itaipu.

1996 – Apoio técnico e financeiro pela Itaipu à comunidade do Ocoy em São Miguel do Iguazu – PR.

Ações desenvolvidas:

- Construção de barracão, em alvenaria, para apoio à produção agrícola – Itaipu.
- Repasse de equipamentos agrícolas: beneficiadora de arroz e desintegrador de cereais – Itaipu.

1997 – Aquisição pela Itaipu de 1.744ha de terra em Diamante do Oeste, atendendo à antiga reivindicação dos índios, transferindo 32 famílias para a nova área, passando a ser denominada Tekoha-Añetete.

1997 – Repasse de recursos da Itaipu para a FUNAI no valor de R\$ 56.000,00, para preparo do solo, sementes, alimentação e apoio à saúde.” (*Projeto Comunidade Avá Guarani. Cultivando Água Boa, MAPA.CD, DC.IB .IB, abril de 2007, mimeo*).

A partir deste ano, o informe faz-se mais detalhado, contendo também alguma notícia sobre eventuais transferências de integrantes deste grupo indígena de e para outras áreas da região. Em relação aos anos imediatamente anteriores à atual gestão, o mesmo relatório alude, sem solução de continuidade com o reportado logo acima, o seguinte:

1998

¹⁰⁸ Itaipu Binacional, *Projeto Comunidade Avá Guarani. 2007, mimeo*.

- Tekoha Ocoy – Início da chegada de novas famílias na aldeia, provenientes do Paraguai e da Argentina.
- Tekoha Añetete – Aplicação de recursos através de contratação de serviços visando à implantação de lavouras.
 - 2000 a 2002 – Assinatura e execução do Convênio Itaipu e Prefeitura de Diamante do Oeste visando ao apoio nas seguintes atividades agropecuárias:
 - Gado leiteiro
 - Apicultura (abelha jatai, abelha europa)
 - Animais silvestres (capivaras)
 - Animais de tração
 - Fruticultura (laranja, tangerina, abacate, banana etc.)
 - Lavouras (produção de milho, arroz, feijão, amendoim, melancia, melão, abóbora, mandioca orgânica, batata doce, pepino etc.)
 - Suinocultura (*ibidem*)

O histórico continua descrevendo as ações realizadas nos anos seguintes até a atualidade e, em seguida, traz uma descrição das “Atividades desenvolvidas nas comunidades” com documentação fotográfica das mesmas, e encerra com uma tabela do “Valor Total do Investimento Financeiro da ITAIPU Binacional” a partir de 1987 até 2007.

Deste breve histórico resulta que antes da segunda metade dos anos 90 as relações entre IB e Guarani eram limitadas a iniciativas pontuais, que assumiram regularidade e mais consistência a partir da aquisição da terra do Tekoha Añetete.

No curso da pesquisa, tive que redimensionar a atenção dedicada às relações entre IB e estes grupos guarani. Em lugar de representar o objeto principal da investigação, como tinha pensado ao me aproximar do CÁB, os problemas encontrados na realização da pesquisa de campo e o pouco tempo à disposição, como foi colocado no preâmbulo, impediram a realização deste objetivo. Continuamos agora com a exposição de outros projetos, sempre seguindo a auto-representação fornecida pela IB por meio do JCÁB.

3.2.6 “Projeto Jovem Jardineiro”

O *Projeto Jovem Jardineiro* “oferece educação e ensino para rapazes e moças carentes com idade entre 16 e 18 anos incompletos e que estejam freqüentando a escola” (*ibidem*, p.6):¹⁰⁹

A primeira turma com 40 alunos, entrou no projeto em junho de 2003 e concluiu o curso em junho de 2004, ocasião em que cada participante recebeu da Itaipu um kit completo de ferramentas de jardineiro e uma bicicleta.

Parceiros da Itaipu (Polícia Militar, Batalhão do Exército, Capitania dos Portos, Colégio Agrícola e Rotary Club Três Fronteiras) assumiram o compromisso de ajudar os jovens jardineiros a ingressarem no mercado do trabalho, aplicarem os conhecimentos adquiridos e se realizarem profissionalmente. No dia 16 de agosto, a segunda turma, com 60 jovens, iniciou o curso oferecido pelo projeto (*ibidem*, p.5).

O *Projeto Jovem Jardineiro* do Cultivando Água Boa teve início em 2004, com o convite de um consultor externo, na época técnico florestal do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná (CREA), que o idealizou e realizava o mesmo tipo de atividade em outro município da BPIII.

Justificado pela alta taxa de desocupação entre a população de jovens brasileiros entre 16 e 24 anos, o projeto visa, como objetivo geral, “contribuir para a inserção social e cultural de jovens de forma que possa construir uma perspectiva de vida mais digna, consolidando a conquista do seu espaço na sociedade em que vivem”, e mais especificadamente

1. formar jovens carentes, entre 16 e 17 anos, na área de jardinagem através de um processo educativo que une aulas teóricas e práticas, baseado na educação pelo trabalho;
2. Formar cidadãos conscientes da sua importância para a conservação ambiental da região;
3. Promover a transferência de conhecimento para os municípios da Bacia Paraná 3 (*Plano de trabalho para 2004/2005: Jovem Jardineiro*. mimeo).

¹⁰⁹ A idade aqui referida reflete as regras do contrato de formação ao trabalho que os menores assinam para participar das atividades do curso. A lei que regulamenta esta tipologia de contratos prevê a possibilidade de inscrição neste modelo de pessoas que pertençam a esta faixa etária.

Realizado no Refúgio Biológico Bela Vista (RVB), o curso prevê aulas teóricas e atividades práticas a serem realizadas “nos locais onde está sendo implantado o projeto de recuperação de áreas degradadas e tratamento paisagístico da Itaipu Binacional” (*Projeto Jovem Jardineiro 2005/2006*. mimeo). Essas áreas, nas quais se realizam as atividades práticas de recuperação ambiental e paisagismo, são os locais da Central Hidroelétrica de Itaipu, o Centro de Recepção de Visitantes, o Ecomuseu, o RVB, a Avenida Tancredo Neves (de acesso à usina) o Gramado Vila A (espaço usado pela Itaipu para vários tipos de eventos no bairro Vila A, na cidade de Foz do Iguaçu),¹¹⁰ e outros locais escolhidos para integrar o “Complexo Turístico Itaipu” (*ibidem*).

Os pré-requisitos para a seleção dos participantes são: a idade (entre 16 anos e 16 anos e 11 meses – para poder ser remunerado na qualidade de menor-aprendiz); escolaridade mínima até a 4ª série completa do Ensino Fundamental; estar freqüentando o ensino regular; e ser residente em Foz do Iguaçu (*ibidem*).

Divididos em duas turmas, os jovens participam de aulas diárias (4 horas, 5 dias por semana), no período de um ano (a partir de agosto). As atividades em 2006 previam meia hora de alongamento físico antes do começo das aulas, aulas teóricas e práticas (12 horas), aula de cerâmica (4 horas), aula de educação ambiental (2 horas) e aula de canto coral (2 horas).

A primeira turma (2003/2004) era formada por 40 jovens, a segunda (2004/2005) por 60, a terceira (2005/2006) por 30 e a quarta (2006/2007) por 30.¹¹¹

¹¹⁰ A Vila A distingue-se ainda hoje pela boa qualidade das moradias e serviços ali presentes.

¹¹¹ Antes do final do período do terceiro curso o consultor encarregado até então da gestão e da organização do projeto, o mesmo que começou as atividades em 2004, não teve o contrato de prestação de serviço renovado, e foi substituído por um funcionário da Itaipu que previa diminuir para 20 ou 15 o número de vagas disponíveis para o curso de 2007/2008. Em conversa com o pesquisador, este consultor declarou ter recebido da Itaipu, relativamente ao curso de 2007/2008, proposta de remuneração muito abaixo das precedentes, com a qual ficou insatisfeito. O motivo de seu afastamento, segundo a sua avaliação, reside no fato de que, de acordo com as leis brasileiras, o trabalho de prestação de serviço, quando realizado em horário fixo de expediente, como resulta do mimeo do *Projeto Jovem Jardineiro 2005/2006*, não pode se estender por mais de um período de dois anos; depois desse tempo, o consultor teria o direito de pedir inserção no quadro funcional da empresa e, no caso de

No *Plano de trabalho para 2004/2005: Jovem Jardineiro* o escopo do projeto é formulado nos termos seguintes:

Em parceria com a Divisão de Seleção e Acompanhamento de Recursos Humanos – RDHA.AD e a Guarda Mirim de Foz do Iguaçu, serão contratados adolescentes pelo PIIT (Projeto de Iniciação e Incentivo ao Trabalho) para o curso teórico-prático sobre jardinagem. O diferencial da proposta Jovem Jardineiro é a participação dos adolescentes em aulas teóricas e práticas, que serão realizadas tanto no Viveiro do Refúgio Bela Vista como também nas áreas verdes da ITAIPU, priorizando os locais com maior visitação por turistas, contribuindo assim para o processo de embelezamento, beneficiando o Complexo Turístico ITAIPU.

O projeto, ao contrário de outros que compõem o CÁB, não recebeu muitas menções nas edições do JCÁB. As dificuldades encontradas para a sua implementação, e o fato de que a Itaipu não conseguiu expandi-lo nos municípios da BPIII poderiam explicar a pouca atenção a ele dedicada nas publicações da IB.

A primeira referência ao projeto consta do JCÁB de janeiro de 2004, no qual se encontra uma foto em meia página representando jovens do curso plantando mudas ao longo do Canal da Piracema. Poucas linhas no meio da metade inferior da página descrevem brevemente o projeto:

Outra iniciativa lançada pela Itaipu e pelo Cultivando Água Boa é o projeto Jovem Jardineiro, que atende a cerca de 40 adolescentes, entre 16 e 17 anos, de 21 bairros de Foz do Iguaçu. No curso eles aprendem as diversas técnicas de jardinagem, baseadas na educação pelo trabalho. As aulas teóricas e práticas acontecem no Refúgio Bela Vista, da Itaipu Binacional. As plantas cultivadas pelos alunos são aproveitadas para reflorestamento e no paisagismo desenvolvido pela Itaipu. Atualmente, a empresa está fazendo o paisagismo no Canal da Piracema (JCÁB, jan. 2004, p.15).

O JCÁB de setembro de 2004 faz menção à formatura da primeira turma, cujos integrantes, os que obtiveram o reconhecimento do curso e declararam querer trabalhar no

não ser atendido, poderia entrar na Justiça do Trabalho contra a empresa. Isso causou o afastamento do idealizador e encarregado da realização do curso no começo de 2007, segundo a própria declaração.

campo da jardinagem, receberam da Itaipu um “kit de jardinagem”(ibidem, p.4).¹¹² O JCÁB de junho de 2005 dedica uma página inteira ao projeto, com fotos da turma dessa época e das atividades realizadas. Nessa página, consta a notícia da fundação da Cooperativa “Verde Coop”:

A primeira turma de jovens jardineiros formados em 2004 e outros profissionais do ramo fundaram a “VerdeCoop”, uma cooperativa que hoje tem 30 associados e funciona na sede do Parque Tecnológico Itaipu (PTI), onde recebe pedidos de paisagismo e jardinagem, planeja e faz orçamento dos trabalhos encomendados (ibidem, p.15).

No JCÁB de junho de 2006, achamos a notícia da expansão do projeto em mais dois municípios da BPIII, e a intenção de atingir todos os seus 29 municípios (ibidem, p.8). Ainda no mesmo artigo, é mencionada a transferência da sede da Cooperativa Verde Coop para a Vila A ainda em 2005, e fornecido um telefone para contato e pedidos à cooperativa.

Por fim, no JCÁB de fevereiro de 2007, o nome “Jovem Jardineiro” consta do subtítulo da seção dedicada às propostas formuladas nas oficinas realizadas no CABIII, estando ausente, contudo, qualquer outra referência ao mesmo no corpus do texto.¹¹³

O *Projeto Jovem Jardineiro*, segundo exposto pelo seu organizador, sofreu alguns entraves que prejudicaram seus resultados. Ele afirmou que o projeto não conseguiu atrair o público-alvo de sua intervenção, tendo sido poucos os que, uma vez terminado o curso, foram atuar com jardinagem.¹¹⁴ Lamentava, sobretudo, o fato de o projeto não ter sido apoiado para concretizar seu objetivo principal: a inserção de jovens no mundo do trabalho,

¹¹² Esse kit compreende, segundo menção do JCÁB de junho de 2006, página 8, “uma máquina de cortar grama, um carrinho de mão, uma bicicleta cargueira, duas tesouras de poda, dois rastreios, uma enxada e uma máquina de fio de nylon, também de cortar grama. O custo de cada kit é de aproximadamente R\$ 1.200,00”.

¹¹³ Ver parágrafo 3.2.7

¹¹⁴ Boa parte dos atendidos pelo *Projeto Jovem Jardineiro*, segundo foi referido tanto pelo organizador quanto pelo atual responsável pelo curso, estaria inscrita em algum curso universitário. No JCÁB de outubro de 2007, consta declaração de uma ex-participante do curso, “estudante de engenharia ambiental” (p.3).

Em reunião de trabalho do atual responsável do projeto com representantes da Prefeitura, aprendemos que a Cooperativa Verde Coop nunca foi formalizada como cooperativa, e jamais chegou a atuar como associação. Seus integrantes, alguns dos que participaram do *Projeto Jovem Jardineiro*, efetuavam serviços particulares, usando a sede da associação como depósito para o material. Segundo dados do presidente da associação de julho de 2007 – o consultor chamado para desenhar e tocar o projeto como parte do CÁB – dos pouco menos de 130 jovens formados ao longo do projeto, mais ou menos 20 faziam parte da associação e atuavam, em sua maioria, de modo intermitente na jardinagem, sendo que o restante teria abandonado o campo da jardinagem, e vários estariam freqüentando a universidade.

Como parte das atividades de formação, os Jovens Jardineiros trabalharam para a IB em obras de jardinagem e paisagismo em pontos estratégicos da usina, ajudando a atingir objetivos relativos a outro projeto, como o de desenvolver o potencial turístico da Hidroelétrica. Além disso, alguns deles fazem serviços e participam da aprendizagem na horta de plantas medicinais da IB, situada no Refúgio Biológico Bela Vista. O projeto é uma das duas ações dedicadas especificadamente para influir sobre a situação socioeconômica de setores marginais da população; o outro é o *Projeto Coleta Solidária*. As duas iniciativas são das poucas atividades cuja realização começou com a implantação do CÁB. Este último nos interessa especialmente enquanto instância específica da operacionalização das noções de “empoderamento” e “cidadania”, elementos cuja elaboração ocupa lugar de destaque nos discursos acerca do “desenvolvimento sustentável” (Salviani, 2002).

3.2.7 “Projeto Coleta Solidária”

As primeiras notícias sobre este projeto constam no JCÁB de setembro de 2004. Nas páginas 10 e 11 desta publicação, encontramos o artigo “Coleta solidária. Transformando catadores de lixo em agentes ambientais”. O projeto visa fornecer alguns equipamentos para o

trabalho de coleta e armazenamento dos materiais recicláveis, apoiar as organizações existentes, e organizar os demais catadores que atuam na BPIII em associações e cooperativas. A introdução do artigo que trata do projeto diz: “Entre as ações de saneamento preconizadas pelo Programa Cultivando Água Boa destaca-se o projeto Coleta Solidária, voltado à inclusão social dos catadores de lixo, limpeza e proteção da natureza, inclusive dando-lhes um novo nome: agentes ambientais” (*ibidem*, p.10).

Afirma-se, no mesmo artigo, que o projeto-piloto foi implantado em parceria com a Associação de Recicladores Ambientais de Foz do Iguaçu (ARAFOZ),¹¹⁵ “e sua extensão para a BPIII iniciou-se pelos municípios de Guaíra, Altônia, Terra Roxa, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Matelândia, Diamante do Oeste, São José das Palmeiras, Marechal Candido Rondon, Palotina, Nova Santa Rosa, Pato Bragado, Cascavel, Santa Tereza do Oeste e Vera Cruz do Oeste” (*ibidem*).

Com respeito à sua organização, o mesmo artigo declara:

O projeto é gerido por um Comitê Gestor formado por representantes das prefeituras, associações de catadores,¹¹⁶ sindicatos, Itaipu Binacional, ARAFOZ, Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu (ADEAFI), Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Reservatório e Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. O Comitê Gestor apresenta atualmente os seguintes encaminhamentos:

- Diagnóstico e levantamento de dados relativos ao número de catadores, remuneração, saúde, número de filhos e sua situação, como se organizam e materiais de que dispõem;
- Educação ambiental e cidadania, com o desenvolvimento de temas de interesse dos catadores e necessários à sua atividade, enfocando a valorização pessoal de cada um para consigo e para com o outro, a

¹¹⁵ A associação ARAFOZ foi formada em período anterior ao estabelecimento do CÁP, como resultado das ações da Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu (ADEAFI) junto aos catadores de Foz do Iguaçu. Foi formalizada em cooperativa COAAFI (Cooperativa dos Agentes Ambientais de Foz do Iguaçu) como parte das atividades do projeto. Contudo, a ARAFOZ continua atuando como ator principal, sendo que a existência das duas organizações paralelas responde a exigências legais relativas à possibilidade de participar de programas de financiamento público reservados às cooperativas. A permanência da estrutura da associação, que goza de autonomia perante a IB e o CÁP, pode ser vista como expressão da vontade de manter um capital simbólico e uma forma organizativa que não dependem diretamente das ações do CÁP.

¹¹⁶ Ou seja, os catadores de lixo.

importância social e econômica da coleta seletiva e do catador de rua na destinação do lixo. Também se aborda a classificação dos materiais, onde e como armazenar, o beneficiamento, destinação e custos dos materiais recicláveis, [...] organização comunitária e programas de conscientização;

- Campanha de documentação cidadã, com verificação da situação dos catadores quanto a isso e confecção do Passaporte da Cidadania;
- Confecção e distribuição gratuita de carrinhos de coleta e kits completos contendo luvas, boné, camisetas, calças ou saias e jalecos com a logomarca Coleta Solidária (*ibidem*, p.10-11).

Segue-se, na apresentação, a lista das ações executadas: distribuição de carrinhos para a coleta de lixo – 356 num total previsto de 1.500 – e os cursos de formação, cujas duas primeiras etapas realizadas em fevereiro e agosto de 2004, e a terceira prevista para dezembro do mesmo ano. Ao final da apresentação, há a seção intitulada “Resultados efetivos”:

A avaliação das ações de educação ambiental no projeto Coleta Solidária leva às seguintes constatações:

- Os encontros promovem o resgate da auto-estima dos participantes, o conhecimento do Programa Cultivando Água Boa, a participação no projeto Coleta Solidária, a discussão das formas de fazer a coleta seletiva – relacionando aspectos econômicos, ambientais e sociais – estímulo à formação de cooperativas e programas de apoio, alerta sobre as conseqüências do uso de drogas, motivação para os cuidados com as crianças, educação para o trânsito, informação sobre doenças endêmicas e treinamento para uso dos equipamentos de coleta.
- Os catadores passam a se reconhecer como agentes ambientais e se sentem valorizados e dignos de respeito.
- O uniforme, o carrinho e o sentimento de ser um agente ambiental diminuem a discriminação e fazem com que a sociedade passe a vê-los com outros olhos, ou seja, como cidadãos com direitos e deveres.
- O Passaporte da Cidadania é uma porta que se abre para a inclusão social, com acesso ao estudo, emprego, voto etc., uma vez que sem documentos a pessoa “não existe” (*ibidem*, p.11).

Realizada por meio de convênio entre a IB e o Instituto Lixo e Cidadania (ILIX)¹¹⁷ a partir de 2005, a gestão do projeto caberia a um comitê gestor formado por representantes das prefeituras, associações de catadores, sindicatos, IB, ARAFOZ, Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu (ADEAFI), Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Reservatório e Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP).¹¹⁸

As declarações públicas dos integrantes da DC.IB e as publicações oficiais descrevem o projeto como protagonista de um desenvolvimento linear e abrangente em toda a bacia do Paraná III. No JCÁB de janeiro de 2005, achamos uma tabela, que se refere aos municípios beneficiados com equipamentos doados pela IB. Trata-se de 18 municípios,¹¹⁹ que receberam 509 carrinhos, 4 prensas, 1.010 uniformes, 4 balanças e capacitação para 625 catadores. Em junho do mesmo ano, menciona-se o número de 512 carrinhos e 1.024 uniformes e a estimativa de chegar a incluir todos os 29 municípios da BPII até o fim daquele ano (JCÁB, jun. 2005, p.14).

Sem menção ao número de janeiro de 2006, o JCÁB de junho do mesmo ano fornece outros dados sobre a evolução do projeto. Paralelo a uma estimativa de mais de 2.400 famílias que sobrevivem da coleta de materiais recicláveis na BPIII, o jornal fala de 1.150 catadores que foram beneficiados pelo projeto, distribuídos em 27 municípios da bacia e em outras duas cidades fora dos seus limites. As doações somam 1.150 carrinhos, 2.300 uniformes, 7 prensas

¹¹⁷ O Instituto Lixo e Cidadania (ILIX), fundado em 1998, é uma organização não-governamental com personalidade jurídica própria, formalmente constituída, podendo receber e aplicar recursos, e que apóia o Fórum Lixo e Cidadania do Paraná, atuando como secretaria executiva do mesmo. A coordenação do ILIX cabe à promotora da Procuradoria Regional do Trabalho, 9ª Região, órgão regional do Ministério Público do Trabalho.

¹¹⁸ Na realidade, a tarefa de executar as atividades do projeto recai sobre duas figuras principais: o funcionário da Itaipu responsável pelas obras de saneamento na usina, e gestor do projeto pelo CÁB, e um integrante do Instituto Lixo e Cidadania, custeado através de convênios específicos com a IB a partir de 2005.

¹¹⁹ Foz do Iguaçu (com cerca da metade do total de material recebido e de catadores envolvidos), Medianeira, Céu Azul, Vera Cruz, Missal, Palotina, Mundo Novo, Marechal C. Rondon, Santa Tereza, Cascavel, Guaraniaçu, Santa Terezinha, São Miguel, Guaíra, Nova Santa Rosa, São José das Palmeiras, Pato Bragado e Diamante do Oeste.

e 7 balanças. A previsão é de abranger os últimos dois municípios da BPIII ainda não incluídos até o final do ano (JCÁB, jun. 2006, p.9).

No jornal de novembro de 2006, não há referência direta ao projeto, estando presentes, no resumo das ações realizadas pelo CÁB, os seguintes dados: 1.439 carrinhos, 2.438 uniformes e 26 entre prensas e balanças (JCÁB, nov. 2006, p.8).

Os mesmos números foram declarados na publicação de fevereiro de 2007, dedicada ao terceiro encontro Cultivando Água Boa (CABIII), na qual são resumidas as propostas apresentadas na oficina aí realizada sobre “Inclusão Socioambiental (Catadores, Jovem Jardineiro)”, divididas em propostas a “curto”, a “médio”, e a “longo” prazo.¹²⁰

No curto prazo o projeto pretende

- a) Viabilizar condições que garantam acesso às políticas sociais, equipe técnica para assessoramento, aumento de produtividade e renda na coleta seletiva, por meio de infra-estrutura adequada (barracões, equipamento, uniformes, crachás, lixeiras, sacos para separação de materiais e capital de giro para os empreendimentos) e realização de campanha de divulgação (folders, jornais, cartilhas, outdoors, rádio, televisão etc.);
- b) Capacitação dos catadores para sistematização da coleta, separação e destinação, e em artesanato utilizando recicláveis, além de visitas a barracões/cooperativas de outros municípios, priorizando a organização dos catadores em seus municípios, fomentando a organização regional;
- c) Buscar parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e empresas privadas para repasse de bolsa auxílio, viabilização a ampliação do projeto Jovem Jardineiro.

No médio prazo deseja-se:

Ampliar os projetos socioambientais e viabilizar a rede de comercialização, fomentando a instalação de empreendimentos industriais voltados à reciclagem na região, com o objetivo de agregar valor aos materiais

¹²⁰ Tratar-se-ia das propostas levantadas nos 11 pré-encontros com os integrantes dos comitês gestores dos diferentes projetos, que a Itaipu Binacional organizou como parte do percurso de preparação do “III Encontro Cultivando Água Boa” (CABIII) ao longo do mês de novembro de 2006. A divisão entre propostas prevendo tempos de realização diferentes só seria inserida depois da conclusão dos pré-encontros, poucos dias antes da realização do evento, cabendo aos funcionários da IB responsáveis por cada grupo de trabalho específico no interior do CABIII escolherem as propostas e dividi-las em de curto, de médio e de longo prazo. Esta dinâmica foi observada quando participei da reunião dos gestores dos programas CÁB, realizada no Ecomuseu em 27 de novembro de 2006.

recicláveis, disponibilizando para tanto todo o assessoramento técnico e jurídico necessário.

Finalmente, no longo prazo o objetivo é atingir a “Autogestão orientada pelos princípios da economia solidária para todos os envolvidos nos projetos, de forma a garantir renda digna” (*ibidem*, p.33).

O JCÁB de junho de 2007 dedica boa parte da página 13 ao projeto, destacando no título o alcance territorial e os resultados gerais do *Coleta Solidária*.¹²¹

Logo no começo do artigo são reportados os números referentes às realizações, aos números de “famílias de catadores” alcançadas, ou seja 1.571 pertencentes a 27 dos 29 municípios da BPIII, o que corresponde ao número de carrinhos para coleta doados às associações de catadores desde o começo do projeto, juntamente com 2.850 uniformes, 14 prensas, 14 balanças “e os chamados passaportes da cidadania – a documentação pessoal dos catadores e seus familiares” (*ibidem*). Fala-se de 22 barracões “instalados na região” e do fato de que somente dois municípios da BPIII, Altônia e Matelândia, ainda não implantaram o projeto por causa das respectivas administrações municipais, estando os materiais já disponibilizados pela Itaipu.

Cita-se a decisão da Prefeitura de Medianeira de fechar o “Lixão” e as atividades de treinamento – realizadas por funcionário da Itaipu e do Instituto Lixo e Cidadania – de 60 agentes endêmicos para a difusão de informações sobre a correta separação do lixo nas residências. Os agentes assim capacitados devem sensibilizar os moradores para que estes realizem a separação do lixo em casa para “disponibilizá-lo solidariamente aos catadores integrantes da sua associação”. Fala-se da constituição da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis em Cascavel no dia 24 de maio, da liberação de uma verba de R\$

¹²¹ “Coleta Solidária avança para além da BP III. Catadores se organizam, se equipam melhor, ganham mais e melhoram qualidade de vida” (JCÁB, jun. 2007, p.13).

870.000 por parte do BNDES para a construção de barracões e para a compra de equipamentos para a cooperativa ARAFOZ de Foz do Iguaçu.

Segue-se um resumo das atividades realizadas nos primeiros cinco meses de 2007: participação remunerada dos catadores de Foz do Iguaçu no combate à dengue (sem maiores explicitações); visitas, reuniões, palestras nos municípios, tendo atingido, só em Foz de Iguaçu, perto de mil trabalhadores de uma rede de supermercados, a Guarda municipal, os Correios e estudantes; palestra sobre cooperativismo para 70 catadores de Toledo; entrega de equipamento (prensa, balança e uniformes) a catadores de Entre Rios do Oeste e Vera Cruz do Oeste.

Por fim, um artigo publicado no JCÁB de outubro de 2007, com o título “Melhoria da qualidade de vida deixou de ser um sonho” faz um resumo da difusão do *Coleta Solidária* na BPIII. Numa tabela apresentada neste mesmo artigo (*ibidem*, p.6), relativa ao acréscimo de renda dos catadores propiciado pelo projeto, consta uma lista de 13 municípios onde o projeto estaria atuando, com três casos em fase de consolidação. O artigo aponta para o melhoramento das condições de trabalho e o reconhecimento social gerado pelo uso de uniformes e carrinhos, o aumento da renda dos catadores e as atividades de capacitação, alfabetização, aulas de informática que alguns deles receberiam, além do assessoramento permanente que estes empreendimentos absorvem por meio do convênio da IB com o ILIX. Da lista fornecida está ausente a maioria dos municípios da BPIII (16 em um total de 29). Faltam cidades como Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Diamante do Oeste, S. Miguel do Iguaçu, S. Tereza do Oeste. Nestas cidades o projeto não conseguiu superar a primeira fase. Os eventos de fornecimento de carrinhos e uniformes, junto com a formação da associação composta pelos catadores cadastrados por meio da Secretaria de Ação Social da Prefeitura foram as únicas ações efetuadas.

Também entre os 13 municípios mencionados (os que forneceram os barracões às associações), alguns sofreram, ou ainda sofrem, entraves de caráter interno que dificultam as atividades.

No próximo capítulo, discutiremos parte das atividades até aqui apresentadas com base nos dados recolhidos ao longo da pesquisa de campo. Veremos que o quadro resultante desta exposição assumirá contornos diferentes da leitura oficial da IB apresentada nas páginas anteriores. É importante lembrar que o objetivo não é expor as incongruências da implementação do Programa, ou denunciar os desacertos do CÁB em relação a seus objetivos declarados. O que procuro é oferecer um plano de leitura das estratégias de implementação do Programa que permita que se entenda a sua atuação para além da imagem oficial construída por seus responsáveis. Deste modo, abriremos a possibilidade de olhar o CÁB como instância política, ou seja, como expressão de modelos de gestão da coisa pública rumo à construção de uma “sociedade sustentável”. Nesta ótica, o CÁB pode ser considerado como parte das lutas travadas em torno da definição do que seria “desenvolvimento sustentável”, e das ações necessárias para alcançá-lo, contribuindo para a promoção de visões particulares sobre conceitos e idéias que permeiam tais discussões.

Capítulo 4: O CÁB Observado

A gestão do CÁB é de competência da Diretoria de Coordenação da IB, cujas instalações estão situadas num conjunto de prédios no interior da área da usina. O acesso à mesma para os não-funcionários da IB deve ser autorizado por funcionários de nível superior através de procedimento interno de segurança.



Figura 5. Usina de Itaipu, panorâmica. Imagem Google Earth© 2008



Foto 2. Barreira de controle na entrada da Usina de Itaipu

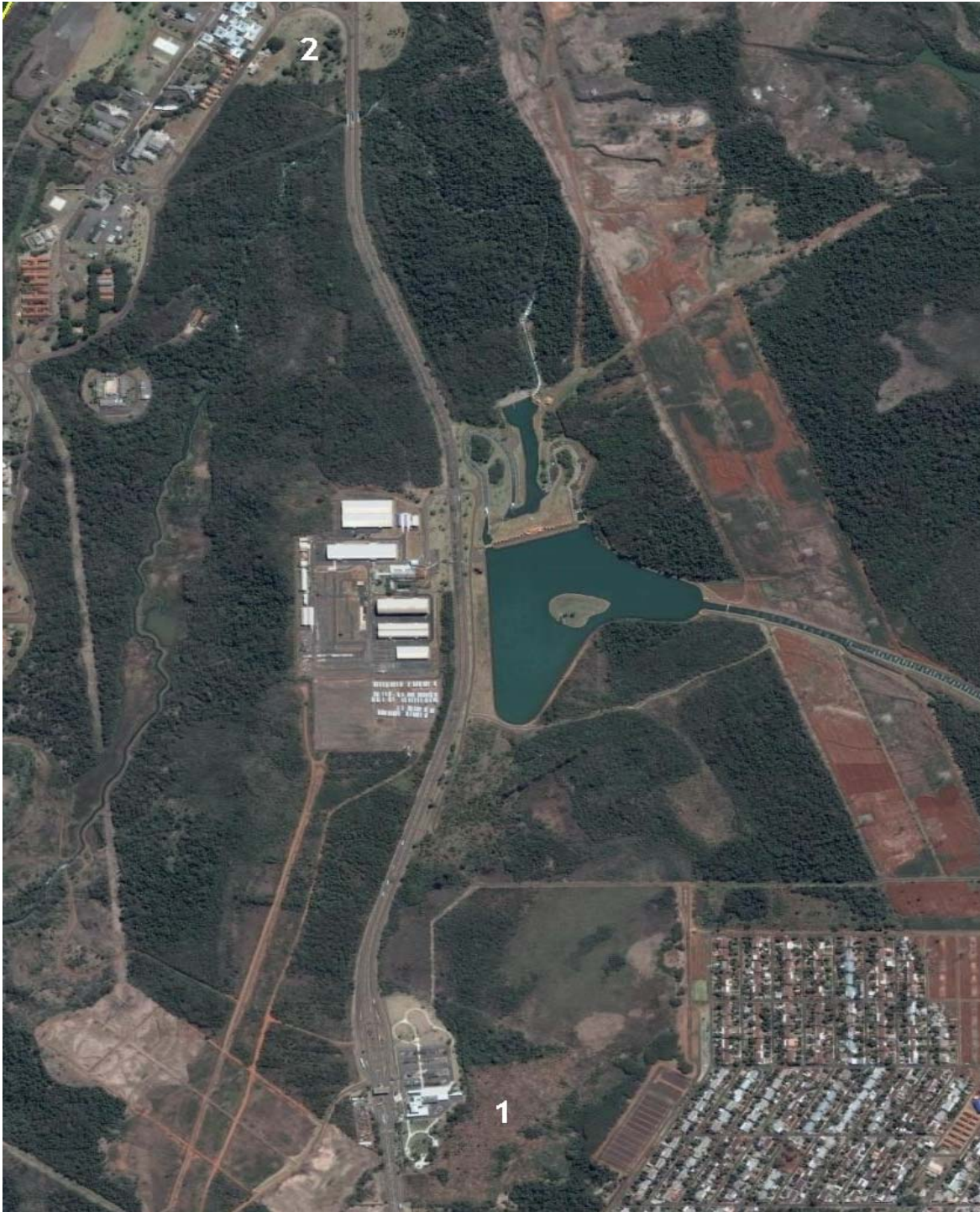


Figura 6. Usina de Itaipu: 1 – Barreira de controle; 2 – Diretoria de Coordenação. Imagem Google Earth© 2008



Figura 7. Usina de Itaipu, Diretoria de Coordenação. Imagem Google Earth© 2008



Foto 3. Entrada do prédio principal da Diretoria de Coordenação

O fato faz da DC.IB um lugar menos acessível do que as demais Diretorias, inclusive a Diretoria Geral Brasileira, as quais têm sede na estrutura do Centro Executivo, no bairro da Vila A, na cidade de Foz do Iguaçu.

O que principalmente chamou a minha atenção na atuação do CÁB foi a grande quantidade de atividades, como a realização de encontros, assembléias, eventos, reuniões, palestras, oficinas, seminários e atividades de formação, nas quais a empresa investe notavelmente, e um marcante aumento da produção de informação a partir de sua assessoria de imprensa.

A partir de 2003, a presença da IB na imprensa local e nacional, através de matérias produzidas pela sua Assessoria de Imprensa, multiplicou-se significativamente. Os dados relativos a este aumento do esforço da divulgação das atividades da empresa na mídia, que resultou na passagem de poucas dezenas de artigos para várias centenas, podiam ser conferidos, até meados de 2007, no próprio site institucional da empresa, que punha à disposição o arquivo dos artigos publicados diariamente na imprensa desde o final da década de 1990. Desde o final de agosto de 2007 houve uma reformulação do site da IB (www.itaipu.gov.br) e do *Jornal da Itaipu Eletrônico* (JIE). Devido às mudanças aportadas, a busca por ano não é mais possível, e os artigos disponibilizados no site são relativos somente ao período posterior ao dia 26 de agosto de 2007.

O montante e as especificidades dos recursos alocados para este tipo de atividades não foram liberados pela empresa; a regularidade da aplicação de recursos dentro da IB foi submetida a auditorias realizadas a pedido da mesma IB por profissionais externos à empresa,

cujos resultados são de propriedade da IB, que repassou para o público somente os dados que considerou publicáveis.¹²²

Não foi possível obter indicações precisas sobre o custo das atividades de propaganda. De qualquer jeito, podemos ter uma idéia deste esforço se considerarmos a realização dos Encontros Cultivando Água Boa – quatro até o mês de novembro de 2007 – e os milhares de seus participantes e os inúmeros outros acontecimentos de caráter público. Entre eles podemos citar: os “Pactos das Águas” acima mencionados; as centenas de reuniões e palestras realizadas pelo atual diretor de Coordenação, com o fim de divulgar e expandir o CÁB e sua mensagem no território da BPIII (segundo quanto por ele afirmado durante uma entrevista, este diretor teria percorrido, nos últimos três anos de atividade, mais de 200.000km com o carro da empresa a ele em dotação, exclusivamente no território da BPIII), e fora do mesmo (viagem para vários países da Europa e latino-americanos); as inúmeras reuniões e visitas realizadas por funcionários encarregados das relações entre IB e sociedade regional, ou responsáveis por levar adiante as diferentes ações do Programa. E ainda os eventos realizados nas instalações da IB dedicados a este fim, como os Encontros para a instituição do “Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata”; o dia dedicado à culinária indígena; as reuniões relativas às atividades de Educação Ambiental, de formação e assim por diante.

A imensa obra de sensibilização, coordenação e difusão e a contínua efetivação de reuniões internas sobre assuntos relativos à realização dos objetivos do CÁB marcam o ritmo de trabalho da atual Diretoria de Coordenação. Os custos em termos de tempo, trabalho organizativo e montante financeiro devem constituir parte importante dos recursos humanos e

¹²² Foram realizadas duas auditorias pela BDO Trevisan Auditores Independentes. A última está datada 1 de junho de 2007 e consta do Relatório de Sustentabilidade 2006 da Itaipu Binacional (p.88-89). O documento pode ser consultado no anexo D.

materiais empregados para se alcançarem os objetivos específicos do CAB. Ao indagar com os funcionarios responsaveis de onde vinham os recursos para a organizao dos eventos e de outras atividades de difuso, fui informado que a infra-estrutura dos eventos  custeada pela Assessoria de Comunicao Social da Empresa, rgo da Diretoria Geral Brasileira, que repassaria  DC.IB cerca de 20% do oramento desta ltima. Ao perguntar ao diretor de Coordenao o montante dos recursos anuais  disposio da DC.IB para suas atividades, ele respondeu que estava na casa de US\$ 7 milhes, fora as despesas relativas aos salrios dos funcionarios e os custos para a manuteno da infra-estrutura. Ele afirmou que os recursos advindos da Assessoria de Comunicao no adicionavam a este montante mais que 10%.

O total dos recursos destinados s atividades sociais e ambientais pela IB, de 2002 at 2006, podem ser conferidos na Tabela a seguir.

Tabela 3. Gastos relativos a programas socioambientais – Itaipu Binacional anos 2002- 2006, Unidade US\$

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	2002*	2003	2004	2005	2006
Educao	X	1.555.000	7.697.000	11.391.000	11.370.000
Cultura	208.000	788.000	4.404.000	2.799.000	1.504.000
Sade e Saneamento	1.507.000	3.183.000	4.103.000	5.754.000	8.370.000
Esporte	X	394.000	31.000	67.000	X
Lazer e Diverso	1.830.000	X	X	X	X
Programa de iniciao ao trabalho	371.000	X	X	X	X
Combate  fome e segurana alimentar	X	X	X	X	554.000
Outros	9.089.000	2.738.000	5.317.000	11.153.000	8.035.000
Total Indicadores Sociais Externos	13.005.000	8.658.000	21.552.000	31.164.000	30.982.000
INDICADORES AMBIENTAIS	2002*	2003	2004	2005	2006
Investimentos relacionados  produo/operao da empresa	X	11.158.000	4.462.000	3.521.000	1.299.000
Investimento em programas e /ou projetos externos	X	3.851.000	12.665.000	17.632.000	14.733.000
Total dos investimentos em Meio Ambiente	X	15.009.000	17.127.000	21.153.000	16.032.000
Totais despesas socioambientais	13.005.000	23.667.000	38.679.000	52.317.000	47.014.000

Fonte: *Balano Social 2003; Relatrio de Sustentabilidade 2004; Relatrio de Sustentabilidade 2005; Relatrio de Sustentabilidade 2006*, Itaipu Binacional

*Os dados relativos ao ano de 2002 no apresentam a diviso entre indicadores sociais externos e indicadores ambientais, estando as despesas totais resumidas no primeiro item.

Como foi dito anteriormente, fazem parte da DC.IB cerca de 150 funcionários.¹²³ Desses, aproximadamente a metade se ocupa de tarefas internas ao CÁB. Da listagem das atividades consideradas pela IB, em 2007, como parte do CÁB (anexo A), podemos extrair 50 nomes entre os responsáveis de ações e programas. Outros funcionários estão empenhados no incremento das ações, principalmente aqueles que se ocupam de tarefas de cunho técnico a serem desenvolvidas no campo, como os “gestores de bacia” do *Programa 40 – Cultivando Água Porá*. A eles se somam consultores externos chamados pela direção da IB para realizar tarefas importantes no interior do CÁB, por exemplo, a responsável pela realização das oficinas do futuro; o idealizador e, até o início de 2007, responsável pelo projeto *Jovem Jardineiro*; o representante do Instituto Lixo e Cidadania, que atua no projeto *Coleta Solidária*; e o jornalista responsável pela publicação do JCÁB.

Além disso, entre os funcionários da DC.IB mais envolvidos na atuação das tarefas relativas ao CÁB, notamos a presença de pessoal pertencente ao quadro funcional de outras instituições, e que foi requisitado pela IB para desenvolver papéis importantes no interior do Programa. Entre eles estão o responsável executivo pelo Programa, funcionário da SANEPAR, Odacir Fioorentin; os responsáveis pelas relações com as prefeituras para a coordenação e a realização dos eventos relativos ao CÁB, ambos funcionários da Secretaria Estadual de Educação (SEED) e ex-prefeitos de municípios da região, Gilmar Secco e Luiz Suzuki; o responsável por muitas das atividades relativas à agricultura orgânica e ao plantio direto, funcionário da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), João José Passini; e o atual superintendente de Meio Ambiente da IB, que atuava no âmbito universitário, professor Jair Kotz.

¹²³ Participam também das atividades da DC.IB cerca de 80 estagiários, que cumprem sobretudo tarefas de secretaria. Alguns dos que conheci eram filhos ou parentes de funcionários da mesma DC.IB.

Outros dois funcionários que atuam no CÁB, o gestor do programa *Mais Peixe em Nossas Águas*, Pedro Tonelli, e o responsável pelas relações com os grupos de assentados da reforma agrária no território da BPIII, Miguel Sávio, foram integrados ao quadro funcional da IB durante a gestão atual, depois de terem colaborado com as atividades do CÁB através de contratos temporários por um período. A admissão foi realizada aproveitando-se a derrubada momentânea (que durou cerca de duas semanas) de uma liminar que obrigava a IB a promover concurso público para a admissão de funcionários, o que provocou certo mal-estar entre os demais funcionários da empresa, seja aqueles empregados por tempo indeterminado, seja entre os que aspiram ao mesmo destino e não tinham sido atendidos na ocasião.

Consideramos útil nos referirmos ao perfil profissional dos agentes chamados para integrar a CD a fim de realizarem as tarefas dos Programas. Personagens importantes, cada um por motivos diferentes, têm em comum possuir um capital político que pode ser usado na região para a promoção do CÁB.

Como já colocamos, entre os que integraram a DC.IB a partir de 2003 e 2004, encontramos dois ex-prefeitos da região, um filiado ao PP e outro ao PT, com passagens pelas presidências e vice-presidências da AMOP e do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros. São eles que se ocupam em fazer e em manter o contato com as várias prefeituras para implementar as atividades relativas ao CÁB.¹²⁴ O outro é um personagem importante na história do MASTRO, o movimento do qual surgiu o MST no Paraná. Sua tarefa principal está ligada ao relacionamento da IB com parte dos assentamentos da reforma agrária presentes na BPIII. Há ainda o jornalista, já citado, que se ocupa do JCÁB, autor de livro contundente sobre Itaipu¹²⁵ e que atuou no movimento dos expropriados.

¹²⁴ Trata-se de personagens que, ainda no cargo de prefeito em 2003, atuaram decisivamente em apoio às atividades da IB e de sua Direção.

¹²⁵ Mazarollo, 2003, já mencionado antes.

A chamada desses personagens demonstra a vontade da atual gestão da IB de abrir canais de comunicação mais diretos com a sociedade regional, favorecendo, assim, a difusão do CÁP nas realidades locais. Contudo, existem diferenças entre os papéis que esses agentes vieram a ocupar no CÁP. Os originários do campo de atuação mais diretamente político exercem tarefas estratégicas importantes para o CÁP alcançar a meta de envolver as administrações dos 29 municípios da BPIII, tendo em vista a experiência na região e o capital político acumulado ao longo das suas carreiras nas prefeituras e nas organizações, que reúnem as administrações municipais da BPIII. Outros têm, no entanto, atribuições mais corriqueiras, sem deixar de serem aproveitados por parte da Diretoria no que concerne à sua valência simbólica. É o caso de Juvêncio Mazzarollo, cujo pertencimento à IB era lembrado sistematicamente pelo diretor de Coordenação por ocasião das inúmeras palestras de apresentação do CÁP por ele ministradas, nas quais se orgulhava de ter entre seus “colaboradores” o “último preso político do Brasil”.¹²⁶

Na maioria da conversas mantidas com os funcionários da IB que atuam no CÁP, sempre era feita referência à “questão política”, ou seja, ao fato de que as atividades do Programa dependiam da “vontade política” das administrações municipais, de se comprometer para alcançar as metas previstas e acordadas. O JCÁP de outubro de 2007, ao mencionar os novos convênios assinados, acenou para o fato de que, em seis das microbacias trabalhadas nos convênios anteriores, as metas não tinham sido alcançadas, e que estas prefeituras teriam 60 dias para concluir as ações acordadas, possibilitando assim o começo de um novo convênio em outra microbacia.

Ainda neste número do jornal, foram publicadas fotos dos “pactos” realizados, que correspondem à segunda fase, atingindo-se 17 dos 29 municípios da BPIII, sinal de que o

¹²⁶ Juvêncio Mazzarollo, comunicação pessoal.

Programa, em boa parte da BPIII, ainda não conseguiu se afirmar, ou está tendo problemas paralelos ao fechamento dos mandatos das administrações municipais. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece normas e responsabilidades na gestão fiscal das contas municipais, causando em alguns casos o corte de investimentos previstos, como aqueles que as prefeituras se empenharam em efetivar no ato da assinatura dos Convênios com a IB para desenvolver as atividades do CÁP.¹²⁷

Mas a “questão política” tem também outro aspecto. Em mais de uma oportunidade pude escutar conversas mantidas entre os novos funcionários chamados pela gestão atual da IB, em que foram discutidas as possibilidades de “conquistar” politicamente determinadas prefeituras. Um desses funcionários me confiou ter recebido uma vez proposta, por parte de um alto dirigente da IB, para se candidatar a prefeito de um dos municípios da BPIII,¹²⁸ no qual o Programa estava tendo problemas em afirmar-se devido às relações conflituosas entre o IB e aquela administração municipal.

Antes de propor uma leitura do CÁP que dê conta desta valência como instrumento político, vou apresentar alguns dos projetos do CÁP, começando por aquele que representa o seu núcleo principal, ou seja, o *Programa 40*. Estes relatos sobre os achados da pesquisa de campo fornecerão uma base sobre a qual discutirei a “natureza” do Programa.

¹²⁷ O único município que não efetuou o repasse da contabilidade em 2005, pelo menos segundo os dados do IBGE, é o de Diamante D'Oeste, no qual atuava um dos dois prefeitos que atualmente trabalham no CÁP. A gestão do outro, atual integrante do CÁP no município de Medianeira, está sujeita a inquérito pelo Ministério Público do Paraná em função da denúncia do atual prefeito, eleito em 2004, que constatou um rombo de R\$ 1,800 mil no caixa da Prefeitura (*Gazeta do Paraná*, 16/03/2005).

¹²⁸ Como já foi afirmado, não estamos relatando esses fatos com a finalidade de denunciar comportamentos que poderiam ser considerados “incorretos” ou “desviantes” em relação às atribuições da IB, mas sim como sinais de que é preciso considerar a presença de interesses variados que estão em jogo num empreendimento como o CÁP.

4.1 “Gestão por bacias – Cultivando Água Porá”

No capítulo 3, dedicado a expor o discurso “nativo” do CÁB, vimos quais as características deste projeto. As intervenções acordadas nos convênios entre IB e prefeituras prevêm a adequação e o cascalhamento de estradas, as ações de conservação do solo (curvas de nível), a implantação de abastecedores comunitários, o fornecimento de distribuidores de esterco, o reflorestamento de córregos e nascentes e a instalação de cercas para a proteção dos mesmos. Todas estas atividades não foram iniciadas pelo Programa, mas fazem parte das intervenções para a manutenção da qualidade das águas do reservatório desde a sua cheia. Na Tabela a seguir apresentamos as ações realizadas antes e depois do começo do CÁB.

Tabela 4. Total das ações realizadas pela IB período 1988-2006. Fonte Itaipu Binacional

AÇÃO	UNIDADE	1988/2002	2003/2006	TOTAL PERÍODO
ABAST. COMUNITÁRIO	un.	408	55	463
ADEQ. ESTRADAS	km	1.657,20	241,07	1.898,27
CASCALHAMENTO	km	0,00	105,31	105,31
CERCA	km	0,00	277,4	277,4
CONSERV. SOLOS	ha	48.272	1.849	50.121
DISTRIB. DEJETOS	un.	53	46	99
REFLORESTAMENTO	ha	0,00	35,80	35,80
TERRACEADOR	un.	6	2	8
DISTRIBUIDOR CALCÁRIO	un.	2	14	16
ROÇADEIRA	un.	0	6	6
DRENAGEM/TUBULAÇÃO	ha	0	512,0	512,0

A Tabela 4 é relativa às ações realizadas fora da faixa de proteção do reservatório, e não compreende outras atividades que a IB desenvolveu ao longo dos anos, como o

reflorestamento da mesma faixa, que atingiu quase a totalidade do contorno do reservatório. O objetivo da IB, ao implementar o CÁB, é o de envolver a sociedade regional na obra de conservação do reservatório, o que vem se realizando desde os primeiros anos da década de 1980. Do ponto de vista prático, a recuperação de córregos e nascentes, que se encontram em propriedades particulares, poderia ser feita somente com a anuência não só das administrações municipais, mas também por meio da autorização e da colaboração dos proprietários das áreas interessadas. Além disso, consideramos que as estratégias “participativas” realizadas pela IB na implementação do Programa têm como objetivo a “participação” em si, ou seja, como *fim* e não como *meio*. A estratégia montada para envolver essas pessoas nas ações de conservação representa a novidade do CÁB em comparação à atuação precedente da IB. Como vimos, trata-se de iniciativas pautadas no idioma da “participação” e da educação ambiental, em que as “comunidades” seriam protagonistas para escolher e planejar as intervenções rumo à solução dos problemas ambientais.

4.1.1 A participação no “Programa 40 - Gestão por bacias”

Tentaremos agora entender quais os efetivos níveis de participação que o Programa admite em sua realização. Em primeiro lugar, notamos a escolha das microbacias, onde a atuação é efetuada principalmente pelas administrações políticas dos diferentes municípios, considerando-se os interesses de outros atores que têm influência para determinar as políticas econômicas dessas administrações. O caso dos projetos-piloto dos rios Xaxim e Sabiá mostra que a escolha se deveu à necessidade de implantação e operacionalização de estabelecimentos econômicos de duas cooperativas agroindustriais, a Copagril e a

Cooperativa Lar (JCÁB, set. 2004, p.12-13), cujos problemas para o abastecimento de água tinham provocado perdas econômicas importantes.¹²⁹

Uma vez escolhida a microbacia, os proprietários das terras por ela contidas (as propriedades localizadas ao longo dos córregos e rios que a constituem) e as “comunidades” da microbacia¹³⁰ são incorporados ao processo mediante a metodologia de sensibilização, cujas fases foram descritas precedentemente.¹³¹ Os resultados desse processo estão resumidos nas “Cartas do Pacto das Águas”, “Cartas” estas que vêm sendo definidas também na “Agenda 21 do pedaço”, ou seja, representam a realização local das medidas para se alcançar a sustentabilidade estabelecida na *Agenda 21* (*ibidem* 4, 12-3). A análise dessas “Cartas” em face das intervenções “decididas” pela comunidade, esquematizadas no Quadro 1, mostrou que elas espelhavam, em sua grande maioria, as atividades que a IB foi desenvolvendo ao longo dos anos 80 e 90 nos municípios limieiros ao reservatório.

A pesquisa revelou o papel central das administrações municipais na determinação das modalidades e das localidades em que aplicar os recursos advindos da IB por meio do CÁB, mostrando que o nível de “participação” da “comunidade” não diz respeito à escolha das medidas a serem implementadas, tampouco ela participa em determinar quais as áreas a serem beneficiadas, revelando uma natureza eminentemente passiva. Uma vez inseridos nos planos do CÁB, os moradores das microbacias podem somente aceitar um conjunto de intervenções

¹²⁹ Em conversa com um dos funcionários encarregados da difusão do CÁB na BPIII, aprendemos que uma dessas cooperativas tinha investido na perfuração de um poço de grande profundidade para o abastecimento de um dos seus estabelecimentos. A perfuração do poço, para a qual os gastos, calculados por este funcionário, foram de cerca de R\$ 1 milhão, não deram os resultados esperados, sendo a água extraída de péssima qualidade e em quantidade que não satisfazia as necessidades do estabelecimento. Daí, sempre segundo este funcionário, existe a decisão da cooperativa de compartilhar as despesas para as intervenções na microbacia, obtendo assim a possibilidade do aproveitamento dos recursos hídricos dos rios sobre os quais interveio, tentando evitar deste modo os enfrentamentos e as resistências da sociedade e da administração locais.

¹³⁰ A morfologia social do território da BPIII, dependendo de processos de colonização, induzidos pela maioria por planos governamentais, e protagonizados por imigrantes e descendentes europeus, caracteriza-se pela existência de ‘linhas’ de colonização que se organizam como pequenas comunidades ao longo dos rios, e cuja vida social se desenvolve em centros onde se encontra geralmente uma escola, uma igreja, um pavilhão e uma bodega, (cf. Seyferth 1974; Vianna 1988).

¹³¹ *As Oficinas do Futuro e o Pacto das Águas.*

já formatadas – mais que um modelo, um “pacote” preconcebido de intervenções, em cujo desenho não tiveram nenhuma influência. Por ocasião de uma entrevista com o responsável do *Programa 40*, perguntei acerca dos níveis de participação das comunidades onde o CÁP atuava, indagando também os motivos inerentes à uniformidade dos pedidos efetuados pela totalidade das comunidades envolvidas. A seguir, apresento alguns trechos extraídos da gravação desta conversa:

Gestor: Antes de 2003 todo o trabalho de escolha era por conta da prefeitura, agora, no caso das microbacias, também não fugiu disso. A única coisa que nós não tivemos e que eu acho excepcional é este trabalho de educação ambiental que você vai na comunidade, acompanhei um pouco porque fiquei como gestor de bacia, aí o trabalho é muito bom porque dá aquela mexida da comunidade, antes não costumava chamar a comunidade para participar, era isso que faltava e hoje.. Eu acho isso extremamente importante.

Salviani: E o formato de envolvimento da comunidade, você acha um formato válido?

Gestor: Eu acho que todo formato, que toda a atividade que você faça, quando se chama a comunidade e você conversa, é válida; agora, se o resultado é excepcional, não sei, mas eu acho que é válido.

Salviani: Você não acha que é um pouco extemporâneo, ou seja, depois de realizarem as “oficinas” e o “Pacto,” o único acompanhamento realizado é aquele feito pelo funcionário da IB que fiscaliza a realização dos objetivos do convênio, sem posteriores atividades que envolvam aquela “comunidade” Quero saber o que você acha, se você falou com o pessoal sobre o que achava dessa atividade, se eles pensavam que tinham que continuar, ou se falaram que “tudo bem”, mesmo se depois esse pessoal sumiu.

Gestor: É, isso também eu vi, e principalmente se você ouve isso no momento das ações diretas, como no caso do Xaxim, isto é péssimo; quando chama a comunidade e bota na cabeça dela que é importante, e fala que você vai participar e depois não vai, isso é muito negativo. Veja também, se você faz o trabalho, tem que dar continuidade, não adianta você fazer o pacto das águas e... morreu o assunto! Esta questão do caminho adiante você deveria continuar trabalhando. Se isto não é feito, eu acho que acaba sendo pior do que se não tivesse feito. Eu senti isso também; você cria uma expectativa e depois não atende a estas expectativas; você não chega ao que eles esperam que você realize.

Salviani: O papel da comunidade neste tipo de formato fica um papel somente de se auto-responsabilizar sobre certos hábitos com o meio ambiente, ou consegue ser um estímulo para outras pessoas, consegue ser uma coisa de multiplicação?

Gestor: Mas aí é que vale... aí nós temos uma certa vantagem. Você já vem trabalhando os filhos destas pessoas na escola, e a escola trabalha muito a questão ambiental, você chega lá, nos ouvidos dos pais, é uma somatória. Eu acho que estas ações têm que ser feitas. Esta questão dos pactos das águas é interessante; as pessoas participando se responsabilizam mais e isto é uma coisa que tem fim. As ações têm que ser contínuas: de educação, de orientação. É importante para eles se valorizarem. Eu acho que isso pega

muito mais de que você estar lá a toda hora falando [...] nós temos 76 projetos que não chegam em todas as comunidades, porque a estrutura nossa não vai nunca ter um modo de chegar em todas as comunidades.

Salviani: Fui olhando os pedidos das comunidades nas diferentes microbacias, e notei uma extrema uniformidade dos mesmos, como se tivesse um “pacote” já formatado e não se pudesse escapar dele, assim, se poderia ter a impressão de que esta participação seja de algum modo dirigida. Estou errado?

Gestor: Não, eu acho que quanto à participação você tem razão, mas quando nós.. quando é feito... é isso que eu digo, que a educação ambiental, antes ela entra com essa.. claro que.. nós usamos o famoso pacote quando ela entra, quer dizer, a comunidade levanta o problema dela, que já vai encaixado no nosso pacote. Não é que eles vão fazer o projeto pra eles, concordo plenamente contigo, não tem o projeto deles...

Salviani: então as coisas levantadas pela comunidade que não entram no pacote são descartadas?

Gestor: Exatamente, e são descartadas bem na conversa, ou seja, tem uma imposição... uma indução, ou seja, você faz com que eles peçam isso, você sabe como é feito isso. (Entrevista em 11 junho de 2007, Gestor do Programa 40, Diretoria de Coordenação).

A efetividade das estratégias de “indução” pode ser averiguada no Quadro 1 a seguir, no qual são reportados os resultados das oficinas do futuro relativos às medidas que seus participantes reputam necessárias para melhorar as condições do meio ambiente, ou seja, o que vem definido na metodologia de educação do CÁB como “caminho adiante”.

As informações são extraídas de 18 “Cartas do Pacto das Águas” – que chamaremos aqui de “Carta(s)” – relativas a eventos (“Pactos”) realizados de junho a novembro de 2005, mais duas referentes a “Pactos” realizados em junho de 2007. As “Cartas” são documentos impressos em papel reciclável, de acabamento gráfico de ótima qualidade, com fotos coloridas das “oficinas do futuro” e grafadas em itálico. São padronizadas na estrutura, mas “personalizadas” no que diz respeito às respectivas microbacias.¹³²

¹³² As “Cartas” apresentam esquematicamente o resultado das “oficinas do futuro”, têm alto padrão gráfico e ótima formatação e – como atesta o Quadro 1 – são padronizadas também nos conteúdos. Incluímos a cópia fotográfica de uma destas “Cartas” no anexo E.

Quadro 1. “Oficinas do futuro” – Caminho Adiante

“Caminho Adiante” compromissos	Mircobacias que formularam o compromisso	Total
Coleta seletiva do lixo	1-2-3-10-13-18	6
Organização e limpeza das propriedades	14-16-17-19	4
Mutirão de limpeza no rio	7-8-12-15	4
Participação de todos na conservação do meio ambiente	3-6-11-18	4
Evitar que todos joguem lixo em lugares inadequados	7-9-20	3
Evitar queimadas	1-11	2
Controle no uso de agrotóxicos	1-17	2
Plantar e preservar as matas ciliares	17-18	2
Colaborar com o CÁB (18: “acreditar na mudança”)	18-19	2
Assegurar a conservação do solo	1	1
Manutenção dos distribuidores de esterco	9	1
Redigir ofício para retirada de empresa de lixo clandestina	7	1
Assumir parceria com a Prefeitura, ITAIPU, EMATER e outros parceiros	5	1
Buscar agricultura orgânica usando menos agrotóxicos	18	1
“Caminho Adiante” Pedidos	Mircobacias que formularam o pedido	Total
Readequação de estradas	1-2-3-4-5-7-8-9-10-11-12-14-15-16-17-18-20	17
Conservação de solo	1-2-3-4-5-9-10-11-12-14-15-16-17-18-19-20	16
Mudas frutíferas e nativas para recuperação da mata ciliar	1-2-3-4-6-8-9-10-12-13-14-15-16-17-18-19	16
Abastecedouros comunitários	2-3-4-5-7-8-9-10-11-13-14-15-17-18	14
Cercas (palanques e arame)	2-3-4-5-6-7-8-9-10-12-13-14-15-17	14
Recolhimento embalagens de agrotóxico	3-4-6-7-11-12-13-15-18	9
Distribuidor de dejetos (“4” pediu “substituição com subsolador”)	2-3-4-6-10-13-15-17	8
Projeto de indenização ou incentivo para pequenos agricultores que possuem mata ciliar e reserva legal – permitir formas alternativas de reserva legal	5-8-9-10-11-12-16	7
Estudos de cada propriedade para evitar que sejam inviáveis e apoio para correções	2-3-5-7-9-10-13-17	7
Incentivar campanhas de educação ambiental e conscientização para os moradores do município	6-11-15-17-19	5
Coleta (seletiva ou simples) do lixo na área rural	3-6-7-14-18	5
Retenção das águas e dos esgotos da área urbana e/ou da rodovia	2-3-6-9-11	5
Drenagem do leito do rio e das nascentes	5-6-13-14-20	5
Incentivos e apoio técnico à agricultura (Cursos - projetos - assistência técnica)	3-4-17-19	4
Bebedouros para o gado ou corredor de acesso ao rio	3-5-9-12	4
Estudo de manutenção dos açudes	5-12-14	3
Atenção por parte dos órgãos de fiscalização para ouvirem os agricultores e implementarem políticas de desenvolvimento sustentável – evitar multas	2-9	2
Participação dos grandes proprietários	4-13	2
Estrada marginal à rodovia	1	1
Informação sobre leis ambientais e modos corretos de proceder na manutenção das propriedades	2	1
Programa de incentivo a todas as microbacias do município para	4	1

recuperação de matas ciliares		
Participar das reuniões do comitê Gestor para acompanhar a aplicação dos recursos destinados à conservação ambiental	19	1
Solução para esgoto industrial	9	1
Patrulha rural	16	1

Os dados são retirados das “Cartas do Pacto das Águas” das seguintes microbacias/municípios: ano de 2005: 1. Assentamento Pedro Ramalho/Mundo Novo (MS); 2. Sanga Santa Rosa e Sanga Mandarina/Cascavel; 3. Córrego Varana/Entre Rios D'Oeste; 4. Córrego Jararaca/Guaíra; 5. Sanga Buriti/Itaipulândia; 6. Sanga das Antas/Maripá; 7. Rio Alegria/Medianeira; 8. Sanga Água Bonita/Missal; 9. Sanga Guabiroba/Nova Santa Rosa; 10. Sanga Mandaguari/Ouro Verde do Oeste; 11. Sanga Ita/Quatro Pontes; 12. Sanga Pacuri/Santa Helena; 13. Sanga Guavirá e Córrego Descoberto/Santa Tereza do Oeste; 14. Rio Pinto/São Miguel do Iguçu; 15. São Joaquim/São José das Palmeiras; 16. Córrego Tamanduá/Terra Roxa; 17. Córrego Água de São Pedro/Vera Cruz do Oeste; 18. Arroio Fundo, Córrego Curvado e Ajuricaba/Marechal Cândido Rondon. Ano de 2007: 19. Rio Santa Maria/Diamante D'Oeste; 20. Rio Tucano/Santa Terezinha de Itaipu

O quadro 1 apresenta um resumo dos resultados das “oficinas do futuro” que foram reportados nas “Cartas.” Em todas as “Cartas” estes resultados são registrados em três partes diferentes, intituladas:

- 01 – TEMOS PROBLEMAS A SEREM RESOLVIDOS, que colocamos em nosso “Muro das Lamentações”.
- 02 – TEMOS SONHOS PARA NÓS E AS FUTURAS GERAÇÕES, que colocamos em nossa “Árvore da Esperança”.
- 03 – TEMOS UM “CAMINHO ADIANTE”, que já não tem mais volta.

Em cada uma destas seções são apresentadas as questões levantadas nas “oficinas”. Relativamente ao item “Caminho Adiante,” as “Cartas” de 2005 apresentam os resultados divididos em duas partes, a primeira delas precedida da declaração: “Este caminho é feito de dois compromissos.¹³³ Alguns dependem de nós, moradores e moradoras, e já foram assumidos de imediato”, e a segunda parte traz a declaração seguinte:

Outros não dependem somente de nós, mas de todas as pessoas e instituições responsáveis pela qualidade do ambiente e da vida na Microbacia [nome da microbacia] e em nosso município. Por este motivo, escolhemos no final das “oficinas do futuro”, os seguintes temas prioritários para construir, pouco a pouco, a Agenda 21 do Pedaco na comunidade da [nome da microbacia] (“Cartas do Pacto das Águas” CÁB/IB).

¹³³ Das 20 “Cartas” consultadas, nove reportam “dois compromissos”, três “dois tipos de compromisso”, cinco “de diversos compromissos”, e três “de vários compromissos”.

Já nas “Cartas” relativas aos convênios realizados a partir de 2007, estas introduções são unidas numa única parte, seguida dos temas escolhidos. No quadro 1, apresentamos na parte esquerda as afirmações relativas à terceira fase das “oficinas”; na coluna central, o número relativo às “Cartas” em que o pedido foi efetuado, que corresponde àquele fornecido abaixo do quadro para distinguir as diferentes microbacias; na terceira coluna, indicamos o total das “Cartas” em que os pedidos foram formulados. Assim, na primeira parte do quadro nós nos reportamos aos itens relativos aos compromissos para os quais os moradores da microbacia se responsabilizaram em primeira pessoa e, na segunda, aos pedidos de realização de ações endereçados aos demais assinantes dos “Pactos”.

No Quadro 1 temos que a maioria das propostas para a conservação do meio ambiente dos moradores das microbacias, formuladas por ocasião da realização da segunda das oficinas do futuro, chamada de “Caminho Adiante”, corresponde às intervenções decididas e proporcionadas pela IB desde os anos da década de 1990, visando ao manejo ambiental (ou seja, “conservação de solo e adequação de estradas”, “recomposição da mata ciliar e instalação de cercas”, “instalação de abastecedouros comunitários”, “repasso de distribuidores de dejetos orgânicos”).

Além desses, houve muitos pedidos relativos à realização de estudos de impacto ambiental para verificar os passivos ambientais das propriedades, elaborar “Planos de Controle Ambiental” (PCA)¹³⁴ e intervir para obter o licenciamento ambiental. Por meio dos PCAs tenta-se formular um compromisso entre as exigências das leis ambientais, no que diz respeito à presença de reserva legal, à conservação das matas ciliares e à localização das estruturas em cada propriedade, e as exigências relativas às atividades produtivas. Os PCAs são apresentados ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para a obtenção do licenciamento

¹³⁴ Os PACs estão sendo realizados em convênio com institutos e universidades da região.

ambiental. Trata-se de uma questão muito sentida pelos agricultores, motivo de atritos entre proprietários e a IB. Esta, antes do advento do CÁP, costumava ativar o IAP para obrigar os moradores dos municípios lindeiros a minimizarem as atividades prejudiciais à qualidade da água do reservatório da usina. O IAP intervinha por meio de aplicação de multas.

Outros temas que agruparam um número significativo de pedidos são também relativos a atividades realizadas e/ou incentivadas pelo CÁP, ou seja, coleta e tratamento de embalagens de produtos agrotóxicos, coleta seletiva de lixo, fornecimento de apoio técnico à “agricultura sustentável” e orgânica, e “conscientização” e educação ambiental.

Para se ter uma idéia dos investimentos previstos para a realização do *Programa 40*, resumimos as previsões de despesa formalizadas na assinatura dos convênios. A Tabela 5 mostra as despesas orçadas para os Convênios de 2005-2006 relativas às atividades previstas nas “ações” 205, 206, 208, 210, 213 do *Programa 40*.¹³⁵ Os gastos referentes à realização dos PCAs não são indicados nos documentos consultados. Na segunda fase do CÁP, realizada a partir de 2007, as despesas voltadas para a concretização dos PCAs, assim como aquelas para o reflorestamento, constaram das *Memórias de Cálculo*, em que são definidas como “outras atividades” (ou seja, extraconvênio). A IB se compromete a arcar com os custos para a realização dos PCAs e o fornecimento das mudas, e as prefeituras se responsabilizam pelo seu “preparo, plantio e manutenção”.¹³⁶

Tais atividades representam percentual importante do total dos recursos destinados à realização do *Programa 40* (isto é, o total previsto pelo Convênio mais o total previsto para os PCAs e o reflorestamento; ver Tabela 6). Os convênios assinados com as prefeituras em 2007 continuam pressupondo o mesmo tipo de intervenções dos convênios precedentes mais as

¹³⁵ Respectivamente, “Adequação de estradas”; “conservação do solo”; “realização de cercas”; “compra e instalação de abastecedouro comunitário”; “compra de distribuidor e misturador de dejetos orgânicos” (Informações retiradas de *Memória de Cálculo 2005/2006, Programa 40*, Itaipu Binacional, mimeo).

¹³⁶ *Memória de Cálculo 2007/2008, Programa 40*, Itaipu Binacional, mimeo.

despesas para Educação Ambiental.¹³⁷ A Tabela 7 apresenta a relação entre a área total do município e as áreas escolhidas para a realização do *Programa 40*, o número de propriedades presentes nas microbacias e a média do tamanho das mesmas. Por fim, a Tabela 8 contém os identificadores dos convênios assinados em 2005, a data de vencimento e o total dos recursos de responsabilidade da IB neles previstos, e os percentuais dos gastos e das várias ações efetivamente realizadas em cada município até 26 de março de 2007.

¹³⁷ Ou seja, as intervenções relativas às “ações” 205, 206, 208, 210 e 213. As despesas em educação ambiental calculadas nas *memórias de cálculo* são de R\$ 1.000 para cada município, com exceção de Itaipulândia, para a qual o gasto orçado é de R\$ 2000 (*ibidem*).

Tabela 5 Convênios 'Programa 40' 2005-2006. Valor R\$. Fonte Itaipu Binacional

Município	Convênio 2005	Total IB	Total Prefeitura	Perceitual IB	Percentual Prefeitura	Convênio finalizado
Altônia	264.840	75.832	189.008	29%	71,00%	Não
Cascavel	684.000	205.220	478.780	30%	70,00%	Não
Ceu Azul	1.112.588	387.654	724.934	35%	65,00%	Sim
Diamante do Oeste	atividades com assentamento					
Entre Rios do Oeste	516.800	172.440	344.360	33%	67,00%	Sim
Foz do Iguaçu	488.400	160.900	327.500	33%	67,00%	Não
Guaíra	426.200	124.560	301.640	29%	71,00%	Sim
Itaipulândia	190.182	76.395	113.787	40%	60,00%	Sim
Marechal Cdo. Rondon	630.433	179.527	450.906	29%	71,00%	Não
Maripá	317.350	94.930	222.420	30%	70,00%	Não
Matelândia	869.512	318.318	551.194	37%	63,00%	Não
Medianeira	435.590	144.918	290.672	33%	67,00%	Sim
Mercedes	381.350	141.270	240.080	37%	63,00%	Sim
Missal	358.680	119.624	239.056	33%	67,00%	Sim
Mundo Novo	atividades com assentamento					
Nova Santa Rosa	254.660	77.740	176.920	31%	69,00%	Sim
Ouro verde D'Oeste	340.245	108.630	231.615	32%	68,00%	Sim
Pato Bragado	143.360	59.900	83.460	42%	58,00%	Sim
Quatro Pontes	487.960	150.320	337.640	31%	69,00%	Sim
Ramilândia	atividades com assentamento					
Sta Helena	304.480	94.956	209.524	31%	69,00%	Sim
Santa Teresa D'Oeste	540.560	189.840	350.720	35%	65,00%	Não
Sta. Terezinha de Itaipu	225.472	123.100	102.372	55%	45,00%	Sim
São José das Palmeiras	204.772	89.755	115.017	45%	55,00%	Sim
São Miguel do Iguaçu	760.760	259.040	501.720	34%	66,00%	Não
Sao Pedro do Iguaçu	atividades com assentamento					
Terra Roxa	164.600	60.680	103.920	37%	63,00%	Não
Toledo	935.830	305.786	630.044	33%	67,00%	Não
Vera Cruz D'Oeste	541.100	179.080	362.020	33%	67,00%	Não
Totais	12.350.954	3.900.415	8.450.539	31,58%	68,42%	14 finalizados ¹³⁸

¹³⁸ As *Memórias de Calculo* relativamente às eventuais obras realizadas nos assentamentos não foram compiladas ou, pelo menos, não foram me repassadas junto com as outras. As atividades realizadas nos assentamentos não constam, também da relação do *Acompanhamento Financeiro e Físico*, cuja versão por mim consultada estava atualizada no dia 26 de março de 2007. (ver tabela 8)

Tabela 6(1). Orçamento 'Programa 40' IB, 2007-2008. Unidade R\$. Fonte Itaipu Binacional

Município	Total orçamento	% IB do total	% Prefeitura do total	Total Convênio	Total IB Convênio	Total Prefeitura Convênio	% Convênio IB	% Convênio Prefeitura
Altônia	742.219,64	46,19%	53,81%	615.620,00	243.264,60	372.355,40	39,52%	60,48%
Cascavel	736.449,40	48,56%	51,44%	625.450,00	291.591,00	333.859,00	46,62%	53,38%
Céu Azul	2.187.347,30	48,51%	51,49%	1.774.650,00	855.987,00	918.663,00	48,23%	51,77%
Diamante do Oeste	499.939,58	44,11%	55,89%	439.040,00	191.113,20	247.926,80	43,53%	56,47%
Entre Rios do Oeste	195.059,73	61,51%	38,49%	146.910,00	92.083,00	54.827,00	62,68%	37,32%
Foz do Iguaçu	323.599,28	55,01%	44,99%	1.071.220,00	155.200,00	916.020,00	14,49%	85,51%
Guaíra	270.439,79	54,56%	45,44%	212.989,80	105.856,50	107.133,30	49,70%	50,30%
Itaipulândia	1.878.597,30	54,41%	45,59%	1.397.080,00	743.223,00	653.857,00	53,20%	46,80%
Marechal Cdo. Rondon	1.660.163,01	40,68%	59,32%	1.433.214,00	522.594,20	910.619,80	36,46%	63,54%
Maripá	1.129.789,08	56,96%	43,04%	757.505,00	340.322,50	417.182,50	44,93%	55,07%
Matelândia	1.520.227,90	46,84%	53,16%	1.274.530,00	623.839,00	650.691,00	48,95%	51,05%
Medianeira	1.284.321,00	51,71%	48,29%	972.323,00	487.076,90	485.246,10	50,09%	49,91%
Mercedes	395.839,40	53,02%	46,98%	1.582.940,00	173.892,00	1.409.048,00	10,99%	89,01%
Missal	105.421,89	64,50%	35,50%	84.332,00	55.453,60	28.878,40	65,76%	34,24%
Mundo Novo	809.568,71	49,14%	50,86%	667.520,00	352.531,60	314.988,40	52,81%	47,19%
Nova Santa Rosa	1.070.340,21	37,19%	62,81%	999.640,50	339.912,15	659.728,35	34,00%	66,00%
Ouro verde D'Oeste	1.045.111,80	52,18%	47,82%	822.858,00	413.281,54	409.576,46	50,23%	49,77%
Pato Bragado	154.734,81	68,51%	31,49%	114.160,00	89.064,00	25.096,00	78,02%	21,98%
Quatro Pontes	987.349,51	39,73%	60,27%	861.650,00	298.055,00	563.595,00	34,59%	65,41%
Ramilândia	436.049,46	65,17%	34,83%	350.550,00	239.158,50	111.391,50	68,22%	31,78%
Sta Helena	187.784,75	61,37%	38,63%	134.310,00	80.898,00	53.412,00	60,23%	39,77%
Santa Teresa D'Oeste	537.449,55	87,25%	12,75%	470.200,00	217.710,00	252.490,00	46,30%	53,70%
Sta. Terezinha de Itaipu	168.399,64	62,80%	37,20%	121.000,00	85.360,00	35.640,00	70,55%	29,45%
São José das Palmeiras	277.309,70	51,35%	48,65%	221.410,00	118.395,30	103.014,70	53,47%	46,53%
São Miguel do Iguaçu	1.179.244,50	54,46%	45,54%	871.736,00	447.253,80	424.482,20	51,31%	48,69%
São Pedro do Iguaçu	137.880,00	67,24%	32,76%	137.880,00	92.709,60	45.170,40	67,24%	32,76%
Terra Roxa	470.728,66	54,32%	45,68%	373.829,00	199.293,64	174.535,36	53,31%	46,69%
Toledo	660.557,00	52,10%	47,90%	545.058,00	251.125,40	293.932,60	46,07%	53,93%
Vera Cruz D'Oeste	402.459,52	53,32%	46,68%	332.860,00	180.993,80	151.866,20	54,38%	45,62%
Totais	21.454.382,12	50,94%	49,06%	19.412.465,30	8.287.238,83	11.125.226,47	42,69%	57,31%

Tabela 6(2). Orçamento 'Programa 40' IB, 2007-2008. Unidade R\$. Fonte Itaipu Binacional

Município	Total extra Convênio	Total IB extra convênio	Total Prefeitura extra convênio	% IB extra Convênio	% Prefeitura extra Convênio	Total Geral IB	Tota Geral Prefeitura	Pacto realizado em 2007
Altônia	126.599,64	99.599,64	27.000,00	78,67%	21,33%	342.864,24	399.355,40	Não
Cascavel	110.999,44	65.999,44	45.000,00	59,46%	40,54%	357.590,44	378.859,00	Não
Céu Azul	407.697,30	205.197,30	202.500,00	50,33%	49,67%	1.061.184,30	1.121.163,00	Sim
Diamante D'Oeste	60.899,58	29.399,58	31.500,00	48,28%	51,72%	220.512,78	279.426,80	Sim
Entre Rios D'Oeste	48.149,73	27.899,73	20.250,00	57,94%	42,06%	119.982,73	75.077,00	Sim
Foz do Iguaçu	76.799,28	22.799,28	54.000,00	29,69%	70,31%	177.999,28	970.020,00	Não
Guaíra	57.449,59	41.699,59	15.750,00	72,58%	27,42%	147.556,09	122.883,30	Sim
Itaipulândia	481.497,30	278.997,30	202.500,00	57,94%	42,06%	1.022.220,30	856.357,00	Sim
Marechal Cdo. Rondon	226.949,01	152.699,01	74.250,00	67,28%	32,72%	675.293,21	984.869,80	Não
Maripá	372.264,08	303.209,08	69.055,00	81,45%	18,55%	643.531,58	486.237,50	Não
Matelândia	245.697,90	88.197,90	157.500,00	35,90%	64,10%	712.036,90	808.191,00	Não
Medianeira	311.998,20	176.998,20	135.000,00	56,73%	43,27%	664.075,10	620.246,10	Sim
Mercedes	80.999,00	35.999,00	45.000,00	44,44%	55,56%	209.891,00	1.454.048,00	Sim
Missal	21.089,89	12.539,89	8.550,00	59,46%	40,54%	67.993,49	37.428,40	Sim
Mundo Novo	142.048,71	45.298,71	96.750,00	31,89%	68,11%	397.830,31	411.738,40	Sim
Nova Santa Rosa	80.699,70	58.199,70	22.500,00	72,12%	27,88%	398.111,85	682.228,35	Sim
Ouro verde D'Oeste	222.253,00	132.028,00	90.225,00	59,40%	40,60%	545.309,54	499.801,46	Sim
Pato Bragado	31.574,00	16.949,00	14.625,00	53,68%	46,32%	106.013,00	39.721,00	Sim
Quatro Pontes	125.699,58	94.199,58	31.500,00	74,94%	25,06%	392.254,58	595.095,00	Sim
Ramilândia	85.499,46	44.999,46	40.500,00	52,63%	47,37%	284.157,96	151.891,50	Sim
Sta Helena	53.474,95	34.349,95	19.125,00	64,24%	35,76%	115.247,95	72.537,00	Sim
Santa Teresa D'Oeste	537.449,55	251.209,55	286.240,00	46,74%	53,26%	468.919,55	538.730,00	Não
Sta. Terezinha de Itaipu	47.399,64	20.399,64	27.000,00	43,04%	56,96%	105.759,64	62.640,00	Sim
São José das Palmeiras	46.499,70	23.999,70	22.500,00	51,61%	48,39%	142.395,00	125.514,70	Sim
São Miguel do Iguaçu	307.498,50	194.998,50	112.500,00	63,41%	36,59%	642.252,30	536.982,20	Não
São Pedro do Iguaçu			Não previsto			92.709,60	45.170,40	Não
Terra Roxa	101.899,46	56.399,46	45.500,00	55,35%	44,65%	255.693,10	220.035,36	Não
Toledo	118.499,70	92.999,70	25.500,00	78,48%	21,52%	344.125,10	319.432,60	Não
Vera Cruz D'Oeste	69.599,52	33.599,52	36.000,00	48,28%	51,72%	214.593,32	187.866,20	Não
Totais	4.599.185,41	2.640.865,41	1.958.320,00	57,42%	42,58%	10.928.104,24	13.083.546,47	

Tabela 7. Relação percentual das áreas das microbacias com a superfície dos municípios e média da superfície das propriedades na área de atuação do CAB. Fonte Itaipu Binacional.

Município	Área município (ha)	Convênios 2005				Convênios 2007			
		Área microbacias 2005 (ha)	% área microbacias/município	Número propriedades	Área média propriedades (ha)	Área microbacia 2007(ha)	% área microbacias/município	Número propriedades	Área média propriedades (ha)
Altônia	662.000	2101,17	0,32%	160	13,13	Não previsto			
Cascavel	2.100.000	2.588,02	0,12%	48	53,92	1.034,41	0,05%	100	10,34
Céu Azul	1.179.000	1.635,43	0,14%	117	13,98	3.611,69	0,31%	297	12,16
Diamante D'Oeste	309.000	3.112,49	1,01%	109	28,55	2.124,78	0,69%	42	50,59
Entre Rios D'Oeste	122.000	1.828,48	1,50%	114	16,04	703,00	0,58%	42	16,74
Foz do Iguaçu	618.000	3.380,38	0,55%	55	61,46	3.280,38	0,53%	55	59,64
Guaíra	561.000	795,24	0,14%	41	19,40	790,64	0,14%	66	11,98
Itaipulândia	336.000	870,12	0,26%	93	9,36	73.253,08	21,80%	654	112,01
Marechal Cdo. Rondon	748.000	4.360,66	0,58%	236	18,48	1.641,82	0,22%	103	15,94
Maripá	284.000	1.648,70	0,58%	41	40,21	9.417,42	3,32%	490	19,22
Matelândia	640.000	3.335,35	0,52%	115	29,00	1.949,27	0,30%	177	11,01
Medianeira	329.000	1.493,79	0,45%	127	11,76	5.214,74	1,59%	340	15,34
Mercedes	201.000	2.058,63	1,02%	120	17,16	737,78	0,37%	50	14,76
Missal	320.000	557,79	0,17%	66	8,45	984,20	0,31%	115	8,56
Mundo Novo	479.000	1.887,21	0,39%	83	22,74	2.083,30	0,43%	54	38,58
Nova Santa Rosa	205.000	1.036,57	0,51%	116	8,94	901,45	0,44%	92	9,80
Ouro verde D'Oeste	293.000	652,53	0,22%	32	20,39	5.655,51	1,93%	200	28,28
Pato Bragado	135.000	1.003,87	0,74%	66	15,21	893,23	0,66%	25	35,73
Quatro Pontes	114.000	1.848,03	1,62%	177	10,44	3.427,76	3,01%	150	22,85
Ramilândia	237.000	4.287,96	1,81%	220	19,49	1.698,00	0,72%	66	25,73
Sta Helena	758.000	2.045,94	0,27%	101	20,26	879,79	0,12%	53	16,60
Santa Teresa D'Oeste	327.000	1.751,68	0,54%	20	87,58	3.578,08	1,09%	35	102,23
Sta. Terezinha de Itaipu	259.000	926,60	0,36%	24	38,61	810,78	0,31%	28	28,96
São José das Palmeiras	182.000	396,44	0,22%	30	13,21	228,00	0,13%	34	6,71
São Miguel do Iguaçu	851.000	1.129,66	0,13%	80	14,12	6.540,01	0,77%	300	21,80
Terra Roxa	801.000	839,00	0,10%	36	23,31	898,56	0,11%	85	10,57
Toledo	1.197.000	400,80	0,03%	14	28,63	9.292,39	0,78%	87	106,81
Vera Cruz D'Oeste	327.000	2.756,51	0,84%	57	48,36	1.795,57	0,55%	48	37,41
São Pedro do Iguaçu	308.000	Não previsto				1.837,67	0,60%	42	0,01
Totais	14.882.000	50.729	0,34%	2.498	20,31	145.263	0,98%	3.830	37,93

Tabela 8(1). Percentuais despesas efetuadas e ações realizadas Convênios de 2005, 'Programa 40'. Dados do 26 de março de 2007. Fonte, Itaipu Binacional

Município	Identificador Convênio	Vencimento Convênio	Total investimento previsto da IB	% recursos aplicados	Conservação de solo (m. linear)		Terraceador (unidade)		Drenagem (há)	
					Prev.	Real.	Prev.	Real.	Prev.	Real.
Altônia	7802/2005	2/9/2006	75.832	0,00 %	37.000	0,00 %	-	-		
Cascavel	7813/2005	1/11/2006	205.220	34,62 %	100.000	0,00 %	-	-	300,00	0,00
Céu Azul	7758/2005	31/12/2006	387.654	50,24 %	34.800	32,58 %	-	-	400,00	0,00
Entre Rios do Oeste	7926/2005	1/12/2006	172.440	41,55 %	20.000	6,34 %	-	-	-	-
Foz do Iguaçu	7820/2005	1/9/2006	160.900	0,00 %	10.000	0,00 %	-	-	-	-
Guaira	7845/2005	1/9/2006	124.560	53,09 %	10.000	0,00 %	-	-	-	-
Itaipulândia	7799/2005	2/9/2006	76.395	62,28 %	40.000	11,60 %	1	0,00 %	-	-
Marechal Cdo. Rondon	7812/2005	1/9/2006	179.527	78,49 %	193.060	4,62 %	-	-	400,00	0,00
Maripá	7792/2005	1/9/2006	94.930	33,84 %	60.000	18,15 %	1	0,00 %	364.000	100,00
Matelândia	7759/2005	31/12/2006	318.318	39,25 %	34.820	0,00 %	-	-	820,00	0,00
Medianeira	7791/2005	11/7/2006	144.918	40,94 %	61.000	21,45 %	1	0,00 %	-	-
Mercedes	7790/2005	1/9/2006	141.270	46,78 %	60.000	10,64 %	1	0,00 %	-	-
Missal	7800/2005	2/9/2006	119.624	83,27 %	24.000	66,04 %	-	-	400,00	2,25
Nova Santa Rosa	7801/2005	1/9/2006	77.740	82,32 %	32.000	19,86 %	-	-	200,00	25,50
Ouro verde D'Oeste	7815/2005	1/9/2006	108.630	71,42 %	52.060	0,00 %	-	-	100,00	0,00
Pato Bragado	7821/2005	1/9/2006	59.900	81,20 %	-	-	-	-	-	-
Quatro Pontes	7816/2005	1/9/2006	150.320	48,28 %	20.000	15,00 %	-	-	100,00	0,00
S.ta Helena	7818/2005	1/9/2006	94.956	82,41 %	56.000	19,82 %	-	-	-	-
Santa Teresa D'Oeste	7817/2005	1/9/2006	189.840	0,00 %	-	0,00 %	-	-	200,00	0,00
Sta. Terezinha de Itaipu	7804/2005	1/9/2006	123.100	53,66 %	100.000	-	-	-	-	-
São José das Palmeiras	7803/2005	1/8/2006	89.755	71,74 %	60.000	0,00 %	-	-	200,00	35,00
São Miguel do Iguaçu	7881/2005	1/9/2006	259.040	23,74 %	100.000	0,00 %	-	-	-	-
Terra Roxa	7819/2005	1/9/2006	60.680	53,30 %	40.000	29,03 %	-	-	-	-
Toledo	7789/2005	1/11/2006	305.786	62,20 %	60.000	0,00 %	1	100,00 %	300,00	0,00
Vera Cruz D'Oeste	7814/2005	1/9/2006	179.080	13,40 %	70.000	0,00 %	-	-	100,00	17,30
Totais			3.900.415	45,21 %	1.274.060	8,18	5	20,00 %	3.884,00	13,16

Tabela 8(2). Percentuais despesas efetuadas e ações realizadas Convênios de 2005, 'Programa 40'. Dados do 26 de março de 2007. Fonte, Itaipu Binacional

Município	Adequação de estradas (km)		Casalhamento. Estradas (km)		Abastecedouros (unid.)		Cercas (km)		Reflorestamento (ha)		Distribuidor de dejetos (unid.)	
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Prev.	Real.
Altônia	7,5	0,00 %	7,5	0,00 %	1	0,00 %	5	0,00 %	15	0,00%		
Cascavel	17,5	17,89 %	17,5	11,31 %	4	0,00 %	12	29,54 %	27	0,00%	2	100,00 %
Céu Azul	25,5	82,15 %	25,5	82,15 %	3	100,00 %	35	17,62 %	92	2,17%	2	100,00 %
Entre Rios do Oeste	8	20,88 %	8	20,88 %	1	0,00 %	15	77,18 %	60	9,50%	1	100,00 %
Foz do Iguaçu	-	-	-	-	-	-	24	0,00 %	130	0,00%	1	100,00 %
Guaira	15	39,73 %	15	29,41 %	1	100,00 %	8	14,63 %	30	0,00%	-	-
Itaipulândia	1,2	132,67 %	1,2	132,67 %	-	-	7	112,37%	21	0,00%	1	100,00 %
Marechal Cdo. Rondon	5	265,04 %	5	265,04 %	6	83,33 %	12	0,00 %	50	0,00%	3	100,00 %
Maripá	5	18,70 %	5	0,00 %	1	100,00 %	4	66,83 %	12	0,00%	2	100,00 %
Matelândia	12,5	76,79 %	12,5	78,42 %	4	50,00 %	35	21,46 %	92	1,74%	2	100,00 %
Medianeira	9	57,72 %	9	57,72 %	1	100,00 %	10	40,00 %	30	0,00%	1	100,00 %
Mercedes	5	5,00 %	5	12,50 %	3	66,67 %	10	100,00 %	30	0,00%	2	100,00 %
Missal	5	72,00 %	5	48,00 %	2	100,00 %	12	91,67 %	30	0,00%	2	100,00 %
Nova Santa Rosa	3	102,47 %	3	102,47 %	1	100,00 %	6	89,28 %	22	0,00%	2	100,00 %
Ouro verde D'Oeste	5	42,70 %	5	318,20 %	2	100,00 %	9	100,00 %	33	0,00%	1	100,00 %
Pato Bragado	-	-	-	-	1	100,00 %	8	48,99 %	30	0,00%	1	100,00 %
Quatro Pontes	15	21,95 %	15	0,00 %	1	100,00 %	12	0,00 %	30	0,00%	2	100,00 %
S.ta Helena	0,2	0,00 %	0,2	0,00 %	-	-	12	102,65%	31	38,00%	1	100,00 %
Santa Teresa D'Oeste	8	0,00 %	8	0,00 %	2	100,00 %	15	0,00 %	60	12,33%	2	100,00 %
Sta. Terezinha de Itaipu	-	-	-	-	-	-	18	59,07 %	30	0,00%	-	-
São José das Palmeiras	1,2	100,00 %	1,2	100,00 %	2	100,00 %	10	65,21 %	24	0,00%	1	100,00 %
São Miguel do Iguaçu	3	0,00 %	3	0,00 %	3	0,00 %	30	26,01 %	130	0,00%	1	100,00 %
Terra Roxa	3	74,03 %	3	0,00 %	2	0,00 %	4	27,63 %	30	0,00%	-	-
Toledo	23	99,70 %	23	48,91 %	3	100,00 %	20	92,04 %	-	-	2	100,00 %
Vera Cruz D'Oeste	12	42,48 %	12	42,48 %	2	100,00 %	15	0,00 %	33	0,00%	2	100,00 %
Totais	189,6	55,95 %	189,6	51,90 %	46	67,39 %	348	40,39 %	1.072	3,34%	34	100,00 %

As novidades introduzidas pelo CAB nas atividades de conservao e recuperao do meio ambiente, no que diz respeito ao que a IB vinha realizando antes de 2003, consistem na introduo do percurso de sensibilizao representado pelas tnicas, definidas como de “educao ambiental”, que visam ao envolvimento da comunidade nos projetos da IB e no fornecimento de um servio aos moradores das microbacias; o PAC, por meio do qual estes ltimos esperam ver diminuir a presso exercitada pelo IAP e pelas demais instituioes para que procurem adequar suas propriedades s exigncias legais no que concerne s reas de proteo permanente e s matas ciliares.

Alm disso, o CAB ampliou essas aoes para todos os 29 municpios da BPIII, estendendo a influncia da IB nesse territrio. Como observado nos dados contidos nas tabelas 5 e 6, que se referem s previsoes de gasto e no ao que foi efetivamente realizado, podemos ver que na segunda fase do CAB, aquela prevista para os anos de 2007 e 2008, o montante dos recursos previstos para a realizao dos convnios subiu significativamente de R\$ 12.350.954 em 2005, para R\$ 19.412.465 em 2007. Tambm cresceu sensivelmente a participao da IB nos gastos previstos (de 31,58% para 42,69%). No foi possvel calcular se houve aumento nas despesas relativas aos PCAs e s atividades de reflorestamento (atividades extraconvnio), por faltarem os dados relativos aos anos de 2005 e 2006, em que, em alguns casos, os gastos destinados ao reflorestamento so previstos nos convnios.

As atividades previstas nos convnios assinados em 2005, por ocasio dos “Pactos”, no foram todas finalizadas, impedindo a realizao de novos convnios, em 2007, em vrios municpios (Ver Tabela 6, parte 2). Em relao ao territrio atingido pelas intervenoes, notamos a inteno de triplicar os esforos (de 0,34% a 0,98% da superfcie da BPIII).

Do ponto de vista da metodologia, a nica mudana entre a fase dos primeiros convnios e a seguinte aconteceu quanto ao modelo de gesto. Conforme registrado no terceiro captulo, ao se relatar a auto-representao que a IB faz do CAB, a gesto dos vrios

projetos cabia a um “comitê gestor”. Ao procurar traços das atividades realizadas por estes comitês, um por projeto em cada município, tive bastante dificuldade de encontrar dados sobre a realização de suas reuniões e sobre sua composição. As atas das reuniões dos comitês revelaram-se documentos de difícil localização, assim como sua composição pareceu ser bastante aleatória, com a maioria dos nomes se repetindo em vários comitês.¹³⁹ Alguns dos funcionários da IB, responsáveis por coordenar atividades do CÁB, admitiram que os comitês não tinham conseguido dar a contribuição esperada ao Programa, e que estavam tentando achar soluções para torná-los mais atuantes. As pretensões iniciais ficaram bastante frustradas e os responsáveis tiveram que redimensionar o desenho dos comitês, centralizando-os. No JCÁB de outubro de 2007, achamos a notícia dessa mudança, como sempre marcada pelo rótulo da novidade:

GESTÃO INOVADA E SIMPLIFICADA. Para a gestão das ações na segunda microbacia houve uma inovação. Na primeira etapa havia um comitê gestor em cada microbacia. Mas além desse comitê, em muitos municípios havia outros comitês para demais programas e projetos do Cultivando Água Boa (Agricultura Orgânica, Plantas Medicinais, Pesca, etc.), o que sobrecarregava muitos dos seus integrantes, especialmente com a multiplicidade das reuniões.

A gestão foi então simplificada com a constituição de um comitê unificado por município – o Comitê Gestor do Programa Cultivando Água Boa, responsável por todas suas ações (*ibidem*, p.14).

O papel dos comitês até agora ficou muito aquém do esperado, sobretudo no que concerne à participação da assim chamada sociedade civil. Não se trata de um fenômeno circunscrito ao CÁB, sendo a formação de comitê para a gestão dos recursos hídricos uma prática impulsionada pelo Governo Federal e outras instituições em todo o país. Ao olhar para os (poucos) trabalhos desenvolvidos sobre as atividades deste instrumento de gestão no Brasil,

¹³⁹ Cf. nota 103 Par. 3.2.2. A observação das dinâmicas de formação e atuação dos comitês gestores do CÁB faz parte das muitas atividades que demandariam uma atenção muito além daquela que pôde ser dedicada ao assunto durante os períodos de campo, constituindo uma das numerosas questões merecedoras de maior aprofundamento em eventuais pesquisas futuras.

não parece que a constituição dos comitês de gestão de bacia hidrográfica consiga se traduzir na efetiva influência da população no processo de tomada de decisões que afetam as políticas de gestão dos recursos. Ao analisar o funcionamento de alguns desses comitês na área metropolitana de São Paulo, Jacobi e Monteiro observam:

The study of the water resource management system from a social networks perspective allows us to conclude that in the cases studied, the interaction is greater between State and municipalities, and that the civil society representatives are clearly set apart from the decision making process. Results proved to be consistent with field observations. In fact, the civil society, in both cases studied, finds serious limitations in occupying a position to influence in the decision making process within the committees. From that comes the verification that the system has not been able to remain faithful to parity between all stakeholders (Jacobi & Monteiro, 2006, p.38).¹⁴⁰

Ao lado dos comitês, o CÁB atua com outra estratégia para fomentar a “participação” da sociedade na construção da “sustentabilidade”, ou seja, a “educação ambiental”. Veremos agora como se realizam as atividades rotuladas de “educação ambiental” no interior do *Programa 40* e, em seguida, quais as demais ações que estão sendo realizadas neste campo pelo CÁB.

4.2 “Educação Ambiental”: uma “utopia” multiplicadora

As intervenções nas microbacias têm como objetivo a conservação dos recursos naturais, ou seja, dizem respeito à relação homem/natureza, relação esta que ocupa o lugar central nos discursos proferidos em torno e a partir do CÁB. Esta relação representa o foco das atividades de *Educação Ambiental*. O sucesso de tais atividades é representado simbolicamente pela realização das “oficinas do futuro” e dos “Pactos das Águas”

No período em que consegui a autorização para acompanhar as atividades do CÁB, tentei repetidamente presenciar as “oficinas do futuro”, sem muito sucesso, pois sempre

¹⁴⁰ Ver também Abers e Keck, 2006.

aparecia algum entrave ou desencontro. Em conversas com alguns dos funcionários me foi dito que nem sempre estas atividades se desenvolviam de modo tranqüilo, e que em algumas ocasiões havia uma forte resistência dos moradores das microbacias, sobretudo durante a primeira fase, chamada “sensibilização”, em aceitar o projeto.¹⁴¹ De fato, não tive oportunidade de presenciar nenhuma reunião de “sensibilização” e, depois de muitas tentativas, consegui acompanhar uma “oficina” em junho de 2007. A “oficina” foi ministrada por uma consultora externa, sem participação de nenhum dos integrantes da IB,¹⁴² mas com o acompanhamento do fotógrafo encarregado de registrar o evento. A “oficina” aconteceu na propriedade particular de um dos moradores da microbacia e contou com a presença de aproximadamente 20 pessoas, entre homens, mulheres e crianças. A responsável pela oficina usou o suporte de um videoprojetor conectado a um laptop, um painel para projeção e outro com as anotações das “oficinas do futuro”.

¹⁴¹ Em relação a um evento de sensibilização, ou seja, a primeira ocasião em que o projeto é apresentado à comunidade – apresentação que, como foi dito, acontece na maioria dos casos por ocasião da função religiosa dominical – este funcionário usou a expressão “tomamos muitas pauladas”.

¹⁴² Ao perguntar à responsável do programa de “educação ambiental” da IB se esta era a praxe, ela me disse que antes eram elas mesmas, isto é, as funcionárias da IB, que realizavam as “oficinas”, mas que devido à carga de trabalho nas outras muitas atividades de educação ambiental realizadas nos 29 municípios da BPIII, não tinham conseguido mais estar ali presentes, ficando com uma consultora externa a tarefa de realizá-las. As duas funcionárias da IB que mais atuam nesta área têm formação em pedagogia.



Foto 4. Suportes para realização da *Oficina do Futuro*

A apresentação, realizada com o suporte visual através do programa PowerPoint®, era intitulada “Quem ama cuida” e mostrava os problemas ambientais de porte global ligados ao fenômeno do aquecimento do planeta, sublinhando a necessidade de se mudar a própria postura em relação à natureza como a única maneira de reverter o processo de degradação ambiental. Apresentava as medidas necessárias para se obter este resultado, ou seja, o “pacote” providenciado pelo CÁB e mais algumas posturas individuais relativas ao destino dos resíduos e ao consumo da água para higiene pessoal e serviços domésticos. Ao fim da apresentação, a palestrante projetou um vídeo de ficção em que as conseqüências da degradação ambiental eram representadas por pessoas e crianças doentes, desidratadas, a partir de imagens bastante chocantes. A apresentação e a projeção foram seguidas em silêncio pelo grupo. Depois da projeção, os participantes foram convidados a escrever em folhas de papel os próprios compromissos para com o meio ambiente e a colocá-los no painel das “oficinas do futuro”.



Foto 5. Realização de “oficina”



Foto 6. Conversas e preenchimento dos papéis com os compromissos pessoais



Foto 7 Colocação dos compromissos no painel do “caminho adiante”

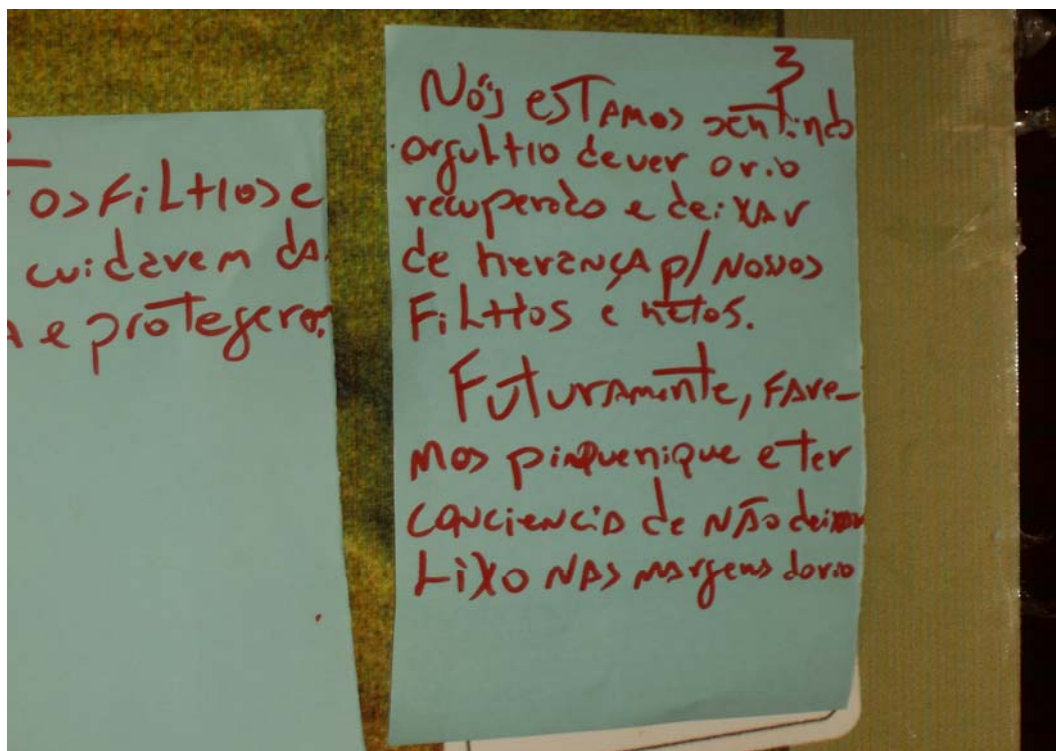


Foto 8. Esperanças e compromissos

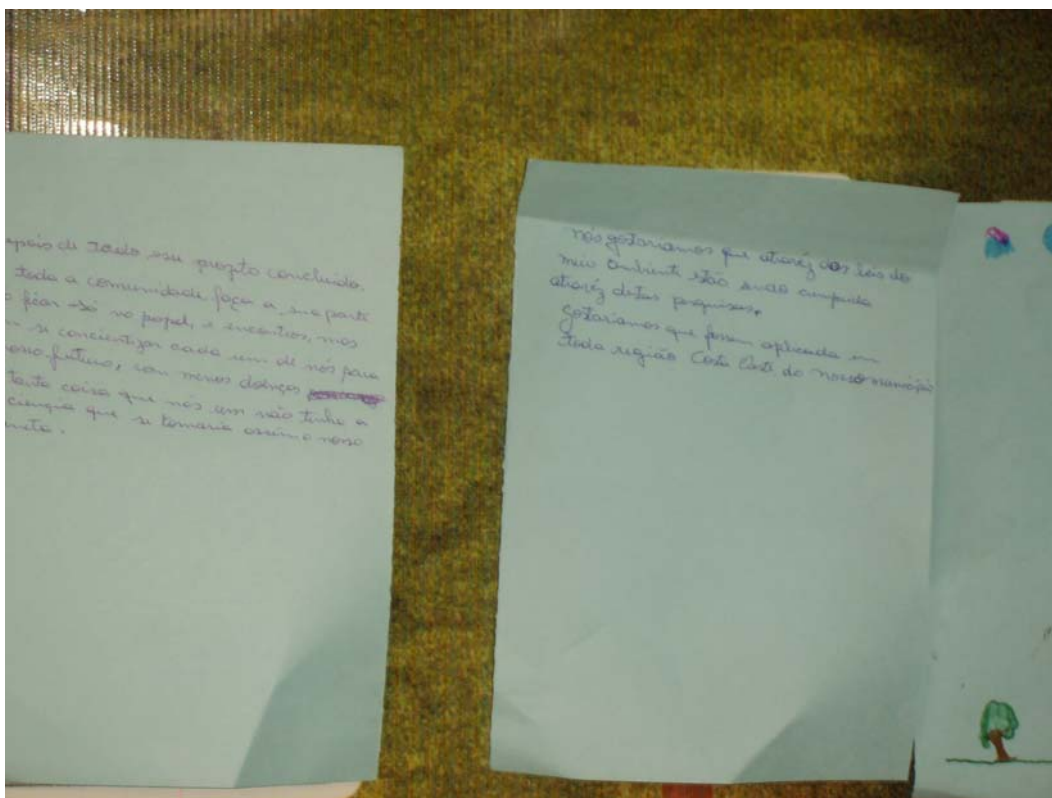


Foto 9. Esperanças e compromissos

Enquanto isso, os moradores falavam de problemas que iam vivenciando em relação à poluição provocada por empreendimentos de diferentes naturezas situados ao longo do rio, fora da microbacia. Todo o evento foi registrado pelo fotógrafo encarregado, e os papéis preenchidos pelos participantes foram coletados e levados pela palestrante para a redação da “Carta”, a ser lida e assinada por ocasião da celebração do “Pacto das Águas” daquela microbacia, evento que foi realizado cerca de duas semanas depois.

Algumas atividades lúdicas costumavam fazer parte das “oficinas” na fase de implementação dos primeiros convênios do CÁB, na BPIII, e consistiam, sobretudo, de jogos e brincadeiras de grupo – com materiais como balões de ar, barbantes com os quais as pessoas amarravam-se umas às outras. Eram voltadas para construir/ressaltar um sentido de união e interdependência entre todos, além de contribuírem para descontrair a relação entre os organizadores (IB) e os grupos chamados a participar das oficinas.

Além disso, notamos que nas fotos das oficinas publicadas pelo JCÁB (e.g. junho 2005, p.12) e em todas as “Cartas” dos “Pactos” celebrados em 2005, os participantes

portavam crachás. O crachá é, neste caso, um símbolo da “participação”, sendo ao mesmo tempo um sinal de *status* bastante valorizado no interior da IB. É interessante notar que os funcionários da IB, em qualquer lugar que estejam, até fora do horário de serviço, almoçando nos restaurantes ou tomando cerveja nos botecos de Foz do Iguaçu e das outras cidades da BPIII, têm sempre o crachá à mostra. O crachá da IB representa um símbolo de *status*, de realização pessoal. Este discurso é bastante explícito na IB.

Por ocasião de um dos numerosos eventos oficiais que testemunhei durante minha estada na BPIII, o diretor geral, discursando para os empregados que tinham ganhado o concurso recém-encerrado para fazerem parte do corpo funcional da IB, fez referência a um deles, “morador de favela”, que tinha atuado na IB na qualidade de estagiário e que, depois de ter-se formado na universidade, conseguiu passar nesse concurso. Para sublinhar a importância da meta atingida, disse com ênfase: “agora ele é crachá vermelho!”¹⁴³

Não queremos desenvolver uma análise das técnicas e da simbologia “participativa” empregadas nas atividades de educação ambiental realizadas pela IB.¹⁴⁴ Contudo, observamos que a tais técnicas são atribuídas capacidades notáveis, pensadas como capazes de provocar o “despertar” da consciência ambiental das pessoas. Estas, depois das experiências vividas, mudarão drasticamente as próprias atitudes em relação ao meio ambiente. Esta “fé” nas potencialidades da mensagem veiculada através da educação ambiental, assim como aquela que é praticada a partir das iniciativas da IB, reflete-se também em outras áreas de implementação do CÁB. Uma delas é o “Programa de Formação de Educadores Ambientais” (FEA), iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com o Ministério da

¹⁴³ Os crachás de cor vermelha são aqueles relativos aos integrantes do quadro funcional da IB, enquanto os colaboradores contratados por tempo de serviço e os estagiários têm crachá de cor azul, e os visitantes, ou seja, os autorizados a entrar na usina sem manter vínculo empregatício com a IB, como era o meu caso, recebem crachá de cor branca. O discurso foi proferido por ocasião da apresentação do *Relatório de Sustentabilidade 2006*, Itaipu Binacional, em 27 de junho de 2007, no interior da usina.

¹⁴⁴ Já dediquei atenção, em outra ocasião, ao tema e ao uso de técnicas de “participação” no campo do desenvolvimento (Salviani, 2002).

Educação (MEC) e o Parque Nacional do Iguaçu/IBAMA, para a qual o CÁB/IB é o referente na BPIII.

O FEA faz parte de estratégias pensadas e implementadas a partir de órgãos do Governo Federal. Na visão dos responsáveis pela formatação do FEA, a educação ambiental se propõe a

contribuir com o processo dialético Estado-sociedade civil [de forma] que possibilite uma definição de políticas públicas a partir do diálogo. Nesse sentido, a construção da educação ambiental como política pública, implementada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), implica processos de intervenção direta, regulamentação e contratualismo que fortalecem a articulação de diferentes atores sociais nos âmbitos formal e não formal da educação e sua capacidade de desempenhar gestão territorial sustentável e educadora, formação de educadores ambientais, educomunicação socioambiental e outras estratégias que promovam a educação ambiental crítica e emancipatória. As políticas públicas em educação ambiental implicarão uma crescente capacidade do Estado de responder, ainda que com mínima intervenção direta, às demandas que surgem do conjunto articulado de instituições atuantes na educação ambiental crítica e emancipatória (Sorrentino, Traiber *et al.*, 2005, p.285).¹⁴⁵

O artigo que acabamos de citar trata do papel do Estado na difusão da educação ambiental no Brasil. Pautada numa idéia de Estado como “novíssimo movimento social” (Santos, 1999), e marcada pela crítica ao “paradigma da racionalidade instrumental que operou, no Brasil e no mundo, silenciamentos opostos à participação, à emancipação, à diversidade e à solidariedade” (Sorrentino, Trajber *et al.* 2005, p.287), a educação ambiental, na proposta dos autores, trata da necessária e “urgente transformação social”, visando à “superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade” (*ibidem*). Nesta visão, a educação

¹⁴⁵ Marcos Sorrentino, doutor em educação pela Universidade de São Paulo (USP), chefia, desde abril de 2003, a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA); Rachel Trajber é a diretora da Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (CGEA/MEC). A DEA/MMA e a CGEA/MEC formam juntamente o “Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental”, criado pela Lei nº 9.795/99, e regulamentado pelo Decreto nº 4.281/02 do Governo Federal.

ambiental pode contribuir para a “mudança de paradigma que implica tanto uma revolução científica quanto política” (*ibidem*).

No mesmo artigo, critica-se também o atual conceito de “desenvolvimento sustentável” que, segundo os autores, “indica claramente o tratamento dado à natureza como um recurso, ou matéria-prima, destinado aos objetivos de mercado, cujo acesso é priorizado a parcelas da sociedade que detêm o controle do capital” (*ibidem*, p.289), e se propõe a educação ambiental como caminho para a construção de uma “racionalidade ambiental, transdisciplinar”. São os componentes do Estado que tendem a aliar-se à sociedade civil¹⁴⁶ e podem proporcionar os estímulos necessários à transformação do próprio Estado. Dessa forma, a educação ambiental, “ao educar para a cidadania, pode construir a possibilidade de ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita” (*ibidem*, p. 287). A metodologia do FEA faz parte dos instrumentos pensados a partir de estratégias específicas de ação, por meio das quais a educação ambiental é chamada a cumprir o seu papel rumo a uma “sociedade sustentável”:

A estratégia proposta é a do compromisso de um conjunto de municípios de uma eco-região¹⁴⁷ com a implementação de quatro processos educacionais:

1 – formação de educadores ambientais, por meio de programas oferecidos por parceiros chancelados pelo MMA, que possibilitem a capilaridade e o enraizamento do processo;

2 – educomunicação socioambiental (difusa, de massa): estratégias de comunicação com finalidade educacional e de tomada de decisão, envolvendo a produção e a distribuição de materiais educacionais, campanhas de educação ambiental e o uso de meios de largo alcance

3 – estruturas educadoras: municipais, da escola à praça pública; do viveiro à horta comunitária, dentre outras, nas quais, ou a partir das quais, aconteçam ações ou projetos voltados para a sustentabilidade, que devem ter por objetivos a transformação da qualidade de vida e também a definição e a implementação de seu papel educador;

¹⁴⁶ Os autores fazem referência à expressão de Bourdieu (*Contrafogos*, 1998) “mão esquerda do Estado” para definir estes setores: “trabalhadores sociais, educadores, professores, cujas ações são ignoradas pela chamada “mão direita do Estado” (áreas de finanças, de planejamento, bancos)” (*ibidem*, p.290).

¹⁴⁷ “Como os 29 municípios do Paraná III, todos os municípios da Bacia do Alto Paraguai, ou os trechos da Bacia do São Francisco, por exemplo” [Nota 2, Sorrentino, Trajber *et al.* 2005, p.291].

4 – foros e coletivos: são os diferentes espaços de participação democrática que se propõem a realizar projetos e ações em prol da sustentabilidade, ao mesmo tempo em que discutem valores, métodos e objetivos de ação (Sorrentino, Trajber *et al.* 2005, p.291).

Para descrever sumariamente a atuação do FEA na BPIII, apresento informações retiradas do documento “Programa de Formação de Educadores Ambientais nos Municípios da Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu – Projeto Político Pedagógico”.¹⁴⁸ O FEA desenvolve-se em várias etapas ou estágios, cuja metodologia inspira-se no conceito de “Pesquisa Ação Participante” e, por isso, são rotulados de PAP.¹⁴⁹ O primeiro estágio, PAP1, é composto pelos idealizadores do FEA, ou seja, os Ministérios do Meio Ambiente e da Educação. O segundo, o PAP2, também chamado de “Coletivos Formadores” é formado por instituições que atuam no campo socioambiental e da educação, instituições responsáveis pela mobilização regional que, no caso da BPIII, são a IB e o Parque Nacional do Iguaçu, órgão do IBAMA. O PAP3

são os Educadores/as Ambientais a serem formados por meio da proposta e tem como desafio o enraizamento da educação ambiental nos diversos locais dos municípios, tanto que se compõe de uma multiplicidade de indivíduos que conseguem retratar todo o tecido social regional. O público a ser trabalhado pelos PAP3, através de proposta de intervenção comunitária são os PAP4, que são os diversos grupos sociais presentes nos municípios e que vão mobilizar-se, visando alcançar políticas públicas que atendam toda a sociedade (PPP/FEA, 2005, p.5).

Para a operacionalização do FEA, a BPIII é dividida em três núcleos PAP2, Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo. O objetivo do PAP2 da BPIII é a formação de 320 Educadores Ambientais que constituirão o PAP3, e que perseguirão o “objetivo central do programa que é

¹⁴⁸ Trata-se do Plano de implementação do FEA na BPIII, impresso em papel A4, cuja primeira página, além do título, apresenta as logomarcas do Parque Nacional do Iguaçu, do IBAMA, do CÁP, da IB, do MEC, do MMA e do Governo Federal. O documento não apresenta data, mas do seu conteúdo é possível afirmar que foi redigido em 2005. Faremos referência a este documento como PPP/FEA 2005.

¹⁴⁹ “Grupos PAP – Comunidades interpretativas de aprendizagem/professores educadores ambientais: na concepção de comunidades de aprendizagem e interpretativas pretendemos que, em cada município, haja pelo menos um grupo, mediado por um membro do grupo PAP-Coletivo Educador, que se reúne periodicamente com os educandos para oferecer itens do cardápio de conteúdos e para debater os projetos. A inclusão de alguns ou de todos os professores Formadores daquele município, assim como os gestores da Secretaria de Educação, torna-os também membros do PAP” (Sorrentino *et al.*, 2005:295).

a formação dos educadores ambientais populares PAP4” (*ibidem*). O curso previa a formação de 320 EA/PAP3 num período de 18 meses, entre 2005 e 2006, contudo, a conclusão do curso aconteceu somente em 26 de janeiro de 2008 (JIE, 28 de janeiro de 2008 – turbinadas),¹⁵⁰ com a formatura de 255 Educadores Ambientais PAP3 (JCÁB outubro 2008, p.4). A formatura dos PAP3 marcou o começo da última fase do FEA, com a inauguração das “comunidades de aprendizagem” que, segundo o declarado no JCÁB (*ibidem*), contariam com a participação de cerca 2.600 Educadores Ambientais Populares (EAP ou PAP4).

O curso do PAP3 foi desenvolvido em 12 encontros, com carga horária de 24h cada, nos quais foram tratados os temas do “cardápio” definidos pelo PAP2 em “oficina de trabalho”, que teve lugar em Foz do Iguaçu nos dias 16 e 17 de maio de 2005. Fazem parte do PAP3 funcionários da IB e do Parque Nacional do Iguaçu, muitos professores e outros funcionários das prefeituras (a maioria dos 90 monitores ambientais que compõem a “Linha Ecológica”)¹⁵¹ e representantes de instituições e associações da BPIII.

O FEA é concebido como uma estratégia multiplicadora, capaz de atingir setores sempre mais amplos da população. O percurso que levou à realização do PAP3 e à formação de cerca de 80% dos Educadores Ambientais previstos no projeto inicial sofreu alguns entraves de caráter organizativo, atrasando bastante suas atividades. A maioria de seus integrantes participou do curso do PAP3 como parte de sua atuação profissional, com o apoio das instituições para as quais prestam serviço. No entanto, a realização da última parte do FEA, com o envolvimento de cerca de 2600 EAP-PAP4, apresentou vários problemas, dos quais estavam bastante conscientes os integrantes do PAP3. Tive a oportunidade de presenciar a realização de um dos módulos de formação do PAP3, em 30 de maio de 2007, no qual

¹⁵⁰ *Jornal de Itaipu Eletrônico*, publicado em <http://jie.itaipu.gov.br>.

¹⁵¹ A “Linha Ecológica” é uma iniciativa do “Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu” em parceria com a IB. Fazem parte dela 90 funcionários das Secretarias de Ação Social, Meio Ambiente e Educação dos 29 municípios da BPIII. Foi instituída em 2002.

estiveram presentes cerca de 50 pessoas, entre representantes do PAP2 e parte dos integrantes do PAP3.

Intitulado “Qualificação Social do/a Educador/a Ambiental Popular”, e realizado no Refúgio Biológico Bela Vista em Foz do Iguaçu, o encontro era de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), com recursos advindos de Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT) – Projetos Especiais de Qualificação (ProESQ), sob os cuidados do Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, com a colaboração do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA-MMA) e com o apoio local do Programa FEA da BPIII da Itaipu Binacional.



Foto 10. Participantes da oficina “Qualificação Social do/a Educador/a Ambiental Popular”, Refúgio Biológico Bela Vista, Foz do Iguaçu, 30-31 de maio de 2007

O tema do encontro era discutir acerca da definição do perfil que deveriam apresentar os futuros Educadores Ambientais Populares (EAP-PAP4), visando à formalização da

“proposta de um método de qualificação social de educadores ambientais populares passível de ser desenvolvido pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)”.¹⁵²

As discussões foram travadas a partir dos resultados de uma outra atividade do FEA realizada em São Paulo com os mesmos objetivos, e apresentados aos participantes deste encontro como parte do material da *FEA-BPIII: Qualificação EAP*. Neste documento, os “conteúdos da mochila”¹⁵³ pensados em São Paulo foram apresentados em um quadro e em uma lista que reporto a seguir:

Quadro 2. “RESULTADO DAS DISCUSSÕES REALIZADAS DURANTE O FÓRUM NO SEMINÁRIO CONCEITUAL DO EDUCADOR AMBIENTAL POPULAR” - Fonte: FEA-BPIII: Qualificação EAP, 2007

Capacidades e Habilidades	Características Manifestas como desejáveis (objeto do processo de formação)
Intelectual, afetiva	Confrontar paradigmas
	Premissa → perseguir a utopia
	Saber lidar com a diferença, incertezas
	Aprendizado contínuo – autoconhecimento, autocrítica, abertura para suportar angústias
	A importância de diferenciar conflito e contradição
	Capacidade de tolerar a tensão e a alteridade
	Capacidade crítica
Intelectual e comunicativa	Manifestar lucidez ambiental
	Boa capacidade de comunicação em diferentes linguagens (falar +ouvir)
Prática Político-Pedagógica	Objetivar a emancipação de educadores e educandos;
	Educar, interagir
	Ética do real → não depende de resolver conflito, depende de administrar a situação dentro do “possível”
	Construir experiências concretas
	Instrumentalização dialógica
Prática Político-Comunicativa	Se comunicar e provocar para a ruptura de paradigmas
	Mobilizador e articulador
Questão seletiva do público	Quem e com quais grupos deve-se atuar
Público da educação ambiental	Os “vulneráveis”, os “privilegiados”, os gestores, todos, os interessados,
Prática anti-materialista	Resgate à Espiritualidade

Educador Ambiental Popular:

¹⁵² Informações retiradas da pasta distribuída aos participantes da oficina intitulada *FEA – Formação de Educadores e Educadoras Ambientais dos Municípios da Bacia do Paraná III, Área de Influência de Itaipu e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu – Qualificação Social do/a Educador/a Ambiental Popular*, e que chamaremos de *FEA-BPIII: Qualificação EAP* (2007).

¹⁵³ Com a palavra “mochila”, os organizadores indicavam as bagagens pessoal, social e intelectual necessárias à atuação na qualidade de EAP-PAP4.

Este deve desenvolver, necessariamente, as habilidades de ver, olhar, observar, descrever, analisar, explicar, compreender, diagnosticar, intervir e avaliar.

Competências Intelectuais do Educador Ambiental Popular:

- Identificar a problemática ambiental
- Compreendê-la à luz das doutrinas sócio-ambientais
- Propagar estas identificações e compreensões
- Desenvolver diagnósticos da situação ambiental no território de ação
- Analisar as potencialidades ambientais em relação ao modelo de sustentabilidade sócio-ambiental
- Planejar ações de intervenção para alcançar as aspirações desejáveis em relação ao mesmo ideal
- Propagar estas capacidades acima mobilizando outros agentes (individuais ou coletivos) na direção da reprodução *ad infinitum* destas ações

Estratégias de mobilização e articulação dos agentes envolvidos no processo

- Estabelecer vínculos de confiança
- Desencadear o diálogo
- Abrir espaços de locução nos grupos envolvidos
- Análise crítica das estruturas autoritárias
- Desinstrumentalização do preconceito (FEA-BPIII: Qualificação EAP 2007)

A metodologia do FEA pretende fomentar a construção de novos modos de percepção dos “sujeitos” (singulares) em relação ao meio ambiente e à própria sociedade, por meio de oportunidades para o compartilhamento de saberes e de ação, rumo à formação de “sujeitos coletivos e históricos,” os assim chamados “Coletivos Educadores”, cuja constituição é o objetivo principal do FEA. Esta metodologia é pensada como capaz de obter a “multiplicação” de experiências de “emancipação” e contribuir para realizar as mudanças necessárias à realização da “pan utopia socialista” da “sociedade sustentável”.

A metodologia acima apresentada era esquematizada graficamente na *FEA-BPIII: Qualificação EAP* em seis passagens, que levariam os “sujeitos solitários, a se encontrar e a se constituir em 'sujeitos plurais', 'históricos' e 'coletivos', e a 'compartilhar saberes'; a operar um 'redimensionamento' destes 'saberes' por meio da 'crítica social' e da 'educação', constituindo-se nos 'coletivos educadores'; a construir redes destes 'coletivos', que através da 'participação' e da 'ação' tornariam possível a 'pan utopia socialista' da “sociedade sustentável”.

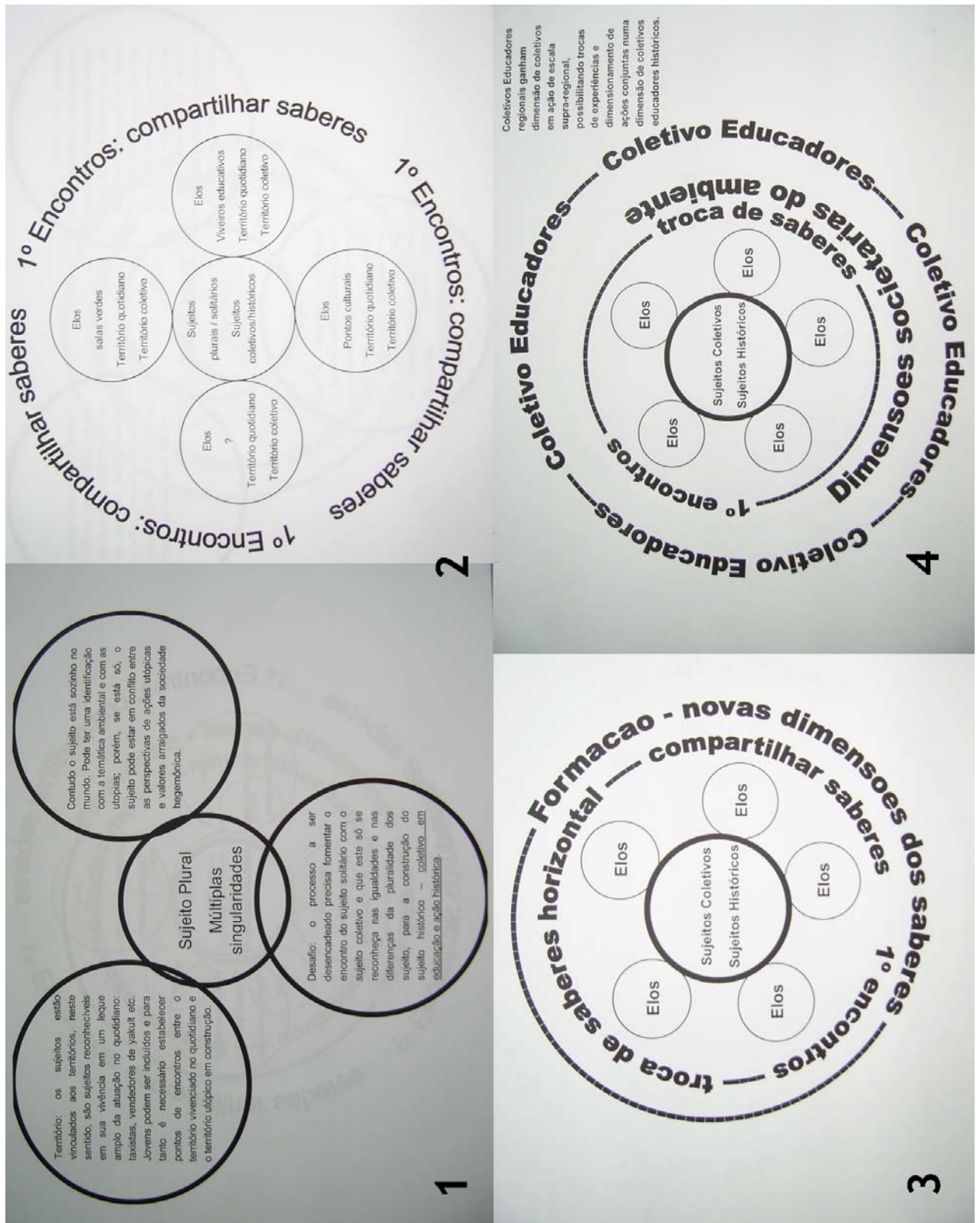


Figura 8, parte 1. FEA percurso rumo à sociedade sustentável

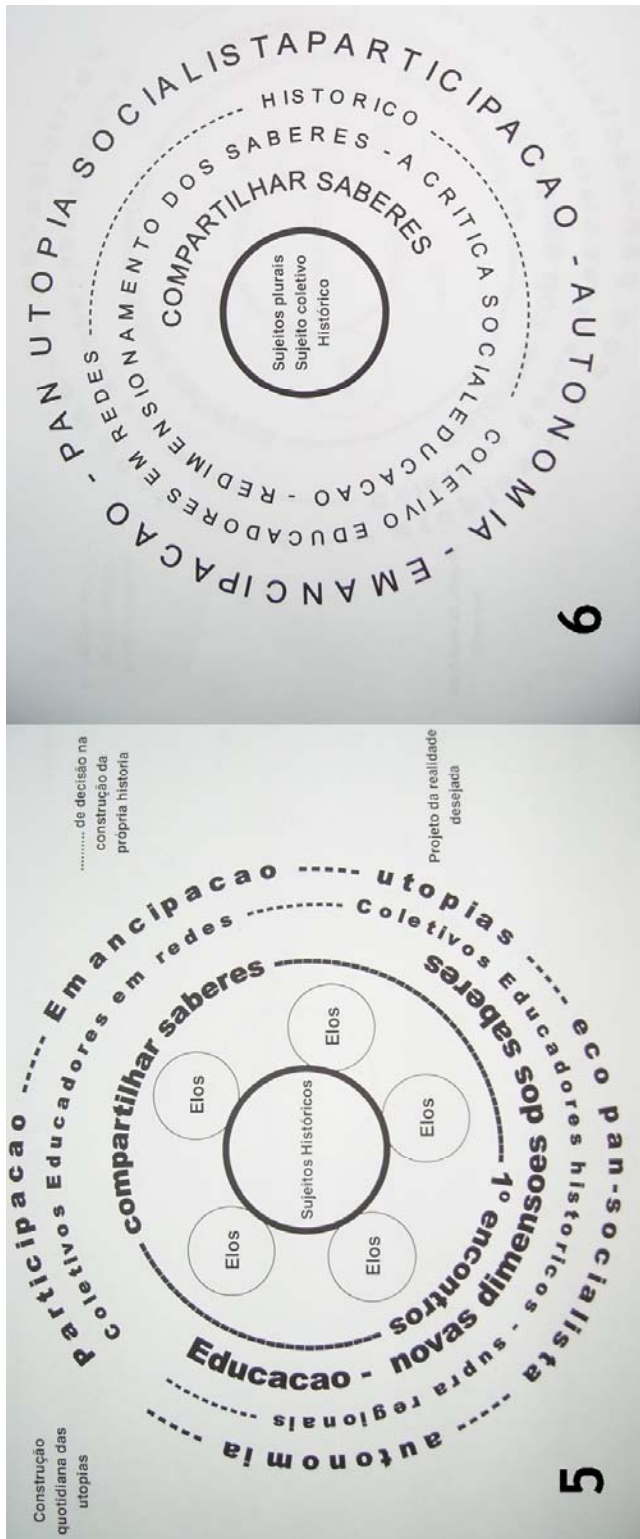


Figura 8, parte 2. FEA percurso rumo à sociedade sustentável

As discussões em cima da proposta paulista, voltadas para apresentar a própria versão da “mochila”, foram realizadas em quatro grupos diferentes de aproximadamente 10 pessoas cada, que discutiram por cerca de 40 minutos o tema do encontro, apresentando em seguida os argumentos levantados, com o fim de se chegar a um entendimento comum sobre as características da “mochila” dos EAP-PAP4. A maioria das discussões e dos problemas debatidos no grupo de que participei verteu sobre de dois eixos principais: a falta de apoio institucional para a concretização do PAP4, dificultando a inserção no social, e o descompasso entre teoria e prática do FEA.

No quadro 3, esquematizo as qualidades/capacidades que os quatro grupos diferentes definiram como necessárias para que os PAP4-EAPs tenham condições de realizar os objetivos do FEA. Como atesta o quadro 3, a necessidade de se ter apoio institucional fez parte também desta “mochila”.

Quadro 3. “Mochila” do EAP-PAP4, resultados oficinas *FEA-BPIII: Qualificação EAP*, 2007

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
Falar a linguagem do local	Trabalhar valores (alegria, indignação, solidariedade)	Ter predisposição para ser “voluntário”	Ter carisma ambiental, carinho e paixão
Operar resgate cultural	Difundir consumo consciente e sustentável	Começar a agir no próprio mundo	Ser predisposto
Saber dialogar e ouvir	Descobrir, fomentar e fortalecer as lideranças não-ativas	Ter um eco, buscar o apoio institucional que está faltando ao PAP3	Ser mediador de saberes
Ter muita paciência	Trabalhar com a diversidade de classe na região	Saber superar a falta de apoio e a sensação de ser um “palhaço”	Saber ouvir e ser humilde
Entender os problemas da comunidade	Trabalhar com o resgate cultural	Ter força de vontade, criatividade, alegria	Trabalhar a realidade local com a consciência do global
Saber valorizar o “ser” e não o “ter”	Utilizar diversas formas de manifestação cultural	Olhar para o “local” e para o “global”, tendo a capacidade intelectual para compreender os elos	Ser realista e ter esperança
Saber operar uma inversão de valores	Ter habilidades de moderação e liderança	Ter entusiasmo comprometido para exigir e acompanhar ações do poder público	Saber levantar a auto-estima dos que estão perto
Saber observar, analisar, avaliar	Saber usar metodologias participativas	Ter o apoio institucional mas aprender a caminhar sozinho no espaço	Ser exemplo

Saber como realizar ações ambientais Ser possuidor de saber técnico	Trabalhar com as potencialidades locais Ter capacidade de avaliar quantitativa e qualitativamente durante e após o processo	ideológico institucional e político Apoiar os outros a se libertarem Saber enfrentar pessoas e instituições para negociar os direitos da população Ser comprometido na realização da utopia de mudança do planeta e da sociedade	Ter determinação Usar linguagem acessível ao interlocutor
Ter a capacidade de definir o respaldo institucional necessário	Ser exemplo para a comunidade		Estar sempre em busca de conhecimento
	Ter abertura para discutir e readequar o projeto durante sua implementação Saber estimular o profissionalismo Transformar a si mesmo, refletir e agir, ser persistente		Ter o apoio das instituições
	Conseguir envolver o poder público		
	Ter noções de gestão, planejamento, avaliação e elaboração de projetos		
	Saber mobilizar e motivar		

Depois da realização das oficinas, os resultados foram apresentados e discutidos de novo em plenária. As críticas mais contundentes à atuação do FEA foram vociferadas por alguns professores de escola secundária (PAP3), os quais questionaram o objetivo de definir a “mochila” dos EAPs quando ainda não estavam tendo nem os “sapatos”, entendendo-se por eles a falta de estruturas para a realização dos objetivos do FEA. Estes, nas palavras dos professores, seria “educar para transformar o indivíduo e fazê-lo capaz de agir autonomamente na ação multiplicadora dos princípios da Educação Ambiental”. Para eles, o FEA estaria marcado por erros metodológicos, entre os quais a falta de uma avaliação entre as fases PAP2 e PAP3, o que causaria insegurança e pouca eficácia das ações: “está sendo feito tudo com o coração, sem se preocupar com a continuidade das ações”; “não foi investido na

formação de lideranças comunitárias”; “não está sendo envolvida a esfera política”; “tem muita distância entre teoria e prática no FEA”; “não tem formalização das atividades do PAP4”; “falta o apoio da mídia e das instituições que apoiaram a formação do PAP3” – eis alguns dos comentários formulados durante a oficina.

Um dos participantes (PAP3) perguntou o que significava “popular”, afirmando que, para ele, neste encontro estavam presentes unicamente os representantes de uma “elite”. A resposta veio de uma responsável pelo grupo PAP2 que, bastante contrariada pela afirmação, respondeu: “popular são os 180 milhões de brasileiros!”, evitando assim discutir o assunto.

Alguns comentários versaram sobre o fato de que a figura do EAP-PAP4, assim caracterizada, se parecia mais com aquela de um “super-homem” do que com as figuras com que os integrantes do PAP3 estavam tentando trabalhar nos próprios municípios. Enfim, foi feita a proposta de substituir o termo “utopia” pela palavra “idealismo”, a qual, segundo o proponente, dava mais a impressão de poder alcançar os objetivos aos quais o FEA se propunha. Relativamente à redação da proposta final, o trabalho de síntese dos resultados ficou com os responsáveis do PAP2, que foram se reunir em outra sala mais apartada enquanto os demais participantes iam embora.

Durante os intervalos, recolhi alguns comentários feitos por integrantes do PAP3; eles reiteraram as dificuldades de atuação, mas também reafirmavam o próprio comprometimento com os objetivos do FEA. Enquanto estava tomando café e trocando impressões com cinco participantes do encontro, todos pertencentes ao PAP3, um deles – também funcionário da IB e atuante no CÁB – queixou-se da linguagem usada por alguns dos integrantes do PAP2. Referiu-se especialmente à fala de uma professora da Universidade de São Paulo que, na sua opinião, era difícil demais para ser compreendida por pessoas comuns. Os outros concordaram com ele e dois chegaram a admitir não terem entendido quase nada do que ela havia dito.

Foi bastante surpreendente, em outra ocasião, mais precisamente num evento relativo à organização das atividades do recém-nascido “Centro de Saberes e Cuidados Sócio-ambientais da Bacia do Prata”,¹⁵⁴ realizado poucas semanas depois, escutar uma integrante do PAP2, que participara dos trabalhos do “Centro” representando o Brasil junto com integrantes do MMA e do MEC responsáveis pelo FEA,¹⁵⁵ afirmar que as atividades do FEA estavam obtendo resultados “maravilhosos”. E ainda: que os PAP3, graças ao percurso de formação realizado, eram capazes de confrontar e entender os argumentos sofisticados proferidos por uma professora de São Paulo, discurso que outros professores universitários teriam tido dificuldade em acompanhar naquela ocasião.¹⁵⁶

Ainda mais surpreendente, retrospectivamente, pareceu a afirmação do diretor de Coordenação, feita durante a apresentação do CÁP no Terceiro Encontro Cultivando Água Boa, em final de 2006: que a IB, por meio do CÁP, já havia contribuído para formar mais de 300 Educadores Ambientais, os quais estavam formando, por sua vez, mais de 3 mil outros Educadores (10 para cada Educador Ambiental), e que daqui a pouco a BPIII contaria com

¹⁵⁴ O “Centro” foi inaugurado em novembro de 2006 em Foz do Iguaçu, por ocasião da realização do CABIII, sob a coordenação do responsável pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) na América Latina, Enrique Leff, também presente nesta reunião, e reuniu representantes dos cinco países que dividem a Bacia do Prata. São eles, Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Nessa ocasião, foram discutidas as características dos módulos de formação do primeiro curso a ser realizado pelo “Centro”.

¹⁵⁵ São eles Marcos Sorrentino e Rachel Trajber.

¹⁵⁶ Esta personagem é a mesma que tinha respondido ao comentário sobre o aparente elitismo do encontro FEA acima descrito, com a afirmação “popular são os 180 milhões de brasileiros!”. Consultora da IB, ela estava sempre presente em quase todos os eventos oficiais, que presenciei, relativos a atividades desenvolvidas com a participação do CÁP. Segundo comentários de funcionários da IB que não nutrem particular simpatia a seu respeito, ela percebia remuneração vultosa da IB, que lhe pagaria também as viagens semanais de Cascavel, onde reside, até Foz do Iguaçu, realizadas de táxi, e todas as demais despesas. Muitas foram as afirmações que registramos relativas às despesas notáveis realizadas pela IB para o pagamento de consultores de várias ordens. Como já afirmado, não foi possível obter informações sobre este tipo de despesas por parte da IB. Contudo, numa ocasião, ao me entregar material relativo à educação ambiental, uma das responsáveis repassou-me este material impresso em folhas já usadas, algumas das quais apresentavam no verso parte da avaliação do Saldo Orçamentário da Diretoria de Coordenação para o mês de abril de 2006. Ali constavam despesas de viagem na ordem de R\$ 8.000, a soma de R\$ 21.182 relativa a um contrato de consultoria para os meses de janeiro a abril de 2006, mais outros R\$ 60.000 relativos à renovação de um convênio entre IB e MMA. No último capítulo, voltaremos a nos ocupar de questões relativas ao uso de recursos orçamentário da IB nas atividades do CÁP.

dezenas de milhares de Educadores Ambientais, todos trabalhando para “cuidar da natureza” e para “espalhar este movimento”.

Este jogo de imagens contraditórias, os projetos que parecem já realizados antes de sua efetiva implementação, as afirmações de sucesso diante da falta de bases reais para a avaliação são os resultados da linguagem enfática que marca os discursos proferidos sobre o CÁB, seja em eventos oficiais, seja em boa parte das discussões acerca da “Educação Ambiental para a Sustentabilidade” – rótulo que hoje se dá a esta vertente da educação.

“Utopia”, “fé”, “amor”, “cuidado” são termos que, na experiência do CÁB, foram se juntando a outros, já de largo uso nas práticas do desenvolvimento sustentável, constituindo o que foi chamado de “development speak” (Ferguson 1990), como “participação”, “democracia”, “cidadania”, e “empoderamento”. Na atuação do CÁB, estes termos são empregados na construção de um discurso elaborado sobre dois focos principais, isto é, a crítica ao modelo consumista e à limitação da possibilidade de imaginar e construir um futuro sustentável a partir de uma visão “cartesiana” da realidade.

Contudo, no curso da implementação dos projetos e na avaliação de seus resultados por parte de seus responsáveis, o significado de conceitos como “participação” e “cidadania” está embutido na realização de ações que dizem mais respeito à construção de uma imagem de eficiência do Programa do que à real consecução de avanços rumo à mudança dos (des)equilíbrios sociais sobre os quais o CÁB pretende estar influenciando. Entre as atividades do CÁB em que é possível observar mais claramente o uso instrumental e performativo destas categorias, temos o *Projeto Coleta Solidária*.

4.3 O “Projeto Coleta Solidária” em ação

A atuação com os catadores de lixo reciclável constitui uma das poucas ações do CÁB especificadamente voltadas para as condições sociais de faixas populacionais de baixa renda,

em que condições e relações sociais representam o campo de intervenção específico, sem seja mediado diretamente pela relação homem/natureza. No *Coleta Solidária*, mais que em outros componentes do CÁB, podemos apreciar a formulação de definições e práticas que dizem respeito à construção da “cidadania” em face de uma realidade que a pesquisa contribuiu para redimensionar, revelando assim os mecanismos subjacentes à sua implementação como modelo de transformação social.

O *Projeto Coleta Solidária*, as ações a serem realizadas e os objetivos perseguidos provêm da atuação dos integrantes de uma ONG, a “Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu” (ADEAFI), que trabalhava em Foz do Iguaçu para a criação de políticas públicas em favor da classe dos catadores. Ela buscava o melhoramento de suas condições sociais e a erradicação do trabalho infantil – fenômeno infelizmente ainda hoje presente nas famílias que se dedicam a este tipo de ofício. Entre as atividades realizadas pelos integrantes desta ONG antes da criação do CÁB, temos o apoio à formação da ARAFOZ. Ao mudar a orientação política da Direção da IB e do Governo Federal, os promotores dessas iniciativas encontraram nos integrantes dos cargos diretivos da IB representantes de setores políticos aliados. As exigências de se cumprir uma pauta de iniciativas para dar conta da nova “missão” da IB, que englobava entre os seus objetivos as temáticas relativas ao campo socioambiental (traduzidas principalmente na criação do CÁB), permitiram aos integrantes dessa ONG avançar propostas de ação diretamente junto à IB, como haviam feito há alguns anos, sem sucesso, com a administração municipal de Foz do Iguaçu.¹⁵⁷

Como já foi assinalado, o objetivo declarado é a “inclusão social” dos catadores por meio do fornecimento de instrumentos para que eles adquiram auto-estima, se organizem em

¹⁵⁷ Um ex-integrante da ADEAFI é hoje Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de Foz do Iguaçu, enquanto outro, que ainda faz parte da ONG, é o representante do ILIX que atua no *Coleta Solidária*.

grupos geridos autonomamente no desenvolvimento das próprias atividades produtivas e comerciais, e assim alcancem a “cidadania plena”.¹⁵⁸

Os responsáveis pela concretização dos objetivos do projeto são, como dissemos, o funcionário da IB responsável pela “ação 265 – Apoio à implantação da coleta solidária com catadores” e, desde 2005, um representante do Instituto Lixo e Cidadania para a área da BPIII, que recebe por este trabalho recursos da mesma IB através de convênio renovado anualmente. A estes dois agentes cabe a responsabilidade de realizar a apresentação do projeto junto aos vários componentes que se visa envolver na realização dos objetivos do projeto, e a obra de coordenação e monitoramento das atividades. Estas são monitoradas parcialmente pelo Ministério Público do Trabalho, cujos representantes estaduais acompanham o andamento do projeto por meio do “Fórum Estadual de Lixo e Cidadania”, cuja coordenação cabe a representante deste órgão.¹⁵⁹

Entre as atividades realizadas ao longo do período de atuação do CÁB, além das ações voltadas para a atuação do cronograma do projeto, temos a constituição do Fórum Regional de Lixo e Cidadania da BPIII, cuja secretaria executiva coube à IB através do funcionário responsável pelo projeto. Das suas reuniões, realizadas bi ou trimestralmente em diferentes municípios da BPIII, participam integrantes de vários setores da sociedade, sendo as falas colocadas principalmente por representantes de prefeituras, da IB, do Ministério Público do Trabalho e do Movimento Nacional dos Catadores.

¹⁵⁸ Resumidamente, a implantação em cada município segue um plano-padrão de atuação que prevê o levantamento do número de catadores presentes no seu território, a convocação destes catadores para constituirlos em associação, e o fornecimento a ela de carrinhos e uniformes em número equivalente a seus integrantes. Além disso, estão previstos cursos de capacitação para as famílias dos catadores associados, com conteúdos relativos a “higiene, segurança, cidadania, meio ambiente, economia doméstica, relações interpessoais e sociais”. Paralelamente, são previstos “encontros de sensibilização com lideranças comunitárias, políticas, religiosas, culturais econômicas e de classe” para promover o envolvimento da comunidade na ação. Estas citações foram extraídas de um documento do CÁB intitulado *Passos para implantação do Projeto Coleta Solidária s/d*, mimeo.

¹⁵⁹ O interesse do Ministério Público do Trabalho reside principalmente na erradicação do trabalho infantil, na coleta do lixo e na preservação ambiental, individuando como instrumento principal a criação e o fortalecimento das organizações de catadores de materiais recicláveis.

O primeiro passo é dado junto às secretarias de ação social dos municípios. Os responsáveis pelo projeto deslocam-se até a sede das prefeituras onde apresentam para os seus funcionários as características do projeto. Ali, dependendo da receptividade das diferentes administrações,¹⁶⁰ acorda-se um calendário de atividades. Primeiramente cabe à prefeitura realizar o cadastro socioeconômico dos catadores que atuam no território, quase exclusivamente urbano, do município.¹⁶¹ Uma vez cadastrados, os catadores são convidados a participar de uma palestra na qual recebem informações a respeito do funcionamento do projeto.

Trata-se de uma reunião que acontece em local da Prefeitura, da qual participam alguns de seus assessores da área da ação social e do meio ambiente, o funcionário da IB, o encarregado do ILIX e os catadores que receberam e aceitaram o convite. Geralmente o primeiro a falar é um dos funcionários da Prefeitura, que apresenta os demais convidados aos catadores, ressalta a importância do seu trabalho e a oportunidade que o projeto representa, e afirma a boa vontade da Prefeitura em apoiá-los e ajudá-los a melhorar as suas condições de vida e trabalho.

O segundo a falar é o funcionário da IB, que apresenta o projeto para os catadores, assegura o comprometimento da IB em sua realização e ilustra os benefícios que ele proporciona. Por fim, o representante do Instituto Lixo e ilustra a importância da atividade dos catadores de recicláveis para a preservação do meio ambiente, e mostra os ganhos a serem

¹⁶⁰ Esta atividade pressupõe a construção de relações positivas, não necessariamente de confiança, entre os responsáveis pelo projeto e os representantes do poder público local. O funcionário da IB que atuou sozinho ao longo do ano de 2004 na tentativa de implementar o projeto nos municípios da BPIII, ao lembrar das dificuldades encontradas para promover a aproximação necessária com os diferentes funcionários e representantes políticos, cuja colaboração e atuação é indispensável para realizar os passos necessários ao desenvolvimento do *Coleta Solidária*, afirmou que a partir de 2005 teve que “começar tudo de novo” em muitos municípios, devido às mudanças ocorridas com as eleições de 2004.

¹⁶¹ Em algumas das cidades da BPIII como Foz do Iguaçu, Toledo e Cascavel, o cadastro não foi realizado em consequência da implementação do projeto. Ao falar do caso de Cascavel, veremos que as ações que se pretendia realizar através do *Coleta Solidária* já estavam sendo implementadas há anos por iniciativa de diferentes administrações municipais, com o apoio, entre outros, de órgãos federais, como a Caixa Econômica.

obtidos trabalhando-se em associação – inclusive os preços conseguidos pelos grupos já organizados de catadores nos outros municípios para os vários materiais recicláveis, como demonstração da possível maior lucratividade em cima do mesmo esforço.¹⁶²

A partir de maio de 2007,¹⁶³ as palestras passaram a contar com um suporte audiovisual. Trata-se de um serviço jornalístico sobre o projeto *Coleta Solidária*, encomendado pela IB e realizado em abril do mesmo ano. Ao final da palestra, os catadores são convidados a voltar em data futura para formalizar a constituição da associação.¹⁶⁴ Uma vez constituída, operação quase sempre realizada e custeada pela Prefeitura ou por outros órgãos a ela ligados, organiza-se um evento em que serão entregues aos catadores os carrinhos e os uniformes. Na ocasião, é assinado um termo de compromisso entre o presidente da associação de catadores, a Prefeitura e a IB, no qual a associação se responsabiliza pela gestão dos equipamentos entregues, proibindo o seu uso por não-membros.

A prefeitura compromete-se a entregar à associação de catadores um “barracão” em lugar de fácil acesso, onde se poderá fazer a triagem e o armazenamento dos recicláveis. Também uma campanha de sensibilização junto à população do município, para a separação dos recicláveis nas casas e nos lugares de trabalho, deverá acontecer. Se for aceito pela Prefeitura, é assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho e nele a administração se compromete a respeitar os acordos acima citados sob pena de se receber sanção pecuniária pelo eventual descumprimento deste Termo. A

¹⁶² No curso da pesquisa não foram muitas as oportunidades de acompanhar esse tipo de eventos. A possibilidade de generalizar tais situações vem das declarações dos responsáveis pelo projeto, os quais afirmaram que as reuniões seguiam na quase totalidade dos casos o mesmo padrão. Em algumas situações, nas cidades maiores, a formação/formalização de uma associação de catadores foi anterior ao começo da implementação do *Coleta Solidária*.

¹⁶³ Depois de mais de quatro anos de atuação, o *Coleta Solidária*, em muitos dos municípios da BPIII, ainda enfrenta dificuldades para realizar alguns dos primeiros passos.

¹⁶⁴ Antes da formalização do convênio com o ILIX, a “capacitação” era realizada por funcionários da área de ação social da Prefeitura e pelo mesmo funcionário da IB responsável pelo projeto. A palestra com os catadores, que dificilmente demora mais de uma hora, é considerada nos documentos oficiais e no cômputo das atividades desenvolvidas pelo projeto como “formação” e/ou “capacitação”, e os que dela participarem são considerados “capacitados”.

assinatura do TAC é o único meio efetivo à disposição das associações de catadores para pressionarem as prefeituras a cumprir os acordos estipulados, cabendo ao membro do Instituto Lixo e Cidadania relatar ao Ministério Público do Trabalho sobre o cumprimento do termo.

Aos responsáveis pelo projeto cabe também acompanhar o andamento do projeto nos diferentes municípios, fornecer orientação técnica e apoiar as associações ou os grupos em formação em suas relações com a prefeitura e demais órgãos públicos, e realizar relatos periódicos sobre o andamento das atividades. Além disso, ao representante do ILIX cabe a realização de palestras sobre coleta seletiva em órgãos públicos e empresas particulares que participam do projeto, o que é feito através da disponibilização dos recicláveis produzidos às associações de catadores.

Ao observarmos a difusão do projeto no território da BPIII, vemos que há diferenças notáveis nos resultados alcançados nos vários municípios, e diferentes graus de comprometimento das administrações locais com as políticas e a orientação do Governo Federal. A maioria das administrações municipais não realizou os passos necessários para a implementação do projeto, sendo que até o fim de 2007 alguns progressos podem ser percebidos somente em 13 dos 29 municípios que compõem a BPIII. Quais os motivos deste pouco sucesso do projeto? Para tentar responder a esta pergunta apresentamos a seguir alguns casos específicos.

Na cidade de Foz do Iguaçu, a implementação do Projeto pôde contar – além da sede da IB e das facilidades que esta proximidade comporta – com o comprometimento da atual administração municipal, na pessoa do secretário de Meio Ambiente, um dos promotores do projeto e ex-integrante da ONG responsável pelos esforços que levaram à sua ideação e formulação. Outro integrante da ADEAFI, também responsável pelo desenho do projeto, é membro do Instituto Lixo e Cidadania, que colabora na implementação do projeto; ele mora

em Foz do Iguaçu e dispõe de uma sala de escritório num prédio da Prefeitura, no centro da cidade.

Não obstante a proximidade e a vontade de todos os principais responsáveis em realizar os objetivos do projeto, pudemos observar dificuldades de implementação também nesta cidade. Dificuldades em parte ligadas à extensão territorial e ao grande número de catadores que ali atuam, em parte decorrentes de entraves próprios do *Coleta Solidária* e de seu desenho,¹⁶⁵ em parte oriundas da necessidade da administração municipal de atuar para manter uma base política de apoio cujos componentes têm exigências e interesses diferentes, e diferentes clientelas sociais às quais responder na gestão da administração pública.¹⁶⁶

Na cidade estariam presentes, segundo a Prefeitura de Foz, cerca de mil catadores de materiais recicláveis. Este dado refere-se somente aos catadores cadastrados pela Prefeitura, sendo desconhecido o número real de pessoas cuja atividade principal é a coleta e o comércio de recicláveis. Na opinião dos responsáveis pelo *Coleta Solidária*, os catadores de Foz do Iguaçu são pelo menos 1.200.

Depois de quatro anos de atividade em Foz do Iguaçu, apenas um quarto dos cadastrados participa do projeto, ou seja, faz parte de uma ou de ambas as organizações¹⁶⁷ que atuam na cidade, cujos integrantes desenvolvem suas atividades usufruindo das estruturas disponibilizadas pela Prefeitura e pela IB.

¹⁶⁵ Principalmente pelo fato de os catadores se considerarem como um “grupo”, isto é, confunde-se uma definição taxonômica com uma realidade social variegada e fragmentada. Quanto maior é o número de catadores, menor é a possibilidade de uma eventual homogeneidade, com maiores diferenças nas reações às iniciativas do projeto.

¹⁶⁶ A atual administração municipal de Foz do Iguaçu concorreu às eleições de 2004 através de alianças políticas múltiplas, sendo a coligação formada por PP, PDT, PT, PTB, PTN, PSC, PL, PPS, PAN, PSDC, PHS, PSB, PV, PSDB, PRONA, PC do B e PT do B. O prefeito é filiado ao PDT. A quebra da aliança entre PT e PDT no nível federal, ocorrida em começos de 2003, logo depois das eleições presidenciais, poderia também ser parte da explicação do “esfriamento” dos esforços da prefeitura para a realização dos objetivos do *Coleta Solidária*.

¹⁶⁷ COAAFI e ARAFOZ.

Na cidade existem atualmente nove barracões distribuídos em bairros diferentes. A Prefeitura tem uma “Divisão de Coleta Seletiva” e exige que os materiais recicláveis coletados pelas empresas contratadas sejam entregues nos centros de triagem das associações de catadores; possui também um Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta assinado com a Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, que prevê, entre outros, a exigência de um “Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos” para os grandes geradores (acima de 100 litros/dia) e a entrega desses materiais às associações de catadores da cidade.¹⁶⁸

Um reforço ao projeto veio ultimamente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que assinou em outubro 2007 um compromisso com a ARAFOZ e a Prefeitura de Foz do Iguaçu para a liberação de uma verba de 1,136 milhões a fundo perdido para a ARAFOZ, resultante de projeto apresentado por esta associação à Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Foz do Iguaçu.¹⁶⁹ A verba será empregada, segundo o que foi declarado pelo secretário de Meio Ambiente de Foz do Iguaçu,¹⁷⁰ para a ampliação do número de integrantes da associação, a compra de equipamento e a realização de infra-estrutura para as atividades de coleta. Isto significa mais quatro barracões na cidade de Foz, a compra de caçambas para as atividades da associação, a compra de meios de transporte para realizar a coleta de recicláveis na cidade. Trata-se de uma verba importante

¹⁶⁸ Em meados de novembro 2007, os efeitos do TAC foram suspensos. “O juiz João Luiz Wentz, da 3ª Vara do Trabalho de Foz do Iguaçu, concedeu liminar com tutela antecipada na ação movida pela ACIFI – Associação Comercial e Industrial de Foz contra o Município de Foz do Iguaçu e a União Federal e o Estado do Paraná, para suspender as exigências do TAC - Termo de Ajustamento de Conduta. Esse termo estabeleceu em Foz uma série de normas para destinação dos resíduos gerados pelas empresas” (<http://www.tudofoz.com> 13/11/2007). Em dezembro do mesmo ano, houve uma movimentação da Associação Nacional dos Catadores em Foz do Iguaçu contra a decisão judicial que suspendeu os termos do TAC (notícias publicadas em 7 de dezembro de 2007 pelo site do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), no endereço: http://www.movimentodoscataadores.org.br/artigos_integra.aspx?artigo=82)

¹⁶⁹ *Gazeta do Iguaçu* 02/10/2007. O financiamento faz parte de uma iniciativa nacional do BNDES dedicada especificamente às associações de catadores de recicláveis, o “Apoio a Projetos de Catadores de Materiais Recicláveis”, com 34 projetos aprovados em 2007 e R\$ 23 milhões previstos para o financiamento de infra-estruturas, apoio técnico e capacitação.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

em face dos investimentos de todo o ano de 2006 realizados pela prefeitura (R\$ 109.630) e pela IB (R\$ 131.160)¹⁷¹ em Foz do Iguaçu.

Não obstante o ambiente favorável e a aparente sinergia entre as instituições envolvidas no projeto, o *Coleta Solidária* em Foz sofreu vários problemas de implementação. A atuação da Prefeitura foi o alvo principal das críticas dos catadores recolhidas pelo representante do ILIX. Reportamos aqui algumas das principais queixas resumidas em ofício do Instituto Lixo e Cidadania endereçado ao secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de Foz do Iguaçu, em 11 de maio de 2007.¹⁷²

Falta de sacos de lixo; Falta de veículos para transporte dos materiais recicláveis dos grandes geradores. O único caminhão existente pertence à ARAFOZ; Falta de agilidade na manutenção do único veículo disponível, o que acarreta períodos de interrupção da coleta; Falta de reposição dos uniformes; Falta de veículo para transporte dos catadores a eventos nos quais realizam a coleta seletiva. A única Kombi existente encontra-se em péssimo estado; Inexistência total de EPI's nos centros de triagem; Falta de manutenção nos equipamentos (prensas e balanças), fazendo com que os mesmos fiquem longos períodos parados por defeitos simples; Falta de manutenção nos barracões, que se encontram com goteiras (em alguns casos enormes), com deficiência na iluminação e sem sistema de ventilação adequado; Falta de recolhimento regular dos rejeitos que chegam aos centros de triagem; Existência de ratos e insetos pela falta de desratização e desinsetização dos centros de triagem; Preocupação com a possível proibição do trânsito de veículos de tração animal, pois alguns catadores contam com a ajuda de animais “para que os mesmos não tenham que trabalhar como animais” (Ofício s/n do representante do Instituto Lixo e Cidadania para o Secretário de Meio Ambiente de Foz do Iguaçu, 14 de maio de 2007).

Também nos outros municípios são raros os casos em que o Projeto conseguiu ir além das fases iniciais e, onde isto aconteceu, existem problemas de outra ordem, que dizem respeito sobretudo à capacidade dos catadores de conquistar aquela autonomia na gestão das

¹⁷¹ Segundo planilha do MAPA.CD os recursos destinados à Foz do Iguaçu pela IB, até meados de 2007 somavam um valor de R\$ 463.940,18, assim divididos: 550 carrinhos (R\$ 302.340,50), 1.055 kit uniformes (R\$ 113.940), 3 prensas (R\$ 42.374,68), 3 balanças (R\$ 4.784,00). Não estão incluídas aqui as despesas relativas aos convênios com o ILIX. O responsável por este Instituto quantificou a verba prevista no convênio, relativa ao trabalho realizado na BPIII, em aproximadamente R\$ 3 mil por mês.

¹⁷² O ofício endereçado ao secretário de Meio Ambiente começa assim: “Tem o presente o objetivo de informar Vossa Senhoria nossa preocupação quanto aos recursos investidos pelo Município de Foz do Iguaçu, no Programa Coleta Solidária “Coleta Seletiva Sem Catador É Lixo”, sob responsabilidade de sua tão atuante secretaria”.

associações e das atividades de comercialização, ou seja, um dos objetivos principais do projeto. A situação de descuido com as associações, a ausência de atenção por parte de muitas administrações municipais quanto à situação dos catadores, situação esta em que se encontrava, até meados de 2007, um percentual significativo dos municípios da BPIII, é fotografada nos relatórios do representante do Instituto Lixo e Cidadania responsável pela realização dos objetivos do projeto. Ao lermos esses relatórios, encontramos informações e avaliações sobre o real alcance do projeto e que contradizem as declarações proferidas nos eventos e apresentadas nas publicações oficiais da IB; elas redimensionam seus efeitos e problematizam o potencial de realizar os próprios objetivos.¹⁷³

Entre os fenômenos que caracterizaram a implementação do projeto em toda a BPIII, está a repentina queda do número dos associados logo depois da formação das associações (e da distribuição dos materiais), com a saída de pelo menos um terço dos inscritos. Em Foz do Iguaçu, em 2007, somente 240 dos 1.000 catadores cadastrados faziam parte dos grupos que trabalham nos nove barracões disponibilizados na cidade pela Prefeitura e equipados com a contribuição da Itaipu.

O que pudemos observar é a existência de problemas que dizem respeito à relação entre ações executadas e objetivos alcançados, ou seja, há uma descontinuidade entre input e output que, a nosso ver, depende do próprio desenho do projeto e, sobretudo, da ausência de qualquer reflexão sobre as evidentes incongruências entre o planejado e o realizado.

No que concerne ao realizado, a formação de associações, a partir da iniciativa dos responsáveis pelo projeto e das prefeituras, além da entrega de instrumentos de trabalho a grupos de catadores assim organizados – realizada em eventos públicos com ampla

¹⁷³ ILIX, *Diagnóstico do Programa Coleta Seletiva*, Foz do Iguaçu, maio de 2007, mimeo O que resulta deste informativo, construído a partir do acompanhamento das atividades do Coleta Solidária através do deslocamento periódico nos diferentes municípios (29) da BPIII, é que somente um terço teria programas de coleta seletiva implantados ou em via de implementação, e um barracão nos moldes previstos pelo projeto.

participação de autoridades e ecoada pela imprensa local – o projeto poderia ser considerado um sucesso. Os problemas apresentam-se num segundo momento. Após evento de entrega dos carrinhos e dos demais materiais, cabe à Prefeitura prover a associação de catadores com um lugar idôneo para armazenar, processar e confeccionar os materiais a serem reciclados, fornecer “capacitação” e “assistência” na gestão destas estruturas (associação, barracão), atuar para adotar um sistema de coleta seletiva, sensibilizando os moradores dos municípios para esta prática. Aqui encontramos um gargalo na expansão do projeto. O diagnóstico do Instituto Lixo e Cidadania de maio de 2007 mostra uma situação de relativo desinteresse e inércia por parte de muitas prefeituras.

Os objetivos tidos como principais pelo projeto são os catadores, sua dignidade, suas condições de trabalho, seu acesso à cidadania. Para que participem do projeto devem ser identificados (cadastrados), organizados, assistidos e encaminhados a progredir de modo autônomo. Para se obter isso, são supridos de carrinhos e uniformes, prensas, balanças, um barracão, uma figura jurídica, facilitações na coleta e separação do lixo, e algumas (poucas e fragmentadas) oportunidades de “capacitação”.

As atividades de entrega de instrumentos de trabalho e barracões, a formalização de associações, cujos integrantes fazem parte do cadastro da Secretaria de Ação Social, são operações facilmente realizáveis ao se disponibilizarem recursos financeiros suficientes. E de fato elas são feitas sistematicamente pela IB, e menos pelas prefeituras (sobretudo no que concerne disponibilizar barracões e fornecer serviços de “capacitação” adequados). Ao observarmos os desfechos de cada situação, notamos que não existe correlação direta entre o ato de entrega de carrinhos e uniformes e o sucesso pelo menos parcial do projeto. Além dos materiais, as associações precisam de todo um suporte técnico e administrativo em função de faltarem tais competências entre os associados, mas que nem sempre as prefeituras estão disponíveis para fornecer.

Grande é a ênfase nas atividades de capacitação, que deveriam fornecer aos catadores as habilidades necessárias à gestão do trabalho cooperativo, da comercialização e das exigências legais da associação ou cooperativa. Trata-se também de um dos pontos mais problemáticos da implementação, em que significações diferentes estão em jogo na definição dos termos relativos ao desenvolvimento das atividades. A “capacitação”, obra de repasse de competências, revela-se um instrumento muito aquém do mínimo necessário ao seu papel.

Durante a permanência em campo pude apreciar diferentes avaliações da situação do projeto, de seus resultados e de suas perspectivas, dependendo da fala de quem as realizava e do lugar que ocupavam. De um lado, vimos a celebração dos sucessos do projeto por parte dos responsáveis da IB, por meio de publicações e em ocasião de eventos, entrevistas e palestras. Nessas ocasiões, os dados apresentados apontam indicadores quantitativos relativos ao número de catadores “envolvidos” pelo projeto, de infra-estrutura e ferramentas de trabalho disponibilizadas e do aumento da renda dos catadores. Também a ênfase é colocada na auto-estima gerada nos catadores pelo projeto através da denominação a eles dada de “agentes ambientais”, reforçada pelo fornecimento de indumentárias e ferramentas que os distinguem adiante da comunidade.

Já a avaliação dos técnicos da mesma IB concentra-se nas dificuldades devidas ao panorama político das várias administrações da BPIII, aos meios limitados, seja em número de funcionários para o trabalho no território, seja em termos da disponibilidade da IB de custear seus encarregados fora do horário do expediente,¹⁷⁴ e na pouca possibilidade de se fazer pressão sobre os integrantes das administrações locais para a realização dos objetivos do

¹⁷⁴ A exigência de cobrir a totalidade do território da BPIII por parte do único funcionário da IB responsável pelo projeto e de seu colaborador do Instituto Lixo e Cidadania faz com que boa parte do tempo seja empregado em se deslocar de um a outro município, percorrendo até várias centenas de quilômetros no mesmo dia. Daí a impossibilidade de realizar as tarefas demandadas pelo projeto e voltar até a sede da IB durante o horário de expediente. Durante a pesquisa de campo, soube que a IB não entendia considerar como trabalho o tempo de viagem quando realizado fora do horário de expediente, acarretando problemas para o desenvolvimento das atividades do projeto.

projeto. Esta situação apóia-se no fato de a IB depender da colaboração das administrações municipais para a realização da maioria das atividades que compõem o CÁP. Eventuais atritos num ou noutro projeto podem prejudicar a realização do conjunto de ações que a IB pretende realizar no território da BPIII, botando em risco a imagem de alta aceitação e “compromisso de todos” para com os objetivos e a metodologia do CÁP.

Por parte dos catadores envolvidos no projeto,¹⁷⁵ as avaliações são geralmente positivas, pelo menos a respeito da IB, enquanto as críticas se referem à atuação das administrações municipais pelo não-cumprimento de parte das tarefas que lhes dizem respeito. Porém, sobretudo quando em situação de boa implementação do projeto, as considerações dos catadores refletem a condição de subalternidade no relacionamento com os demais componentes do *Coleta Solidária*. A IB é vista como “doadora”, enquanto nas relações com as prefeituras, os catadores as consideram como uma espécie de empregadoras, demonstrando as dificuldades na consecução daquela autonomia na gestão das atividades que é parte fundamental dos objetivos declarados do projeto.

No caso de Santa Terezinha de Itaipu, onde são realizadas atividades satisfatórias no que diz respeito à implantação de um programa de coleta seletiva, existe uma boa infraestrutura à disposição dos catadores, com barracão, mesa móvel de triagem, prensas e balanças e, segundo os dados apresentados em artigo publicado no JCÁP de outubro de 2007, realiza-se a melhor renda da BPIII, os responsáveis pela administração das atividades, pelo

¹⁷⁵ Por catadores envolvidos entendemos aqueles que permaneceram nas associações formadas com o apoio do *Coleta Solidária* ao longo de sua atuação. De fato, as desistências das associações, já nas primeiras semanas das suas atividades, alcançam percentuais importantes. No caso de Cascavel, por exemplo, onde os documentos da IB relativos ao cadastramento nos registros da associação reportam totais acima de 400 integrantes, o efetivo alcance do projeto junto a seu “público-alvo” pode ser estimado pelas declarações de um catador registradas pelo *Jornal Hoje*, por ocasião da manifestação realizada no Dia de Mobilização dos Catadores de Materiais Recicláveis, em 7 de julho de 2007: “O catador Antônio Bento dos Santos lembrou que houve várias mudanças de nome e presidência na cooperativa, o que afastou muitos filiados. “Antes tínhamos 105 pessoas, mas esse número caiu. É importante que a COOTACAR receba apoio”, concluiu o trabalhador”. Voltaremos a falar da situação do projeto em Cascavel mais à frente.

controle financeiro, venda dos recicláveis e redistribuição da renda para os catadores são funcionários da prefeitura, que são chamados pelos catadores de “chefe”. Em muitos outros casos as relações entre as administrações municipais e os catadores são construídas através de personagens chamados de “atravessadores”, que atuam como empreendedores no comércio dos recicláveis em concorrência com as mesmas associações de catadores.

Essas situações constituem obstáculos notáveis para a concretização do objetivo principal do projeto, ou seja, “para que os catadores assumam a condição de empreendedores, decidindo os rumos do próprio negócio, tornando-se assim, agentes de desenvolvimento de seus municípios” (JCÁB out. 2007, p.6). Os meios fornecidos aos catadores em termos de capacitação também são evidentemente insuficientes para que estes adquiram as capacidades necessárias ao desenvolvimento das tarefas demandadas para a gestão de sua atividade nos termos que o projeto visa alcançar. Estamos falando das atividades de formação e capacitação oferecidas pela IB através do convênio com o Instituto Lixo e Cidadania, e pelas prefeituras. Na sua maioria, trata-se de atividades realizadas unicamente durante o processo de implantação do projeto.

Existem casos, nas cidades maiores, onde são realizadas atividades de formação para além das palestras proferidas nessa fase. É o que acontece em Foz do Iguaçu, onde cerca de 25 catadores assistem a um curso organizado em convênio entre a Prefeitura e a Agência de Desenvolvimento Solidário do Ministério do Trabalho e do Emprego (ADS), denominado “Curso de Educação Continuada na Cadeia da Reciclagem”, cujo programa didático pressupõe o percurso formativo da primeira à oitava série. Os que participam deste curso fazem parte de sete dos nove grupos organizados territorialmente e que “pertencem” a diferentes barracões distribuídos no território de Foz do Iguaçu.

Em conversas mantidas com a professora encarregada do curso, ela afirmou existirem problemas com a realização do currículo escolar nos tempos estabelecidos. Entre as

motivações fornecidas, estava a dificuldade de os catadores se concentrarem no trabalho escolar durante as aulas (quatro por semana, das 9 às 11 da noite) depois de um dia de trabalho, e entraves ocorridos com o fornecimento das passagens de ônibus para participar das aulas,¹⁷⁶ o que implicou a interrupção prolongada das lições. A mesma professora observava também o quanto era difícil trabalhar com conceitos que não fazem parte do cotidiano deles. O curso começou em setembro de 2006, com a previsão de desenvolver os oito módulos no período de 18 meses.¹⁷⁷ Depois de 7 meses de atuação, a professora responsável pelas aulas confessou estar tendo dificuldade para fechar o primeiro módulo e começar o segundo.

Este curso, desenvolvido em Foz do Iguaçu, faz parte de um programa-piloto a ser desenvolvido em seis estados diferentes, com o patrocínio do Ministério da Educação. Se, por um lado, é difícil imaginar, pelo menos no caso de Foz do Iguaçu, que o curso consiga fornecer nos tempos previstos a formação pretendida para os catadores, resulta ainda mais difícil a realização da segunda fase do plano, ou seja, que estas pessoas se convertam em agentes multiplicadores nos grupos aos quais pertencem, repassando os conhecimentos adquiridos aos demais integrantes das associações.

No interior da IB existem visões diferentes a respeito das dificuldades e da possibilidade de se alcançarem os objetivos do projeto. Como já foi mostrado, a visão que resulta das publicações e das falas oficiais dos dirigentes do CÁB ressalta os dados quantitativos (recursos, equipamentos, números de catadores de algum modo envolvidos no

¹⁷⁶ Estas passagens são adquiridas com a venda dos materiais recicláveis da usina de Itaipu, que a IB doa à ARAFOZ.

¹⁷⁷ “O curso terá duração de 18 meses e vai acontecer de segunda à sexta-feira, sempre das 18 às 21h30, nos centros de Triagem dos vários bairros. Serão 800 horas da Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental, conforme a portaria do Ministério da Educação e Cultura. E, 400 horas de Formação Inicial Continuada de Trabalhadores, vinculada à Gestão de Empreendimentos Solidários e ao Processo Produtivo e Ocupacional das Cadeias Produtivas de Reciclagem ou de Artesanato/inclusas 48 horas de Oficinas Territoriais. São um total de oito módulos tendo como fechamento uma oficina temática em uma cidade com trabalhos na área na qual os catadores conhecerão outros empreendimentos.”
<http://www2.fozdoiguacu.pr.gov.br/Portal/Noticias/wfrmNoticia.aspx?IdNoticia=22556>

projeto), equacionando os dados numéricos ao avanço e ao sucesso da iniciativa. O número de carrinhos distribuídos transforma-se em número de famílias de catadores atendidas, o das associações formadas, na aquisição de consciência civil e cidadania por parte desta categoria. Além disso, é interessante notar o entrelaçamento entre os vários projetos que constituem o CÁB, em que as diversas ações são refletidas em diferentes falas e afirmações que visam acumular capital simbólico e demonstrar o seu sucesso.

Um exemplo bastante claro deste uso vem das declarações das responsáveis da *Educação Ambiental*, projeto cujas ações se entrecruzam com as demais atividades do CÁB. Durante suas falas, a fim de ser demonstrado o amplo leque de classes sociais e realidades tocadas pelo programa de FEA-PAP do qual falamos acima, é costumeiro escutar que as ações de educação ambiental têm a participação das categorias mais variadas da sociedade e, com certo orgulho, cita-se a presença de catadores entre os “educadores ambientais”.¹⁷⁸ De fato, a única representante desta classe de trabalhadores que participa de algumas das atividades do grupo dos “educadores” não realiza mais atividades de coleta, mas cumpre expediente no escritório do Instituto Lixo e Cidadania em Foz do Iguaçu, ocupa-se das pesquisas de preços junto às empresas de reciclagem, e ministra aulas aos demais catadores sobre separação de materiais recicláveis e técnicas de coleta, além de realizar junto aos responsáveis da execução do projeto seminários em escolas, empresas e outras realidades.

Para ela, o projeto representou oportunidades de avanço, contudo, devemos registrar o fato de que este avanço se deu por meio do abandono das atividades de coleta do lixo e com a atribuição de tarefas administrativas e de apoio às atividades de formação do *Projeto Coleta*

¹⁷⁸ O termo “catadores”, cuja transformação para “agentes ambientais” faz parte dos objetivos do CÁB, é aproveitado pelos integrantes do Programa quando querem ressaltar a capacidade que ele tem de envolver os mais diferentes estratos da população, especialmente o dos mais carentes, sinal do grau de “democracia” do programa que permitiria a “participação”, até dos mais desprovidos, em suas diferentes atividades.

Solidária. Registre-se também que este é um caso único entre os milhares de catadores que supostamente vieram a ser beneficiados pelo projeto.

O que se destaca da totalidade dos casos considerados no âmbito da BPIII é que as intervenções no campo da “capacitação” são absolutamente insuficientes para que se adquiram as competências necessárias para manusear os instrumentos que um projeto como este disponibiliza. A constituição de associações é realizada sem prestar atenção às características das relações internas aos grupos que se pretende “homogêneos”, à existência de relações sociais e de trabalho preexistentes nas realidades onde o projeto pretende implantar mudanças radicais nessas mesmas relações, fazendo com que os catadores fiquem sujeitos a mecanismos de coação, agora favorecidos pelas iniciativas implementadas na realização dos objetivos do *Coleta Solidária*.

Um episódio em Céu Azul ilustra o tipo de dificuldade que enfrenta o projeto ao tentar implementar seus objetivos. Neste município,¹⁷⁹ a administração tem um projeto de coleta seletiva e disponibilizou um barracão com boas instalações que começou a ser usado no mês de abril de 2007.

¹⁷⁹ O município de Céu Azul conta com cerca de 11 mil habitantes; os catadores cadastrados em 2006 eram 25, dos quais 12 participaram das atividades de formação da associação. Destes, somente oito continuam a fazer parte da associação. Como na grande maioria dos outros municípios, participa das atividades do projeto percentual pouco significativo de catadores presentes no território. Em todos os municípios, as desistências nas primeiras semanas de atividade atingem a média de 30% daqueles que foram cadastrados como integrantes da associação.



Foto 11. “Barracão” de Céu Azul. *Projeto Coleta Solidária*



Foto 12. “Barracão” de Céu Azul, interno

Pouco depois do começo das atividades neste barracão, logo após a primeira venda coletiva de recicláveis por parte da associação, muitos catadores pediram aos responsáveis

pelo projeto que intervissem para consertar uma situação de tensão no interior da associação, criada por acusações endereçadas ao seu administrador de estar se aproveitando, em benefício próprio, dos recursos arrecadados com a comercialização dos recicláveis. Ao indagar sobre a situação, resultou que as principais causas do problema residiam no montante da arrecadação realizada pelos catadores, o que não refletia as melhorias que o projeto prometia lhes proporcionar. Na impossibilidade de os catadores entenderem e avaliarem os relatórios de entrada e saída de materiais e recursos preenchidos pelo responsável da associação, um atravessador assumira este cargo, em função de ser o único entre os membros da associação que sabia ler e escrever. Além disso, parece que o administrador emprestara à associação certa soma de dinheiro para constituir um capital de giro, com o qual a associação comprava os materiais recicláveis a serem comercializados. Boa parte do arrecadado era destinada, então, à reposição e ao pagamento de juros sobre este empréstimo.

Longe de ser um caso isolado, ou de representar uma situação atípica, este tipo de problemas parece ser um dos entraves maiores ao desenvolvimento e à ampliação do projeto. Este episódio diz respeito à presença nas associações dos assim chamados “atravessadores”, pequenos empresários da indústria da reciclagem que costumam alugar aos catadores os carrinhos para as atividades de coleta, e depois compram, a preços muito aquém do mercado, os materiais por eles coletados. Um dos objetivos do projeto, através da formação de associações e cooperativas e da organização dos catadores, é a eliminação deste tipo de intermediário, que costuma se aproveitar do trabalho dessas pessoas. A desconfiança dos demais catadores quanto aos assim chamados atravessadores é fomentada nas falas e nas “oficinas de formação” realizadas pelos responsáveis do *Coleta Solidária*. Estes explicitam a situação de aproveitamento nas relações de trabalho dos catadores com os pequenos empresários da reciclagem, e declaram abertamente que um dos objetivos do projeto, por

meio da organização dos catadores em entidades cooperativas, é a eliminação da mediação desses personagens.

Não obstante, em vários casos, este personagem tem a possibilidade de influenciar grupos de catadores com os quais entretêm relações de trabalho e a quem estes recorrem em caso de necessidade. Por meio de relações que estes entretêm com representantes das administrações das prefeituras, às quais cabe a responsabilidade da formalização das associações, eles conseguem assumir cargos de administração – em função de terem, também, algumas das capacidades básicas que este papel requer. Eles mantêm, assim, o controle das atividades de coleta de recicláveis no próprio território e conseguem até se aproveitar dos recursos disponibilizados pela atuação do projeto *Coleta Solidária*.

O caso de Guáira é bastante emblemático. Neste município foi constituída a “Associação dos Agentes Guaienses Ambientais (ÁGUA)”, com acerca de 40 associados, que recebe verbas da Prefeitura¹⁸⁰ para o pagamento de despesas relativas ao aluguel e aos demais gastos para a manutenção do barracão da associação.

¹⁸⁰ Através da Lei n. 1.434/2006, a Prefeitura de Guáira autorizou a provisão orçamentária de até R\$ 12.000 ao ano para o financiamento da ÁGUA, além de destinar à associação, a partir de final de 2006, os resíduos provenientes da poda das árvores do município para serem comercializados como adubo orgânico.



Foto 13. Entrega de carrinhos na cidade de Guaíra

Durante visita ao município junto com os responsáveis pelo *Coleta Solidária*, constatamos que o barracão alugado pela associação com verbas da Prefeitura pertence a um atravessador que nele realizava anteriormente a sua atividade. Ao alugar esse barracão para a associação, cuja presidente é sua filha, o atravessador mudou-se para outro barracão, sempre na cidade de Guaíra, onde continua a trabalhar em concorrência com a associação, adquirindo desta boa parte do material coletado a preços bem abaixo da média da região. Do que se constata nos relatórios do Instituto Lixo e Cidadania e nos dados recolhidos em campo, parece que boa parte das associações constituídas com o estímulo do *Coleta Solidária* tem responsáveis que atuavam como atravessadores antes da constituição das associações por parte das prefeituras.¹⁸¹

¹⁸¹ Em setembro de 2006, além de Guaíra, a mesma situação se apresentava nos municípios de Terra Roxa, Palotina e Céu Azul. Ainda em 2007, o responsável pelo Instituto Lixo e Cidadania sinalizava outras situações similares, como a de São Miguel de Iguazu, onde “Pelo constatado na visita, o município não garantiu o

Não obstante as dificuldades aqui relatadas, parece faltar da parte dos dirigentes da IB a vontade ou a capacidade de refletir sobre a experiência realizada e de tentar rever o desenho do projeto. Mais do que isso, nas declarações oficiais, o projeto é tido como exemplo da atuação no campo da “inclusão social”, demonstração da validade do CÁB, sem que nenhum dos entraves acima expostos seja levado em conta. O que parece é que, para os responsáveis da IB, a formalização das associações e o ato de entrega dos carrinhos e dos uniformes são por si só suficientes para demonstrar a realização dos objetivos do projeto e, também, o cumprimento dos objetivos da IB no campo socioambiental. Isto resulta claro, por exemplo, quanto afirmado nos Relatórios de Avaliação Estratégica da empresa.¹⁸² No relatório de 2004, a avaliação da IB foi a seguinte:

O projeto que trata da **Coleta Solidária, atendeu aos objetivos sociais e ambientais para os quais estava proposto. No período foram transformados em agentes ambientais 500 catadores**, sendo 300 em Foz do Iguaçu e 200 em outros 18 municípios da BP III, beneficiando diretamente 500 famílias e mais 500 indiretamente. Uma pesquisa feita pela ARAFOZ – Associação dos Recicladores Ambientais de Foz do Iguaçu indica que as famílias envolvidas nesse projeto tiveram sua renda mensal aumentada em R\$ 100,00 /família / mês o que garante o lado social do projeto (Itaipu Binacional, *Avaliação Operacional Plano Empresarial 2004 -*

atendimento continuado aos catadores; embora exista uma associação de catadores e a prefeitura tenha cedido um barracão que foi equipado pela Itaipu, com prensa e balança, os catadores armazenam seus materiais recicláveis em suas casas, enquanto o barracão é utilizado por um atravessador que se tornou presidente da associação de catadores. Nenhuma ação do município foi identificada para a melhoria dos catadores ou suporte à sua organização. O município possui uma usina de reciclagem no aterro sanitário, onde uma empresa separa o material reciclável dos demais resíduos e os comercializa, ficando com o lucro da venda. Não há catadores neste processo, o lixo chega completamente misturado e é separado por funcionários da empresa. Pelo apurado, o local não possui licença para funcionamento” (Relatório Instituto Lixo e Cidadania BPIII maio de 2007).

Em muitos outros municípios, não obstante a constituição formal de associações e a entrega de carrinhos e uniformes pela Itaipu, nenhuma atividade relativa à coleta seletiva estava sendo implementada pelas prefeituras. Os catadores continuavam separando os recicláveis dos demais resíduos nos lugares onde eles eram deixados para ser coletados pela prefeitura, armazenando-os em suas moradias, sendo que as atividades de triagem e comercialização do lixo coletado pelos municípios ficavam por conta de particulares.

¹⁸² As Avaliações Estratégicas e Operacionais são relatórios anuais realizados pelas Assessorias de Planejamento Empresarial das Direções paraguaia e brasileira da IB (PE.GP e PE.GB), para avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Empresarial que, como vimos em outra parte do trabalho, correspondem a nove Objetivos Estratégicos. O objetivo relativo à atuação no campo social é o de número 6, ou seja: “Contribuir para a melhoria de qualidade de vida da população regional, fortalecendo as políticas públicas, com referência no IDH e nas Metas do Milênio” (Itaipu Binacional, *Avaliação Estratégica Anual 2004 / 2005*, Assessorias de Planejamento Empresarial – PE.GB – PE.GP, 2005).

2008, Assessorias de Planejamento Empresarial – PE.GB – PE.GP, 2005, ênfase nossa).¹⁸³

Os atos mais valorizados e mais significativos dessas “transformações” são aqueles em que se faz a entrega dos materiais aos catadores. Eventos altamente formalizados contam com a presença dos representantes dos principais poderes políticos dos municípios, de altos cargos da IB, e da imprensa local. A realização de cerimônias públicas em que as ações do CÁB têm visibilidade e onde são reafirmados como válidos os pressupostos do Programa são algumas das constantes enfocando o Programa. Em todas elas, o CÁB é celebrado como ruptura em relação às precedentes gestões da IB e, em consequência, às precedentes administrações políticas no Brasil. Na parte final deste trabalho, olharei para a valência política do CÁB e seu papel no âmbito de projetos políticos de alcance nacional.

Voltando ao *Coleta Solidária*, apresento a seguir a descrição de uma cerimônia de entrega de carrinhos realizada no final de 2006 na cidade de Cascavel.¹⁸⁴ Este evento não difere dos demais ao longo da implementação do projeto. O caso de Cascavel, contudo, é interessante pela presença na cidade de uma experiência precedente ao *Coleta Solidária*, cujos objetivos e metodologia são idênticos àqueles do projeto implementado pela IB, o *Ecolixo*. A história do *Ecolixo*, ao revelar dificuldades e desfechos parecidos com aqueles vividos pelo *Coleta Solidária*, alerta ainda mais sobre a necessidade de se perguntar acerca da viabilidade desses empreendimentos, seus efeitos e os interesses que vêm a ser satisfeitos por meio de sua implementação.

¹⁸³ A referência aos 500 catadores refere-se ao número de carrinhos e uniformes até então distribuídos pela IB.

¹⁸⁴ Tratava-se da terceira entrega de materiais relativa à cidade de Cascavel pela IB. Em novembro de 2004, na gestão política anterior, a IB havia entregue 25 carrinhos à Associação de Catadores de materiais Recicláveis (ACAMAR). Em fevereiro de 2006, foram distribuídos 205 carrinhos e o dobro de kits. Dessa vez, seriam entregues 250 carrinhos e 500 kits, uma prensa e uma balança.

4.3.1 A entrega de carrinhos: descrição de um evento

O evento descrito a seguir teve lugar no começo de dezembro de 2006. A cerimônia de entrega foi realizada num amplo salão de propriedade da Prefeitura. Ao fundo, um palco com microfone, sem mesa ou cadeiras, onde foram se posicionando as autoridades que compunham a “mesa” de honra. Na frente do palco, várias fileiras de cadeiras de plástico, nas mais próximas ao palco estavam sentados alguns dos organizadores, autoridades e funcionários da prefeitura; nas demais, os catadores e seus familiares, aproximadamente 200 pessoas. Num amplo espaço à direita e atrás das cadeiras estavam alinhados os 250 carrinhos a serem retirados pelos catadores ao final da cerimônia.



Foto 14. Cerimônia de entrega de carrinhos em Cascavel

Uma mesa ocupada por funcionárias da prefeitura estava posicionada na parte posterior esquerda das cadeiras. Ali os catadores tinham que apresentar documento de identidade para serem cadastrados na associação (os que ainda não constavam do registro da mesma) e assinar termo de responsabilidade para retirar carrinho e uniformes. Uma funcionária da prefeitura, encarregada de coordenar os trabalhos da mesa, chamou as várias

autoridades ao palco. Entre eles, o Presidente da Câmara Municipal dos Vereadores, o Vice-prefeito e o Secretário da Educação, que representava o prefeito, o superintendente da Caixa Econômica Federal, o gerente regional da Caixa Econômica Federal, o funcionário da IB responsável pelo projeto *Coleta Solidária*, o representante do Instituto Lixo e Cidadania, que atua no *Coleta Solidária*, o representante do Secretário Municipal de Meio Ambiente, uma representante da SANEPAR, a Secretária Municipal de Ação Social, também gerente da área Social Básica da Prefeitura, o presidente da Companhia de Desenvolvimento de Cascavel (CODEVEL), que é também o responsável pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo desta cidade, o diretor da CODEVEL, o Secretário de Meio Ambiente de Foz do Iguaçu que, como vimos foi um dos que trabalharam desde o começo, na qualidade de membro da ADEAFI, para a realização do projeto em Foz do Iguaçu, antes que este viesse a fazer parte das atividades do CÁP, a representante do Núcleo Regional de Educação, a presidente da ACAMAR, e o superintendente de Meio Ambiente da IB, representando o seu diretor de Coordenação.¹⁸⁵

O primeiro a falar foi este último, que discursou por cerca de oito minutos; logo depois foi a vez da responsável pela Secretaria de Ação Social, três minutos de intervenção, do representante da Câmara Municipal dos Deputados, por dois minutos; em seguida, a fala do representante do prefeito, que durou cerca de cinco minutos. Fez-se, então, a leitura do Termo

¹⁸⁵ Durante a minha estadia no campo, estava sendo formalizada a Cooperativa dos Trabalhadores e Catadores de Materiais Recicláveis de Cascavel (COOTACAR). Assisti, em junho de 2007, a uma das reuniões realizadas para a sua formalização, que consistiu na leitura e na discussão do Estatuto (discussão da qual não participou nenhum dos catadores presentes) e na votação dos cargos de diretoria e do Conselho. A formalização da Cooperativa está sendo custeada pela CODEVEL. Estiveram presentes cerca de 40 catadores e familiares. Nessa ocasião, a presidente da ACAMAR foi eleita presidente da COOTACAR. A existência de diferentes associações, como no caso de Foz do Iguaçu, responde tanto a divisões internas dos grupos de catadores da cidade que participam das iniciativas, quanto da vontade de alguns destes grupos de manter autonomia diante dos arranjos organizativos propiciados por diferentes órgãos e sucessivas administrações municipais, assim como de personagens que à vários títulos exercem alguma influência neste ou naquele grupo de catadores. O caso de Cascavel é bastante emblemático quanto aos problemas e às características que acompanham atividades como as do projeto *Coleta Solidária*. Em Cascavel, ações deste tipo começaram a serem desenvolvidas nos últimos anos do século passado. Voltaremos a nos ocupar do assunto em seguida.

de Responsabilidade¹⁸⁶ e a assinatura do mesmo por parte da IB, da Prefeitura de Cascavel e da ACAMAR. Cópia do documento assinado foi entregue à presidente da ACAMAR, enquanto o público era convidado a ficar sentado para ouvir a fala do Secretário de Meio Ambiente de Foz do Iguaçu. Este começou seu discurso enquanto eram tiradas as últimas fotos feitas pela imprensa. Ele falou por mais de 20 minutos sobre as maneiras corretas de realização da coleta e do uso dos materiais recebidos, e se concentrou na contribuição pessoal à “causa dos catadores”. As outras falas, no entanto, apontavam para a contribuição da própria instituição representada pelos que ali estavam.

Todas as falas tinham muitos elementos em comum: afirmavam a importância do evento para o avanço em “cidadania”, para o crescimento da “auto-estima” dos catadores e para o melhoramento de suas condições de vida. O representante da IB afirmou a grande receptividade com que o projeto estava sendo acolhido em todos os municípios da BPIII e a certeza de se estar no caminho certo,¹⁸⁷ e forneceu um exemplo das potencialidades econômicas da reciclagem.¹⁸⁸ Os representantes da Prefeitura e da Câmara dos Vereadores da

¹⁸⁶ O Termo está assim redigido: “Pelo presente Termo em nome dos catadores de materiais recicláveis de Cascavel, representados pela presidente da COOTACAR, Cooperativa dos Trabalhadores e Catadores de Recicláveis de Cascavel, a senhora MFQ, declara receber e se responsabilizar pelo uso coreto, conservação e manutenção dos equipamentos, uniformes, 250 carrinhos, 250 kits de uniformes, uma prensa e uma balança, adquiridos pelo Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros com tributos da IB conforme um convênio de número 7972 de 2005. Os equipamentos e uniformes estarão à disposição dos catadores de materiais recicláveis de Cascavel. Foz de Iguaçu, 22 de novembro de 2006 / Assinado: Diretor de Coordenação da IB, Prefeito de Cascavel e Presidente da ACAMAR” (Material de campo/gravação, Cascavel, dezembro de 2006).

¹⁸⁷ “Vale aqui o registro de que este projeto Coleta Solidária, está sendo apoiado em toda a região, em todos os municípios, e hoje nós já temos 1.439 carrinhos entregues, sem contar esses 250. Nós distribuimos 2.439 kits de uniformes, mais os que serão entregues aqui, e 26 equipamentos, prensas e balança que vocês estão recebendo aqui, ou para a associação. Além disso, já foi [sic] entregue aqui em Cascavel em outra oportunidade, 205 carrinhos mais 400 kits de uniforme, num total de 455 catadores atendidos. Mais 250 hoje, recebendo uma prensa e balança, a gente melhora mais ainda a condição de várias famílias que atuam nesta cidade” (fala proferida pelo Superintendente de Meio Ambiente, representando o diretor de Coordenação da IB, em 5 de dezembro 2006, em Cascavel, grav. vídeo).

¹⁸⁸ “Ia fazendo umas pequenas contas, por exemplo, Cascavel tem 300.000 habitantes. Se cada pessoa de Cascavel consumir uma latinha por dia, você precisa juntar umas 50, 60 para dar um quilo, está em torno de 18.000 quilos... 18.000 quilos por dia. Se nós multiplicarmos isso por em torno de R\$ 3, digamos o preço, talvez pouco menos, a gente [...] (incompreensível) R\$ 18.000. Se a gente multiplicar isso por 30 dias, a gente ganha em torno de R\$ 540.000; se a gente multiplicar isto então por ano, a gente ganhará uma fatia maior ainda. Estou só dando o exemplo de uma latinha” (*ibidem*, nota anterior).

cidade reafirmaram o compromisso daquela administração para com a causa dos catadores, sendo o evento demonstração e concretização desta preocupação.

Enfim, o Secretário de Meio Ambiente de Foz do Iguaçu discursou longamente sobre os compromissos que os catadores estavam assumindo ao receberem o carrinho, a “oportunidade de cidadania” que o projeto lhes estava oferecendo e as posturas corretas a serem assumidas diante de seus colegas e da sociedade. Convidou os catadores a considerarem que se tratava de um passo importante, mas que era apenas um único passo em um percurso, a maior parte ainda faltava a ser percorrida, rumo ao melhoramento de condições e trabalho e de vida. O restante dependeria em grande medida da própria postura dos catadores, deixando entender que muito estava sujeito ao apoio de pessoas “realmente comprometidas” com o seu destino. Este tipo de intervenção, caracterizada pelo tom muitas vezes paternalista e pedagógico, é considerada como atividade de “capacitação” e visa “educar” os catadores nas práticas corretas de comportamento com seus colegas e perante o restante da sociedade, e também no uso dos materiais disponibilizados.¹⁸⁹

Finalmente, os catadores foram convidados a se apresentar à mesa no fundo do salão onde receberiam, depois de registro prévio e assinatura de Termo de Compromisso, a autorização para levar carrinho e uniformes. Somente depois disso foram distribuídos café, leite e biscoitos.

Não obstante em Cascavel, em três diferentes oportunidades, o projeto ter entregue mais de 450 carrinhos e o dobro de uniformes, a cidade não consta da lista dos municípios onde o *Coleta Solidária* está sendo implementado e obtendo os primeiros resultados, o que foi

¹⁸⁹ De comentários recolhidos *in loco* e em artigos de jornais (Cf. *Jornal Hoje* de 11 de setembro de 2006 e de 6 de dezembro de 2006), parece-nos que muitos dos catadores que receberam um carrinho nas precedentes entregas realizadas pela prefeitura e pela IB deixaram a associação e o venderam a outros catadores, prática ilegal, já que a propriedade dos carrinhos não é individual, mas é da associação à qual são doados. No seu discurso, o Secretário de Meio Ambiente de Foz do Iguaçu insistiu bastante sobre este ponto.

publicado no JCÁB de outubro de 2007. A formação de associações de catadores, a distribuição de carrinhos para a coleta e uniformes, a realização de programas de “capacitação,” a organização de atividades de coleta seletiva porta a porta e a “transformação” dos catadores em “agentes ambientais” não eram uma novidade no começo do *Coleta Solidária* naquela cidade. Em Cascavel, desde o início do século XXI, como já dissemos, existia uma experiência muito parecida com o projeto da IB, realizada por iniciativa das precedentes administrações municipais, e que contava com a colaboração de vários parceiros em níveis local e nacional, o projeto *Ecolixo*.

4.3.2 O projeto ECOLIXO

Fruto de políticas relativas à reciclagem de resíduos sólidos que começaram a ser formalizadas pelo poder municipal já em 1993,¹⁹⁰ ano em que a prefeitura efetuou o primeiro cadastro dos catadores atuantes na cidade, em número de 120,¹⁹¹ o ECOLIXO teve sua implementação efetiva a partir do ano de 2000, com a construção de um Centro de Processamento e Transferência de Materiais Recicláveis (CPTMR).

O Programa foi premiado pelo “Best Practice and Local Leadership Programme” do “UN-Habitat”¹⁹² como uma das boas práticas do ano 2002 no âmbito mundial, e pelo Programa “Caixa Melhores Práticas em Gestão Local” no ciclo 2001/2002. Num primeiro momento, o desenho do programa previa a “criação de galpões de armazenamento para os catadores”, proposta que não foi concretizada. Contudo, os catadores “renomeados Agentes Ecológicos, foram incorporados ao programa” (*ibidem*, p.11). A implementação efetiva do ECOLIXO teve início em 2001, com recursos oriundos do Orçamento Geral da União (72%),

¹⁹⁰ Com a Lei nº 2.366/93 aprovada pela Câmara dos Vereadores de Cascavel, que autorizava o Poder Público Municipal a patrocinar o serviço de tratamento e reciclagem do lixo.

¹⁹¹ Romani, 2003, p 9 *et seq.* Os dados sobre o Programa ECOLIXO reportados a seguir são extraídos desta publicação, caso não tenha sido indicado de forma diferente.

¹⁹² Programa das Nações Unidas Para os Assentamentos Humanos.

repassados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU)¹⁹³ da Presidência da República, e da própria Prefeitura de Cascavel (28%), com a cifra de R\$ 525.138,57.

A primeira parcela, de aproximadamente R\$ 423.000, foi usada

para a construção do CPTMR, a aquisição de um caminhão compartimentado e de equipamentos. A segunda parcela, repassada através do “Programa Morar Melhor” foi utilizada para a compra de um caminhão compartimentado, 12 PEVs e cestos plásticos para a coleta seletiva. Para a liberação do recurso, o “Programa Morar Melhor”, diferentemente do PASS, exigia a apresentação de um plano social que acompanhasse o objeto da demanda financeira. Desta forma, diversas palestras sobre auto-estima, higiene e segurança no trabalho foram realizadas junto aos catadores com o apoio da Secretaria de Saúde e de Educação. [...] Outras parcerias estabelecidas no decorrer do trabalho foram com comerciantes e empresas locais que doaram 100 carrinhos coletores aos agentes ecológicos. Apenas uma destas empresas permanece vinculada ao programa, através da prestação de serviços no CPTMR. Esta articulação será discutida com mais detalhes no item parcerias. Quanto às parcerias institucionais, alguns cursos oferecidos aos catadores ou a seus familiares contaram com o apoio da Companhia Cascavelense de Transporte e Tráfego – CCTT e de órgãos do estado (Romaní, 2003, p.13-14)

Logo depois da implantação das infra-estruturas, o projeto começou a experimentar vários entraves que não lhe permitiram sair da fase piloto, continuando até hoje a atender somente aos dez bairros da cidade onde tinha começado a ser realizado o serviço de coleta seletiva. Os catadores cadastrados, uniformizados e renomeados de “agentes ecológicos” passaram a vender os recicláveis ao CPTMR, o qual era gerido pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura, responsável pelo gerenciamento dos resíduos urbanos. Em 2004, teve lugar a constituição da “Cooperativa de Agentes Ambientais de Cascavel” (COOPERAGE), que pretendia legalizar em forma de cooperativa a “Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Cascavel” (ACAMAR), mas que não chegou a ser formalizada.

O advento do *Coleta Solidária* veio, então, sobrepor-se a uma situação em que as atividades propostas por ele já haviam sido implementadas, acumulando uma experiência de

¹⁹³ A primeira e mais consistente parcela dos recursos foi repassada através do *Programa de Ação Social em Saneamento* (PASS), enquanto a segunda provinha do *Programa Morar Melhor*, ambos da SEDU.

anos, e cujos entraves se parecem com aqueles encontrados nas tentativas de execução do projeto. A Prefeitura de Cascavel, naquele que parece ser um percurso de reivindicação da paternidade das iniciativas de afirmação da coleta seletiva do lixo e da incorporação ao processo dos catadores de recicláveis, está tentando revitalizar o ECOLIXO. Em meados de 2007, como sugerido por uma consultoria encomendada para definir as mudanças que o este programa precisa efetivar para realizar seus objetivos, foi proposto e implementado o desenho de uma ulterior cooperativa, a COOTACAR. Em maio de 2007, um artigo do *Jornal Hoje* relatava a criação da cooperativa como a tentativa de inovar o projeto, “congelado desde 2001”:

Com um contrato de R\$ 59,5 mil, a consultoria avaliou o funcionamento de todo o processo em Cascavel. [...] Conforme o secretário, o relatório de cerca de 500 páginas indicou que alterações estruturais e o aperfeiçoamento do serviço são necessários. O principal alvo é a relação com os agentes ecológicos, sendo este o elemento fundamental do processo. “Haverá alteração no sistema operacional dos agentes e do Ecolixo. Também faremos um trabalho de educação ambiental” (*Jornal Hoje*, Edição nº 4628, 14 de maio de 2007).

As problemáticas apontadas na “relação” com os “agentes ambientais” dizem respeito à sua não-participação em uma iniciativa que não parece ter conseguido proporcionar a eles qualquer meio real de mudança. Ao olhar para as queixas dos catadores, que abandonaram na sua maioria o ECOLIXO, a atuação deste projeto veio a representar somente uma instância a mais no panorama do mercado informal de recicláveis, do qual ainda dependem majoritariamente. As acusações são relativas aos preços pagos pelo ECOLIXO, que seria bem inferior aos preços de mercado e, conseqüentemente, ao fato de que os responsáveis pelo ECOLIXO estariam se aproveitando do projeto em benefício próprio.¹⁹⁴ De fato, se

¹⁹⁴ Em 7 de agosto de 2007, consta notícia no *Jornal Hoje* sobre a falta de repasse, desde pelo menos o ano de 2005, das prestações de conta do ECOLIXO e do Fundo Municipal de Meio Ambiente ao Conselho Municipal do Meio Ambiente, encarregado de fiscalizar as atividades de ambos os empreendimentos geridos pela

confrontamos os preços pagos pelo ECOLIXO em certo momento de 2005 com aqueles pagos por outra firma em Medianeira, notaremos que boa parte dos preços praticados em Cascavel estão bem aquém dos obtidos nesta outra cidade.¹⁹⁵

Na consideração dos responsáveis pela implementação do *Coleta Solidária*, o projeto ECOLIXO não conseguiu melhorar a vida dos catadores, afastando a maioria deles da possibilidade de influir na gestão das atividades, e transformando-se em empreendimento particular de um determinado grupo de pessoas. No diagnóstico feito pelo responsável do ILIX de maio de 2007, em relação à cidade de Cascavel, consta a seguinte consideração: “O município está organizando e capacitando os catadores através da Secretaria de Ação Social. Após muita resistência, a Secretaria do Meio Ambiente já assinala com a cessão de um barracão para os catadores”. Em várias ocasiões, ao discorrerem sobre as diferenças do desenho do ECOLIXO e o do *Coleta Solidária*, os responsáveis deste último, depois de exporem críticas ao modelo de gestão do ECOLIXO, chegaram a defini-lo como um projeto “de mentirinha”, já que não aportaria nenhuma mudança verdadeira na condição dos catadores, sendo o CTPMR somente um lugar a mais para que eles vendessem o material reciclável.

As críticas formuladas à atuação da Prefeitura de Cascavel não diferem daquelas dirigidas a muitas outras pelos responsáveis do *Coleta Solidária*, mas não constituem as únicas motivações levantadas por eles para explicar as dificuldades em realizar os objetivos do projeto. Estes atores mantêm relações diretas com as administrações municipais, e conhecem também as diferentes situações dos grupos de catadores envolvidos no projeto. Nas suas avaliações, grande responsabilidade é atribuída às divisões internas entre os catadores,

CODEVEL. Como vimos há pouco, a criação de uma ulterior cooperativa de catadores, a COOTACAR, estava sendo dirigida e custeada pela mesma CODEVEL.

¹⁹⁵ Zyger, 2005, p.132.

divisões estas que muitas vezes seriam provocadas por personagens com interesses políticos e/ou materiais. Eles estariam instaurando e se aproveitando de relacionamentos privilegiados com este ou aquele grupo de catadores para perseguir objetivos próprios, dificultando assim a possibilidade destes últimos de “entenderem” as vantagens de se unirem e colaborem nas formas que o projeto propõe. A visão dos catadores como categoria social, cujos componentes deveriam compartilhar as mesmas aspirações e interesses, é um dos pressupostos de todas as ações a eles endereçadas, e muitos dos esforços são dedicados a fazer com que eles adquiram “consciência” da própria situação, uma espécie de educação voltada à “consciência de classe”:

A coordenadora da Área de Proteção Social Básica, da Secretaria Municipal de Ação Social, em artigo publicado acerca da notícia de que existiria compra e venda dos carrinhos doados pela Itaipu em Cascavel, afirma que a prefeitura não tem estrutura de fiscalização das 600 famílias, e que essas coisas acontecem porque “Temos cerca de 600 famílias cadastradas e 200 beneficiadas. **Eles ainda não se entenderam como coletividade, por isso, estamos fazendo reuniões mensais com todos para tentar conscientizá-los**” (*Jornal Hoje*, 11 de setembro de 2006).

Não obstante o fato de que o fornecimento de “capacitação” seja o centro de todas as declarações e dos planos programáticos de projetos como o *Coleta Solidária*,¹⁹⁶ os esforços realizados nesta direção são bastante modestos, sobretudo no que diz respeito aos meios disponibilizados para atingir resultados concretos. Por exemplo, o último convênio entre a IB e o ILIX, assinado em meados de 2007, prevê que este instituto realize a “capacitação” de 500 catadores por um ano, período em que, na opinião do integrante do ILIX responsável em atingir o objetivo, seria apenas suficiente para alcançar menos de 10% do pretendido.¹⁹⁷

¹⁹⁶ “Esperamos que o sistema incorpore os catadores. Estamos fazendo de tudo para qualificá-los, capacitá-los e integrá-los como cidadãos.” Representante do diretor de Coordenação da IB, por ocasião da última entrega de carrinhos e uniformes anteriormente descrita (*Jornal Hoje*, 06 dezembro de 2006).

¹⁹⁷ Responsável ILIX para a BPIII, comunicação pessoal. O convênio entre IB e ILIX, sempre de acordo com o referido por este ator, prevê o repasse de aproximadamente R\$ 10 mil mensais ao Instituto. Destes, R\$ 7 mil são destinados a custear as atividades com associações de catadores da área metropolitana de Curitiba e do litoral do estado; o restante cobre as despesas das ações realizadas na BPIII. Ou seja, enquanto os investimentos realizados pela IB até meados de 2007 para o fornecimento de carrinhos, uniformes, prensas e balanças, destinados às associações de catadores da BPIII, podem ser calculados aproximadamente em R\$ 1,5 milhões, as despesas para

Contudo, estas considerações são formuladas somente de modo informal, e não parecem provocar reflexões sobre o efetivo alcance do *Coleta Solidária* e a idoneidade dos meios à disposição diante dos objetivos a serem perseguidos – reflexões que poderiam contribuir para desmontar a imagem de “experiência-modelo” atribuída ao projeto pela IB.

Encerramos este capítulo com algumas reflexões sobre outro projeto do CÁP, que trata de um dos temas mais debatidos quando se coloca a sustentabilidade das atividades produtivas, a agroecologia.

4.4 “Projeto Agricultura Orgânica”

Em entrevista realizada com o gestor do *Programa 40*, ele afirmou que as primeiras atividades de fomento à agricultura orgânica foram realizadas pela IB a partir do ano de 2000, com a intenção de diminuir a quantidade de agrotóxicos presentes nas águas do reservatório, que botavam em risco o desenvolvimento das atividades da pesca e do turismo. Nelas, o IB tinha investido desde cedo para fomentar o crescimento econômico da região e tentar compensar as perdas sofridas com a construção da usina. Os resultados escassos, sinal da pouca viabilidade dessas iniciativas, levaram os seus responsáveis a repensar sua atuação, decidindo orientar-se na direção de um percurso mais gradual, redefinindo as intervenções, como o apoio à “agricultura sustentável”, por meio do qual não se pretendia eliminar de vez o uso de pesticidas e adubos químicos, mas diminuí-lo.

A partir de 2003, outras preocupações vieram a ser englobadas à atuação da IB. A nova missão, ao considerar as questões socioeconômicas como parte da área de atuação da empresa, comportou a ampliação dos investimentos e um redirecionamento dos objetivos a serem atingidos, entre eles, a geração de renda da população rural brasileira mais pobre, a ser

resolvida por meio de empreendimentos ecologicamente sustentáveis. Desde então, a IB passou a ter um papel de coordenação entre iniciativas diferentes, objetivando atender a públicos que esperavam receber do recém-eleito Governo Federal uma maior atenção. O *Projeto Agricultura Orgânica* é desenvolvido em colaboração com a “Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural” (ATER),¹⁹⁸ que fornece apoio e “capacitação” a pequenos agricultores e às suas associações da BPIII. Isto é feito por intermédio de uma rede de técnicos e agentes de extensão rural. O objetivo, neste campo, da Diretoria de Coordenação é a conversão dos agricultores da BPIII a práticas agrícolas “orgânicas”, à formação de associações cooperativas de agricultores e à criação de empreendimento agroindustriais baseados na produção orgânica.

Um dos técnicos da IB que atuam no projeto levantou, durante uma entrevista aberta, a questão da complexidade do campo social no qual o *Projeto Agricultura Orgânica* atua, complexidade esta que inviabilizava, na sua opinião, a conquista dos objetivos do diretor de Coordenação da IB, o qual, ao que parece, teria pretendido com grande veemência alcançar o número de 1.000 agricultores orgânicos na BPIII até o fim do ano de 2007. Para este técnico, tais pretensões não correspondiam às reais possibilidades de realização. Segundo seu testemunho, existiam naquela época (maio de 2007) aproximadamente 600 agricultores da região que podiam ser considerados “orgânicos”, cuja maioria, mais ou menos 400, havia começado a produzir de modo orgânico já em época anterior à criação do CÁB. Sempre de acordo com ele, querendo realizar uma previsão otimista, o projeto tinha a possibilidade de

¹⁹⁸ A ATER, que depende do Departamento de Ater (DATER), da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sofreu mudanças substanciais com a entrada em vigor do Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, em consonância com a Política Nacional da ATER, desenvolvida no mesmo ano. Esta pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho, com a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre.

estimular mais 200 pequenos produtores da região a adotarem, pelo menos parcialmente, técnicas de cultivo orgânico.

Este ator considerava que a causa principal da pouca receptividade dos agricultores diante dos objetivos do projeto estava ligada ao fato de que a conversão à produção agrícola orgânica comporta investimentos notáveis para se testar a sua viabilidade, seja produtiva, mas sobretudo comercial, o que expõe os agricultores a riscos econômicos que dificilmente eles aceitam enfrentar. A mesma avaliação foi confirmada por outro técnico da IB que trabalha no projeto, o qual foi bastante explícito sobre as dificuldades que o projeto estava enfrentando ao tentar implementar a mudança de hábitos produtivos entre os pequenos agricultores da região.

O testemunho a seguir foi recolhido depois de eu participar de uma palestra de “capacitação” sobre culturas orgânicas, realizada num assentamento do MST, em Diamante do D'Oeste:

Salviani: A agricultura realizada no assentamento pode ser definida como orgânica?

Técnico IB: Na maioria dos casos, não, mas tem alguma coisa que eles estão tentando, muito pouco na verdade, tomara que no futuro...

Salviani: E as atividades de capacitação, não apresentam para eles alternativas viáveis para se transformarem em produtores orgânicos? Ou seja, pelo que pude ver na palestra, existe um interesse entre eles para este tipo de produção?

Técnico IB: Eles dizem que é difícil parar tudo de uma hora para outra; tá certo, eu concordo com isso, mas eu estou vendo aí um assentamento que já tem sete, oito, dez anos, e eles continuam com o convencional, irão ser agroecológicos quando? [...] vê aquele assentamento lá em São Miguel do Iguaçu, é onde está a escola de agroecologia dos agricultores aqui da região; é, eles deveriam ser exemplo, mas não são, eles ainda plantam soja, plantam milho.

Salviani: Faz-se uso de agrotóxico?

Técnico IB: Faz, porque se não aplicar, você não recolhe, é muito complicado, muito complicado [...] os assentamentos, Roberto, ainda estão naquela fase de lutar pela sobrevivência.

Salviani: Então eles têm problemas outros, que se não se dedicar...

Técnico IB: E então, meu caro, para eles poderem comer, eles fazem qualquer negócio, não adianta você vir com estudos de agroecológicos, eles querem ter o que comer (entrevista gravada em 08/05/2007).¹⁹⁹

Não obstante as dificuldades expostas acima, os resultados do projeto apresentados no JCÁB de outubro de 2007 parecem alinhados com os objetivos do Diretor de Coordenação. Num artigo intitulado “Sistema ganha amplitude e força em todos os sentidos”, é apresentado um quadro com o número de famílias atendidas pelos diferentes componentes da rede ATER:

Quadro 4. Famílias atendidas pelo “Projeto Agricultura Orgânica.” Fonte: JCÁB outubro de 2007, p. 9

Instituições da rede	Famílias assistidas	Identificação do público
ATER ²⁰⁰		
EMATER	57	agricultores em conversão
COPA	109	agricultores em conversão
	110	agricultores do Assent. Ander
COAPA	430	agricultores em conversão
	137	apicultores orgânicos
APROSMI	135	agricultores em conversão
TOTAL	978	

O número de 978 aproxima-se daquele objetivo de 1.000 fortemente perseguido pelo principal responsável pelo CÁB. Ao se olhar para o quadro 4, contudo, nota-se que os agricultores assistidos pela rede ATER são definidos como “em conversão”, e não como

¹⁹⁹ A escola de agroecologia à qual se refere o entrevistado é o Instituto Técnico e Educacional de Pesquisa da Reforma Agrária (ITEPA), localizado no Assentamento Antonio Companheiro Tavares, de São Miguel do Iguçu.

²⁰⁰ EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural; CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor; CAOPA - Central de Associações da Agropecuária Familiar do Oeste do Paraná; APROSMI - Associação dos Produtores de Agricultura e Pecuária Orgânica de São Miguel do Iguçu. Estas são as organizações que compõem a rede ATER na BPIII, às quais pertencem os técnicos e os agentes de extensão que colaboram com o projeto.

“orgânicos”, e os únicos a receber esta definição são somente 137 apicultores atendidos pela CAOPA. Em sua maioria, não se trata de produtores que utilizam técnicas orgânicas para desenvolver suas atividades, mas de produtores que recebem apoio técnico, e cuja “conversão” às técnicas orgânicas deve ainda ser alcançada. É significativo o caso de 110 deles, atendidos pelo CAPA, que são definidos como “agricultores do Assentamento Ander” (MST - Diamante D'Oeste) e não como em fase de “conversão”. O número de 110 corresponde às famílias que compõem o assentamento. Ao participar de uma das atividades do projeto há pouco mencionada – uma palestra realizada neste assentamento – constatei que os participantes demonstravam conhecer, pelo menos em parte, as características das alternativas produtivas propostas pelos técnicos, e apresentavam certo ceticismo sobre a viabilidade das propostas. Depois de algumas discussões sobre qual das alternativas que o projeto estava disponibilizando poderia ter viabilidade, foi decidido aceitar receber algumas colméias para a criação de abelhas em nível experimental.



Foto 15. Palestra de “capacitação” em agricultura orgânica, Assentamento Ander, Diamante D'Oeste

Se, por um lado, isto permite incluir, com uma operação questionável, todas os agricultores do assentamento no número que demonstraria o sucesso das atividades do *Projeto Agricultura Orgânica*, de outro, como em casos acima apresentados, parece indicar que os interesses do Programa uma vez mais são relativos à possibilidade de obter resultados quantificáveis, ou seja, indicadores de atividades realizadas. Outra indicação neste sentido pode ser o fato de que o projeto, ao assumir parcerias com associações preexistentes de agricultores orgânicos, como a APROSMI, passou a computar seus integrantes entre os resultados da implementação do CÁP.

Para tentar superar as dificuldades encontradas no desenvolvimento do projeto, que dizem principalmente respeito à viabilidade econômica das propostas aí contidas e à conseqüente receptividade encontrada na região, está se tentando coordená-lo de acordo com outras iniciativas de fomento à produção agrícola de pequeno porte desenvolvida em nível nacional. É o caso do *Programa Compra Direta* do Governo Federal. As características deste programa parecem viabilizar os objetivos do CÁP por meio de mecanismos que favorecem diretamente a formação de associações de pequenos produtores, e estimulam não só a produção orgânica, mas também a realização de pequenos empreendimentos agroindustriais. No JCÁP de outubro de 2007, são explicadas as características desta iniciativa, além de se atribuir ao CÁP, através do *Projeto Agricultura Orgânica*, o mérito da chegada do programa à BPIII:

Agricultores interessados em vender para o programa Compra Direta se organizam em associação e se inscrevem na prefeitura do seu município; a prefeitura faz anualmente um projeto de compra e o encaminha ao MDS [Ministério do Desenvolvimento Social], com relação de produtores cadastrados, produtos a serem adquiridos e destinatários (escolas, creches etc.). a Companhia Nacional de Abastecimento, mediante pesquisa de mercado, define o preço dos produtos, recebe o dinheiro do MDS e deposita no Banco do Brasil na conta da entidade dos produtores. Cada agricultor pode vender por esse sistema até o valor de R\$ 3.500,00/ano. Para cada município é definida uma cota anual. O programa está presente em 27

dos 29 municípios da BPIII. Até o final de 2007 os demais também serão incluídos (JCÁB, outubro de 2007, p.10).

O *Projeto Agricultura Orgânica*, coloca o JCÁB (*ibidem*), seria o responsável pela chegada do *Programa Compra Direta* na BPIII. Uma outra leitura também é possível, ou seja, que o *Programa Compra Direta*, ao oferecer a certeza de uma saída comercial para a produção das associações certificadas através do CÁB como produtoras “orgânicas”, se traduz num incentivo para a realização dos objetivos do projeto. Resta a questão da viabilidade dos empreendimentos produtivos para além da dependência da atuação direta do governo, atuação que depende da vontade e dos objetivos da administração política, e cuja continuidade não pode ser assegurada.

Cabe perguntar: tais iniciativas são minimamente suficientes para fazer da agroecologia uma alternativa real às práticas da agricultura convencional, controladas pelas grandes empresas internacionais produtoras dos insumos necessários para a produção? Segundo Guillermo Foladori, as políticas ambientais que promovem a agroecologia como solução para os problemas ambientais e sociais agem somente sobre algumas das causas na base do processo de concentração de riqueza e empobrecimento de parcelas sempre mais amplas da população mundial. Esse processo é provocado em boa parte pela concentração do controle sobre a produção agrícola pela industrialização e pela concentração da propriedade, e que nos últimos decênios, paradoxalmente, acompanha a expansão da consciência ecológica e a implementação de políticas específicas para a conservação do meio ambiente. Isto é feito através de modelos de produção ecologicamente sustentáveis. Como exemplo desse processo, o autor traz dados relativos ao estado do Paraná, segundo os quais no decênio de 1985 a 1995

houve notável concentração da posse da terra e, paralelamente, diminuiu o número de trabalhadores rurais, ou seja, a participação de grupos familiares no trabalho agrícola.²⁰¹

O autor ressalta que, apesar de constituir um modo para os produtores se livrarem dos constrangimentos advindos da necessidade de se abastecerem de produtos necessários para a produção agrícola convencional, a agroecologia não influi na questão do escoamento dessa produção, pois a produção agroecológica depende do mercado, que é caracterizado pela concentração da compra nas mãos de grandes companhias internacionais. Enfim, nota sempre Foladori, ao não atingir a esfera do mercado e das relações de produção, a agroecologia corre o risco de provocar mecanismos de competição típicos do modelo econômico capitalista em vigor, levando à concentração de renda e capital nas mãos de poucos, e ao empobrecimento dos demais:

El resultado final es que el “mundo” comerá mejor, sin agrotóxicos, la naturaleza se reproducirá y será legada em mejores condiciones para las futuras generaciones pero permanecera presente la paradoja de que el avance de la sustentabilidad ecológica no necesariamente va de la mano com el avance en la sustentabilidad social. La diferenciacion social y la pobreza pueden crecer em um médio ambiente mais equilibrado (Foladori, 2007, p.26-27).

A objeção do autor pauta-se em certa falta de reflexão sobre a relação entre os modelos que são hoje levados como solução aos problemas ambientais, e também em seus efeitos sociais. Neste sentido, conduz de novo à discussão sobre o significado do que seria a “sustentabilidade” e o “desenvolvimento sustentável”, apresentados no primeiro capítulo. A experiência do CÁP, enquanto aplicação prática de princípios formulados a partir deste campo de discussão, é ao mesmo tempo e conseqüentemente parte das lutas para a definição

²⁰¹ De 1985 a 1995, o número de propriedades menores de 10ha diminuiu em 32,48% (de 229.015 a 154.620); as que tinham entre 10ha e 50ha diminuíram 12,66% (de 186.718 a 163.078); as propriedades entre 50ha e 100ha tiveram uma contração de 1,18% (de 25.529 a 25.227); e as maiores de 100ha aumentaram em 7,60% (de 24.973 a 26.872). Contemporaneamente, diminuiu de 1.855 para 1.288 o número de pessoas ocupadas no campo da produção agrícola, sendo que em 1985 havia 74,1% (1.375) entre os responsáveis pelos empreendimentos e seus familiares, contra 66,2% (853) em 1995, enquanto o número dos contratados mantém-se mais ou menos invariável (de 480 a 435); (Foladori, 2007, p.27-28).

de modelos e políticas que se pretende sejam úteis e válidos para se alcançar a “sustentabilidade”. Nestas lutas estão em jogo não somente a afirmação desta ou daquela solução como correta, mas também a definição do que seja “sustentabilidade”, e a determinação dos papéis de diferentes atores, de suas atribuições e de sua legitimidade na formulação de tal definição. Além disso, a tentativa de impor uma visão de “sustentabilidade,” pode ser subordinada a outras necessidades de diferentes naturezas. Na discussão final a seguir, tentaremos individualá-las, mostrando como a experiência do CÁB é marcada pela satisfação de interesses múltiplos, interesses estes que influem na formação e na operacionalização do Programa, e que revelam objetivos não explicitados na sua implementação.

5 Discussão Final

Os resultados apresentados ao longo deste trabalho, ao trazer à luz a contradição entre a limitada eficácia da atuação do CÁP e os esforços notáveis dedicados à tentativa de demonstrar a eficiência do Programa e à sua obra de difusão como “modelo” das políticas socioambientais, dirigiram minha atenção para a busca das possíveis motivações referentes a este empreendimento e aos eventuais interesses que estão sendo satisfeitos através do Programa para além da sua imagem oficial.

Parte deles resultou evidente ao observar como as atividades principais se traduzem, seja na insistente presença e exposição pública de personagens que capitalizam, junto com a IB, os pretensos “sucessos” do CÁP, seja no repasse de recursos financeiros e apoio político a esta ou aquela personagem, instituição ou administração municipal à procura de apoio em todas as possíveis esferas institucionais e civis dentro e fora da BPIII. Elas tecem uma ampla rede de articulações de vários tipos com o maior número possível de pessoas, associações, empresas e instituições, “parcerias” estas que vieram representar no discurso do CÁP a prova tangível de sua eficácia. Neste sentido, o Programa é usado como instrumento de influência nas relações políticas em nível local e regional,²⁰² e também como meio de promoção por atores que ganham ampla visibilidade através do Programa.

Contudo, não acredito que a valência do CÁP possa ser restringida somente, ou principalmente, à satisfação de interesses pessoais ou locais. Os interesses principais em jogo

²⁰² Inclusive no plano eleitoral, apoiando candidaturas nos municípios lindeiros e, com a ampliação da área de influência da IB por meio do CÁP, em toda a BPIII (p. ex., ver matéria do *Jornal Rio Paranazão* n. 391 de setembro de 2004, “Nelton Friedrich declara apoio da Itaipu à candidatura de Fabian [Persi Vendruscolo (PT)] e dona Ada”, que alude à conclusão do discurso proferido por Nelton Friedrich em apoio ao candidato a prefeito: “O companheiro Jorge Samek [diretor-geral brasileiro] pediu que eu viesse aqui antes dele para declarar que seremos grandes parceiros de Guaíra. Tenho certeza que em Brasília, por determinação do Presidente Lula, as portas dos ministérios também estarão abertas para vocês buscarem apoio”. O candidato se elegeu ao cargo.

dizem respeito a exigências ligadas às escolhas da administração do país no campo das políticas energéticas. Ou seja, para tentar dar sentido aos dados recolhidos em campo proponho olhar o CÁP como estratégia para a construção de uma imagem positiva da atuação e da gestão de grandes barragens, uma tentativa de mostrar como positivos empreendimentos que causaram e continuam causando importantes impactos (negativos) sociais e ambientais. Há a finalidade de se servirem desta experiência nas discussões e nas batalhas jurídicas e administrativas para a promoção e a justificativa de determinadas escolhas rumo à realização de ulteriores empreendimentos deste tipo.

Os pressupostos a esta consideração são os seguintes: primeiro, a vontade do atual Governo Federal de prosseguir nos planos de criação deste tipo de empreendimentos que marcaram a política energética brasileira desde meados do século passado, e que continuam sendo a proposta principal para responder às exigências de abastecimento energético do país. Segundo, os entraves à realização deste objetivo, causados pelas resistências de movimentos locais e amplos setores da sociedade civil nacional e internacional, como também por parte do aparato administrativo, cujas ações vieram a ser pautadas numa legislação, desenvolvida a partir do período final do regime militar, na década de 1980, que obriga a levar em consideração a conservação do meio ambiente e os interesses das populações atingidas diante dos objetivos de ordem econômica.²⁰³

Um breve quadro que dê conta da trajetória de inserção das questões ambiental e social na história recente das políticas energéticas no Brasil, e de seu estado atual, servirá para fundamentar os pressupostos acima mencionados.

²⁰³ É preciso considerar, contudo, as influências sobre a efetividade dos instrumentos legais à disposição da sociedade civil, das transformações ocorridas na última década decorrentes do processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro. Ver mais à frente.

Política energética e questões socioambientais, algumas considerações

Os impactos ambientais e sociais causados por grandes empreendimentos no setor hidroelétrico, como Itaipu, foram largamente ignorados nos planos de desenvolvimento que caracterizaram as políticas de industrialização brasileira até os anos 80, como demonstra uma boa parte da produção bibliográfica sobre o tema (e.g. Sigaud, 1986; Muller, 1995; Santos, 2003).

A crise do modelo desenvolvimentista, a ascensão de movimentos ambientalistas e de reivindicação de direitos dos atingidos pelos planos de desenvolvimento, e o processo de democratização do país a partir dos anos 80 se traduziram, no campo do setor energético, na criação de mecanismos para a incorporação e a resolução das questões ambientais e sociais aí geradas. Em 1986, por meio da resolução número 01/86 do Conselho de Meio Ambiente (CONAMA),²⁰⁴ foram introduzidas a obrigatoriedade da realização de Estudos e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para fins de licenciamento, e a caracterização das obras passíveis de licenciamento. Ainda em 1986, a ELETROBRÁS criou o Conselho Consultivo de Meio Ambiente (CCMA), e divulgou os primeiros documentos explicitamente voltados para a questão ambiental, ou seja, o “Manual de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos” e o “Plano Diretor para a Melhoria do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico”. No ano seguinte foi criada a Divisão de Meio Ambiente da ELETROBRÁS, enquanto o CONAMA, por meio da resolução 06/87, definiu as regras para o licenciamento ambiental de

²⁰⁴ O CONAMA foi criado em 1981, junto ao Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), por meio da Lei Federal. n° 6938, instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. A mesma lei estabelece a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) como um dos instrumentos da política de Meio Ambiente.

empreendimentos no setor elétrico, vinculando as etapas relativas à construção às etapas do processo de licenciamento ambiental.²⁰⁵

Os capítulos III, VI e VIII da Constituição de 1988 introduziram restrições e cuidados em relação à utilização dos recursos e ao patrimônio cultural, induzindo um sistema de consultas e controles. Os cuidados são particularmente acentuados no caso de aproveitamentos que interfiram em terras de ocupação indígena, na Amazônia e na Mata Atlântica. A questão do licenciamento ambiental veio a ser englobada no Artigo 255 da Lei constitucional, que afirma: “Incumbe ao Poder Público: exigir na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se deve dar publicidade”.

Finalmente, ainda em 1988, o Ministério de Minas e Energia (MME) criou o Comitê Coordenador das Atividades do Meio Ambiente do Setor Elétrico (COMASE), com poderes de deliberação, composto pela ELETROBRÁS, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) e empresas concessionárias federais e estaduais.

Paralelamente, foi sendo organizado o movimento de oposição aos abusos aos quais são submetidos os grupos atingidos pela construção das barragens. Em abril de 1979, foi criada em Santa Catarina a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) por iniciativa de dois professores universitários, integrantes da CPT e dos sindicatos rurais (Vianna, 1996, p.10), composição parecida com aquela do movimento de resistência surgido

²⁰⁵ O processo de licenciamento ambiental foi dividido em três etapas, as quais correspondiam à concessão de Licença Prévia (LP), a ser requerida no início dos estudos de viabilidade; a Licença de Instalação (LI), anterior à licitação para construção; e a Licença de Operação (LO), que deveria ser obtida antes da cheia do reservatório. A Resolução 006/87 foi alterada por meio da Resolução 237/97, sempre do CONAMA, que introduziu a possibilidade de negociação, delegando ao órgão a autoridade de avaliar antecipadamente a real potencialidade do impacto ambiental dos empreendimentos. Define que cabe ao IBAMA o licenciamento de empreendimentos que afetam mais de um estado, fixando os prazos máximos para análise de relatórios e promulgação das licenças (LP, LI e LO).

contra a atuação da IB, vindo a ser integrada também por prefeitos e cooperativas (Pinheiro Bacile, 2007, p.39). A criação da Comissão deveu-se à difusão de notícias sobre o projeto relativo à construção de mais de 20 barragens no rio Uruguai, na divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.²⁰⁶ Em 1987, a Eletrosul²⁰⁷ estabeleceu um acordo com a CRAB, reconhecendo-a oficialmente como representante dos atingidos, enquanto o Movimento aceitou a construção das barragens de “Itá” e “Machadinho,” os únicos empreendimentos previstos para a bacia do rio Uruguai a serem realizados:

A história da luta após o acordo histórico de 1987 pode ser descrita em poucas palavras: luta pelo cumprimento do acordo. A crise econômica enfrentada pelo país, com seus reflexos no setor elétrico, provocou a suspensão dos movimentos da Eletrosul em direção à realização das demais barragens. Mesmo no caso de Machadinho, que encabeçava o cronograma de obras do Plano 2010, a paralisação é aparentemente total; em Itá, as obras prosseguem lentamente, com vários períodos de interrupção. O Movimento, evidentemente, reflete essas peripécias, concentrando seus esforços na mobilização dos atingidos de Itá pelo cumprimento do acordo de 1987 e na organização dos reassentados (Vainer, 2004, p.193, *apud* Pinheiro Bacile, 2007, p.40).

Naqueles anos o Movimento ia se organizando em nível nacional, sob o impulso das vitórias obtidas no sul do país:

²⁰⁶ Vianna realizou um estudo (1996) sobre um caso específico das estratégias de luta dos grupos atingidos pela construção das usinas do rio Uruguai. O autor demonstra a centralidade da percepção e das representações sociais de atores e grupos específicos para o entendimento dos processos de oposição à ELETROBRÁS; contribui para romper com uma tradição interpretativa dos movimentos camponeses – que resulta também da versão oficial da mesma CRAB sobre os eventos narrados – a qual entende as ações dos indivíduos como simples conseqüências de sua condição de classe, atribuindo à conscientização o papel de instrumento para a criação de sujeitos políticos. É interessante notar que interpretações similares sobre a natureza da ação individual parecem influenciar a formulação da ação do CÁB, e o papel atribuído à “conscientização” para o envolvimento dos moradores das microbacias da BPIII nas atividades do Programa. A construção de categorias específicas de atores e a conseqüente atribuição de características que seriam próprias destes grupos são práticas costumeiras no campo do desenvolvimento (Salviani, 2002). O CÁB também – como se faz evidente, por exemplo, na análise do projeto *Coleta Solidária* – atua com este tipo de manipulação na representação das relações sociais.

²⁰⁷ A Eletrosul Centrais Elétricas S.A é subsidiária da ELETROBRÁS, responsável pela geração e transmissão da energia elétrica no sul do Brasil. No final dos anos 90 foi dividida em duas: “Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul) e Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul). A seguir, a Gerasul foi privatizada, sendo adquirida pelo grupo belga Tractebel, Electricity & Gas International” (Santos, 2003, p.94).

Em abril de 1989 foi realizado o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, em Goiânia, onde se concluiu que o movimento deveria deter a construção de barragens novas até encontrar soluções aos problemas causados pelos projetos hidrelétricos já existentes. O I Congresso Nacional de Atingidos por Barragens reuniu-se em março de 1992, onde foi deliberada a constituição do MAB enquanto movimento nacional.

Por conta da ampliação do movimento e seu crescente reconhecimento nos âmbitos nacional e internacional, o MAB, ao longo da década de 1990, dividia-se entre as necessidades políticas e organizacionais do movimento nacional, e as dos movimentos locais e regionais. Se por um lado o crescente reconhecimento carrega a necessidade de enfrentar questões como política energética e meio ambiente, por outro, o fundamento do MAB consiste nos movimentos locais das comunidades atingidas. Atualmente observa-se um esforço feito no sentido de articular os movimentos locais e regionais ao movimento nacional (Pinheiro Bacile, 2007, p.40-41).

À organização do Movimento no plano nacional, que alcançou resultados em âmbito nacional e internacional – conseguindo ser reconhecido como interlocutor na planificação dos empreendimentos hidrelétricos do país (Vainer, 2003; Carvalho Pinheiro, 2006; Bacile Pinheiro, 2007) – correspondia o intensificar-se do processo de privatização no setor elétrico brasileiro ao longo dos anos 90. Isto devido às pressões exercidas por organismos internacionais, como o Banco Mundial, por falta de investimentos e em função das dificuldades de abastecimento de energia que iam se prospectando no imediato futuro (Santos 2003, p.94-95).

A reestruturação do setor elétrico brasileiro está tendo conseqüências notáveis para a solução das questões sociais e ambientais ligadas à realização e à operacionalização de grandes barragens. Seguindo a análise realizada recentemente por Carlos Vainer (2007), podemos afirmar que a “regularização” do setor comportou o desmonte de uma série de agências estatais, operação coerente com a própria opção pela desregulamentação e redução de atribuições estatais a serem delegadas ao mercado, e que é acompanhada pela promulgação de uma legislação fortemente omissa em relação às questões do licenciamento socioambiental (Leis de concessões, nº 8.987, de 13/02/1995, e nº 9.074, de 07/07/1995). Também a criação da Empresa de Planejamento Energético (EPE), pelo Decreto nº 5.184 de 16/08/2004, deixa

em aberto muitas questões, não tendo claramente definidas as suas responsabilidades do ponto de vista social e ambiental.

Como afirma o mesmo autor, a reestruturação do setor elétrico veio interromper um processo que, apesar de apresentar suas próprias problemáticas,²⁰⁸ era o resultado de anos de lutas e enfrentamentos, e da conseqüente realização de um esforço legislativo e institucional que tinha proporcionado a possibilidade de se avançar rumo a uma consideração minimamente suficiente das questões ambientais e sociais:

É esse processo que, em certa medida, a deflagração da reestruturação setorial veio interromper. Ao privatizar sem critérios empresas de geração e distribuição de energia elétrica, ao favorecer de maneira atabalhoada a concessão de direitos de exploração de potenciais hidrelétricos a grupos privados, a reestruturação não apenas rompeu com o processo anterior, como colocou em risco muito do que havia sido conquistado em termos sociais e ambientais (Vainer, 2007, p.121).

O autor é bastante explícito em definir quais as intenções que parecem caracterizar as atuais tendências das políticas energéticas do Governo Federal neste campo:

A ausência de um debate público consistente e abrangente sobre o novo modelo institucional, bem como sobre suas implicações sociais e ambientais, sinalizou a vontade de relegar ao passado as experiências de participação e negociação, fazendo da privatização também um meio de limitar o controle social nos processos de decisão – sejam aqueles referentes aos planos de longo e médio prazos, sejam aqueles direta e imediatamente associados à implantação de projetos específicos (idem p.121-22).

²⁰⁸ “As insuficiências desse processo ficavam claras: i) na incapacidade de se equacionarem e resolverem os problemas resultantes das grandes obras já construídas e que ainda se arrastavam (e, em alguns casos, se arrastam até hoje); ii) na persistência de um planejamento megalômano da expansão da capacidade de geração por meio, ainda e sempre, de grandes projetos, cuja maior ilustração é o Plano Nacional de Energia Elétrica 1987-2010 (Plano 2010) e os mais recentes planos decenais de expansão, elaborados sempre sob a pressão das emergências; iii) na rejeição liminar a qualquer esforço para uma revisão da estratégia exportadora de energia e, de forma mais ampla, do modelo de desenvolvimento urbano-industrial desequilibrado social, espacial e ambientalmente; iv) na ausência de qualquer esforço sistemático para explorar a enorme jazida representada pela conservação e economia de energia.” (Vainer, 2007, p.120).

Ainda mais, Vainer sinaliza o recrudescer de uma “espécie de nova consciência antiambientalista em setores empresariais ligados ao setor de infra-estrutura, particularmente no setor elétrico”, pautada no tema do “meio ambiente adversário do desenvolvimento” (idem, p.122). Esse “antiambientalismo empresarial” é caracterizado pela retórica sobre os “exageros” da legislação, a lentidão e a burocracia das agências ambientais e o excesso de zelo do Ministério Público:

Mais importante que as manifestações são as pressões concretas exercidas sobre a área ambiental do governo federal, notadamente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), responsável por muitos licenciamentos. A chantagem continuada que acusa as agências habituais de bloquearem o desenvolvimento tem rendido frutos, como quando o próprio presidente da Eletrobrás passa a agir como simples correia de transmissão de interesses externos e declara publicamente: “Ou o governo dá um soco na mesa e libera os projetos do setor de energia ou esse povo (do meio ambiente) vai parar o Brasil” (*Agência Estado*, 30/8/2006).²⁰⁹ (Vainer, 2007, p.122).

Os projetos a serem “liberados” são os relativos a numerosas concessões leiloadas sobretudo a partir da criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).²¹⁰ Aconteceram seis novas concessões no ano de 1998, cinco em 1999, 11 no ano de 2000, 15 em 2001, sete em 2002, e sete em 2005. Na quase totalidade das que foram implementadas, houve ou está havendo conflitos entre as concessionárias e os atingidos (Cf. Bacile Pinheiro, 2007, Cap. 4).

Os conflitos acontecem num regime legal altamente desequilibrado em favor das concessionárias privadas, e que define a competência da ANEEL para declarar os

²⁰⁹ “Mais recentemente, o presidente Lula provocou o protesto de entidades ambientalistas e de direitos humanos ao sugerir que índios, quilombolas e ambientalistas constituem um entrave ao desenvolvimento (*Folha de S.Paulo*, 25/11/2006).” Nota no texto citado.

²¹⁰ A ANEEL foi criada em dezembro de 1996 (Lei nº 9.427/96), é vinculada ao MME, e tem como funções a “Mediação, regulação e fiscalização do funcionamento do Sistema Elétrico” e a “Realização de leilões de concessão de empreendimentos de geração e transmissão por delegação do MME.” (Bacile Pinheiro, 2007, p.12).

empreendimentos, sob pedido justificado do interessado, como de “utilidade pública” para fins de desapropriação.²¹¹

Deste quadro sobre os processos em curso no setor elétrico brasileiro, com referência específica ao setor hidrelétrico, responsável por grande parte da produção de energia no país,²¹² resulta que a “questão socioambiental” não faz parte das principais preocupações da atual administração, se não na qualidade de “entrave” ao licenciamento dos empreendimentos.

Ao ser entrevistado, no primeiro ano em que assumiu a direção da IB, Jorge Samek comentou sobre o modelo energético que o governo do Presidente Inácio Lula da Silva estava querendo implantar:

As bases do novo modelo estão assentadas em três pilares básicos: retomada do planejamento estratégico para o setor; formação de um “pool” para a compra e venda de energia; e exploração da abundância dos recursos naturais do país para a hidroeletricidade.

O Presidente Lula quer construir duas grandes usinas hidrelétricas, a de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, e a do rio Madeira, em Rondônia (SAMEK 2003 – Desafios do Setor Elétrico, Entrevista, *Revista Cidades do Brasil*, 46).

A “vontade do Presidente” foi traduzida em ações prioritárias nos Planos de desenvolvimento do país, planos que encontraram oposição notável por parte das populações atingidas e seus aliados, reportando em evidência os custos sociais e ambientais deste tipo de empreendimentos:

Problemas sociais e ambientais de hidrelétricas continuarão em destaque no país, em primeiro lugar por causa dos projetos considerados prioritários no

²¹¹ Artigo 30 do Decreto nº 2003, de 10/9/1996: “Esse encargo do poder concedente já havia sido definido pelo artigo 29, parágrafos VIII e IX, da Lei n.8.987, de 13.2.1995, mas somente com a Lei n.9.648, de 27.5.1998, em seu artigo 10, ficou estabelecido que cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica.” (Bermann, 2007, p.147).

²¹² “No Brasil, a hidroeletricidade é responsável por cerca de 76,6% da capacidade instalada de geração no país, e por 82,8% da eletricidade consumida (Aneel, 2007).” (Bermann, 2007, p.139).

Plano Decenal de Energia Elétrica 2006/2015 do MME: no rio Madeira, em Rondônia, os projetos denominados Santo Antônio e Jirau, e no rio Xingu, no Pará, o projeto denominado Belo Monte, (antigo Kararaô). Em segundo lugar, em decorrência do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado no início do segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, onde estão previstos investimentos em infra-estrutura, principalmente na área de energia (geração e transmissão). Os projetos de hidrelétricas de maior destaque dentro do PAC são: São Antônio e Jirau, Belo Monte e Estreito, na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins, no rio Tocantins (Bacile Pinheiro, 2007, p.1).²¹³

A implantação de grandes hidrelétricas continua sendo, então, um dos objetivos principais da política energética do governo brasileiro. Não obstante a firme vontade de continuar nesta direção, os planos do governo federal estão encontrando resistências notáveis no seio da sociedade civil, que se traduzem em batalhas judiciais e demonstrações de protesto por parte das populações atingidas e seus aliados. O caso da usina de Belo Monte é bastante paradigmático.²¹⁴ Desde os primeiros planos para o aproveitamento do potencial energético do rio Xingu, realizados em 1979 (Sevá, 2005), as lutas em torno de sua construção continuam até hoje.²¹⁵ É neste contexto que a obra de elaboração da imagem da IB como pólo

²¹³ Para uma análise detalhada destes empreendimentos e das lutas em oposição à sua realização, ver Sevá (2005). Sobre estes e outros conflitos ocasionados pela construção de hidrelétricas em trabalhos recentes, ver, entre outros, Vianna (1996), Bortoleto (2001), Medeiros da Silva (2001), Bacile Pinheiro (2006), Rocha Leal (2006), CIMI (2007).

²¹⁴ Enquanto estava finalizando o trabalho, achei uma notícia que confirma a atual prioridade desta obra para o governo: em 6 de março de 2008, foi eleito como presidente da ELETROBRÁS o engenheiro José Antonio Muniz Lopes, que chefiava a Eletronorte no segundo mandato do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Na qualidade de diretor de Operações da mesma Eletronorte, em 1989 representou-a no Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, ocasião em que foi fotografado sendo ameaçado com um facão por uma índia caiapó (Sevá, 2005, p.11). Muniz Lopes é o autor dos projetos com que três das maiores empreiteiras do país – Camargo Corrêa, Odebrecht e Andrade Gutierrez – participarão da licitação da usina hidrelétrica de Belo Monte. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da hidrelétrica de Belo Monte está sendo desenvolvido há cerca de dois anos pela construtora Camargo Corrêa e “deverá ser entregue ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) entre junho e julho, informou ontem ao Estado o diretor de Projetos de Energia da construtora Camargo Corrêa, Marco Bucco” (Jornal *Estado de S. Paulo*, 01/03/2008).

²¹⁵ “Considerada pelo governo Lula uma das obras prioritárias para o segundo mandato, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, teve mais uma vez suspensa a autorização para a construção do complexo hidrelétrico. A decisão da desembargadora federal Selene Maria de Almeida, que será publicada hoje no Diário Oficial, torna inválido o decreto legislativo 788/2005, aprovado pelo Congresso Nacional, que autorizava a construção da usina. A quinta turma do Tribunal Regional Federal aprovou por unanimidade o parecer da desembargadora.” (Jornal *O Globo*, 05/02/2007).

de desenvolvimento sustentável, prática e ideologicamente, pode adquirir novos significados antes não tão evidentes.

O discurso da IB sobre o CÁB

A tentativa de construção de uma imagem altamente positiva de Itaipu com respeito às questões socioambientais é perseguida principalmente por meio de práticas discursivas que são instrumentais a duas operações diferentes de caráter, mas complementares. De um lado, temos o enaltecimento do valor da experiência do CÁB para a construção de modelos novos da relação entre os homens e a natureza e de “desenvolvimento”, que envolve as formulações de documentos “planetários”, como a *Agenda 21* e a *Carta da Terra*, e as contribuições de atores reconhecidos como autoridades no campo das temáticas socioambientais, como Leonardo Boff e Henrique Leff,²¹⁶ chamados a testemunhar com a própria presença e colaboração a validade e a consistência do Programa. São estas práticas “afirmativas” – no sentido de que “afirmam” reiteradamente os princípios que norteariam a implementação do Programa, sustentados por indicadores quantitativos sobre seu presunto alcance, na imprensa, nas publicações próprias da IB e nas oportunidades de falas dos responsáveis da IB criadas por meio da organização de inúmeros eventos, – que acabam por criar o efeito do seu sucesso, obscurecendo as relações precárias entre os objetivos declarados e as práticas implementadas.

²¹⁶ O teólogo Genezio Darci Boff, conhecido como Leonardo Boff, é uma das personagens mais em evidência na denúncia das conseqüências do modelo econômico capitalista para o destino dos ecossistemas, um dos protagonistas da Teologia da Libertação e um amigo de longa data do Presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva. Enrique Leff é um dos principais intelectuais latino-americanos no âmbito da problemática ambiental e coordena a Rede de Formação Ambiental da América Latina e Caribe, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Ambos colaboram com a IB na difusão do Programa como experiência modelo no campo do “desenvolvimento sustentável”. Voltaremos a tratar desta colaboração, com algumas referências às produções teóricas de ambos e aos modos em que elas são aproveitadas na formatação do discurso da IB em relação ao CÁB.

Do outro lado, assistimos ao desaparecimento de qualquer referência aos custos sociais, ecológicos e econômicos da construção da usina de Itaipu, argumentos que em raras oportunidades vêm sendo enfrentados pelos responsáveis da IB e que, quando isto é feito, se transformam na oportunidade de reiterar as influências positivas da IB no contexto regional. Trata-se de uma verdadeira “propaganda do esquecimento”, em que a atuação da IB, desde a época de sua construção, perdeu as referências em relação aos embates sociais, ao sofrimento causados às pessoas, às injustiças perpetradas por ela nas práticas de ressarcimento e às perdas do ecossistema, para se transformar numa experiência exemplar.

Em nenhuma das publicações da IB relativas ao CÁP, nas quais se faz também referência à história de Itaipu, foi possível achar qualquer informação sobre estas questões. O site da IB, ao relatar sobre a história da usina,²¹⁷ tampouco faz menção a qualquer assunto relativo aos custos sociais ou ambientais da obra. Este tipo de atitude diante das problemáticas causadas pela construção de Itaipu marca todas as atividades da IB, sobretudo aquelas relativas à promoção turística da empresa e à educação ambiental. Um estudo efetuado sobre a qualidade dos meios audiovisuais como recurso para a educação ambiental (Gruber *et al.*, 2001) analisa o vídeo apresentado pela Itaipu aos visitantes da usina, até 2004, salientando toda uma série de questões ligada ao tipo de mensagem que resulta desta visão, entre elas:

El mensaje

Es más informativo que interpretativo; oculta los impactos ambientales que causó la construcción de la presa. Se carece de un enfoque crítico del proyecto; no se mencionan problemas que existen o hayan existido (desplazamiento de gente, pérdida de hábitats, cambio del sistema de funcionamiento del río, modificación de cauces, colmatación y eutrofización del embalse, etcétera), menos aún, las causas y las posibles soluciones o alternativas a la central.

²¹⁷ Consultar <http://www.itaipu.gov.br/?q=node/356>.

Se habla de los impactos como algo puntual y fácilmente controlable por la ciencia con el rescate de animales tras el cierre de las compuertas, la creación de una franja de protección en las márgenes, creación de un banco de datos sobre calidad de las aguas, canal de migración para desove de especies piscícolas.

Se refiere a los impactos como algo asumible, que no presentan gravedad. Se habla del rescate de 36.000 animales de una forma muy positiva y optimista, como si con esta acción se hubiera resuelto la muerte de la mayoría de los animales en las zonas inundadas.

Los visitantes sólo obtienen una visión parcial del proyecto, no pueden, por tanto, valorar o razonar si las ventajas compensan las desventajas de la intervención. No se valora el precio pagado para disfrutar la energía eléctrica.

No está orientado a inducir ningún cambio en el sujeto.

No involucra al visitante en acciones a favor del entorno o para la resolución de problemas ambientales.

No transmite la necesidad de compensación al medio por el impacto causado por la obra. Inversión en otras áreas.

No incide sobre los valores, actitudes, comportamientos o habilidades del sujeto.

No plantea conductas de ahorro de energía para que en el futuro no sean necesarias más obras de esta magnitud.

...

Da una sensación demasiado clara de que se pretende “vender” la presa y causar una buena imagen a los visitantes. Es más un instrumento de promoción de la central que una actividad de educación ambiental.

Transmite una imagen de infraestructura imprescindible con calificativos exagerados que la definen como fantástica, grandiosa.

Se utiliza un estereotipo muy clásico (“lo grande es bueno”) con cierta inclinación tecnocrática. El uso de grandes cifras, distancias, cantidades de personas y magnitudes pretende fascinar al visitante.

Se transmite una idea excesivamente positiva del progreso. Las palabras: crecimiento regional, progreso, desarrollo, se repite unas veinte veces. La obra grandiosa se presenta como el talismán que soluciona todos los problemas energéticos. No aborda un debate más profundo sobre la calidad de vida en relación con el desarrollo económico y el desarrollo ambiental, social o personal.

En este sentido, plantea distintas acciones (potenciar la explotación pesquera, la navegación, el turismo, la ganadería) como “panaceas” que permitirán el desarrollo económico de la región y de la población local.

As modificações realizadas no vídeo nesses anos, a última em final de 2007,²¹⁸ seja para inserir a notícia da instalação das duas últimas unidades geradoras em junho de 2007, seja para apresentar uma panorâmica dos projetos no campo socioambiental, não vieram a

²¹⁸ Pode se assistir ao vídeo no endereço <http://www.itaipu.gov.br/?q=node/434>.

modificar a estrutura da mensagem repassada, marcada pela positividade dos aspectos tecnológicos, e sem nenhuma referência aos impactos sociais e ambientais provocados na época da construção da usina. A relação com o meio ambiente é mostrada como unicamente positiva através das ações no campo ambiental, e se mantêm o marco de “grandeza” e a imagem da IB como “el talismán que soluciona todos los problemas energéticos”.

Outro exemplo da promoção do esquecimento é o artigo de Altino Ventura Filho²¹⁹ sobre Itaipu (Ventura s/d), publicado no site da Comissão Mundial sobre Barragens (World Commission on Dams - WCD),²²⁰ intitulado *Itaipu: A Binational Hydroelectric Power Plant, its Benefits and Regional Context*:

Environmental protection. ITAIPU is an environment-friendly entity.

[...]

Expansion of infrastructure and municipal facilities. Construction of the hydroelectric complex has led to far-reaching changes in the social and economic development of the region influenced by the Project. **Such changes can be evaluated in terms of population growth and expansion of infrastructure and municipal facilities.**

About 10,000 housing units were constructed in several residential areas on both sides of the river, equipped with paved roads, electricity, water supply and sewage systems. **The impact of Itaipu's workforce on the purchasing power in the nearby cities of Foz do Iguaçu and Ciudad del Este was considerable, and their skills and involvement in local society improved the living standards of the urban areas in the vicinity of the Project site.** The influx of tourists to the region has advanced this process.

[...]

On the Brazilian side, most of the area was agricultural, and the purchase of 1.000 km² of land was required, including 8.500 properties, of which 6.900 were rural and 1.600 urban. A complicating factor was the frontier nature of the area, most of which had only been settled in the previous 20 years. This called for an integrated effort between Itaipu officials and government agencies to identify and implement solutions acceptable to all parties. About 40.000 people had to be relocated to other areas. **More than 4.000 property**

²¹⁹ Altino Ventura Filho já foi diretor técnico da IB e presidente da ELETROBRÁS no último governo do Presidente Cardoso; é consultor do Banco Mundial e assumiu em fevereiro de 2008 a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energias.

²²⁰ Os artigos publicados neste site, chamados “Submissions” são de proveniência diferente, e antes da publicação são submetidos a procedimento de validação por parte dos responsáveis da Comissão por cada setor. Ver <http://www.dams.org/kbase/submissions/>

ownership titles were issued by the government to assure indemnity to a large number of squatters. The average rural density was 35 people/km², and the area of the average property was 100.000 m². On the Paraguayan side, which comprised a far less populated area, about 25.000 people had to be relocated.

The land acquisition program was carried out from 1978 through September 1982. **About 87% of the displaced population resettled in the vicinity of the project region, since they were able to buy new land on average 50% larger than the land they had sold to the project.** (Ventura, s/d, ênfase nossa).

Os enormes problemas causados pela demissão de dezenas de milhares de trabalhadores, que transformaram tragicamente o panorama social de Foz do Iguaçu (Catta, 2003), são completamente ignorados em face da afirmação de que sua presença teria contribuído para o melhoramento da qualidade de vida na cidade. Com respeito às expropriações, é no mínimo surpreendente quanto afirmado por Ventura Filho, se confrontado com as crônicas da operação relatadas no segundo capítulo.

A obra de ocultação do passado de Itaipu continua hoje a ser realizada em toda as possíveis oportunidades pelos responsáveis da IB, chegando esta empresa a ser representada, nas falas destes atores, como a principal responsável pelo desenvolvimento regional e pela proteção e conservação do meio ambiente. Em longa e articulada entrevista, concedida por e-mail pelo diretor da IB, Jorge Samek, ao Instituto Humano Unisinos (IHU) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e publicada no site do Instituto em 27/11/2007 (IHU, Samek, 2007), o entrevistado vai ainda mais longe, apresentando a IB como “exemplo concreto do conceito de sustentabilidade de um empreendimento hidrelétrico, constituindo-se uma referência mundial de responsabilidade socioambiental”. Respondendo a uma pergunta sobre os trágicos impactos sociais, ecológicos e econômicos da construção da usina, o diretor referiu-se à problemática social causada pela construção de Itaipu como “menor,” fazendo comparações com a construção da usina das Três Gargantas, na China: “em razão da baixa densidade demográfica existente à época na área que seria ocupada pelo reservatório de

Itaipu, o impacto social foi relativamente pequeno”, descrevendo a usina como sentinela da biodiversidade da região:

Hoje, podemos afirmar com segurança que a presença de Itaipu e sua atuação na região contribuem para a preservação da riqueza da biodiversidade. Ouso afirmar que **o meio ambiente da região está mais rico e melhor protegido com Itaipu do que estaria sem ela**. Estamos transformando a marca Itaipu em sinônimo de responsabilidade socioambiental, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida (IHU, Samek, 2007, ênfase nossa).

No que concerne especificamente ao CÁB, é interessante observar a articulação dos mecanismos retóricos em jogo na construção da “competência socioambiental” da IB. Numa das inúmeras ocasiões em que os diretores da IB repetiram as características do CÁB, e que foi publicado no *Jornal Eletrônico de Itaipu* em 7 de dezembro de 2007, com o título “Novo Paradigma”, encontramos as seguintes declarações

“O papel de Itaipu não é fazer. É participar do fazer”, afirmou. Ao explicar as principais concepções do programa, Friedrich destacou dois aspectos inovadores: a nova abordagem conceitual do Cultivando Água Boa, que atua em toda a bacia hidrográfica do Paraná III e a ênfase atribuída à educação ambiental, dentro e fora das escolas.

“O que nós estamos construindo, na realidade, é uma grande política de educomunicação, ativa e reflexiva. O Cultivando Água Boa não é um simples programa ambiental. É um espaço de construção de uma nova cidadania, por meio do diálogo e da participação”, explicou. Ele enfatizou que a responsabilidade socioambiental está articulada e impregnada em todas as ações de comunicação de Itaipu.

Falando com muita empolgação e entusiasmo sobre a mobilização desencadeada pelo Programa em toda região, Friedrich defendeu o uso de um novo método de educação popular, de inspiração freiriana, que ele denominou de “ecopedagogia”. Trata-se de uma proposta educativa construída a partir da realidade local, envolvendo pessoas de todas as idades. Seu objetivo é induzir práticas emancipatórias e ambientalmente sustentáveis por meio da reflexão-ação.

Precisamos pensar e agir simultaneamente. O planeta está tão enfermo que não dá para esperar. A filosofia do programa é agir localmente, conectando as transformações em cada comunidade e em cada microbacia com o enfrentamento do desafio do aquecimento global”, detalhou Friedrich.

Para o diretor de Itaipu, a força transformadora do Cultivando Água Boa está no poder de convencimento e da sensibilização, não no volume de recursos investidos. “Se você quer estragar uma boa idéia, comece a falar de dinheiro”, declarou. Ele explicou que o Pacto das Águas – um compromisso

construído de forma participativa e assumido pelas comunidades – é o primeiro passo para o processo de mudança.

Vemos que a IB é apresentada como portadora dos conhecimentos e das competências necessárias à formulação (“novo método de educação popular”) e difusão de novos modelos educativos (“educomunicação”, “ecopedagogia”), aptos e necessários à formação de diferentes modos de relação entre pessoas e instituições, e de todos eles com a natureza (“nova cidadania”, “práticas emancipatórias e ambientalmente sustentáveis”). Tais competências não fazem parte necessariamente dos atributos institucionais de uma empresa cuja tarefa é a produção de energia, nem dos responsáveis da atual direção (Jorge Samek tem formação como engenheiro agrônomo, e Nelton Friedrich é formado em direito). A legitimidade de operar neste campo “educativo” foi adquirida por meio da colaboração, seja com representantes de outras instituições do Governo Federal, como o MEC e o MMA, seja com personagens como os já mencionados, Leonardo Boff e Enrique Leff, cujas contribuições são de extrema importância na construção da imagem do CÁB.²²¹ No campo da implementação, as personagens que foram chamadas pela atual direção para colaborar na realização dos objetivos do CÁB têm características diferentes, e com poucas exceções, são

²²¹ Além da presença destes atores nas principais ocasiões de difusão das atividades do CÁB, como os encontros anuais, Henrique Leff colabora com a IB na implementação de programas que visam à construção de saberes e competências específicos, como a constituição, em final de 2006, do “Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata”. As formulações do teólogo Leonardo Boff sobre a urgência de uma mudança radical nos padrões de comportamento para salvar a Terra e a humanidade são funcionais para justificar tanto a ênfase sobre a educação ambiental, que supostamente a IB implementaria por meio do CÁB, quanto a necessidade de agir rapidamente. Esta rapidez justifica a ausência de uma verdadeira avaliação da eficácia do CÁB. Por ocasião da entrevista concedida por Nelton Friedrich ao final da pesquisa, ele me pediu que formulasse uma crítica ao Programa, e eu mencionei a falta de reflexão sobre os efeitos das ações. Para justificar tal carência, Friedrich respondeu com uma afirmação que disse costumar repetir: “a pressa é filha da oportunidade”. E de se notar que estes autores, sobretudo Boff, são extremamente críticos em relação ao conceito de “desenvolvimento sustentável” e consideram a “conscientização” o único caminho para a “salvação da humanidade” (Boff in IB, 2007c, p.14 *et seq.*).

mais que detentoras de competências específicas nas atividades do Programa, são funcionais à atuação da IB no campo político-regional.²²²

É interessante a consideração do diretor de Coordenação da IB reportada acima sobre o fato de que seria pouco produtivo, se não deletério, ocupar-se da relação entre aplicação de recursos financeiros e ação do Programa. Como vimos antes, a IB não é obrigada a divulgar prestações de contas sobre o uso dos fundos por ela aplicados nas diferentes áreas, e resiste a qualquer tentativa de obrigá-la a fazê-lo, apelando para a figura jurídica binacional da empresa.²²³ De fato, toda tentativa de submeter a aplicação dos recursos da IB ao controle dos órgãos de fiscalização do Estado, como o Tribunal de Contas da União (TCU), não tiveram êxito, e a IB continua sendo uma “caixa preta”.²²⁴

²²² Entre os funcionários chamados para colaborar com a Direção de Coordenação da IB e o Programa temos dois ex-prefeitos e presidentes de associações de prefeitos da região: um do PT, grande incentivador do CÁP durante seu mandato na prefeitura até 2004, e outro do PP, que no final de seu mandato atuou como representante dos prefeitos da região em prol da permanência do atual diretor de Coordenação, quando da saída do PDT da base de apoio governista em 2003 (*Jornal Costa Oeste*, nº 278); um ex-deputado estadual do PT e liderança do sindicato rural do Paraná; um outra liderança rural do PT ligada ao MST, um funcionário da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA), incentivador do PT e financiador deste partido na campanha eleitoral de 2006, um professor do Curso de Administração da UNIOESTE, também seu financiador na campanha eleitoral de 2006, e um técnico do IAPAR com experiência no fomento de formas alternativas de agricultura.

²²³ Max Weber enfrenta o tema do secreto no campo da administração ao discutir a posição de poder da burocracia: “O interesse da burocracia no poder, porém, é muito mais eficaz além das áreas em que os interesses puramente funcionais determinam o sigilo. O conceito de ‘segredo oficial’ é invenção específica da burocracia, e nada é tão fanaticamente definido pela burocracia quanto essa atitude que não pode ser substancialmente defendida além dessas áreas especificamente qualificadas” (Weber, 1974, p.270). A essência da obrigação de prestar conta é certamente uma das expressões maiores deste poder burocrático.

²²⁴ “O ministro também pediu o auxílio do Congresso para que seja revisto o Tratado Constitutivo da Usina Hidrelétrica de Itaipu, firmado entre o Brasil e o Paraguai. O objetivo é dar ao TCU poderes para fiscalizar a hidrelétrica, que movimentou recursos da ordem de R\$ 2,2 bilhões anualmente.

Ele explicou que o tratado não prevê nenhuma forma de auditoria externa na geradora. “A Itaipu é uma caixa preta. Não sabemos o que acontece lá dentro”, disse. Segundo ele, a mesma reivindicação está sendo feita pelo órgão similar do Paraguai (Controladoria-Geral da República).

Adylson Motta teve uma reunião com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em fevereiro, em que solicitou mudanças nas normas estatutárias da empresa, em comum acordo com o Paraguai, para permitir a fiscalização das contas de Itaipu. Ele fez questão de recomendar aos deputados e senadores que sempre incluam em acordos binacionais assinados pelo Brasil, e votados no Congresso, a possibilidade da fiscalização externa.” (Reportagem de Janary Júnior publicada em 25/05/2006 pela *Agência Câmara*. Disponível no endereço <http://www2.camara.gov.br/homeagencia/materias.html?pk=89064>)

A IB mostrou ser extremamente rígida em liberar qualquer informação sobre a aplicação específica dos recursos destinados à difusão do Programa, sejam estas as despesas para a organização dos eventos locais e regionais, a participação e apoio financeiro a eventos organizados por outras instituições ou organizações, os convênios com organismos e atores de competências variadas, com a finalidade de divulgar a metodologia do CÁB e assim por diante. Isto impede a avaliação do percentual dos enormes investimentos realizados pela IB no campo socioambiental – investimentos estes que foram quadruplicados em 2005 e 2006 se comparados com 2002 (ver tabela 3) – que são destinados à promoção do Programa, em relação àqueles destinados à sua implementação..

As “vozes internas” que recolhi sobre supostos pagamentos de centenas de milhares de reais para “colaboradores” de várias ordens – entre os quais personagens que contribuem para respaldar a legitimidade da IB em operar e se apresentar como experiência exemplar para a “construção de um novo mundo, uma nova civilização, um novo jeito de ser, produzir e consumir” (Friedrich & Samek in IB 2007c, p.3) – não podem ser reportadas por carecerem de comprovação, ficando ressalvas de várias ordens sobre a sua veracidade.

Ao declarar a um dos funcionários da IB, enquanto formulava algumas destas “acusações”,²²⁵ que suas declarações não podiam ser comprovadas, ele me disse que era tudo feito deste jeito e que tentaria achar as provas. Alguns dias depois, repassou-me cópia do Contrato nº 45000002489, estipulado entre a IB e a Fundação Roberto Marinho, como base

²²⁵ Este ator falava destes supostos pagamentos em tom indignado, “‘o cara’ pega R\$ 200.000 ao ano só pra falar bem do CÁB, mais R\$15.000 para cada vez que vem passear em Foz do Iguaçu”. Por motivos éticos não posso divulgar nem o nome dele, nem o nome da pessoa à qual faz referência, sendo também que estas “acusações” foram formuladas sem o apoio de qualquer documento ou prova concreta. No curso da pesquisa, recolhi muitas acusações relativas ao uso instrumental do dinheiro e ao aproveitamento do CÁB para fins pessoais, muitas vezes formuladas por pessoas da mesma área política dos acusados, e que constam das gravações realizadas. Os autores destas declarações “confidenciais”, na sua quase totalidade, ressaltavam o próprio comprometimento com os objetivos oficiais do Programa, e se queixavam da falta de compromisso real com os mesmos objetivos por parte daqueles que acusavam.

para avaliar a plausibilidade de suas afirmações. Este Contrato prevê a realização, por parte da Fundação Roberto Marinho, do

desenvolvimento e a implementação do MULTICURSO – GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS, visando à melhoria da qualidade da vida humana, com a divulgação nacional das ações ambientais bem-sucedidas, relativas à sustentabilidade, realizadas por ITAIPU nas diversas comunidades em que atua.” (IB, Contrato nº 45000002489, Cláusula primeira).

A realização dos objetivos acima explicitados divide-se em duas fases, sendo a remuneração prevista no Contrato relativa à primeira delas, também dividida em duas etapas:

Etapa A – Consistirá no desenvolvimento de website, na produção de programas temáticos e de material impresso, que integrarão o kit educativo composto por:

- 2 (dois) programas temáticos de vídeo / DVD, com cerca de 30' (trinta minutos) de duração cada;
- dois cadernos temáticos com cerca de 50 (cinquenta) páginas cada;
- 1 (um) manual para utilização do ambiente virtual;
- 1 (um) caderno de orientação para utilização da metodologia do Projeto;
- cadernos de roteiros para atividades pedagógicas;
- 1 (um) CD Rom com o conteúdo do Projeto; e
- Fichas técnicas.

Etapa 2 – Esta implementação será considerada uma etapa piloto e terá sua abrangência em apenas um município a ser posteriormente definido pelas partes. Consistirá na reprodução de 1.000 (mil) unidades de DVD e material impresso, integrantes do kit educativo, e na prestação de serviços de implementação da metodologia do Projeto MULTICURSO™ para estudantes de ensino médio e profissionais ligados a atividades rurais, gestores públicos e ONGs, bem como em comunidades residentes em áreas de bacias hidrográficas. (IB, Contrato nº 45000002489, Cláusula primeira, Parágrafo único)

Para a realização dessa primeira fase, o valor do pagamento previsto seria de R\$ 1.288.860,00, a ser liberado em quatro etapas. A primeira parcela de R\$ 455.000,00 seria paga no ato de assinatura do contrato; a segunda parcela, de R\$ 325.000,00, após 60 dias da assinatura, mediante apresentação da grade de conteúdos do Projeto; a terceira parcela, de R\$ 170.000,00, após 180 dias da assinatura do contrato, com previsão da

apresentação dos vídeos integrantes do projeto; o restante (R\$ 338.860,00) seria pago no ato de entrega do material **acordado** num prazo de 240 dias da assinatura do contrato (IB, Contrato nº 45000002489, Cláusula Oitava, *infra*).

Não sei se o montante pactuado pode ser considerado excessivo em face das tarefas a serem realizadas. Muito depende da qualidade do material que será produzido. No entanto, este contrato é representativo do tipo de esforço que a IB está realizando para a difusão do CÁB como experiência exemplar de atuação no campo do “desenvolvimento sustentável”.

Conclusões

As colaborações, as metodologias, os rótulos discursivos que são empregados para a implementação do CÁB são funcionais diante da possibilidade de se obter a “ampla aceitação” do Programa, o que em outro termo é chamado de “participação”. Os atuais dirigentes da IB tinham diante deles um grande desafio para a implementação do CÁB no território da BPIII: transformar a imagem da empresa – marcada pelas lembranças das injustiças sofridas e das ingerências na vida política e social do território à margem do reservatório – e conseguir fazer com que as pessoas e as administrações viessem a participar das diferentes atividades implementadas pela empresa para a preservação da qualidade da água do reservatório. As atividades propostas, transformadas com poucas modificações num programa que se pretende “novo”, “mega” e “revolucionário”, criariam os pressupostos para a divulgação de uma representação da IB como experiência exemplar no campo da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

Quanto às administrações, os ingentes recursos disponibilizados para a realização de intervenções, que deveriam ser de administração ordinária (ver tabelas 5 e 6), facilitaram a obtenção da colaboração das várias prefeituras, pelo menos no que concerne à realização de eventos, os “Pactos”, que são fundamentais para apresentar o Programa como de ampla difusão, mas que são relativos a intervenções que concernem percentuais muito pequenos do total do território da BPIII (menos do 2% do território em mais de cinco anos, ver tabela 7). Seus resultados reais estão muito aquém do planejado (ver tabela 8). Os “Pactos” e as atividades de “educação ambiental” que os precederam (as “sensibilizações” e as “oficinas do futuro”) são funcionais também para obter a aceitação do Programa por grupos sociais localizados, sensíveis aos componentes religiosos que marcam o ritual dos “Pactos” e aos elementos espirituais que permeiam os discursos proferidos para justificar a ação do

Programa, em que o apelo à “vida” de todos os seres, ao “amor” pela natureza têm um papel fundamental.

A partir desta ótica, o CÁB representa o “novo,” mas não no sentido que seus proponentes pretendem atribuir a ele. A novidade do CÁB reside na apropriação, por parte de setores específicos do campo político e institucional no Brasil, de discursos e práticas nascidos no meio dos movimentos de oposição às políticas de desenvolvimento, políticas estas que marcaram a história do Brasil ao longo do século passado, na tentativa de relegitimar os seus resultados, aproveitando idéias e conceitos gerados no interior dos debates para a construção de modelos de “desenvolvimento sustentável”.

Por ocasião de um dos últimos eventos que assisti em Foz do Iguaçu – a apresentação do *Relatório de Sustentabilidade 2006* da Itaipu Binacional – o presidente de uma associação de agricultores, convidado a intervir logo depois do diretor da IB Jorge Samek, ressaltou o papel de guia e de apoio da IB. Ele afirmou que era este o motivo pelo qual ele e seus colegas tinham se convencido a explorar modelos produtivos diferentes, menos agressivos, para o meio ambiente, plantio direto e experimentação de agricultura orgânica, e que agora eles iriam cobrar da IB que continuasse nesta direção, porque “sem a IB tudo isto não seria possível”.

Ao voltar do evento para o escritório da Diretoria de Coordenação junto com um dos gestores do CÁB ficamos comentando a fala deste agricultor, e as implicações em termos de responsabilidade da IB por ter criado expectativas no público da BPIII. Ao considerar as possíveis reações em termos de entusiasmo que o CÁB poderia provocar na região, ele usou uma imagem bastante sugestiva, falando que a ação da IB era como uma pedra lançada na água, que tinha como conseqüência a formação de ondas, e que estas ondas não podiam ser ignoradas ou paradas; podia se tentar suavizá-las, dar um jeito aqui e ali, mas que se a IB não conseguisse dar conta das demandas geradas pelas próprias iniciativas, pagaria caro em

termos de credibilidade. Para ele, no momento em que as pessoas começavam a cobrar a realização dos princípios que a IB andava difundindo na região, os limites de implementação do CÁP ficavam evidentes: ou se provocaria o constrangimento da IB ao demonstrar ser incapaz de dar conta das demandas por ela geradas, ou se perderia a confiança das pessoas que, depois de serem induzidas por “grandes idéias” a desejar um “mundo diferente”, se sentiriam abandonadas no meio do caminho (como parece estar acontecendo no caso do FEA).

Quais serão as conseqüências da implementação do CÁP e da difusão das idéias que por meio dele a IB propaga na BPIII, a médio e a longo prazo não é possível saber ainda. Nem é dado saber hoje se estas ações terão continuidade, já que estão subordinadas a interesses e a projetos políticos específicos que estão fora do controle dos grupos que a IB tenta envolver em suas atividades. Certamente é necessário redimensionar a pretensa exemplaridade da experiência do CÁP na perspectiva de um possível uso instrumental do mesmo. Contudo, o comprometimento de muitos dos que trabalham no Programa com seus objetivos oficiais declarados, a ênfase sobre a mudança de estilos e padrões de produção e consumo, e as oportunidades de encontro que parcialmente o CÁP propicia podem dar vida a dinâmicas sociais imprevistas. Espero que minha parcial contribuição ao entendimento do CÁP possa ser um ponto de partida útil para a observação e a compreensão destas dinâmicas, ou da ausência delas.

REFERÊNCIAS

- Abers, Rebecca & Keck, Margaret E. – 2006 – ‘Muddy Waters: The Political Construction of Deliberative River Basin Governance in Brazil’ *International Journal of Urban and Regional Research* 30(3)
- Abers, Rebecca & Dino Jorge, Karina – 2005 – ‘Descentralização da gestão da água: por que os comitês de bacia estão sendo criados?’ In *Ambiente e Sociedade* 8(2)
- Alcântara, M. L.B – 2002 – ‘O Movimento dos Sem Terra: uma Análise Sobre o Discurso Religioso’ In *Quaderni Di Thule, Perugia*, 23(1),.
- Alencar Chaves, Christine de – 2001 – ‘A Marcha Nacional dos Sem-Terra: estudo de um ritual político’ In PEIRANO, Mariza *O Dito e o Feito. Ensaios de Antropologia dos Rituais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará
- Almeida Jr., José Maria G. de – 2000 – *Um Novo Paradigma de Desenvolvimento Sustentável* Brasília, Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa
- Azevedo, Creuza da S. – 1992 – ‘Planejamento e Gerência no Enfoque Estratégico Situacional de Carlos Matus’. *Cadernos de Saúde Pública* 8(2).
- Bacile, M. F. Pinheiro & Sevá F. A. O. – 2006 – ‘Expansão Hidrelétrica no Período 2003 - 2006: Conflitos Sociais e Institucionais em Novas Represas e nas Concessões Leiloadas’ In Anais do III Encontro da ANPPAS, Associação Nacional de Pesquisa e Pós graduação em Ambiente e Sociedade, Brasília-DF.
- Bastide, Roger – 1979 – *Antropologia Aplicada*, São Paulo, Perspectiva.
- Bermann, Célio – 2007 – ‘Impasses e controvérsias da hidreletricidade’ In *Estudos Avançados* 21(59).
- Bielschowsky, Ricardo – 1996 – *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- Bortoleto, Elaine Mundim – 2001 – ‘A Implantação de Grandes Hidrelétricas: Desenvolvimento, Discurso e impactos’ In *Geografares*, 2.

- Bourdieu, Pierre – 1985 – ‘The social space and the genesis of groups’ In *Social Science Information* 24(2)
- Cardoso, Maria Lúcia – 2003 – *A democracia das águas na sua prática; o caso dos comitês de bacia hidrográficas de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ
- Carruthers, David – 2001 – ‘From Opposition to orthodoxy: the Remaking of Sustainable Development’ In *Journal do Third World Studies* 18(2)
- Carvalho Pinheiro, Daniele De – 2006 – *Reestruturação do Setor Elétrico no Brasil e Suas Consequências no Tratamento de Questões Sociais e Ambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, GO* Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) IPPUR/UFRJ
- Catta, Luiz Eduardo Pena – 2003 – *O Cotidiano de uma Fronteira. A perversidade da modernidade* Cascavel, EDUNIOESTE
- Cavalcanti, Clóvis – 2004 – ‘Uma Tentativa de Caracterização da Economia Ecológica’ In *Ambiente e Sociedade* 7(1)
- Cavalcanti, José Costa – 1975 – ‘A Hidrelétrica de Itaipu’ In *Segurança e Desenvolvimento* 24(160)
- CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis) – 2004 – *A Carta da Terra. Valores e Princípios para um Futuro Sustentável*, Petrópolis, CDDH, Itaipu Binacional, Governo Federal.
- Centro de Memória da Eletricidade no Brasil – 1988 – *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*, Rio de Janeiro.
- Cernea, Michael M. – 1983 – *A Social Methodology for Community Participation in Local Investments: The Experience of Mexico's Pider Program*. Washington, D.C., Working Paper n. 598, The World Bank.
- _____. – 1991 – *Using Knowledge from Social Science in Development Projects*. Washington D.C., Discussion Papers n. 114, The World Bank.
- _____. – 1994 – *Sociology, Anthropology, and Development. An Annotated Bibliography of World Bank Publications (1975-1993)*. Washington D.C., Environmentally Sustainable Development Studies and Monographs n. 3, The World Bank.

- Chambers, Robert – 1995 – ‘Paradigm shifts and the practice of participatory research and development’. In NELSON, N. & WRIGHT, S. (eds.) *Power and Participatory Development*. London, Intermediate Technology Publications.
- Cimi (Conselho Indigenista Missionário) – 2007 – *Mensageiro* n° 164
- Coltro, Aldérico et al. – 2005 – ‘Projeto Pescador-Aqüicultor’ In *Anais da XV Semana de biologia 26 30 de setembro 2005*, Cascavel, UNIOESTE
- Cotrim, John – 1999 – *Notas sobre os antecedentes da Itaipu Binacional*, Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade
- Daly, Heman E. – 1995 – ‘Discurso proferido em ocasião da saída do Banco Mundial’ In *Agir Azul 10* introdução e tradução de Carlos Gustavo Tornquist.
- _____. – 1996 – *Beyond Growth: The Economics of Sustainable Development* Boston, Beacon Press
- _____. – 2004 – ‘Crescimento Sustentável? Não, Obrigado.’ In *Ambiente e Sociedade* 7(2)
- Debernardi, Enzo – 1996 – *Apuntes para la historia política de Itaipu* Assuncion, Editorial Gráfica Continua
- De Lima, Ivone Terezinha Carletto – 2006 – *ITAIPU. As faces de um mega projeto de desenvolvimento*. Marechal Candido Rondon, Itaipu Binacional, Ed Germânica,
- Dowie, Mark – 1995 – *Loosing Ground: American Environmentalism at the Close of the Twentieth Century*, Cambridge, MIT Press
- Draibe Sonia – 1985 – *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização do Brasil (1930 – 1960)* Rio de Janeiro, Paz e Terra
- Escobar, Arturo – 1995 – *Encountering Development: the Making and the Unmaking of the Third World*. Princeton, Princeton University Press.
- Eyben, Rosalind – 2000 – ‘Development and Anthropology A View from Inside the Agency’. In *Critique of Anthropology* 20(1).
- Eyben, Rosalind & Ladbury, Sarah – 1995 – ‘Popular participation in aid-assisted projects: why more in theory than practice?’ In NELSON, N. & WRIGHT, S. (eds.) *Power and Participatory Development*. London, Intermediate Technology Publications

Fausto, Boris – 1998 – *História do Brasil*, S. Paulo EDUSP

FEA (Programa de Formação de Educadores Ambientais – MMA,MMC, IB) – 2005 – Programa de formação de Educadores Ambientais nos Municípios da Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu – Projeto Político Pedagógico, mimeo (PPP/FEA).

_____. – 2007 – *FEA-BPIII: Qualificação EAP. Formação de Educadores e Educadoras Ambientais dos Municípios da Bacia do Paraná III, Área de Influência de Itaipu e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu – Qualificação Social do/a Educador/a Ambiental Popular*, mimeo.

Ferguson, James – 1990 – *The Anti-Politics Machine: “Development,” Depoliticization, and bureaucratic Power in Lesotho*. Cambridge-New York, Cambridge University Press

Fisher, William F. – 1994 – ‘Megadevelopment, Environmentalism, and Resistance: The Institutional Context of Kayapó Indigenous Politics in Central Brazil’. In *Human Organization* 53(3).

_____. – 1997 – ‘Doing Good? The Politics and Antipolitics of NGO Practices’. In *Annual Review of Anthropology* 26.

Foladori, Guillermo – 2002 – ‘Avanços e limites da sustentabilidade social’ In *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 102

_____. – 2007 – ‘Paradojas de la sustentabilidad: ecológica versus social’ In *Trayectorias* 9(24)

Foucault, Michel – 1971 – ‘Sôbre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo Epistemológico’. In ____ et Alii *Estruturalismo e Teoria da Linguagem*. Petrópolis, Vozes.

Furtado, Celso – 1981 – *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra

Germani, Guiomar I. – 2003 – *Expropriados, terra e água: o conflito de Itaipu* Salvador, EDUFBA

Ghoshal, Sumantra & BALLETT, Christopher – 1999 – *The Individualized Corporation: A Fundamentally New Approach to Management*, Collins.

Green, Maia – 2000 – ‘Participatory Development and the Appropriation of Agency in Southern Tanzania’. In *Critique of Anthropology* 20(1).

- Grillo, R. D. – 1997 – ‘Discourses of development: The View from Anthropology’ In Grillo, R. D. & Stirrat, L. R. *Discourses of Development. Anthropological Perspectives*. Oxford-New York, Berg.
- GRUBER, Guillermo; Benayas, Javier; Gutiérrez, José – 2001 – ‘Evaluación de la Calidad de Medios Audiovisuales Como Recurso para la Educación Ambiental’ In *Tópicos en Educación Ambiental* 3 (8)
- Hardi, P; Zdan, T. J. – 1997 – *Assessing Sustainable Development: principles in practice*. Winnipeg: IISC
- Hartwick, John R – 1977 – ‘Intergenerational Equity and the Investing of Rent from Exhaustible Resources’ In *American Economic Review* 67(5).
- _____. – 1978 – ‘Substitution among Exhaustible Resources and Intergenerational Equity’ In *Review of Economic Studies* 45(2)
- Henkel, Heiko & Stirrat, Roderick – 2001 – ‘Participation as Spiritual Duty; Empowerment as Secular Subjection’. In Cooke, B. & Kothari, U. (eds.) *Participation, The New Tyranny*. London Zed Books.
- Hoben, Allan – 1982 – ‘Anthropologists and Development’. In *Annual Review of Anthropology* 11.
- Holling, C.S. – 1986 – ‘The resilience of terrestrial ecosystems; local surprise and global change’ In W.C. Clark and R.E. Munn, (Eds). *Sustainable Development of the Biosphere*. Cambridge University Press, Cambridge, U.K.
- Horowitz, M., Painter, T. M. – 1986 – *Anthropology and Rural Development in West Africa*. Boulder and London.
- Itaipu Binacional – 1973 – *Relatório da Comissão mista Brasileira-Paraguaia* Comitê Executivo.
- _____. – 1982 – *Plano Diretor do Reservatório de Itaipu*. Foz do Iguaçu, Superintendência de Meio Ambiente, Itaipu Binacional.
- _____. – 2004a – *Plano de trabalho para 2004/2005: Jovem Jardineiro*. Foz do Iguaçu, CAB, Mimeo
- _____. – 2004b – *Balanco Social 2003*
- _____. – 2004c – *CÁB Projeto Piloto Sub-Bacia do Rio São Francisco Verdadeiro*
- _____. – 2004d – *CÁB primeira edição*
- _____. – 2005a – *CÁB segunda edição*

- _____. – 2005b – *Relatório de Sustentabilidade 2004*
- _____. – 2006a – *Saberes e Cuidados em Diálogo. Memória do Encontro de Especialistas em Educação Ambiental da Bacia do Prata 29-31 Ago 2006*
- _____. – 2006b – *Relatório de Sustentabilidade 2005*
- _____. – 2007 – *Relatório de Sustentabilidade 2006*
- _____. – 2007 – *Resumo do Relatório Final do IV encontro Cultivando Água Boa*, Foz do Iguaçu, mimeo
- _____. – 2007a – *Projeto Comunidade Avá Guarani*, Programa Cultivando Água Boa. Divisão de Ação Ambiental, DC.IB, Foz do Iguaçu abril de 2007, Mimeo.
- _____. – 2007b – *Revista Energia Total*.
- _____. – 2007c – *Caderno do participante, IV Encontro Cultivando Água Boa*, Foz do Iguaçu, Novembro.

Jacobi, Pedro R. & MONTEIRO, Fernando – 2006 – ‘Social capital and institutional performance: methodological and theoretical discussion on the water basin committees in metropolitan Sao Paulo – Brazil’ In *Ambiente e Sociedade* – Vol. 9(2)

JCÁB/IB Jornal Cultivando Água Boa – 2003 – Set.

- _____. – 2004 – Janeiro; Agosto; Setembro.
- _____. – 2005 – Janeiro; Junho.
- _____. – 2006 – Janeiro; Junho; Novembro.
- _____. – 2007 – Fevereiro; Junho; Outubro..

JIE Jornal Itaipu Eletrônico – 2008 – Disponível em <http://jie.itaipu.gov.br>.

Lafer Celso – 2002 – *JK e o Programa de Metas (1956-1961) processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV Ed.

Lamarão, Serjo T. de N. – 1997 – *A energia elétrica e o Parque Industrial Carioca (1880-1920)*, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense –UFF.

Lazzaretti, Agostinho, A.A. et.al. – 2005 – ‘Reservatório de Itaipu: Estatística de Rendimento Pesqueiro’ In *Relatório Anual de 2004. Maringá – Paraná*, v. 2

Lazzaretti, Fátima Toniolo – 2004 – *Modelo de Gestão Sustentável Para a Pesca no Município de Santa Helena na Época da Piracema* Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis

- Lima, José Luiz – 1995 – ‘Formação e desenvolvimento do setor de energia elétrica no Brasil’, in Dias Renato Feliciano (org) *A Eletrobras e a história do setor elétrico no Brasil. Ciclo de palestras*. Rio de Janeiro, Centro da Memória Eletricidade.
- Machado, Jones Jorge – 2002 – *A Formação da Classe e o Cotidiano dos Pescadores Profissionais de Santa Helena*. Monografia (Graduação em História) Universidade Estadual do Paraná (UNIOESTE) Marechal Cândido Rondon.
- Mair, Lucy – 1984 – *Anthropology and Development*. London, McMillan Press.
- Mantega, Guido – 1990 – *A economia política Brasileira* Petrópolis, Vozes.
- Mazzarollo, Juvêncio – 2003 – *A Taipa da Injustiça. Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu* São Paulo, Ed Loyola
- Meadows, D. et al. – 1972 – *Os limites do crescimento*. São Paulo, Perspectiva.
- Medeiros Da Silva, Luiz Antônio – 2001 – *Reestruturação do Setor Elétrico, Conflito e Negociação na Bacia do Rio Uruguai* Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) IPPUR/UFRJ.
- Mendonça, Sonia Regina de – 1988 – *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro Graal
- _____. – 1997 – *O ruralismo Brasileiro (1888 – 1931)*. Estudos rurais, São Paulo, Hucitec
- Mendonça, Sonia Regina de & FONTES, Virginia Maria – 1996 – *História do Brasil recente 1964-1992*. São Paulo, Ática, ABDR
- Mehta, Lyla – 2001 – ‘The World Bank and Its Emerging Knowledge Empire.’ In *Human Organization* 60(2).
- Mosse, David – 1997 – ‘The Ideology and Politics of Community Participation: Tank Irrigation Development in Colonial and Contemporary Tamil Nadu’. In Grillo, R. D.& Stirrat, L. R. (eds.) *Discourses of Development. Anthropological Perspectives*. Oxford-New York, Berg.
- MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) – 1986 – ‘Como se organiza o MST’ In *Caderno de Formação* n. 5, São Paulo)

- Müller, Arnaldo Carlos – 1995 – *Hidrelétricas, Meio Ambiente e Desenvolvimento* São Paulo: Makron Books.
- Obeyesekere, Gananath – 1997 – *The Apotheosis of Captain Cook*, Princeton, Princeton University Press.
- Oliveira, João Pacheco de – 1977 – *As Facções e a Ordem Política em uma Reserva Tikuna*, Dissertação (Mestrado) em Antropologia. Universidade de Brasília, UNB, Brasil.
- _____. – 1988 – *Nosso Governo. Os Ticuna e o Regime Tutelar*. Rio de Janeiro, Marco Zero
- Pereira, Osny Duarte – 1974 – *Itaipu: pros e contras* Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Peters, Pauline – 1996 – “‘Who’s Local Here?’ The Politics of Participation in Development’ In *Cultural Survival Quarterly* 3.
- Pigg, Stacy Leigh – 1992 – ‘Inventing Social Categories Through Place: Social Representations and Development in Nepal’ in *Comparative Study in Society and History* 34 (3).
- Pottier, J. – 1993 – *Practicing development. Social science perspectives*, London.
- Rahnema, Majid – 1992 – ‘Participation’. In Sachs, W. (ed.) *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge and Power*. London and New York, Witwatersrand University Press, Zed Books.
- Redclift, Michael R. – 2006 – ‘Sustainable Development (1987 – 2005) – An Oxymoron Comes of Age’ In *Horizontes Antropológicos*, 12(25)
- Revista Crisis – 1975 – ‘*ITAIPU: la bomba hídrica brasileña*’ Buenos Aires, dez 1975
- Ribeiro, Gustavo Lins – 1992 – ‘Bicho de obra, fragmentação e reconstrução da realidade’ In *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 7(18)
- Rist, Gilbert – 1999 – *The History of Development*. London-New York-Cape Town, Zed Books-UCT Press. [1996]
- Robertson, A. F. – 1984 – *People and the State. An Anthropology of Planned development* Cambridge, Cambridge University Press.

- Rocha Leal, da Paz Luciana – 2006 – Hidrelétricas e Terras Indígenas na Amazônia: Desenvolvimento Sustentável? Tese (Doutorado em Planejamento Energético) COPPE/UFRJ
- Romaní , Andréa Pitanguy de – 2003 – *Estudo de caso: ECOLIXO – programa de coleta seletiva para reciclagem, Cascavel – PR*, Rio de Janeiro: IBAM/CAIXA.
- Sachs, Wolfgang (ed.) – 1992 – *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge and Power*. London and New York, Witwatersrand University Press, Zed Books.
- Sader, Emir – 1992 – *A Transição no Brasil: da ditadura à democracia?* S.Paulo, Atual
- Sahlins, Marshall – 1981 – *Historical metaphors and Mythical Realities: Structure in the Early History of the Sandwich Island Kingdom*, The University Michigan Press
- Said, Edward W. – 1978 – *Orientalism*. New York, Vintage Books.
- Salviani, Roberto – 1997 – *Un Progetto di Sviluppo su basi Antropologiche: il Progetto Kaiowa-ñandeva*. Tesi di Laurea in Antropologia Sociale, Roma, Università degli Studi di Roma “La Sapienza”
- _____. – 2002 – *As Propostas para Participação dos Povos Indígenas no Brasil em Projetos de Desenvolvimento Geridos pelo Banco Mundial: um Ensaio de Análise Crítica* Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Rio de Janeiro, UFRJ/MN/PPGAS.
- _____. – 2004 – *Desenvolvimento, Meio Ambiente e relações interétnicas: o caso Xavante-Mato Grosso*, Projeto de Pesquisa apresentado como requisito para a Prova de Primeira Qualificação, UFRJ/MN/PPGAS, junho de 2004
- Samek, Jorge – 2003 – ‘Desafios do Setor Elétrico, Entrevista’ *Revista Cidades do Brasil*, 46.
- _____. – 2007 – ‘O que seria do Paraguai sem Itaipu? Entrevista especial com Jorge Samek, Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional.’ *IHU-on line* (Instituto Humano Unisinos) http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=10796
- Santos, Bonaventura de Souza – 1999 – ‘Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado’ In PEREIRA, L. C. B. et al. (orgs.) *Sociedade e Estado em Transformação* São Paulo, UNESP
- Santos, Sílvio Coelho dos – 2003 – A Geração Hídrica de Eletricidade no Sul DO Brasil e Seus Impactos Sociais' *Etnográfica*, 7(1)

- Scudder, Thayer – 1999 – ‘The Emerging Global Crisis and Development Anthropology: Can We Have an Impact?’ In *Human Organization* 58(4).
- Sevá, Filho Oswaldo (Org.) – 2005 – *TENOTÃ-MÕ Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*, International Rivera Network.
- Seyferth, Giralda – 1974 – *A colonização alemã no Vale do Itajai-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico* Porto Alegre, Movimento.
- Sigaud, Lygia – 1986 – ‘Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho’ *Comunicação n 9* Rio de Janeiro PPGAS/MN/UFRJ
- Silva Rabelo L. & Sales Lima P. V. P. – 2007 – ‘Indicadores de sustentabilidade: a possibilidade da mensuração do desenvolvimento sustentável’. *REDE - Revista Eletrônica do Prodema*, Fortaleza, 1(1), 2007.
- Sitarz, Daniel(ed). – 1993 – *Agenda 21: the earth summit strategy to save our planet* Boulder; Earth Press;.
- Solow Robert M. – 1974 – ‘International Equity and Exhaustible Resources’ In *Review of Economic Studies* 41
- _____. – 1986 – ‘On the Intertemporal Allocation of Natural Resources’ In *Scandinavian Journal of Economics* 88(1)
- _____. – 1993 – ‘Sustainability: An Economist’s Perspective’ In Dorfam R. & Dorfam N.S. (Eds) *Economic of the Environment: Selected Readings* New York, London, W.W. Norton & Company.
- _____. – 1994 – ‘Assigning Economic Value to Natural Resources’ In *40th Anniversary of Resources for the Future, Invited Lecture at Resource and Conservation Center Whashington D.C*, Washington D.C. National Academy Press.
- Sorrentino, Marco; Traiber, Rachel et. al. – 2005 – ‘Educação ambiental como política pública’ In *Educação e Pesquisa* 31(2).
- Stirrat, Roderick L. – 2000 – ‘Cultures of Consultancy.’ In *Critique of Anthropology* 20 (1).
- Stone, Linda – 1989 – ‘Cultural Crossroads of Community Participation in Development: A Case from Nepal’ In *Human Organization* 48(3).

- Thomaz de Almeida, Rubens – 2006 – *Estudo Antropológico sobre situação dos Ava-Guarani e Guarani-Mbya relacionados ao Jakutinga/Okoy e dos Nandéva de Guaíra: extremo oeste do Paraná*, Agosto de 2006, mimeo
- Vainer, Carlos B. – 2003 – ‘Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil’ In H. Ascelrad; S.Herculano; J. A. Pádua, (orgs.). *Justiça Ambiental e Cidadania*. VAN BELLEN, Hans M.
- _____. – 2004 – 'Desenvolvimento Sustentável: Uma Descrição das Principais Ferramentas de Avaliação' In *Ambiente & Sociedade* 7(1)
- _____. – 2005 – *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro:Relume Dumará, 2003. Editora FGV, 2005
- _____. – 2007 – ‘Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais’ In *Estudos Avançados* 21(59).
- Ventura, Filho Altino – 1999 – *ITAIPU, A Binational Hydroelectric Power Plant, its Benefits and Regional Context*. Paper submitted to the WCD Regional Consultation “Large Dams and their Alternatives in Latin America”.
- Vianna, da Cunha Lima Junior Aurélio – 1988 – *Dos Pressupostos da Ação Política do Campesinato: O caso da “invasão” da fazenda Annoni* Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) PPGAS/MN/UFRJ
- 1996 – *Prisão em Lajeado Pepino: Gênese e Efeitos de uma Ação Exemplar* Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPGAS/MN/UFRJ
- Victor, David G. – 2004 – ‘Recovering Sustainable Development’ In *Foreign Affairs* 85(1).
- Vitousek, Peter M. – 1997 – ‘Human Domination of Earths Ecosystems’ In *Science* 277(5325)
- Wachowicz, Ruy, Christovam – 1987 – *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense* Curitiba, Ed. Vicentina,
- _____. – 1992 – *História do Paraná*, Curitiba, Vicentina,
- WCED – 1987 – *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development*, Oxford, Oxford University Press.

Woost, Michael D. – 1997 – ‘Alternative Vocabularies of Development? ‘Community’ and ‘Participation’ in Development Discourse in Sri Lanka’. In Grillo, R. D. e Stirrat, L. R., (eds.) *Discourses of Development. Anthropological Perspectives*. Oxford-New York, Berg.

Zyger, Ivone Claudia – 2005 – Um estudo sobre a participação e o conhecimento da comunidade no manejo dos resíduos sólidos no município de Santa Helena-pr. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) UFSC.

ANEXOS

ANEXO A – PROGRAMAS E AÇÕES CAB 2004 – 2007



PLANO OPERACIONAL 2004 - 2008

CONTROLE DE SITUAÇÕES

Data: 6/12/2006
 Hora: 14:06:47
 Página: 1 de 6
 Menú: 3. Control de Acompañamiento

Programa de: 1 até: 99 Ação de: 1 até: 9.999 Órgão 072 - 072424

Órgão	Responsável	Ramal	Responsável	Ramal	Registros de Situações											
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Programa:1 Apoio Administrativo																
Gestor: Silvio Melamed / PE.GP																
Gestor: Roque Zacarias / PE																
Ação : 7 Gestão da Área de Coordenação																
PC.CD	JOAO CARLOS AZEVEDO BRAGA	5737														
Programa:10 Imagem Institucional Comunicação Social																
Gestor: Delia Sartorio																
Gestor: HÉLIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA																
Ação : 961 Comunicação institucional da Área de Coordenação																
PC.CD	DARLI MARQUES	6618											X	X		
Ação : 962 Organização e realização de eventos Área de Coordenação																
PC.CD	DARLI MARQUES	6618											X	X		
Programa:11 Turismo nota 10																
Gestor: Rulfo Rene Velilla																
Gestor: Alexandre Machado Fernandes Filho																
Ação : 273 Recuperação paisagística das áreas degradadas																
MARP.CD	HEITOR NEY S DE ANDRADE	5605											X	X		
Ação : 274 Projeto de comunicação visual Refúgio Biol. Bela Vista																
MAPE.CD	NEWTON LUIZ KAMINSKI	6966											X	X		
Ação : 275 Manutenção infra-estrutura Refúgio Bela Vista																
MARP.CD	SEBASTIAO VALTEIR G NOGUEIRA	5613											X	X		
Ação : 276 Manutenção infra-estrutura do Ecomuseu																
MAPE.CD	ROSANA LEMOS TURMINA	5810											X	X		
Ação : 277 Apoio no desenvolvimento do turismo regional																
MAPA.CD	ROBERTO LOLIS	520.6765												X		
Ação : 278 Circuito museográfico do Ecomuseu																
MAPE.CD	ROSANA LEMOS TURMINA	5810											X	X		
Ação : 279 Implantação iluminação externa CRV-ME e Ecomuseu																
ODMS.CD	SERGIO SERPA BOPP	6555											X			
Ação : 280 Obras de revitalização do RBV																
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232											X	X		
Ação : 281 Obras Canal da Piracema																
ODM.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232											X	X		
Ação : 282 Obras melhorias Bosque dos Visitantes																
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232											X	X		
Ação : 283 Apoio implantação Jardim Botânico de Foz																
MARP.CD	HEITOR NEY S DE ANDRADE	520-5060											X	X		
Programa:19 Gestão de desenv e desemp p/ competência																
Gestor: Marcos D'Ippolito																
Gestor: Romildo Andrés Laconich Romero																
Ação : 563 Capacitação p/ novo modelo de gestão da DC																
PC.CD	JOAO CARLOS AZEVEDO BRAGA	5737												X		
Ação : 564 Educação ambiental corporativa IB																
MAPE.CD	MARIA EMILIA M DE SOUZA	5814											X	X		
Programa:28 Dimensionamento e renovação do Quadro																
Gestor: Miguel Jorge Neto																
Gestor: Edgar F. Azucas Pereira																
Ação : 840 Definir necessidades de contratação de pessoal (trainees e estagiários) para DC																
MAP.CD	JOAO CARLOS AZEVEDO BRAGA												X	X		
Programa:36 Reservatório e Áreas protegidas																
Gestor: Joao Antonio Cordoni																
Gestor: Oscar Cabrera																
Ação : 176 Recuperação florestal das áreas protegidas																
MARP.CD	EDSON ZANLORENSI	(45) - 520695											X	X		
Ação : 177 Produção e aquisição de mudas (coleta, beneficiamento e armazenagem de sementes)																
MARP.CD	VALDEMAR HUGO ZELAZOWSKI	520-5060											X	X		
Ação : 178 Manutenção de espécies florestais																
MARP.CD	VALDEMAR HUGO ZELAZOWSKI	520-5060											X	X		
Ação : 179 Administração das áreas protegidas																

Órgão	Responsável	Ramal	Responsável	Ramal	Registros de Situações																				
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12									
Programa:36 Reservatório e Áreas protegidas																									
Gestor: Joao Antonio Cordoni												x	x	x	x	x	x								
Gestor: Oscar Cabrera												x	x	x	x	x	x								
Ação : 179 Administração das áreas protegidas																									
MARP.CD	EDSON ZANLORENSI	520-6053										x	x	x				x							
Ação : 180 Manejo florístico																									
MARP.CD	EDSON ZANLORENSI	520-6952										x	x	x											
Ação : 181 Criação e manutenção de animais silvestres																									
MARP.CD	WANDERLEI DE MORAES	520-5060										x	x	x	x	x	x	x							
Ação : 182 Operação área de mostra de animais silvestres																									
MARP.CD	WANDERLEI DE MORAES	520-5060										x	x	x	x	x	x	x							
Ação : 183 Operação do hospital veterinário																									
MARP.CD	WANDERLEI DE MORAES	520-5060										x	x	x	x	x	x	x							
Ação : 184 Elaboração do projeto de manejo pesqueiro																									
MARR.CD	HELIO MARTINS FONTES JUNIOR	520 6949										x						x							
Programa:37 Produção de peixe em nossas águas																									
Gestor: Walter Gill Morlis												x											x	x	
Gestor: Pedro Irno Tonelli												x											x	x	
Ação : 185 Implantação da estação de hidrobiologia																									
MARR.CD	ALDERICO COLTRO	520 5060										x						x							
Ação : 186 Pesquisas de espécies alternativas de peixes em tanques-rede																									
MARR.CD	CARLA CANZI	520 5060										x	x	x	x	x	x	x							
Ação : 187 Determinação da capacidade suporte do reservatório para tanques-rede																									
MARR.CD	CARLA CANZI	520 5060										x	x	x				x							
Ação : 188 Delimitação parques aquícolas e sua capacidade de suporte																									
MARR.CD	CARLA CANZI	520 5060										x	x	x	x	x	x	x							
Ação : 189 Apoio à piscicultura em tanques-terra																									
MARR.CD	MATHEUS ROMERO NETO	520 5060 / 91										x				x		x							
Programa:38 Educação ambiental																									
Gestor: Rosana Lemos Turmina												x	x	x	x	x	x								
Gestor: Maria Elena Escobar												x	x	x	x	x	x								
Ação : 190 Educação ambiental na Bacia Paraná III																									
MAPE.CD	MARLENE MARIA OSOWSKI CURTIS											x	x	x	x	x	x	x							
Ação : 191 Valorização do patrimônio institucional e regional																									
MAPE.CD	ROSANA LEMOS TURMINA											x	x	x	x	x	x	x							
Ação : 192 Educação ambiental p/o complexo turístico Itaipu, Ecomuseu, RBV, Parque Piracema																									
MAPE.CD	ROSANA LEMOS TURMINA											x	x	x	x	x	x	x							
Programa:39 Biodiversidade nosso patrimônio																									
Gestor: Luiz Dalmi Marena												x											x	x	
Gestor: Sindulfo Ortiz												x											x	x	
Ação : 193 Recuperação florestal no corredor de biodiversidade de Santa Maria																									
MARP.CD	FERNAO JOSE DE S CARBONAR		VAN HUMBECK BUSTO, JORGE									x	x	x	x	x	x	x							
Ação : 194 Construção de cerca no corredor de biodiversidade de Santa Maria																									
MARP.CD	FERNAO JOSE DE S CARBONAR											x	x	x				x							
Ação : 195 Conservação e manejo do Refúgio Bela Vista																									
MARP.CD	VALDEMAR HUGO ZELAZOWSKI											x	x	x	x	x	x	x							
Ação : 196 Conservação e manejo do Refúgio Maracaju																									
MARP.CD	VALDEMAR HUGO ZELAZOWSKI											x	x	x	x	x	x	x							
Ação : 197 Conservação e manejo da faixa de proteção.																									
MARP.CD	JOAO ANTONIO CORDONI											x	x	x	x	x	x	x							
Ação : 198 Manejo faunístico																									
MARP.CD	EMERSON SHIGUEYUKI SUEMITSU	5619										x	x	x	x	x	x	x							
Ação : 199 Avaliação da eficiência do Canal da Piracema																									
MARR.CD	DOMINGO RODRIGUEZ FERNANDEZ	520-6955										x	x	x		x	x	x							
Ação : 200 Monitoramento por radiotelemetria no canal da piracema																									
MARR.CD	DOMINGO RODRIGUEZ FERNANDEZ	520 6955 / 99										x	x	x	x	x	x	x							
Ação : 201 Estudos de migração de peixes																									
MARR.CD	DOMINGO RODRIGUEZ FERNANDEZ	520 6955 / 99										x	x		x	x	x	x							
Ação : 202 Estudos de ovos e larvas de peixes																									
MARR.CD	DOMINGO RODRIGUEZ FERNANDEZ	520 6955 / 99										x	x	x	x	x	x	x							

Órgão	Responsável	Ramal	Responsável	Ramal	Registros de Situações																					
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12										
Programa:39 Biodiversidade nosso patrimônio																										
Gestor: Luiz Dalmi Marenda												x												x	x	
Gestor: Sindulfo Ortiz												x													x	x
Ação : 203 Estudo da diversidade ictiofaunística																										
MARR.CD	DOMINGO RODRIGUEZ FERNANDEZ	520 6955 / 99											x	x	x	x	x	x								
Ação : 204 Conservação e manejo do Refúgio Santa Helena																										
MARP.CD	VALDEMAR HUGO ZELAZOWSKI	5604											x	x	x	x	x	x								
Programa:40 Gestão por bacias - Cultivando Água Porá																										
Gestor: Newton Luiz Kaminski												x												x	x	
Gestor: Jorge Acha												x													x	x
Ação : 205 Adequação de estradas																										
MAPA.CD	ADAIR ANTONIO BERTE	5205815											x					x								
Ação : 206 Conservação de solos (agricultura e pastagens)																										
MAPA.CD	ADAIR ANTONIO BERTE	5205815											x					x								
Ação : 207 Difusão do sistema de plantio direto																										
MAPA.CD	ADAIR ANTONIO BERTE	5205815											x					x								
Ação : 208 Recomposição da mata ciliar																										
MAPA.CD	ADAIR ANTONIO BERTE	520.5815											x					x								
Ação : 209 Saneamento rural																										
MAPA.CD	ADAIR ANTONIO BERTE	520.5815											x					x								
Ação : 210 Instalação de abastecedouros comunitários																										
MAPA.CD	ADAIR ANTONIO BERTE	520.5815											x					x								
Ação : 211 Destinação adequada de embalagens																										
MAPA.CD	ADAIR ANTONIO BERTE	520.5815											x					x								
Ação : 212 Adequação de instalações agropecuárias																										
MAPA.CD	ADAIR ANTONIO BERTE	520.5815											x					x								
Ação : 213 Coleta e destinação final de resíduos orgânicos																										
MAPA.CD	ADAIR ANTONIO BERTE												x					x								
Ação : 214 Implementação de agricultura orgânica																										
MAPA.CD	JOAO JOSE PASSINI												x					x								
Ação : 215 Implement. diversificação agrícola de propriedade (culturas alternativas, SAF)																										
MAPA.CD	MARCOS ANTONIO BAUMGARTNER	520.5815											x					x								
Ação : 216 Estudos de mecanismos de desenvolvimento limpo - MDL																										
MAP.CD	NEWTON LUIZ KAMINSKI												x					x								
Ação : 217 Manejo zootécnico																										
MAP.CD	NEWTON LUIZ KAMINSKI																									
Programa:41 Gestão Estratégica da Diretoria de Coordenação																										
Gestor: Pedro Domaniczky												x	x	x										x		
Gestor: Odacir Fiorentin												x	x	x											x	
Ação : 218 Implantação e manutenção do escritório de projetos DC																										
PC.CD	SERGIO CWIKLA	6716											x					x								
Ação : 219 Implantação e manutenção plano estratégico na DC																										
PC.CD	SERGIO CWIKLA	6716											x					x								
Ação : 220 Constituição de comitês internos e externos à DC																										
PC.CD	SERGIO CWIKLA	6716											x					x								
Ação : 221 Acompanhamento do desempenho da DC																										
PC.CD	SERGIO CWIKLA	6716											x					x								
Programa:42 Infra-estrutura eficiente																										
Gestor: Luiz Cesar Rosario												x	x	x	x	x	x									
Gestor: Andres Ivasiuten												x	x	x	x	x	x									
Ação : 222 Construção muro perimetral																										
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232											x	x	x	x	x	x								
Ação : 223 Implantação ESETUR																										
ODMI.CD	SERGIO SERPA BOPP	6555											x	x	x	x		x								
Ação : 224 Demolições diversas																										
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232											x				x	x								
Ação : 225 Construção Núcleo Polícia Federal																										
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232											x	x	x	x	x	x								
Ação : 226 Construção Núcleo Polícia Florestal																										
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232											x	x	x	x	x	x								

Órgão	Responsável	Ramal	Responsável	Ramal	Registros de Situações													
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Programa:42 Infra-estrutura eficiente																		
Gestor: Luiz Cesar Rosario																		
Gestor: Andres Ivasiuten																		
Ação : 227 Implantação Iluminação Almoxarifado																		
ODMS.CD	SERGIO SERPA BOPP	6555											x	x	x	x	x	x
Ação : 228 Implantação Iluminação Perimetral																		
ODMS.CD	SERGIO SERPA BOPP	6555											x	x	x			x
Ação : 229 Construção de Prédios Administrativos																		
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232											x	x	x	x	x	x
Ação : 230 Reforma instalações ODM.CD																		
ODM.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232											x					x
Ação : 231 Manutenção sistema viário																		
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232											x	x	x			x
Ação : 232 Manutenção sistema elétrico de média e baixa tensão - CHI																		
ODMS.CD	SERGIO SERPA BOPP	6555											x	x	x	x	x	x
Ação : 233 Manutenção sistema de redes hidráulicas																		
ODMS.CD	SERGIO SERPA BOPP	6555											x	x	x	x	x	x
Ação : 234 Manutenção sistema combate a incêndio																		
ODMS.CD	SERGIO SERPA BOPP	6555											x	x	x	x	x	x
Ação : 235 Manutenção sistema de saneamento																		
ODMS.CD	SERGIO SERPA BOPP	6555											x	x	x	x	x	x
Ação : 236 Manutenção de áreas verdes																		
ODMS.CD	SERGIO SERPA BOPP	6555											x	x	x	x	x	x
Ação : 237 Coleta de lixo e varrição de ruas																		
ODMS.CD	SERGIO SERPA BOPP	6555											x	x	x	x	x	x
Ação : 238 Poda de árvores e coleta de entulhos																		
ODMS.CD	SERGIO SERPA BOPP	6555											x	x	x	x	x	x
Ação : 239 Manutenção de sistemas de abastecimento de água potável																		
ODMS.CD	SERGIO SERPA BOPP	6555											x	x	x	x	x	x
Ação : 240 Implantação de medidores de energia elétrica nos prédios da Itaipu - CHI																		
ODMS.CD	SERGIO SERPA BOPP	6555																
Ação : 241 Implantação de rede elétr.subterrânea de 13,8kv na estrada de acesso interno CHI																		
ODMS.CD	SERGIO SERPA BOPP	6555											x	x	x	x	x	x
Ação : 242 Ornamentação interna das instalações da Itaipu																		
MARP.CD	VERIDIANA A A DA C PEREIRA	5602											x	x	x	x	x	x
Ação : 762 Implantação de estrada perimetral																		
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232											x					x
Ação : 975 Construção do Edifício Central de Administração - ME																		
ODM.CD	LUIZ CESAR ROSARIO	6554																
Programa:43 Prospecção de recursos para Itaipu																		
Gestor: Jair Kotz																		
Gestor: Dario Gonzalez Fior																		
Ação : 243 Identificação, cadastro e monitoramento de fontes de financiam. de recursos																		
PC.CD	JAIR KOTZ	6407											x					x
Ação : 244 Apoio na estruturação e apresentação de projetos em órgãos financiadores																		
PC.CD	SERGIO CWIKLA	6716											x					x
Programa:44 Gestão da informação e processos da DC																		
Gestor: Benhur Antonio Bacega																		
Gestor: Julio Martin Vidal																		
Ação : 245 Desenv. cadastro sócioecon. e ambiental da bacia do Paraná III - 1a fase																		
ODRA.CD	BENHUR ANTONIO BACEGA	6000											x	x	x	x		x
Ação : 246 Desenv. cadastro sócioecon. e ambiental da bacia do Paraná III - 2a fase																		
ODRA.CD	BENHUR ANTONIO BACEGA	6000																x
Ação : 247 Desenv. cadastro socioecon. e ambiental da bacia do Paraná III - outras fases																		
ODRA.CD	BENHUR ANTONIO BACEGA	6000																
Ação : 248 Implantação da unidade de geoprocessamento																		
ODRA.CD	LUIZ PAULO JOHANSSON	6951											x					x
Ação : 249 Desenvolvimento e implantação da cartografia																		
ODRE.CD	ALEXANDRE DONIDA OSORIO	6534	BENHUR ANTONIO BACEGA										x	x				x
Ação : 250 Implantação e manutenção do cadastro técnico multifinalitário																		
ODR.CD	BENHUR ANTONIO BACEGA	6000											x	x				x

Órgão	Responsável	Ramal	Responsável	Ramal	Registros de Situações											
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Programa:50 Monitoramento e avaliação ambiental																
Gestor: Maria Teresa Navarr																
Gestor: Hélio Martins Fontes Júnior																
Ação : 284 Operação do Laboratório Ambiental																
MAPA.CD	LEONILDA CORREIA DOS SANTOS	520.6920											x		x	
Ação : 285 Monitoramento da qualidade da água do reservatório																
MARR.CD	SIMONE FREDERIGI BENASSI	520-6954											x	x	x	
Ação : 286 Monitoramento da qualidade da água dos afluentes																
MARR.CD	SIMONE FREDERIGI BENASSI	520-6954											x	x	x	
Ação : 287 Monitoramento da balneabilidade das praias																
MARR.CD	SIMONE FREDERIGI BENASSI	520-6954											x		x	
Ação : 288 Monitoramento de macrófitas aquáticas																
MARR.CD	SIMONE FREDERIGI BENASSI	520-6954											x	x	x	
Ação : 289 Monitoramento do agro-ecossistema e da biodiversidade																
MARR.CD	HUDSON C LISSONI LEONARDO	5894											x		x	
Ação : 291 Monitoramento de sedimentos																
MARR.CD	SIMONE FREDERIGI BENASSI	520-6954											x	x	x	
Ação : 293 Estatística pesqueira																
MARR.CD	DOMINGO RODRIGUEZ FERNANDEZ	6955											x	x	x	
Ação : 294 Monitoramento microclimático na região de influência do reservatório																
MARR.CD	SIMONE FREDERIGI BENASSI	520-6954											x		x	



PLANO OPERACIONAL 2005 - 2009

CONTROLE DE SITUAÇÕES

Data: 6/12/2006

Hora: 14:10:43

Página: 1 de 5

Menú: 3. Control de Acompañamiento

Programa de: 1 até: 99 Ação de: 1 até: 9.999 Órgão 072 - 072424

Órgão	Responsável	Ramal	Responsável	Ramal	Registros de Situações											
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Programa:1 Apoio Administrativo																
Gestor: SILVIO SCHWEIDZON MELAMED																
Gestor: ZACARIAS M., GUIDO ROQUE																
Ação : 7 Gestão da Área de Coordenação																
PC.CD	JOAO CARLOS AZEVEDO BRAGA	5737														
Programa:10 Imagem Institucional de Itaipu - Comunicação Social																
Gestor: HELIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA																
Gestor: Delia Sartorio																
Ação : 961 Comunicação institucional da Área de Coordenação																
AS.CD	DARLI MARQUES	6618														
Ação : 962 Organização e realização de eventos Área de Coordenação																
AS.CD	DARLI MARQUES	6618														
Programa:11 Turismo Nota 10																
Gestor: Alexandre Machado Fernandes Filho																
Gestor: Rulfo Rene Velilla																
Ação : 182 Operação da área de mostra de animais silvestres																
MARP.CD	WANDERLEI DE MORAES	5618														
Ação : 278 Complementação de obras do circuito museográfico																
MAPE.CD	ROSANA LEMOS TURMINA	5810														
Ação : 279 Implantação de iluminação externa dos CRVs e museus																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA	6012														
Ação : 280 Obras de revitalização do Refúgio Bela Vista																
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232														
Ação : 282 Obras de melhorias no Bosque dos Visitantes																
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232														
Ação : 1.033 Manutenção da infra-estrutura do Complexo Turístico																
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232														
Ação : 1.049 Apoio ao desenvolvimento do turismo no espaço rural																
MAPA.CD	ROBERTO LOLIS	520.6765														
Programa:19 Gestão de Desenvolvimento e Desempenho por Competência																
Gestor: Marcos D'Ippolito																
Gestor: Romildo Andrés Laconich Romero																
Ação : 783 Capacitação específica de profissionais da Diretoria de Coordenação																
PC.CD	JOAO CARLOS AZEVEDO BRAGA	5737														
Programa:23 Estrutura de Segurança Empresarial																
Gestor: HUILTON MARTINS LISBOA																
Gestor: RENAN ALBERTO YEGRO																
Ação : 223 Instalação de redes e equipamentos para a Estrutura de Segurança do Complexo Turístico - ESETUR																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA	6012														
Programa:37 Produção de Peixe em Nossas Águas																
Gestor: Pedro Irno Tonelli																
Gestor: Walter Gill Morlis																
Ação : 184 Elaboração do plano de manejo pesqueiro																
MARR.CD	HELIO MARTINS FONTES JUNIOR	520 6949														
Ação : 185 Implantação da estação de hidrobiologia																
MARR.CD	ALDERICO COLTRO	5609														
Ação : 186 Pesquisas de espécies alternativas de peixes																
MARR.CD	MATHEUS ROMERO NETO	520 5608														
Ação : 188 Implantação de parques aquícolas																
MARR.CD	SIMONE FREDERIGI BENASSI	520 5608														
Ação : 189 Apoio à piscicultura em tanques-terra																
MARR.CD	MATHEUS ROMERO NETO	520 5647														
Ação : 202 Estudos de ovos e larvas de peixes																
MARR.CD	DOMINGO RODRIGUEZ FERNANDEZ	520 6955 / 99														
Ação : 266 Adequação dos pontos de pesca																
MARR.CD	HELIO MARTINS FONTES JUNIOR	520-6949														
Ação : 267 Projeto pescador-aquicultor																
MARR.CD	ALDERICO COLTRO	5608														
Ação : 293 Estatística pesqueira																



PLANO OPERACIONAL 2006 - 2010

CONTROLE DE SITUAÇÕES

Data: 6/12/2006

Hora: 14:11:48

Página: 1 de 5

Menú: 3. Control de Acompañamiento

Programa de: 1 até: 99 Ação de: 1 até: 9.999 Órgão 072 - 072424

Órgão	Responsável	Ramal	Responsável	Ramal	Registros de Situações											
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Programa:1 Apoio Administrativo																
Gestor: ZACARIAS M., GUIDO ROQUE																
Gestor: SILVIO SCHWEIDZON MELAMED																
Ação : 7 Gestão da Área de Coordenação																
PC.CD	JOAO CARLOS AZEVEDO BRAGA	5737														
Programa:10 Imagem Institucional de Itaipu - Comunicação Social																
Gestor: Delia Sartorio																
Gestor: GILMAR ANTONIO PIOLLA																
Ação : 961 Comunicação institucional da Área de Coordenação																
AS.CD	DARLI MARQUES	6618			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Ação : 962 Organização e realização de eventos Área de Coordenação																
AS.CD	DARLI MARQUES	6618				x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Programa:11 Turismo Nota 10																
Gestor: Rulfo Rene Velilla																
Gestor: Alexandre Machado Fernandes Filho																
Ação : 182 Operação do Zoológico Roberto Ribas Lange																
MARP.CD	WANDERLEI DE MORAES	5618			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Ação : 279 Implantação de iluminação externa dos CRVs e museus																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA	6012			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Ação : 280 Obras de revitalização do Refúgio Bela Vista																
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232			x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Ação : 1.032 Implantação do projeto de comunicação visual do Complexo Turístico																
OD.CD	NEWTON LUIZ KAMINSKI	5714			x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Ação : 1.033 Manutenção da infra-estrutura do Complexo Turístico																
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232			x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Ação : 1.153 Implantação do cine 3D																
OD.CD	NEWTON LUIZ KAMINSKI				x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Programa:19 Gestão de Desenvolvimento e Desempenho das pessoas																
Gestor: Romildo Andrés Laconich Romero																
Gestor: Marcos D'Ippolito																
Ação : 783 Capacitação específica de profissionais da Diretoria de Coordenação																
PC.CD	JOAO CARLOS AZEVEDO BRAGA	5737														
Programa:37 Produção de Peixe em Nossas Águas																
Gestor: Walter Gill Morlis																
Gestor: Pedro Irno Tonelli																
Ação : 185 Implantação da estação de hidrobiologia																
MARR.CD	ALDERICO COLTRO	5609											x	x		
Ação : 186 Pesquisas de espécies alternativas de peixes																
MARR.CD	MATHEUS ROMERO NETO	520 5647			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Ação : 187 Determinação da capacidade suporte do reservatório para tanques-rede																
MARR.CD	CARLA CANZI	520 5060														
Ação : 188 Implantação de parques aquícolas																
MARR.CD	SIMONE FREDERIGI BENASSI	520 5608			x	x			x		x	x	x			
Ação : 189 Apoio à piscicultura em tanques-terra																
MARR.CD	MATHEUS ROMERO NETO	5647			x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Ação : 202 Estudos de ovos e larvas de peixes																
MARR.CD	DOMINGO RODRIGUEZ FERNANDEZ	520 6955 / 99			x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Ação : 266 Adequação dos pontos de pesca																
MARR.CD	HELIO MARTINS FONTES JUNIOR	520-6949			x								x	x		
Ação : 267 Execução do projeto pescador-aquicultor																
MARR.CD	ALDERICO COLTRO	5610											x	x		
Ação : 293 Estatística pesqueira																
MARR.CD	DOMINGO RODRIGUEZ FERNANDEZ	6955			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Programa:38 Educação Ambiental																
Gestor: MARLENE MARIA OSOWSKI CURTIS																
Gestor: ESCOBAR VDA DE A., MARIA E.																
Ação : 190 Sensibilização socioambiental na área de influência de ITAIPIU																
MAPE.CD	LEILA DE FATIMA S ALBERTON	5812			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Ação : 350 Formação de redes regionais de educação ambiental - Linha Ecológica																



PLANO OPERACIONAL 2006 - 2010

CONTROLE DE SITUAÇÕES

Data: 6/12/2006

Hora: 14:11:49

Página: 3 de 5

Menú: 3. Control de Acompañamiento

Programa de: 1 até: 99 Ação de: 1 até: 9.999 Órgão 072 - 072424

Órgão	Responsável	Ramal	Responsável	Ramal	Registros de Situações											
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Programa:40 Gestão por Bacias - Cultivando Água Porã																
Gestor: Jorge Acha																
Gestor: Newton Luiz Kaminski																
Ação : 213 Coleta e destinação final de resíduos orgânicos																
ODRA.CD	ADAIR ANTONIO BERTE	5205815			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 216 Elaboração de estudos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo - MDL																
ODRA.CD	NEWTON LUIZ KAMINSKI	5714			X	X	X	X	X	X	X	X				
Ação : 362 Levantamento e diagnóstico da situação atual da bacia de Itaipu																
ODRA.CD	NELSON BORGHETI	6431			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Programa:41 Gestão Estratégica da Diretoria de Coordenação																
Gestor: Pedro Domaniczky																
Gestor: Odacir Fiorentin																
Ação : 220 Constituição de comitês internos e externos à Diretoria de Coordenação																
PC.CD	SERGIO CWIKLA	6716			X	X	X	X	X	X	X	X				
Ação : 1.155 Gestão da Sala de Projetos																
PC.CD	SERGIO CWIKLA	6716			X	X	X	X	X	X	X	X				
Programa:42 Infra-estrutura Eficiente																
Gestor: GALIANO MORAN, JUAN CARLOS																
Gestor: ANDREAS ARION SCHWARZ																
Ação : 222 Construção de muro perimetral																
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232			X	X	X	X	X	X	X	X				
Ação : 225 Construção do Núcleo da Polícia Federal																
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232			X	X	X	X	X	X	X	X				
Ação : 228 Implantação da iluminação externa																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA	6012			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 229 Construção de prédios administrativos																
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232			X	X	X	X	X	X	X	X				
Ação : 231 Manutenção do sistema viário de Itaipu																
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232			X	X	X	X	X	X	X	X				
Ação : 232 Manutenção do sistema elétrico de média e baixa tensão - CHI																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA	6012			X	X	X	X	X	X	X	X				
Ação : 233 Manutenção de sistemas hidráulicos																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA	6012			X	X	X	X	X	X	X	X				
Ação : 235 Manutenção do sistema de esgoto																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA	6012			X	X	X	X	X	X	X	X				
Ação : 236 Manutenção de áreas verdes																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA	6012			X	X	X	X	X	X	X	X				
Ação : 239 Manutenção de sistemas de abastecimento de água potável																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA	6012			X	X	X	X	X	X	X	X				
Ação : 242 Ornamentação interna das instalações da Itaipu																
MARP.CD	HEITOR NEY S DE ANDRADE	5602			X	X	X	X	X	X	X	X				
Ação : 273 Recuperação paisagística das áreas degradadas																
MARP.CD	HEITOR NEY S DE ANDRADE	6157			X	X	X	X	X	X	X	X				
Ação : 276 Manutenção da infra-estrutura dos museus																
MAPE.CD	DAVID MORA DE REZES	5810			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 1.068 Manutenção da infra-estrutura dos refúgios e reservas																
MARP.CD	SEBASTIAO VALTEIR G NOGUEIRA	520-5613			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 1.157 Ampliação da rede elétrica de distribuição																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 1.226 Manutenção das áreas de paisagismo																
MARP.CD	HEITOR NEY S DE ANDRADE	5602			X	X	X	X	X	X	X	X				
Programa:43 Prospecção de Recursos para Itaipu																
Gestor: Jair Kotz																
Gestor: GONZALEZ FIORI, DARIO DIONISIO																
Ação : 243 Cadastro de fontes de financiamento de recursos																
PC.CD	JAIR KOTZ	6407			X	X	X									
Ação : 244 Apoio à estruturação e apresentação de projetos para prospecção de recursos externos																
PC.CD	JAIR KOTZ	6407			X	X	X									
Programa:44 Gestão da Informação e Processos da DC																

Órgão	Responsável	Ramal	Responsável	Ramal	Registros de Situações											
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Programa:44 Gestão da Informação e Processos da DC																
Gestor: Julio Martin Vidal																
Gestor: JOSE CARLOS SANTINI																
Ação : 245 Desenvolvimento do cadastro sócioeconômico e ambiental da bacia																
ODRE.CD	ALEXANDRE DONIDA OSORIO	6534			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 249 Implantação do sistema de cartografia regional																
ODRE.CD	ALEXANDRE DONIDA OSORIO	6534			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 250 Sistematização das informações territoriais e históricas																
ODRA.CD	JOSE CARLOS SANTINI	6174			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 433 Operação da unidade de geoprocessamento																
ODRA.CD	LUIZ PAULO JOHANSSON	6951			X		X	X	X	X	X					
Ação : 437 Verificação e regularização da poligonal envolvente																
ODRE.CD	ALEXANDRE DONIDA OSORIO	6534			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 1.132 Levantamentos topográficos na área de influência ou de interesse da ITAIPU																
ODRE.CD	ALEXANDRE DONIDA OSORIO				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 1.133 Adequação ao sistema referencial geodésico brasileiro Sirgas 2000																
ODRE.CD	ALEXANDRE DONIDA OSORIO				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Programa:46 Saneamento na Região																
Gestor: GALIANO MORAN, JUAN CARLOS																
Gestor: Carlos Augusto Bernardi																
Ação : 209 Saneamento rural																
MAPA.CD	ADAIR ANTONIO BERTE	520.5815			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 237 Coleta de lixo																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA	6012			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 255 Destinação adequada de resíduos sólidos																
MAPA.CD	LUIZ CARLOS MATINC	520.6214			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 259 Recuperação dos córregos na UHI																
MAPA.CD	SEBASTIAO VALTEIR G NOGUEIRA	520-5613			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 476 Implantação de redes e sistemas de tratamento de águas servidas																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA				X	X	X		X	X	X	X	X	X		
Programa:47 Saúde na Fronteira																
Gestor: LUIS ROMAN MERELES GARCIA																
Gestor: JOEL DE LIMA - AS.F																
Ação : 750 Vigilância epidemiológica e fortalecimento do sistema de saúde pública regional																
MAPA.CD	LEONILDA CORREIA DOS SANTOS	6920			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Programa:48 Educação e Sustentabilidade Social e Regional																
Gestor: Eugenio Mendez																
Gestor: MARCOS ANTONIO BAUMGARTNER																
Ação : 264 Execução do projeto jovem jardineiro																
MAPA.CD	MARCOS ANTONIO BAUMGARTNER				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 265 Implementação da coleta solidária com catadores																
MAPA.CD	LUIZ CARLOS MATINC	6214			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 268 Implantação do uso de plantas medicinais e fitoterápicos nos municípios																
MA.CD	JAIR KOTZ	520.5621			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 269 Sustentabilidade de comunidades indígenas																
MAPA.CD	GILMAR EUGENIO SECCO	3520.6849			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 484 Construção e equipamento de infra-estrutura para obras sociais																
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 1.049 Apoio ao desenvolvimento do turismo no espaço rural																
MAPA.CD	ROBERTO LOLIS	520.6765			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Programa:50 Monitoramento e Avaliação Ambiental																
Gestor: María Teresa Navarr																
Gestor: SIMONE FREDERIGI BENASSI																
Ação : 271 Monitoramento do mexilhão dourado																
MARR.CD	DOMINGO RODRIGUEZ FERNANDEZ	5608			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 284 Operação do laboratório ambiental																
MAPA.CD	LEONILDA CORREIA DOS SANTOS	3520.6920			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 285 Monitoramento da qualidade da água do reservatório (ME)																
MARR.CD	SIMONE FREDERIGI BENASSI	520-6954			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Ação : 286 Monitoramento da qualidade da água dos afluentes -ME																

Órgão	Responsável	Ramal	Responsável	Ramal	Registros de Situações											
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Programa:1 Apoio Administrativo																
Gestor: ZACARIAS M., GUIDO ROQUE																
Gestor: SILVIO SCHWEIDZON MELAMED																
Ação : 7 Gestão da Área de Coordenação																
PC.CD	JOAO CARLOS AZEVEDO BRAGA	5737														
Programa:10 Imagem Institucional de Itaipu - Comunicação Social																
Gestor: Delia Sartorio																
Gestor: GILMAR ANTONIO PIOLLA																
Ação : 961 Comunicação institucional da Área de Coordenação																
AS.CD	DARLI MARQUES	6618														
Ação : 962 Organização e realização de eventos Área de Coordenação																
AS.CD	DARLI MARQUES	6618														
Programa:11 Turismo Nota 10																
Gestor: Rulfo Rene Velilla																
Gestor: Alexandre Machado Fernandes Filho																
Ação : 182 Operação do Zoológico Roberto Ribas Lange																
MARP.CD	WANDERLEI DE MORAES	5618														
Ação : 280 Obras de revitalização do Refúgio Bela Vista																
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232														
Ação : 1.033 Manutenção da infra-estrutura do Complexo Turístico																
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232														
Programa:19 Gestão de Desenvolvimento e Desempenho das Pessoas																
Gestor: Romildo Andrés Laconich Romero																
Gestor: Marcos D'Ippolito																
Ação : 783 Capacitação específica de profissionais da Diretoria de Coordenação																
PC.CD	JOAO CARLOS AZEVEDO BRAGA	5737														
Programa:37 Produção de Peixe em Nossas Águas																
Gestor: Walter Gill Morlis																
Gestor: Pedro Irno Tonelli																
Ação : 186 Pesquisas em aquicultura																
MARR.CD	HELIO MARTINS FONTES JUNIOR	6949														
Ação : 187 Estudo de áreas propícias e capacidade suporte para tanques-rede - ME																
MARR.CD	IRINEU MOTTER	6643														
Ação : 266 Adequação dos pontos de pesca																
MARR.CD	HELIO MARTINS FONTES JUNIOR	520-6949														
Ação : 1.256 Estudo de viabilidade da estação de hidrobiologia - ME																
MARR.CD	HELIO MARTINS FONTES JUNIOR	6949														
Ação : 1.257 Apoio à aquicultura regional																
MARR.CD	IRINEU MOTTER	6643														
Programa:38 Educação Ambiental																
Gestor: ESCOBAR VDA DE A., MARIA E.																
Gestor: LEILA DE FATIMA S ALBERTON																
Ação : 190 Sensibilização socioambiental na área de influência de ITAIPU																
MAPE.CD	LEILA DE FATIMA S ALBERTON	5812														
Ação : 350 Formação de redes regionais de educação ambiental - Linha Ecológica																
MAPE.CD	LEILA DE FATIMA S ALBERTON	5817														
Ação : 354 Elaboração de produtos para educação ambiental - Educomunicação																
MAPE.CD	MARIA EMILIA M DE SOUZA	5814														
Ação : 782 Capacitação em educação ambiental corporativa																
MAPE.CD	MICHELLE DAIANE T LORENCETTI	5820														
Ação : 1.047 Realização de atividades de Educação Ambiental nas unidades do Complexo Turístico																
MAPE.CD	VERA LUCIA QUEIROZ VITOR	5833														
Ação : 1.144 Realização de concursos de educação ambiental																
MAPE.CD	MARIA EMILIA M DE SOUZA															
Ação : 1.145 Formação de educadores ambientais																
MAPE.CD	SILVANA VITORASSI															
Programa:39 Biodiversidade Nosso Patrimônio																
Gestor: Sindulfo Ortiz																
Gestor: JOAO ANTONIO CORDONI																

Órgão	Responsável	Ramal	Responsável	Ramal	Registros de Situações											
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Programa:41 Gestão Estratégica da Diretoria de Coordenação																
Gestor: Pedro Domaniczky																
Gestor: Odacir Fiorentin																
Ação : 1.155 Monitoramento de programas e projetos da DC																
PC.CD	SERGIO CWIKLA	6716														
Programa:42 Infra-estrutura Eficiente																
Gestor: GALIANO MORAN, JUAN CARLOS																
Gestor: ANDREAS ARION SCHWARZ																
Ação : 228 Implantação da iluminação externa																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA	6012														
Ação : 229 Construção e ampliação da infraestrutura civil																
ODMI.CD	CARLOS AUGUSTO BERNARDI	6541														
Ação : 231 Manutenção do sistema viário de Itaipu																
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232														
Ação : 232 Manutenção do sistema elétrico de média e baixa tensão - CHI																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA	6012														
Ação : 233 Manutenção de sistemas hidráulicos e de esgoto																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA	6012														
Ação : 236 Manutenção de áreas verdes e paisagismo																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA	6012														
Ação : 242 Ornamentação interna das instalações da Itaipu																
MARP.CD	HEITOR NEY S DE ANDRADE	5602														
Ação : 273 Recuperação paisagística das áreas degradadas																
MARP.CD	HEITOR NEY S DE ANDRADE	6157														
Ação : 276 Manutenção da infra-estrutura dos museus																
MAPE.CD	DAVID MORA DE REZES	5810														
Ação : 1.068 Manutenção da infra-estrutura dos refúgios e reservas																
MARP.CD	SEBASTIAO VALTEIR G NOGUEIRA	520-5613														
Ação : 1.157 Ampliação da rede elétrica de distribuição																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA															
Programa:44 Gestão da Informação e Processos da DC																
Gestor: Julio Martin Vidal																
Gestor: JOSE CARLOS SANTINI																
Ação : 250 Sistematização das informações territoriais e históricas																
ODRA.CD	JOSE CARLOS SANTINI	6174														
Ação : 433 Operação da unidade de geoprocessamento																
ODRA.CD	LUIZ PAULO JOHANSSON	6951														
Ação : 437 Verificação e regularização da poligonal envolvente																
ODRE.CD	ALEXANDRE DONIDA OSORIO	6534														
Ação : 1.132 Levantamentos topográficos na área de influência ou de interesse da ITAIPU																
ODRE.CD	ALEXANDRE DONIDA OSORIO															
Ação : 1.133 Adequação ao sistema referencial geodésico brasileiro Sirgas 2000																
ODRE.CD	ALEXANDRE DONIDA OSORIO															
Ação : 1.317 Operação da unidade de cartografia																
ODRE.CD	ALEXANDRE DONIDA OSORIO															
Programa:46 Saneamento na Região																
Gestor: GALIANO MORAN, JUAN CARLOS																
Gestor: Carlos Augusto Bernardi																
Ação : 237 Coleta de lixo																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA	6012														
Ação : 255 Destinação adequada de resíduos sólidos																
MAPA.CD	ARI PASINATTO	520.6214														
Ação : 259 Recuperação dos córregos na UHI																
OD.CD	NEWTON LUIZ KAMINSKI	520-5613														
Ação : 476 Implantação de redes e sistemas de tratamento de águas servidas																
ODMS.CD	PAULO SERGIO M FARIA E SILVA															
Ação : 1.262 Controle de vetores de pragas																
MAPA.CD	LUIZ CARLOS MATINC															
Programa:47 Saúde na Fronteira																

Órgão	Responsável	Ramal	Responsável	Ramal	Registros de Situações											
					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Programa:47 Saúde na Fronteira																
Gestor: LUIS ROMAN MERELES GARCIA																
Gestor: JOEL DE LIMA - AS.F																
Ação : 750 Vigilância epidemiológica e fortalecimento do sistema de saúde-monitoramento epidemiológico																
MAPA.CD	LEONILDA CORREIA DOS SANTOS	6920														
Programa:48 Educação e Sustentabilidade Social e Regional																
Gestor: Eugenio Mendez																
Gestor: MARCOS ANTONIO BAUMGARTNER																
Ação : 264 Execução do projeto jovem jardineiro																
MAPA.CD	MARCOS ANTONIO BAUMGARTNER															
Ação : 265 Apoio à implantação da coleta solidária com catadores																
MAPA.CD	LUIZ CARLOS MATINC	6214														
Ação : 268 Implantação do uso de plantas medicinais e fitoterápicos nos municípios																
MAPA.CD	JAIR KOTZ	520.5621														
Ação : 269 Sustentabilidade de comunidades indígenas																
MAPA.CD	GILMAR EUGENIO SECCO	3520.6849														
Ação : 484 Construção e equipamento de infra-estrutura para obras sociais																
ODMI.CD	ANDREAS ARION SCHWARZ	6232														
Programa:50 Monitoramento e Avaliação Ambiental																
Gestor: Maria Teresa Navarr																
Gestor: SIMONE FREDERIGI BENASSI																
Ação : 271 Monitoramento do mexilhão dourado																
MARR.CD	DOMINGO RODRIGUEZ FERNANDEZ	5608														
Ação : 284 Operação do laboratório ambiental																
MAPA.CD	LEONILDA CORREIA DOS SANTOS	520.6920														
Ação : 285 Monitoramento da qualidade da água do reservatório																
MARR.CD	SIMONE FREDERIGI BENASSI	520-6954														
Ação : 286 Monitoramento da qualidade da água dos afluentes -ME																
MARR.CD	SIMONE FREDERIGI BENASSI	520-6954														
Ação : 288 Monitoramento de macrófitas aquáticas																
MARR.CD	HELIO MARTINS FONTES JUNIOR	520-6954														
Ação : 291 Monitoramento de sedimentos																
MARR.CD	ANDERSON BRAGA MENDES	520-6954														
Ação : 294 Monitoramento climático na região de influência do reservatório																
MARR.CD	ANDERSON BRAGA MENDES	520-6954														
Ação : 1.046 Avaliação do corredor de biodiversidade de Santa Maria																
MAR.CD	FERNAO JOSE DE S CARBONAR	6962														
Ação : 1.258 Monitoramento da ictiofauna																
MARR.CD	DOMINGO RODRIGUEZ FERNANDEZ	6955														
Ação : 1.259 Diagnóstico das águas subterrâneas																
MARR.CD	SIMONE FREDERIGI BENASSI	6954														
Programa:82 Mexilhão Dourado - Controle de Impacto na UHI																
Gestor: OVIEDO ANTUNES, HERNAN																
Gestor: LOURIVAL GONCALVES LEITE																
Ação : 272 Investigação e aplicação de métodos de controle do mexilhão																
MARR.CD	DOMINGO RODRIGUEZ FERNANDEZ	5608														
Programa:90 Gestão Financeira da Itaipu Binacional - Despesas																
Gestor: POLETTI LIUZZI, DOMINGO A.																
Gestor: LUIZ CESAR SAVI																
Ação : 1.232 Sinistros - Diretoria de Coordenação																
PC.CD	JOAO CARLOS AZEVEDO BRAGA															
Programa:97 Valorização do Patrimônio Institucional e Regional																
Gestor: MARTINEZ SANCHEZ, IBIS MARTA																
Gestor: MARIA EMILIA M DE SOUZA																
Ação : 278 Complementação de obras do circuito museográfico																
MAPE.CD	ROSANA LEMOS TURMINA	5810														
Ação : 1.148 Conservação e manutenção do acervo museológico de ITAIPU																
MAPE.CD	JOAO BATISTA RODRIGUES	6034														
Ação : 1.149 Exposições temporárias																

ANEXO B – PRIMEIRA PAGINA JCAB Nº 1

Cultivando ÁGUA BOA

SETEMBRO DE 2003

ITAIPU LANÇA MEGAPROGRAMA AMBIENTAL

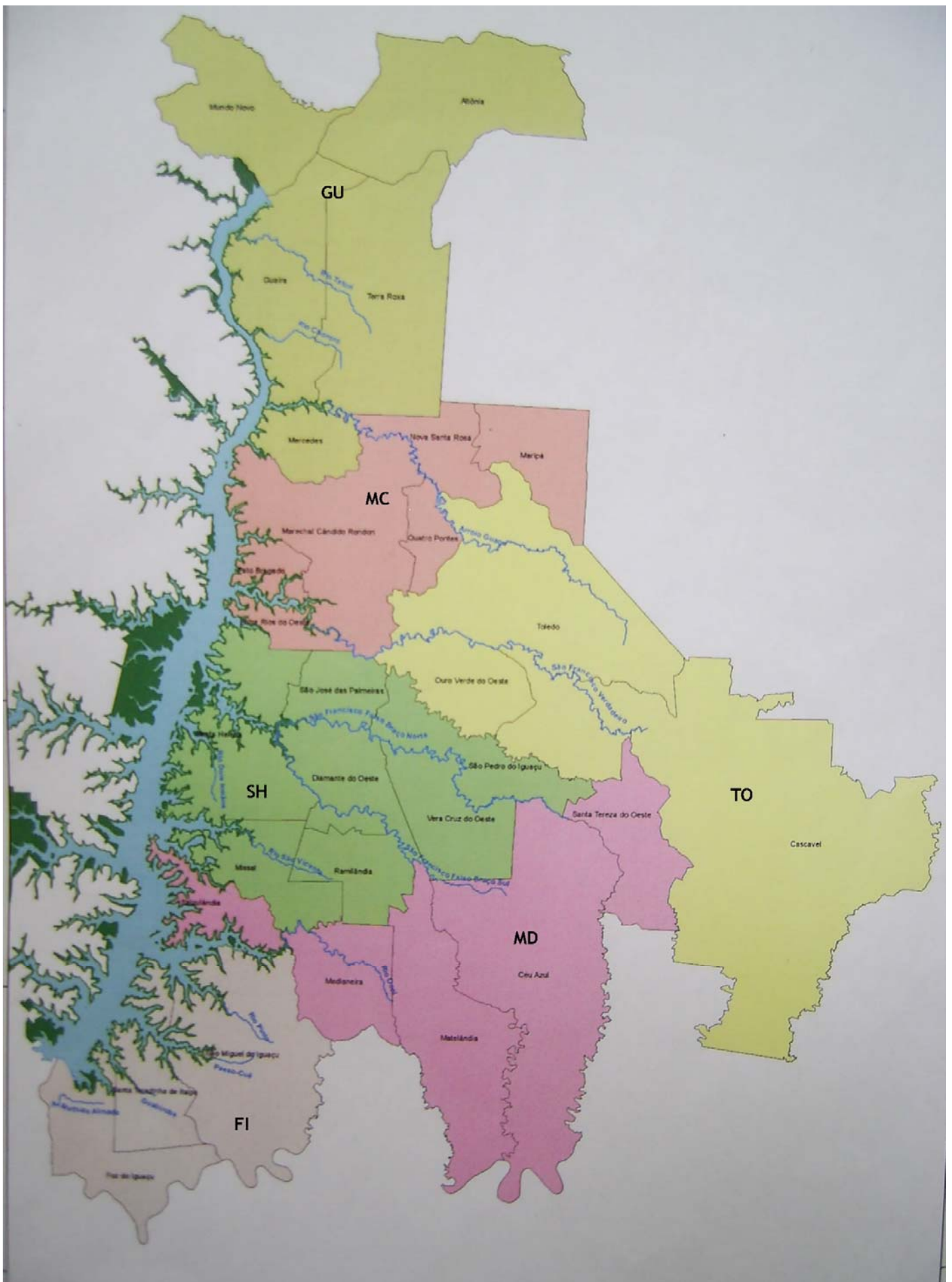
Jorge Samek:
O bem mais
precioso deste
século é a água

Nelton Friedrich:
Água Boa é
compromisso
com a vida

Leonardo Boff:
Crise mundial
da água
já começou












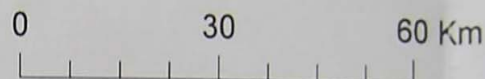
ANEXO C – MAPA E QUADRO BPIII ÁREAS DE GESTÃO



Programa 40 - Gestão por Bacia Módulos Regionais de Atuação dos Gestores

Legenda

 Hidrografia	 Área de Gestão - MC
 Áreas Protegidas	 Área de Gestão - TO
 Reservatório	 Área de Gestão - MD
 Área de Gestão - GU	 Área de Gestão - FI
 Área de Gestão - SH	



Projeção UTM
Sad-69 Fuso 21
Meridiano Central: 57°
Fonte: Base Cartográfica da Copel

Distâncias a partir de FI em KM	Região de Gestão	Municípios	Divisão Geográfica por Sub-Bacia	Gestor	Telefone residencial	Celular	Celular IB	Ramal
140	GU	Altônia Guaíra Mercedes Mundo Novo Terra Roxa	Rio Aliança, Rio São Luiz, Rio São Luiz, Rio Guaçu, Rio Taturí	<u>Alexandre</u> (Guaíra - Faixa de Proteção e Refúgio Maracaju); <u>Sergio</u> (Altônia, Guaíra, Mercedes Mundo Novo e Terra Roxa Bacias e Faixa de Proteção);*				
110	MC	Mal. Cândido Rondon Maripá Nova Santa Rosa Pato Bragado Entre Rios do Oeste	Rio S. Fco Verdadeiro Rio Branco Rio São Luiz Rio Guaçu	<u>Moacir</u> (Mal. C. Rondon e Pato Bragado - Bacia e Faixa); <u>Freitas</u> (Nova Sta. Rosa, Quatro Pontes e Maripá - Bacias)				
75	SH	Diamante do Oeste Missal Ramilândia São José das Palmeiras Santa Helena São Pedro do Iguaçu Vera Cruz do Oeste	Rio São João Rio São Vicente Chico Rio Moinho Córrego Dois Irmãos Rio S. Fco Falso Rio S. Fco Verdadeiro	<u>Edoni</u> (Faixa e Bacia - Sta. Helena e Entre Rios); <u>Sadi</u> (Diamante D'Oeste, São José das Palmeiras e São Pedro do Iguaçu - Bacia e Faixa); <u>Barth</u> (Missal, Ramilândia e Vera Cruz D'Oeste - Bacia e Faixa)				
120	TO	Cascavel Ouro Verde Toledo	Rio S. Fco. Verdadeiro Rio Guaçu	<u>Dutra</u> (Bacia do São Francisco Verdadeiro e Bacia do Rio Guaçu)				
55	MD	Céu Azul, Itaipulândia, Medianeira, Matelândia, Santa T. do Oeste	Rio Itacorá Rio São João Rio Ocol Rio S. Fco. Falso Rio S. Fco. Verdadeiro	<u>Meron</u> (Matelândia, Medianeira, Sta. Tereza do Oeste e Céu Azul - Faixa e Bacia) <u>Romualdo</u> (São Miguel do Iguaçu - parte da Faixa, Itaipulândia - Bacia e Faixa) e Medianeira - Faixa.				
	FI	Foz do Iguaçu São Miguel do Iguaçu Santa Terezinha de Itaipu	Rio Bela Vista Rio Guabiroba Rio Passo-Cuê Rio Ocol	<u>Nery</u> (Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Sta. Terezinha de Itaipu - Faixa);				
		Apoio		Elton (Volante)				

* Falta Gestor

ANEXO D – PARECER AUDITORIA BDO TREVISAN 2007



BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores
Independentes
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 655
Edifício New Port - 10º andar
Curitiba - PR - Brasil
80430-180

Tel.: +55 (41) 3223-4727
Fax.: +55 (41) 3223-4727
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e controladores da
Itaipu Binacional
Foz do Iguaçu - PR

- 1 Examinamos os balanços patrimoniais da Itaipu Binacional (Entidade binacional brasileira e paraguaia) levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, expressas em dólares dos Estados Unidos da América, elaboradas em consonância às disposições específicas contidas no Tratado de 26 de abril de 1973 (citado na nota explicativa nº 2) sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e no Paraguai, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Em nossa opinião as demonstrações contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ITAIPU Binacional em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, os resultados das suas operações e as origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as disposições específicas contidas no Tratado de 26 de abril de 1973, (citadas na nota explicativa nº 2), e consubstanciadas no plano de contas e normas de elaboração dos registros contábeis, aprovados pelo Conselho de Administração da ITAIPU Binacional. Estas normas contábeis diferem, em alguns aspectos relevantes, das práticas contábeis adotadas no Brasil e no Paraguai, conforme descrito na nota explicativa 2 (i) a (iii).



BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores
Independentes
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 655
Edifício New Port - 10º andar
Curitiba - PR - Brasil
80430-180

Tel.: +55 (41) 3223-4727
Fax.: +55 (41) 3223-4727
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e controladores da
Itaipu Binacional
Foz do Iguaçu - PR

- 4 Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. As demonstrações do valor adicionado, do fluxo de caixa e das contas de exploração relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, contidas nos quadros I, II, III e anexo I, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a entidade, não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Curitiba, 09 de março de 2007.

Assunção, 09 de março de 2007.

Marcello Palamartchuk
Sócio – contador
CRC 1PR049.038/O-9
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” PR

Oscar Bernardo Guillén Cáceres
Socio
BDO Rubinsztein & Guillén
Matrícula Contador Público nº F-4
Consejo Profesional del Colegio
de Contadores del Paraguay

Consórcio Trevisan – BDO Rubinsztein & Guillén

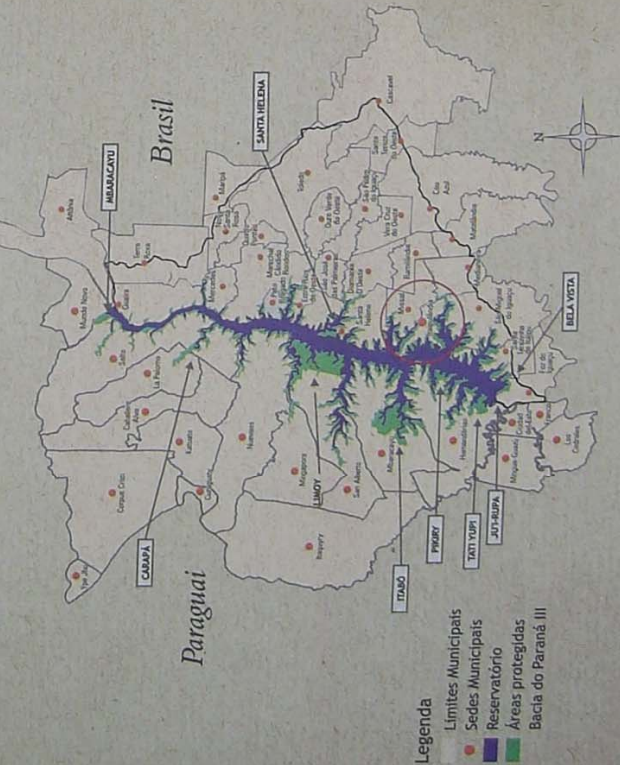
ANEXO E – ‘CARTA PACTO DAS ÁGUAS’

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SUSTENTABILIDADE

*Carta
Pacto^{do} das Águas*

MICROBACIA DA SANGA BURITI
ITAIPIULÂNDIA - PARANÁ

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA BACIA DO RIO PARANÁ



Carta do "Pacto das Águas"

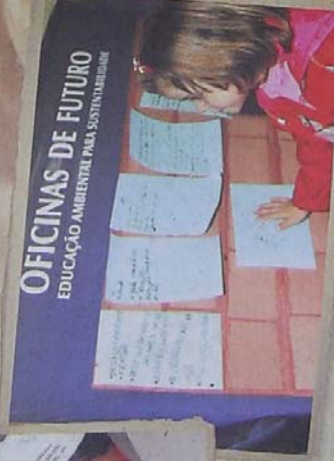
Microbacia da Sanga Buriti
Itaipulândia - Paraná

A Microbacia da Sanga Buriti, localizada em Itaipulândia, onde se desenvolve o Programa "Cultivando Água Boa", é constituída por pequenos agricultores e agricultoras que participaram das três etapas das "Oficinas do Futuro" - (Desafio das Águas). Além da comunidade da Sanga Buriti, também participaram das oficinas funcionários do Departamento de Agricultura do município de Itaipulândia.

Nós, moradores e moradoras das propriedades situadas ao longo da Microbacia da Sanga Buriti, do município de Itaipulândia, dirigimos esta carta a todas as Instituições, ao Prefeito Municipal, aos nossos Vereadores e também aos formadores de opinião tais como Instituições de Ensino, Clubes de Serviços, ONGs, Movimentos Sociais e Meios de Comunicação.

Essas Oficinas trouxeram os elementos necessários para nos comprometermos como Atores Sociais, envolvidos na implementação da Agenda 21 neste pedaço do Planeta, a partir das prioridades e compromissos estabelecidos em consonância com as ações técnicas em andamento para a recuperação dos passivos ambientais e a formação de uma nova cultura de sustentabilidade.

Neste processo de análise de nossa realidade constatamos que:



01 - TEMOS PROBLEMAS A SEREM RESOLVIDOS, que colocamos em nosso "Muro das Lamentações":

- Nascentes sem preservação;
- Microorganismos nocivos na água;
- Oscilação de vazão da Sanga;
- Açudes próximos à Sanga;
- O pisoteio do gado prejudica as nascentes;



02 - TEMOS SONHOS PARA NÓS E AS FUTURAS GERAÇÕES, que colocamos em nossa "Árvore da Esperança":

- Sanga limpa com peixes grandes em abundância;
- Local para banho;
- Sanga com mata ciliar;
- Cerca na beira da Sanga;
- Manutenção dos açudes na beira dos rios;

Desassoreamento (drenagem do leito da Sanga):

- Desobstruir canais assoreados;
- Retorno da flora e fauna;
- Ter variedades de pássaros;
- Ter plano de rotação de cultura;
- Desenvolver sistemas de cobertura de solo;
- Parar de ter plantio morro abaixo;
- Conscientização da população sobre o assunto;
- Indenização da área reflorestada;
- Mais apoio do governo.



03 - TEMOS UM "CAMINHO ADIANTE", que já não tem mais volta:

Este caminho é feito de dois compromissos. Alguns dependem de nós, moradores e moradoras, e já foram assumidos de imediato:

- Assumir a parceria com a Prefeitura, ITAIPU, EMATER e os outros parceiros.

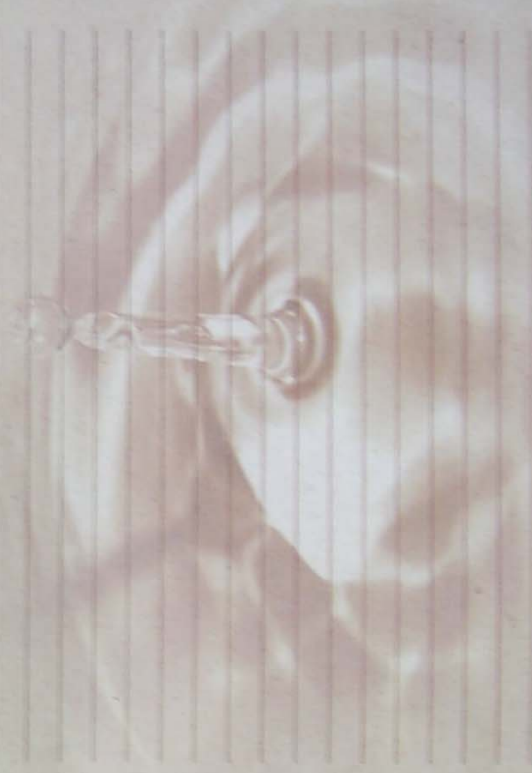
Outros não dependem somente de nós, mas de todas as pessoas e instituições responsáveis pela qualidade do ambiente e da vida na Microbacia da Sanga Buriti e em nosso município.

Por este motivo, escolhemos no final das "Oficinas do Futuro", os seguintes temas

prioritários para construir, pouco a pouco, a Agenda 21 do Pedão na comunidade da Sanga Buriti:

- Projeto de indenização ou incentivo para pequenos produtores que possuem mata ciliar e reserva legal;
- Estudo de viabilidade da manutenção dos açudes já existentes próximos ao rio;
- Análise individual de cada propriedade;
- Conservação de solo e readequação das estradas, inclusive aquelas de acesso às propriedades;
- Drenagem do leito da Sanga;
- Readequação das benfeitorias;
- Cerca para mata ciliar com acesso a água para os animais e incorporação da mesma na reserva legal em pequenas propriedades;
- Abastecedouros comunitários.

Este "Pacto das Águas" foi lido e assinado
pelo Presidente da Associação de Moradores da Baixa Buribá,
por representantes da Prefeitura Municipal de Itaipulândia,
pelos integrantes do Programa Cultivando Água Boa,
por outros participantes do evento que aderiram ao Pacto
e pela comunidade da Microbacia da Baixa Buribá,
Itaipulândia, 31 de agosto de 2005.



Conclamamos a todas as pessoas e instituições de quais nos
dirigimos no título desta carta, para que assinem publicamente
estes compromissos.
Nos próximos meses, voltaremos a nos reunir para traçar nosso Plano de
Ação, para o qual contamos com sua participação.



"Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, por um compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, pela rápida luta pela justiça, pela paz e pela alegre celebração da vida."

(Parágrafo final da Carta da Terra)

PACTU DAS
AGUAS

*“Assim como se cultivam os solos para que produzam bons frutos,
as águas também necessitam do “cultivo”, ou cuidados,
para que possam se manter abundantes e ter boa qualidade.*

Da mesma forma, as pessoas, as instituições, as parcerias...

Água é vida para todos!”

(Conceito Cultivando Água Boa)

ANEXOS F1 & F2 – PROPAGANDA TURÍSTICA USINA DE ITAIPU

The Power Plant

ITAIPU Binacional is the greatest hydroelectric power plant the world has ever known. But that isn't the only reason why it is known throughout the planet and visited by more than 13 million people. Behind the concrete, iron and steel employed in the Power Plant construction, there is a history of dedication, audacity, intelligence and knowledge, recorded by many Brazilians and Paraguayans who, together turned into reality a dream that many didn't believe possible.

Today, Itaipu, with its 18 generator units (and two others being installed), is responsible for generating 25% of the electric energy consumed in Brazil and more than 95% of that consumed in Paraguay. The jobs on the dam have concluded, but its history moves on. The work continues and, besides the operation and maintenance of the power plant, various social-environmental projects are developed in both countries by the Itaipu professionals, improving the quality of life of the population that lives in the area of influence of Itaipu.

Learn more about these important projects by visiting the site:

www.itaipu.gov.br

Some comparisons



The rhythm of construction at Itaipu was equivalent to building a 20 storey edifice every 55 minutes



The total volume of concrete in Itaipu is 15 times greater than that of the Eurotunnel. It would be sufficient to construct 219 stadiums like that of Maracana (Rio de Janeiro).



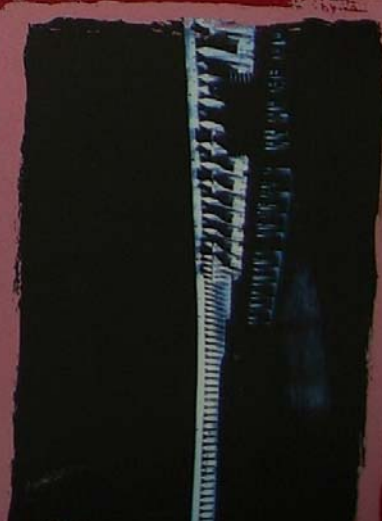
The total volume of earth and rock removed at Itaipu is equivalent to more than twice the volume of the Sugar Loaf Mountain (Rio de Janeiro).



The construction iron and steel utilised in Itaipu would be sufficient to build 380 Eiffel Towers (Paris).



The average daily flow of the Iguazu Falls, 1,500 m³/s, would only be sufficient to power two Itaipu generator units.



ITAIPU EM NÚMEROS GRANDIOSOS

- O volume total de concreto utilizado na construção de Itaipu seria suficiente para construir 210 estádios de futebol como o do Maracanã, no Rio de Janeiro.
- O ferro e aço utilizados permitiriam a construção de 380 Torres Eiffel.
- A vazão máxima do vertedouro de Itaipu (62,2 mil metros cúbicos por segundo) corresponde a 40 vezes a vazão média das Cataratas do Iguaçu.
- A vazão de duas turbinas de Itaipu (700 metros cúbicos de água por segundo cada uma), corresponde a toda a vazão média das Cataratas (1500 metros cúbicos por segundo).
- A altura da barragem principal (196 metros) equivale à altura de um prédio de 65 andares.
- O Brasil teria de queimar 434 mil barris de petróleo por dia para obter em plantas termelétricas a mesma produção de energia de Itaipu.
- O volume de escavações de terra e rocha em Itaipu é 8,5 vezes superior ao do Eurotúnel (que liga França e Inglaterra sob o Canal da Mancha) e o volume de concreto é 15 vezes maior.



Uma das sete maravilhas

Em 1995, a revista Popular Mechanics, dos Estados Unidos, ouviu engenheiros de todo o mundo para selecionar as sete maravilhas do mundo moderno. Em sua edição de dezembro daquele ano, a revista publicou o resultado: Itaipu fora uma das escolhidas, ao lado do Eurotúnel (França-Inglaterra), das obras de proteção do Mar do Norte (Holanda), do Empire State Building (Estados Unidos), da Torre da Canadian National (Canadá), da ponte Golden Gate (Estados Unidos) e do Canal do Panamá (Panamá).



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)